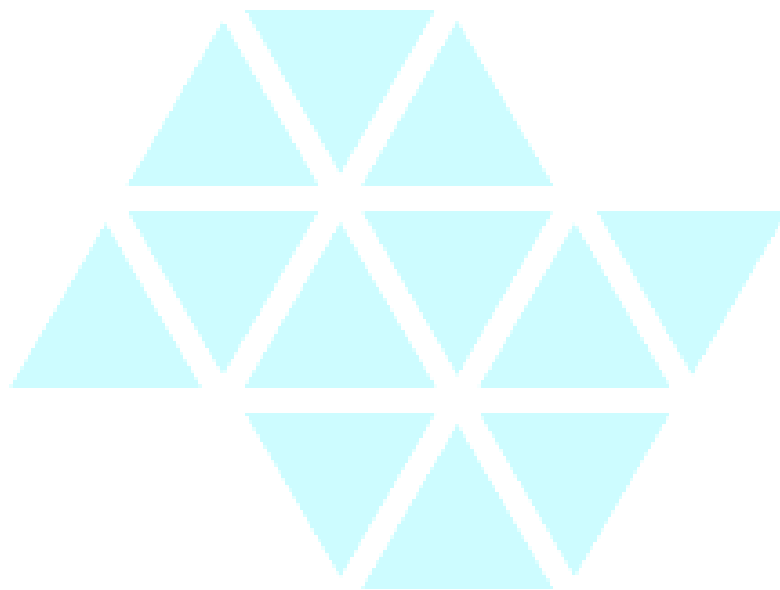




**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

MARIANA APARECIDA DOS SANTOS PANTA

**RELAÇÕES RACIAIS E SEGREGAÇÃO URBANA:
TRAJETÓRIAS NEGRAS NA CIDADE**



Marília
2018

MARIANA APARECIDA DOS SANTOS PANTA

**RELAÇÕES RACIAIS E SEGREGAÇÃO URBANA:
TRAJETÓRIAS NEGRAS NA CIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Câmpus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais. Linha de Pesquisa 1: Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas. Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker. Coorientador: Prof. Dr. Edemir de Carvalho.

Marília
2018

Panta, Mariana Aparecida dos Santos.
P197r Relações raciais e segregação urbana: trajetórias negras na cidade / Mariana Aparecida dos Santos Panta. – Marília, 2018.

298 f. ; 30 cm.

Orientador: José Geraldo Alberto B. Poker.

Coorientador: Edemir de Carvalho.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.

Bibliografia: f. 285-298

1. Discriminação racial – Londrina (PR). 2. Racismo – Londrina (PR). 3. Negros segregação. 4. Pós-colonialismo.
I. Título.

CDD 301.45

Elaboração por André Sávio Craveiro Bueno

CRB 8/8211

Unesp – Faculdade de Filosofia e Ciências

Mariana Aparecida dos Santos Panta

**RELAÇÕES RACIAIS E SEGREGAÇÃO URBANA:
TRAJETÓRIAS NEGRAS NA CIDADE**

Banca Examinadora

31/08/2018

Titulares

Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker
Universidade Estadual Paulista (UNESP-Marília)
Orientador - Presidente da Banca

Prof. Dr. Kabengele Munanga
Universidade de São Paulo/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (USP/UFRB)

Prof.^a Dr.^a Maria Nilza da Silva
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Prof. Dr. Giovanni Allegretti
Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra (CES-UC)

Prof.^a Dr.^a Maria Valéria Barbosa
Universidade Estadual Paulista (UNESP-Marília)

Suplentes

Prof.^a Dr.^a Marleide Rodrigues da Silva Perrude (UEL)

Prof.^a Dr.^a Angela Maria de Sousa Lima (UEL)

Prof. Dr. Gabriel Cunha Salum (FADAP)

Aos negros e negras que muito trabalharam na edificação de Londrina, e de tantas outras cidades brasileiras, desempenhando um papel fundamental na sua formação socioeconômica, política e cultural. Todavia, o ostracismo ao qual foram submetidas as suas trajetórias em decorrência do racismo, em suas mais variadas configurações, mantêm na penumbra a grandiosidade de suas ações e sua própria existência.

AGRADECIMENTOS

Quero começar agradecendo à minha família, minha base, mais precisamente à minha mãe, Maria Lúcia dos Santos, pelo amor, encorajamento, caminhada conjunta e capacidade de me apoiar em todas as escolhas e etapas de meus esforços. Sobretudo pela compreensão de minha “presença ausente” e períodos de reclusão devido ao tempo dedicado aos estudos. Ao meu irmão, Raphael Panta, grande incentivador.

Ao André Luis Barbosa, por todo amor, companheirismo, apoio incondicional e paciência em ler e reler os meus rascunhos, além de cúmplice nos desafios de minha pesquisa de campo.

Aos orientadores: Prof. Edemir de Carvalho, pelo estímulo necessário, diálogos profícuos, respeito e confiança; e Prof. José Geraldo Poker, pelo acolhimento e apoio institucional na etapa final do doutoramento.

À Prof.^a Maria Nilza da Silva, pela capacidade de exercer o rigor acadêmico com generosidade, ensinamentos e todos os anos de orientação, da Iniciação Científica ao Mestrado. Sem a sua confiança e incentivo essa trajetória, certamente, não teria sido trilhada.

Ao Prof. Kabengele Munanga, por quem tenho profunda admiração pelo percurso acadêmico, magnitude intelectual, escritos e trajetória de luta contra o racismo e todas as agruras decorrentes desse fenômeno multifacetado e multidimensional. Obrigada por, generosamente, acolher nosso convite para compor a banca examinadora e, sobretudo, pela leitura crítica e cuidadosa de minha tese, encorajando-me, juntamente com os demais professores, a transformá-la em livro. Sinto-me honrada.

Ao Prof. Giovanni Allegretti, pela supervisão e acolhimento no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal, para estágio de investigação doutoral; aceite em participar da banca de defesa, preciosas contribuições para o aprimoramento da pesquisa e ensejo para a internacionalização do conhecimento.

À Prof.^a Maria Valéria Barbosa, pelo gentil aceite do nosso convite, tanto para a participação no exame de qualificação, quanto na banca de defesa. Obrigada pelas valiosas contribuições nessas importantes etapas do Doutorado.

Agradeço à Prof.^a Marleide Perrude, à Prof.^a Angela Maria Lima e ao Prof. Gabriel Salum por aceitarem o convite para compor, como suplentes, a banca de defesa. Também, à Prof.^a Maria José Rezende que, no Mestrado, ao fazer uma leitura cuidadosa de minha dissertação, incitou reflexões importantes que permeiam este trabalho.

Aos amigos, parceiros acadêmicos e companheiros de luta do Grupo de Pesquisa Estudos Afro-Brasileiros e Relações Raciais (CNPq/UDEL), do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO), da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Minha gratidão a todos, especialmente àqueles que, mesmo imersos na correria e compromissos cotidianos, se dispuseram a viajar até Marília para participar da defesa pública desta tese. São eles: Jamile Baptista, Fátima Beraldo, Nikolas Pallisser, Marilisa Gonçalves, Rosivaldo Pellegrini, Sandro Vieira e Inaê Costa.

Manifesto a minha gratidão também ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná (NEAB-UFPR), que contribuiu significativamente para o aprimoramento acadêmico, meu e de muitos colegas, através do Curso Intensivo *Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós*, coordenado pelos professores Paulo Vinicius Baptista da Silva e Josafá Moreira da Cunha, executado pela Fundação Carlos Chagas com financiamento da Fundação Ford, em 2013.

Às amizades estabelecidas em Marília. Sou muito grata à solidariedade e acolhimento na cidade. Do mesmo modo agradeço a todas as amizades e parcerias construídas em Coimbra, singularmente, professores, investigadores, estudantes e excelentes profissionais do CES, local de estimulantes diálogos e ideias compartilhadas que me propiciaram um olhar sobre as relações raciais e sobre as cidades contemporâneas além das fronteiras.

Agradeço aos militantes, intelectuais e movimentos negros que tanto lutaram, e lutam, para tornar nosso percurso menos espinhoso, abrindo-nos caminhos, principalmente através das políticas de ações afirmativas. Ao Movimento Negro de Londrina, especialmente à Dona Vilma, que muito batalhou em defesa da justiça social aos negros e demais grupos subalternizados.

À CAPES, agência de fomento que viabilizou esta pesquisa através da concessão de bolsas de estudos, sendo estas provenientes do Programa de Demanda Social, para as ações de pesquisa desenvolvidas no Brasil, e do Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior, para as atividades científicas realizadas em Portugal.

Um agradecimento especial a todos os entrevistados, negros e negras, que compartilharam comigo um pouco de suas trajetórias, ensinando-me muito sobre o mundo da vida.

Meus sinceros agradecimentos!

*Não fomos vencidas pela anulação social
Sobrevivemos à ausência na novela, no comercial
O sistema pode até me transformar em empregada
Mas não pode me fazer raciocinar como criada
Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo
As negras duelam pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo
Lutam pra reverter o processo de aniquilação
Que encarcera afrodescendentes em cubículos na prisão
Não existe Lei Maria da Penha que nos proteja
Da violência de nos submeter aos cargos de limpeza
De ler nos banheiros das faculdades hitleristas
Fora macacos cotistas
Pelo processo branqueador não sou a beleza padrão
Mas na lei dos justos sou a personificação da determinação
Navios negreiros e apelidos dados pelo escravizador
Falharam na missão de me dar complexo de inferior
Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu
Meu lugar não é nos calvários do Brasil...*

Fragmento da música: “Mulheres Negras”

Letra: Eduardo Taddeo

Interpretação: Yzalú

APRESENTAÇÃO

O “LUGAR” DE ONDE FALO

Descobria também que não bastava saber ler e assinar o nome. Da leitura era preciso tirar outra sabedoria. Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar a construir a história dos seus.

Conceição Evaristo - Ponciá Vicêncio.

Esta apresentação, espécie de “diário acadêmico” da graduação ao doutoramento, incluindo a experiência decorrente da realização do Doutorado Sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, tem como objetivo partilhar experiências que considero relevantes na minha trajetória de vida circunscrita à carreira acadêmica em construção. Tendo em vista que o “lugar” de onde falamos marca a nossa forma de escrita, talvez seja este um rascunho daquilo que Conceição Evaristo cunhou de *escrevivência*, isto é, uma escrita pautada na vivência¹.

Nesse sentido, antecipo-me em evidenciar que a perspectiva que essa pesquisa assume é a de que sujeito e objeto se constituem de maneira simultânea. Como afirma Boaventura de Sousa Santos, ao parafrasear Clausewitz: “podemos afirmar hoje que o objeto é a continuação do sujeito por outros meios. Por isso, todo conhecimento científico é autoconhecimento”. Prossegue o autor: “A ciência não descobre, cria, e o ato criativo protagonizado por cada cientista e pela comunidade científica no seu conjunto tem de se conhecer intimamente antes que conheça o que com ele se conhece do real. [...]. A ciência é, assim, autobiográfica” (SANTOS, 1988: 67). É nesse sentido que o autor questiona a neutralidade da ciência, defendida pela ciência moderna, posto que a escolha do tema, dos modelos teórico-metodológicos, das formas de discussão acaba por evidenciar que a investigação científica é subjetivamente produzida. Defende assim que “não há epistemologias neutras e as que reclamam sê-lo são as menos neutras” (SANTOS; MENESES, 2010: 11). Em consonância com Santos, Walter Mignolo (2006: 681, 688) afirma que a epistemologia hegemônica, propagada como neutra, objetiva, universal e de conhecimento desinteressado, tem um “lugar” de

¹ Cf. LIMA, Juliana Domingos de. Entrevista - Conceição Evaristo: “Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra”. *Nexo Jornal LTDA*, 26 de maio de 2017.

enunciação bem delimitado, isto é, foi produzida por homens, brancos, europeus. De antemão, desde a década de 1980, a pensadora negra Lélia Gonzalez criticou a posição de superioridade da epistemologia eurocêntrica, que outorgou ao pensamento moderno ocidental o monopólio do que seria conhecimento legítimo, ao mesmo tempo em que relegou para planos inferiores outras formas de conhecimento².

Evidentemente este é um prisma que pode produzir tensões no meio acadêmico, bem como despertar a desconfiança daqueles que acreditam na produção científica neutra e apartada dos sujeitos que a produzem. Partindo da premissa de que ainda vivemos sob um colonialismo epistêmico, que hoje, como evidencia Aníbal Quijano (2005), se apresenta na forma de *colonialidade*³, alicerçada nas interfaces do poder, do saber e do ser, torna-se imprescindível a abertura para novas epistemologias, novos caminhos, novos modos de construir conhecimentos. Nenhuma forma de produzir ciência está isenta de riscos de equívocos, e não é preciso ir muito longe para constatar isso. Basta lembrar que, desde o final do século XIX até meados do século XX, intelectuais brasileiros renomados, fortemente influenciados por teorias europeias, lidas como soberanas e universais, comprometeram-se na produção e disseminação de teses de hierarquização racial que serviram para justificar o racismo, inferiorizar vidas humanas e restringir as aspirações de uma vida digna aos ex-escravizados e seus descendentes⁴. Este pensamento acarretou grandes infortúnios, inclusive muitos deles continuam a impactar a vida dos grupos sociais afetados, a exemplo dos negros⁵ e indígenas, nos dias atuais.

² Cf. GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984.

³ Refletindo sobre a conjuntura da América Latina, Quijano elaborou o conceito de *colonialidade*, que, para o autor, constitui-se como elemento fundamental do padrão de poder mundial, capitalista, alicerçado na prescrição de uma classificação racial da população mundial como dispositivo do referido modelo de poder. Opera, assim, em cada uma das suas dimensões materiais e subjetivas. Escreve o autor: “Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico” (QUIJANO, 2005: 117).

⁴ Cf. Capítulo II: A Mestiçagem no Pensamento Brasileiro, do livro: MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

⁵ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para efeitos de pesquisa, classifica a população brasileira a partir de cinco categorias de cor/raça: branca, preta, amarela, parda e indígena. A somatória de pretos e pardos constitui o grupo negro. Para muitos estudiosos da questão racial e movimentos negros, a junção de pretos e pardos numa mesma categoria é uma questão política relacionada à identidade social de um povo.

Hoje, muitos são os pesquisadores negros que realizam investigação científica tendo como tema a questão racial, especialmente no campo das Ciências Sociais e Humanas. Nesse movimento, é possível perceber que vários deles desenvolvem suas produções acadêmicas não mais orientadas pela ótica do pesquisador branco sobre si, mas pela ótica do próprio negro como pesquisador, sem deixar, porém, de firmar alianças com intelectuais de qualquer origem étnico-racial comprometido com as lutas emancipatórias. Isso significa “não mais um olhar distanciado e neutro sobre o fenômeno do racismo e das desigualdades raciais, mas, sim, uma análise e leitura crítica de alguém que os vivencia na sua trajetória pessoal e coletiva, inclusive nos meios acadêmicos” (GOMES, 2010: 496). É nesse sentido que, para muitos desses intelectuais, a produção acadêmica não pode ser dissociada da vida, da ação.

Não por acaso, desde a década de 1950, lá estava Guerreiro Ramos defendendo a formulação de uma ciência propositiva, de caráter pragmático, “em mangas de camisa”, capaz de promover transformação e emancipação social⁶. Perspectiva esta que, embora rechaçada na conjuntura na qual estivesse inserido, vem ganhando cada vez mais força na atualidade. Não desvincular a reflexão de seus elos sociais e políticos é, também, uma das bases estruturantes das *Epistemologias do Sul*, expressão criada por Souza Santos para designar o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão de saberes dos povos colonizados pelo modelo epistemológico dominante e proposta alternativa para evitar o universalismo eurocentrado.

O intuito desse texto introdutório é expor, em linhas gerais, os princípios que nortearam os caminhos até aqui trilhados. Como fruto de políticas de ações afirmativas, busco evidenciar que minha inserção no campo de estudo das relações raciais decorre da experiência que tive como cotista na graduação, portanto falo deste lugar, de mulher negra. Escrever sobre si mesma não é uma tarefa fácil. Foi, no entanto, estimulante no sentido de me conduzir a um processo de reconstrução da própria existência e de minhas escolhas, propiciando-me um interessante balanço da vida pessoal e profissional.

⁶ Cf. RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957. RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Redução Sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. REZENDE, Maria José. Guerreiro Ramos e a sociologia em "mangas de camisa": uma proposta de intervenção nos processos de mudança social. *Cadernos Ceru*, São Paulo: USP, n.17, 2006.

Origem

Nasci no dia 01 de janeiro de 1986, na cidade de São Paulo-SP. O próprio nascimento, cuja narrativa ouvi de minha mãe, Maria Lúcia dos Santos, centenas de vezes, foi inusitado, pois foi na noite de 31 de dezembro de 1985 que ela passou a sentir fortes contrações. Prestes a completar nove meses de gestação, na companhia apenas de meu irmão, Raphael Panta, que na época tinha um ano e oito meses, ela se dirigiu até a estação de metrô deslocando-se do Jardim Bonfiglioli-Butantã (zona oeste), onde residia, até o Ipiranga (zona sul), onde passaria a virada do ano com uma de suas irmãs.

Permaneceu, no entanto, apenas algumas horas na comemoração. Devido às dores que passou a sentir, às 23h00min sua irmã, que estava no oitavo mês de gravidez, acompanhou-a até uma clínica no Ipiranga onde não conseguiram atendimento, pois os profissionais do hospital estavam a assistir a transmissão ao vivo da Corrida de São Silvestre, naquele tempo iniciada após as 23h00min do último dia do ano, de modo que os primeiros colocados atravessavam a linha de chegada por volta da meia-noite. Ao procurar ajuda, um taxista levou-as para o Hospital São Paulo, localizado na Vila Mariana, onde nasci às 00h40min do dia da Confraternização Universal. No mesmo ano minha família se mudou para o Ipiranga, bairro no qual residi até os nove anos de idade.

A mudança de São Paulo para Londrina

Em 1995, após a separação dos meus pais, deixei a capital paulista e me mudei para Londrina, Paraná, acompanhada de meu irmão e de minha mãe, que, lidando com todas as suas dores e sobrecarregada de responsabilidades, passou a nos criar sozinha. Foram tempos difíceis, de rupturas afetivas, choques emocionais, além de muitas precariedades e privações, pois não tínhamos sequer lugar para morar. Nunca foi fácil compreender o sentido da meritocracia, uma vez que minha mãe trabalhava de sol a sol e, ao final do dia, não tinha nem mesmo a garantia de que teríamos um lugar para voltar.

Passamos cerca de um ano alternando a estadia na casa de parentes até iniciarmos a construção da nossa casa num terreno cedido por uma tia - que na época morava em São Paulo - nos fundos da sua propriedade localizada num bairro de casas populares da zona sul da cidade, o Conjunto Roseira. Com esforço, pagávamos um pedreiro e minha mãe, meu irmão e eu éramos os ajudantes. Algumas etapas da construção da nossa casa foram realizadas através de mutirão e com doações de

materiais reaproveitados de outras obras. Quando adentramos a casa, o chão era de concreto, daqueles que se varresse soltava areia e levantava todo o pó. Era tudo muito simples, precário, mas estávamos contentes por, finalmente, estar em nossa morada. Na casa da frente morava meu avô, o “Seu Barbosa”, homem negro, baiano de Vitória da Conquista, que, assim como muitos nordestinos em contexto precedente, na década de 1960, fugindo da miséria e da seca migrou com a família para o norte paranaense em busca de melhores condições de vida. Ele foi cuidado pela minha mãe durante toda a sua velhice, vindo a falecer em 2013, aos 84 anos de idade.

Meu irmão, Raphael, aos 13 anos foi contemplado com uma bolsa de estudos da Escola Municipal de Dança de Londrina. Aos 16 anos passou a integrar, profissionalmente, o Ballet de Londrina. Em 2000, ao dançar pelo Ballet Isabel Gusmann, de Assis, recebeu o título de melhor bailarino do Mapa Cultural Paulista e, posteriormente, passou a integrar a São Paulo Companhia de Dança. Desde cedo ele ajudou na manutenção da família. Sob os cuidados de minha mãe, que seguiu trabalhando duramente como doméstica, concluí o ensino fundamental e médio cursado integralmente em escola pública. Ingressar na Universidade Estadual de Londrina (UEL) era um sonho distante. Minha ideia era terminar o ensino médio, me inserir no mercado de trabalho e, quando possível, cursar uma faculdade. Minha mãe, porém, não permitiu que eu iniciasse um ciclo de trabalho como operadora de caixa numa rede de supermercados da região, pois considerava a jornada de trabalho muito extensa - visto que abarcava também sábados e domingos - difícil de ser conciliada com os estudos.

Hoje, ao ver tantos colegas do bairro que deixaram os estudos para trabalhar e nunca mais conseguiram voltar à sala de aula - uma vez que, quando se vive em condições precárias, a prioridade é comer, morar, sobreviver - entendo que o papel da minha mãe foi crucial e contracorrente. Ela abriu mão das próprias realizações para que eu pudesse estudar e ter a chance de um futuro com menos infortúnios. No contexto explicitado, para muitos pais, é bem mais valoroso ver o filho trabalhando, obtendo um retorno financeiro imediato para auxiliar nas despesas de casa, do que sonhando em ingressar numa universidade, até porque não há, para muitos deles, exemplos concretos de pessoas nessas condições que tenham tido ascensão social através do estudo. Minha mãe, no entanto, apesar de não ter tido chances de completar o ensino fundamental, sempre apreciou a leitura e a escrita, atividades estas que realiza impecavelmente. Mais do que isso, sempre enxergou na educação a possibilidade de mudança de vida.

O vestibular na Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Em 2004, após passar por um processo de análise socioeconômica do Serviço de Bem-Estar à Comunidade (SEBEC-UEL), que me isentou da taxa de inscrição, prestei o vestibular da UEL para o curso de Educação Física. Na época eu não tinha computador, nem acesso à *internet*, e não tinha qualquer perspectiva de ter, porém existiam outras formas de saber o resultado do vestibular. Havia uma festa anual realizada no Anfiteatro do Zerão, famosa área de lazer de Londrina, na qual eram distribuídos jornaizinhos com a lista de aprovados no processo seletivo. Percorri então alguns bons quilômetros a pé para saber o resultado. Em meio ao tumulto de jovens consegui pegar um jornalzinho, olhei e, eis que o meu nome estava lá entre os aprovados para cursar Educação Física - Bacharelado, Matutino. Olhei a lista diversas vezes para ver se era mesmo o meu nome que estava lá. A primeira reação foi percorrer todos aqueles quilômetros de volta para casa para dar a notícia à minha mãe, ela que tanto havia me incentivado e me ajudado a consolidar aquele sonho.

Aos 19 anos me tornei universitária, mas eu não era uma universitária “comum”. Na UEL, era o primeiro ano de implementação da política de cotas para estudantes provenientes de escola pública e para estudantes negros, também procedentes de escola pública. Eu havia ingressado pelo sistema de cotas e me tornado participante da primeira turma de cotistas negros da UEL, o que me permite descrever alguns desafios enfrentados nos primórdios da implantação dessa política na instituição e, sobretudo, os avanços decorrentes desta ação afirmativa.

O primórdio da política de cotas na UEL

Após luta histórica e incessante dos Movimentos Negros no Brasil, em geral, protagonistas na reivindicação e formulação de políticas de ações afirmativas no país, e do Movimento Negro de Londrina, em particular, sobretudo através de mobilizações lideradas por Vilma Santos de Oliveira, mais conhecida como Dona Vilma e Yá Mucumby, em 2004 o sistema de cotas foi aprovado na UEL passando a vigorar em 2005. A UEL é uma das precursoras na implementação desta política que, na instituição, já passou por avaliações e reavaliações que resultaram em seu aprimoramento.

Os primeiros anos das cotas na UEL foram penosos para muitos estudantes negros. O contexto dos debates sobre esta ação afirmativa, há mais de uma década, era

bem diferente do atual. Hoje, ainda que encontre resistências, a política de cotas não só dispõe de campos mais profícuos de estudo e discussão, como também é legitimada pelo poder judiciário brasileiro, o Supremo Tribunal Federal. Na conjuntura anterior, a constitucionalidade dessa política era constantemente questionada e os discursos proferidos no âmbito universitário, em sua maioria, estavam em consonância com aqueles emitidos pelas mais conhecidas redes de comunicação do país, que buscavam deslegitimar esta ação afirmativa. As argumentações recorrentes respaldavam-se na existência de uma falaciosa democracia racial, um dos pilares do racismo no Brasil; na ideia de que a política de cotas acarretaria uma segregação por, na perspectiva de tais discursos, configurar-se como racismo reverso; e em discursos defasados acerca da raça sob o ponto de vista biológico, ao invés de sua compreensão como uma categoria social de dominação, uma forma de classificação social capaz de produzir desigualdades e injustiças sociais. Havia ainda os ataques mais extremos que vinham ocorrendo em diversas universidades do Brasil que adotaram o sistema de cotas, como, por exemplo, pichações em banheiros ou paredes das instituições com frases como: “fora pretos”, “fora macacos cotistas”, “voltem para as senzalas”, dentre outras violências. As manifestações de racismo, explícitas ou disfarçadas, evidenciavam que os cotistas negros não mereciam estar ali.

Especialmente em 2005, o tema das cotas era pauta em diversos ambientes da vida universitária, tais como corredores, cantina, fila do Restaurante Universitário, confraternizações, até mesmo sala de aula. No âmbito do curso de Educação Física-Bacharelado, abarcado pela área da Saúde, exacerbavam-se argumentações contra as cotas para negros. Logo nos primeiros dias de aula deparei-me com diversos posicionamentos desfavoráveis a esta política afirmativa, especialmente às cotas para negros, que sempre encontraram muito mais objeções que as cotas para estudantes de escola pública, sem distinção de raça/cor. A questão racial era tão marcante que minhas colegas brancas que haviam ingressado pelo sistema de cotas para escola pública nunca eram lembradas de sua condição de cotista, é provável que nem elas se lembrassem. Não obstante, colegas negros que nem sequer tinham utilizado as cotas eram identificados como cotistas. Na primeira confraternização entre estudantes calouros e veteranos, por exemplo, ouvi de um colega que as cotas fariam com que a UEL baixasse o seu nível de qualidade e excelência acadêmica pela entrada de alunos despreparados ou menos capacitados para ingressar no ensino superior.

A política de cotas era vista como privilégio e não como direito, desconsiderando-se não somente os séculos de desumanização, sequestro e escravização dos negros sem qualquer política reparatória posterior, mas também o “ciclo de desvantagens cumulativas⁷” deste grupo social que continua a impactar suas condições de vida na contemporaneidade, em todas as esferas da vida social. No meio em que eu e muitos colegas estávamos inseridos predominavam os discursos de exaltação ao mérito acadêmico e, simultaneamente, avultavam-se perspectivas sobre as cotas como uma entrada na universidade pela “porta dos fundos”. Esta visão era compartilhada não só por discentes, mas também por docentes que, muitas vezes, lançavam sobre nós, cotistas pobres e negros, olhares de desconfiança ou mesmo de descrédito.

Houve uma ocasião em que, em meio aos debates efervescentes sobre as cotas, um docente, no decurso de sua aula, pediu que levantassem a mão e se identificassem os alunos que haviam ingressado na universidade pelo sistema de cotas raciais, informação esta que não era de caráter público, cabendo ao estudante revelar ou não. A situação causou grande desconforto entre os estudantes negros, não pela indagação em si, nem pelo fato de desfrutarmos de uma política que nos era de direito, mas pelo ambiente hostil que, por vez, nos desencorajava a nos assumirmos como tais. Convém lembrar que, naquele contexto, não havia o acesso à informação que temos hoje, tais como a infinidade de *blogs* de empoderamento negro e outros mecanismos destinados ao fortalecimento e autoestima de jovens negros, até porque *internet* era luxo. Sem conhecimento específico sobre o assunto e diante de um bombardeio de manifestações contrárias às cotas raciais, não me restava alternativas a não ser silenciar.

A dificuldade financeira também foi um empecilho que, inicialmente, cerceou minhas possibilidades de dedicação plena à graduação. No entanto, ainda no primeiro ano da faculdade abracei a oportunidade de um estágio remunerado numa academia de musculação de um conhecido clube de Londrina. Na condição de estagiária trabalhei na orientação de atividades de musculação e alongamento no decorrer de quatro anos. Paralelamente, tive a oportunidade de me tornar bolsista de Iniciação Científica, ensejo este que me capacitou política e intelectualmente para enfrentar questões que me inquietavam, especialmente aquelas referentes à minha inserção na universidade através do sistema de cotas, bem como abriu importantes portas no âmbito acadêmico.

⁷ Cf. HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

O Projeto Afroatitude e a Iniciação Científica

No primeiro ano da graduação participei de uma seleção para integrar o Projeto *UEL Afroatitude*⁸, vinculado ao Programa Nacional *Brasil Afroatitude*, do Governo Federal, que na instituição abarcou 50 cotistas negros participantes de projetos de pesquisa, ensino e extensão com temáticas diversas, destacando-se as seguintes: População Negra/Cultura/Discriminação Racial; Vulnerabilidades Sociais; Prevenção das DST/AIDS e Direitos Humanos. Passei então a receber uma bolsa do Afroatitude (2005-2007), cujo recurso era proveniente do Ministério da Saúde. Foi-me dada a oportunidade de escolher um projeto de pesquisa cuja temática fosse do meu interesse. Foi então que optei por participar de um projeto na Sociologia, chamado: *Território e Segregação Urbana: O Lugar da População Negra em Londrina*, coordenado pela Dr.^a Maria Nilza da Silva, Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da UEL, coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UEL) e do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO-UEL), que prontamente aceitou me orientar. A participação nesse projeto, durante quatro anos da graduação, foi determinante para direcionar os passos seguintes da minha trajetória acadêmica.

O auxílio financeiro proveniente da bolsa contribuiu significativamente para que eu pudesse concluir os primeiros anos da graduação. O Afroatitude, porém, não só para mim, mas para muitos estudantes negros que participaram do Projeto⁹, foi muito mais do que uma mera fonte de financiamento. Ele se configurou como um espaço de integração social, de construção e afirmação identitária, de formação acadêmica e política, bem como de legitimação do espaço dessa nova categoria de estudantes que passou a emergir no âmbito universitário: pobres e negros. Através desse Projeto participei de vários cursos de aprimoramento, com destaque aos treinamentos para realização de ações de prevenção das DSTs/AIDS junto à comunidade universitária e

⁸ O Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros (Brasil Afroatitude) foi uma parceria entre o Programa Nacional de DST e AIDS, do Ministério da Saúde, e as universidades públicas que possuíam Programa de Ação Afirmativa para negros e que adotavam o regime de cotas para acesso ao ensino superior. O objetivo foi fortalecer a resposta setorial de combate à epidemia e das práticas para a implementação de ações afirmativas inclusivas, sustentáveis e permanentes, por meio do apoio a ações diversas nos âmbitos acadêmico e assistencial, destinadas a estudantes universitários negros e cotistas. Na UEL, o Programa teve dois anos de durabilidade e atendeu 50 alunos que receberam uma bolsa, cujo valor correspondia àquele das bolsas de iniciação científica das instituições de fomento. Cada bolsista estava vinculado a um orientador e aos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

⁹ Cf. MOURA, Gabriela. Eu, ex-cotista, “vagabunda”. *Diário do Centro do Mundo*. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/eu-ex-cotista-vagabunda/>. Acesso em 02, ago., 2015.

capacitações sobre a questão racial; integrei projetos e grupos de pesquisa nos quais tive a oportunidade de enriquecer minha formação e compreender minha própria história; viajei para diferentes cidades e participei dos primeiros eventos científicos.

Dentre as inúmeras experiências positivas, considero a mais importante delas o convívio com professores experientes e sensíveis ao tema das relações étnico-raciais que, com confiança e incentivo, contribuíram para que nós, cotistas raciais, nos tornássemos agentes ativos do processo de consolidação dessa política afirmativa contrariando todas as previsões pessimistas relativas à nossa inserção na universidade. Na UEL, o Afroatitude teve a duração de dois anos. Com o fim do Afroatitude, passei a ser bolsista de Iniciação Científica da *Fundação Araucária: Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná* (2007-2009). As bolsas de estudo foram fundamentais para a minha manutenção na universidade, o que certifica a importância não só de políticas de acesso, mas também de permanência.

Eu, como fruto de políticas de ações afirmativas, estou certa de que o sistema de cotas é necessário e funciona, impactou a minha vida e de muitos estudantes por todo o Brasil. Trata-se de uma possibilidade de competir com equidade e adentrar num universo no qual, por motivos históricos, políticos e sociais, nossa presença era quase nula. A política de cotas não significa uma porta aberta, mas sim um caminho mais pavimentado para conseguir alcançá-la e adentrá-la, isso para aqueles que, contradizendo as estatísticas, conseguiram permanecer vivos até a idade universitária. Com cotas ou não, vestibular é crivo. O ponto crucial dessa política de ação afirmativa, todavia, é propiciar uma concorrência mais equânime, isto é, entre semelhantes, evitando a discrepância, por exemplo, de um jovem negro, que vivencia todos os percalços decorrentes da pobreza, agravados pelas barreiras impostas pelo racismo, competir com um estudante branco - que tem sua identidade marcada como indivíduo e não pela sua cor -, classe média/alta, que se preparou nas melhores instituições.

O ingresso na UEL através dessa ação afirmativa contribuiu para o meu acesso e permanência na Universidade, através do *Afroatitude* e da *Fundação Araucária*. Os projetos de que participei na área das Ciências Sociais, durante toda a graduação em Educação Física, ampliaram meus campos de pesquisa acadêmica e, sobretudo, de luta política, resultando também em algumas publicações.

A ‘Coleção Presença Negra em Londrina’

A professora Maria Nilza orientou-me durante os quatro anos em que fui bolsista de Iniciação Científica na área das Ciências Sociais. Em 2010, publicamos em coautoria o livro *O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: A Presença Negra Pioneira em Londrina*, fruto de meu projeto de Iniciação Científica, coordenado e orientado pela referida professora, reeditado em 2014 devido à grande aceitação do público leitor que, interessado em conhecer a história de Londrina e das suas personalidades, fez com que a primeira edição se esgotasse rapidamente. Foi o primeiro livro da *Coleção Presença Negra em Londrina*, produzida pelo NEAB e LEAFRO, UEL, com recursos do Ministério da Educação (MEC)¹⁰, através do Programa Uniafro.

A invisibilização e o silenciamento da história do povo negro são algumas das faces mais perversas do domínio colonial, que tem como uma de suas dimensões a colonialidade do saber¹¹ e, sobretudo, o racismo. Nesse sentido, a *Coleção Presença Negra em Londrina* foi viabilizada com o objetivo de contribuir para uma educação antirracista através da reconstituição e complementação da história oficial do município, que não mencionava a participação da população negra em seu processo de formação e desenvolvimento. A coletânea abarca mais três biografias: *Yá Mukumby: A vida de Vilma Santos de Oliveira* (2010/2013); *Negro em Movimento: A trajetória de Doutor Oscar do Nascimento* (2014); e *Dona Izolina e a Venda dos Pretos: Solidariedade e Resistência* (2016), respectivamente. Como autora, juntamente com a Prof.^a Maria Nilza e outros pesquisadores do LEAFRO, participei dos dois últimos livros mencionados.

Além das biografias, como resultado palpável do projeto de pesquisa *Território e Segregação Urbana: O lugar da população negra em Londrina* (2006-2012), foi publicado, em 2014, o livro *Território e Segregação Urbana: O ‘lugar’ da população negra na cidade*, organizado pela Prof.^a Maria Nilza e por mim. O livro é constituído por pesquisas sócio-históricas desenvolvidas por diferentes autores, incluindo-se as organizadoras, sobre a realidade social e histórica da população negra em Londrina.

¹⁰ As principais publicações desenvolvidas no âmbito deste projeto estão disponíveis na página do LEAFRO: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/publicacoes-da-equipe-leafro.php>. Acesso em: 28/06/2017.

¹¹ Cf. LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

Todas essas publicações tiveram importante impacto no campo educacional, visto que os livros foram distribuídos nas 187 escolas públicas vinculadas ao Núcleo Regional de Educação de Londrina como material didático em conformidade com a Lei 10.639/2003, que prevê o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas do país.

A Pós-Graduação

Em agosto de 2011 iniciei o Mestrado em Ciências Sociais na UEL e, em 2013, após defender a dissertação intitulada *População Negra em Londrina: Processos Migratórios, Deslocamentos Espaciais Intraurbanos e Segregação*, sob a orientação da Prof.^a Maria Nilza, tornei-me Mestra. Meses antes de concluir o mestrado, já almejando ingressar no doutorado, fui selecionada para participar do *Curso Intensivo de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós*, uma iniciativa da Universidade Federal do Paraná (UFPR), através do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UFPR), executado pela Fundação Carlos Chagas com financiamento da Fundação Ford.

O *Curso de Formação Pré-Acadêmica* teve como objetivo qualificar estudantes provenientes de projetos de inclusão social e racial, especialmente os egressos de programas de ação afirmativa no ensino superior, preparando-os para concorrer com equidade em seleções de programas de Pós-Graduação *stricto sensu* reconhecidos pela CAPES. O curso teve a duração de um mês, com aulas de 2^a a 6^a, em período integral, com atividades de produção de textos acadêmicos; leitura de artigos em língua estrangeira (inglês ou francês); metodologia e projeto de pesquisa. Em agosto de 2014 ingressei no Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista, UNESP-Marília. Devido às experiências bem sucedidas dos participantes do Curso “Pré-Pós”, que, em sua maioria, foram aprovados em programas conceituados de mestrado e doutorado de diversas universidades, os trabalhos finais e em andamento dos integrantes deram origem ao livro: *Pesquisas de Acadêmicos do Afirmação na Pós: Contranarrativas e Descolonização*. Atendendo ao convite do Prof. Dr. Paulo Vinícius Baptista (UFPR), idealizador e coordenador da publicação, participei - juntamente com Luís Thiago Freire Dantas, doutor em Filosofia pela UFPR, que também participou do referido curso - como organizadora da coletânea e autora de um capítulo¹².

¹² DANTAS, Luís Thiago Freire; PANTA, Mariana (Orgs.). *Pesquisas de Acadêmicos/as do Afirmação na Pós: contranarrativas e descolonização*. Curitiba: NEAB-UFPR, 2018.

No doutorado, com vistas ao aprimoramento acadêmico, após amplo empenho, meu e do Prof. Edemir de Carvalho, que me orientou e participou ativamente de todas as etapas do processo seletivo, obtive aprovação para realizar o Estágio de Doutorado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), Portugal, como bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, ofertado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PDSE-CAPES).

O Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC)

❖ O Centro de Estudos Sociais¹³

O Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, dirigido desde a sua criação, 1978, pelo Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da UC, Boaventura de Sousa Santos, é um Laboratório vocacionado para a investigação e formação avançada nas diversas áreas das Ciências Sociais e Humanas, através de uma abordagem inter e transdisciplinar. O CES possui diversos Programas de Doutorado, Projetos, Núcleos e Observatórios de Investigação, Formações e Extensão, além de um acervo bibliográfico próprio, a Biblioteca Norte/Sul. A escolha do CES para a realização do estágio de doutorado se deu por ser um laboratório reconhecido internacionalmente como centro de excelência e também pelo foco dado à cooperação com os países de língua portuguesa. Somou-se a isso a adequação da temática da tese a estudos desenvolvidos no referido centro de pesquisa. Trata-se de um ambiente de trabalho estimulante, visto que, além da disponibilidade de acervo bibliográfico, o local propicia o encontro e o diálogo com diversos pesquisadores.

As atividades de aprimoramento acadêmico foram assim divididas: diálogos com o supervisor de estágio, o Prof. Dr. Giovanni Allegretti; pesquisa bibliográfica nos acervos da UC; participação em aulas, seminários, conferências e oficinas; participação no curso de formação avançada: CES Summer School - *Crime e Controlo: Investigação Criminal, Centros Educativos e Prisões*; apresentação do seminário: *Reflexões Decoloniais Sobre as Cidades Contemporâneas na Ótica de Pesquisadoras Negras Brasileiras*, realizado em parceria com as pesquisadoras: Vitória Régia Izaú, Doutora em Educação e Inclusão Social pela UFMG, com período sanduíche no CES/UC e

¹³ As informações contidas nos dois primeiros parágrafos deste tópico foram extraídas da página oficial do CES: <http://www.ces.uc.pt/ces/>. Acesso em 14/08/2017.

Professora na UEMG, e Cintia Ataliba Domingos, Arquiteta e Urbanista pela UFV e doutoranda em Arquitetura na UC¹⁴. Por fim, a continuação da redação da tese.

❖ **As Aulas Magistrais do Professor Boaventura de Sousa Santos**

Durante o Estágio de Doutorado no CES participei do ciclo de Aulas Magistrais do Professor Boaventura de Sousa Santos, famoso por sua extensa produção bibliográfica, especialmente em epistemologia, sociologia do direito, teoria pós-colonial, democracia, interculturalidade, globalização, movimentos sociais e direitos humanos¹⁵. Em todas as aulas do Prof. Boaventura foi notório o enaltecimento das diversas formas de saberes. Um exemplo disso é que cada aula iniciava-se com um resumo da discussão anterior apresentado em forma de *rap*, seguindo assim a premissa da *ecologia de saberes*, cujo objetivo central é a expansão do cânone científico através da combinação horizontal de conhecimentos.

Cada exposição foi um grande estímulo à reflexão crítica, sobretudo acerca do paradigma dominante das Ciências Sociais e a necessidade de renovação do conhecimento científico, o que leva o professor a indicar a emergência de um novo paradigma, o qual ele cunhou de *Epistemologias do Sul*, uma contraposição à universalidade do conhecimento. É importante lembrar que a universalidade do conhecimento, sobretudo no que diz respeito à aplicação de teorias e métodos de pesquisa estrangeiros, principalmente europeus, para explicar a realidade social latino-americana, por exemplo, sem levar em consideração suas especificidades, já era pauta de discussões de estudiosos como Guerreiro Ramos, desde a década de 1950. Ele teceu duras críticas a pesquisadores brasileiros, cujas produções foram designadas por ele de “sociologia enlatada”, isto é, uma forma de fazer ciência de modo desajustado com as peculiaridades do contexto (RAMOS, 1957; 1996). Todavia, como bem observou Mignolo (2006: 700), a produção intelectual de Sousa Santos tem o mérito de evidenciar tais críticas a partir da Europa e de desvelar a face adversa escamoteada pelo esplendor dos conceitos e ideologias das ciências europeias e, evidentemente, dos Estados Unidos.

¹⁴ O vídeo do Seminário encontra-se disponível no *Canal CES*. Cf. PANTA, Mariana; IZAÚ, Vitória Régia; DOMINGOS, Cintia. *Reflexões Decoloniais Sobre as Cidades Contemporâneas na Ótica de Pesquisadoras Negras Brasileiras*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://saladeimprensa.ces.uc.pt/index.php?col=canalces&id=18913#.W2yAhdJKjIV>. Acesso em: 20, jan., 2018.

¹⁵ Cf. http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/cv_BSS_Junho2011.pdf.

❖ Os Jantares-Saraus Pós-Aulas Magistrais

Após cada aula ministrada por Boaventura, havia o tradicional jantar com o professor, momento ímpar de descontração e sociabilidade. Na sequência, iniciava-se o sarau no qual as pessoas eram entusiasmadas a ouvir e a declamar poesias, autorais ou não. A atividade era conduzida pelo professor Boaventura, que também é poeta, e por Renan Inquérito, líder do grupo de *rap* Inquérito, que, além da insigne trajetória artística e discografia, têm publicados eminentes livros de poesia, entre os quais: *Poucas Palavras* e *Poesia pra Encher a Laje*, que se tornaram as principais trilhas dos saraus pós-aulas em terras lusitanas em 2017. Esses jantares, regados a vinho, poesia e companheirismo oportunizaram não só a construção de amizades imprescindíveis ao meu crescimento pessoal e profissional, durante os sete meses de estadia em Coimbra, mas também de laços de amizade para além do cotidiano na cidade.

❖ O Encerramento do Estágio de Doutoramento no CES

O Estágio de Doutoramento no CES foi uma das experiências mais empolgantes de minha trajetória acadêmica. As vivências positivas abarcaram desde a imersão na cultura portuguesa e adaptação ao cotidiano da cidade de Coimbra, até os aspectos diretamente relacionados ao centro de pesquisa e aprimoramento científico. Houve ampliação das possibilidades de construção de conhecimentos acadêmicos e culturais, especialmente através do contato com produções que facultaram novos olhares e perspectivas sobre os fenômenos estudados: relações raciais, questões urbanas, cidades contemporâneas, além de questões epistemológicas. O Estágio de Investigação Doutoral no CES foi encerrado com a entrega do relatório final apreciado pelo supervisor do estágio, o Prof. Giovanni Allegretti, e pelo Conselho Científico do CES, que me atribuiu uma certificação confirmadora da conclusão deste ciclo com sucesso.

Às vésperas do meu retorno ao Brasil, após sete meses de estadia em Portugal, chego a compreender que um dos fados mais emblemáticos de Coimbra faz todo sentido: “Coimbra tem mais encanto na hora da despedida”. Um “até já” a esta cidade!

Coimbra, 7 de Novembro de 2017.

RESUMO

Este estudo tem como problema central os processos históricos e sociais que têm impelido para os territórios marginalizados de diversas cidades brasileiras a população negra, estigmatizando fortemente esse grupo social e os lugares nos quais ele está presente em maiores proporções. Em virtude disso, este trabalho se propõe a analisar características dos processos de segregação urbana da população negra em Londrina, Paraná, assim como algumas de suas interfaces, sobretudo aquelas relacionadas aos estigmas territoriais, à discriminação racial e às violências. Para compreender esse fenômeno, seguimos as contribuições epistemológicas pautadas na *ecologia de saberes*, que busca combinar, de modo horizontal, diferentes formas de conhecimento. Deste modo, além da discussão teórica, a pesquisa tem como base entrevistas qualitativas realizadas com pessoas negras que habitam territórios segregados da cidade. A atenção maior volta-se para dois bairros: o Jardim União da Vitória (zona sul), o maior assentamento urbano de Londrina; e o Residencial Vista Bela (zona norte), conjunto habitacional reconhecido como um dos maiores canteiros de obras do Programa “Minha Casa Minha Vida”, do Governo Federal. As análises foram empreendidas à luz tanto de teorias relevantes que abordam concepções sobre raça e espaço urbano, quanto dos diálogos com reflexões decoloniais. Os resultados deste estudo indicam que os mecanismos que operam na produção da segregação urbana da população negra em Londrina são múltiplos e correlacionados, visto envolverem questões econômicas, sociais, raciais, políticas e culturais. As estruturas de opressão são plurais, se relacionam e se sustentam mutuamente. Todavia, a tese central é de que a segregação racial na cidade, mais do que mero reflexo da concentração de negros na base da estrutura de classes, é uma dimensão do racismo estrutural brasileiro; este, por sua vez, encontra importante suporte na colonialidade, padrão de poder multidimensional no qual a raça é cerne como princípio e instrumento de dominação. A consequência é a divisão racial do espaço, caracterizado pela conglomeração dos negros em espaços de invisibilidade, ou de visibilidade hostil, onde cidadania é cerceada. Além dessas dimensões estruturais, atuam impactando a vida de indivíduos e grupos segregados as discriminações e estigmatizações referentes à raça e ao território, que os tornam amplamente vulneráveis às diversas formas de violência, além de influenciar suas perspectivas, expectativas e atitudes, que, não raramente, reforçam suas posições de subalternidade.

Palavras-chave: segregação racial; racismo; colonialidade/decolonialidade; população negra; Londrina.

ABSTRACT

This study has as its central problem the historical and social processes that have pushed the black population to the marginalized territories of several Brazilian cities, strongly stigmatizing this social group and the places in which it is present in greater proportions. As a result, this paper proposes to analyze theoretically and empirically the characteristics of the processes of urban segregation of the black population in Londrina, Paraná, as well as some of its interfaces, especially those related to territorial stigmas, racial discrimination and violence. To understand these phenomena, we follow the epistemological contributions based on the ecology of knowledge, which seeks to combine, horizontally, different forms of knowledge. Thus, in addition to the theoretical discussion, the research is based on qualitative interviews with black people living in segregated territories of the city. The greater attention is directed towards two districts: Jardim União da Vitória (south zone), the largest urban settlement in Londrina; and the Residencial Vista Bela (northern area), a housing complex recognized as one of the largest construction sites of the "Minha Casa Minha Vida" Program of the Federal Government. The analyzes were undertaken in the light of both relevant theories that deal with conceptions about race and urban space, as well as dialogues with decolonial reflections. The results of this study indicate that the mechanisms that operate in the production of urban segregation of the black population in Londrina are multiple and correlated, since they involve economic, social, racial, political and cultural issues. The structures of oppression are plural, interrelated, and mutually supportive. However, the central thesis is that racial segregation in the city, rather than merely a reflection of the concentration of blacks at the base of class structure, is a dimension of Brazilian structural racism; this, in turn, finds important support in coloniality, a multidimensional power pattern in which race is at the core as the principle and instrument of domination. The consequence is the racial division of space, characterized by the conglomeration of blacks in spaces of invisibility, or of hostile visibility, where citizenship is curtailed. In addition to these structural dimensions, discrimination and stigmatizations concerning race and territory affect the lives of individuals and segregated groups, making them widely vulnerable to various forms of violence, as well as influencing their perspectives, expectations and attitudes, which, not infrequently, reinforce their positions of subalternity.

Keywords: racial segregation; racism; coloniality/decoloniality; black population; Londrina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa da Distribuição Espacial da População, Segundo a Cor ou Raça - Negros (Pretos e Pardos)	85
Figura 2. População Negra e Comunidades Quilombolas do Paraná	94
Figura 3. As Cabines Telefônicas Inglesas	114
Figura 4. O Portal e Passarela com Torres que Aludem ao Big Ben.....	115
Figura 5. Trabalhadores Carregando Sacas de Café	126
Figura 6. Trabalhadores Carregando Sacas de Café	127
Figura 7. Cypriano Manoel	129
Figura 8. A Escola da AROL	132
Figura 9. O Parquinho da AROL.....	133
Figura 10. Reunião da AROL.....	133
Figura 11. Os Bailes	134
Figura 12. AROL	136
Figura 13. O Concurso de Miss	136
Figura 14. Os Desfiles	137
Figura 15. A Escola de Samba Unidos da Vila Nova	138
Figura 16. Distribuição da População Negra na Cidade de Londrina (Região Urbana) 2010 ...	166
Figura 17. Vista Panorâmica do Jardim União da Vitória	196
Figura 18. Ocupação do Jardim União da Vitória - Instalação da UPS - 2012	196
Figura 19. Vista Panorâmica do Residencial Vista Bela.....	198
Figura 20. Residencial Vista Bela	198

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Autodeclarados Negros (Pretos ou Pardos) - Por Unidade de Federação.....	86
Quadro 2. Nacionalidade dos compradores de terras e número de lotes vendidos pela Companhia de Terras Norte do Paraná, entre 1930 e 1935.....	100
Quadro 3. Nacionalidade dos compradores de terras, ano e número de lotes vendidos pela Companhia de Terras Norte do Paraná, entre 1935 a 1940.....	101
Quadro 4. População em Londrina por raça/cor - IBGE 2010.....	165
Quadro 5. Características Gerais dos Entrevistados no Âmbito do Projeto LEAFRO.....	171
Quadro 6. Características Gerais dos Entrevistados do Jd. União da Vitória e do Res. Vista Bela	194

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	29
O Pensamento Decolonial Como Perspectiva Epistemológica	39
CAPÍTULO I - RAÇA E ESPAÇO URBANO NO BRASIL	44
1.1. Aspectos Gerais das Relações Raciais no Brasil.....	44
1.2. Principais Raízes dos Estudos Urbanos no Brasil	48
1.3. Segregação Urbana e Questão Racial no Brasil	57
CAPÍTULO II - CIDADE E COLONIALIDADE/DECOLONIALIDADE: A Construção dos Matizes da Identidade de Londrina	76
2.1. A Ideologia do Branqueamento e os seus Desdobramentos.....	79
2.2. Presença Negra no Sul do Brasil: Silenciamento e Invisibilidade.....	84
2.3. Paraná: O Estado Mais Negro do Sul do Brasil	88
2.4. O Nascimento de Londrina e a Construção dos Matizes de sua Identidade	95
2.4.1. Revisitando a história de Londrina	96
2.4.2. A situação do migrante negro descapitalizado e a reprodução da pobreza.....	102
2.4.3. O espaço socialmente construído e a permanente luta por reconhecimento	106
2.5. A Injustiça Econômica e a Injustiça Cultural como Cerceadoras da Justiça Social aos Negros.....	116
2.6. Os Negros Sempre Estiveram Presentes em Londrina e se Fizeram Existir.....	124
2.6.1. AROL: da segregação socialmente imposta ao protagonismo na construção de um território negro em Londrina	128
CAPÍTULO III - TERRITÓRIO E SEGREGAÇÃO URBANA: O “Lugar” da População Negra em Londrina	142
3.1. A Segregação Geográfica no Brasil e as Migrações Negras	143
3.2. O Migrante Negro em Meio à Urbanização Segregadora: das vilas populares à favelização	146
3.3. Os Conjuntos Habitacionais, os Loteamentos Populares e os Assentamentos Precários: um “novo” padrão de segregação	157
3.4. O “Lugar” da População Negra em Londrina	164
3.5. A Pesquisa Empírica Desenvolvida no Âmbito do Projeto LEAFRO	169
3.5.1. O que Revelam os Dados da Pesquisa Empírica do LEAFRO.....	177

CAPÍTULO IV - TRAJETÓRIAS NEGRAS EM TERRITÓRIOS SEGREGADOS: Estigmas, Violências e Estratégias de Enfrentamento.....	191
4.1. O Jardim União da Vitória	195
4.2. O Residencial Vista Bela.....	197
4.3. Trajetórias, Experiências e Perspectivas no Jardim União da Vitória	199
4.4. Trajetórias, Experiências e Perspectivas no Residencial Vista Bela	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	280
REFERÊNCIAS	285

INTRODUÇÃO

Configura-se como problema central da presente pesquisa os processos históricos e sociais que têm impellido para os territórios¹ marginalizados de diversas cidades brasileiras a população negra, estigmatizando fortemente esse grupo social e os lugares nos quais ele está presente em maiores proporções. Em virtude disso, este trabalho se propõe a analisar teoricamente e ilustrar empiricamente características dos processos de segregação urbana da população negra em Londrina, Paraná, assim como algumas de suas interfaces, sobretudo aquelas relacionadas aos *estigmas territoriais*², à *discriminação racial*³ e às *violências*⁴. A investigação centra-se nas seguintes questões: Quais os principais mecanismos que operam na produção da segregação urbana da população negra em Londrina? De que modo residir em territórios estigmatizados e marcados por incessantes designações depreciativas impacta pessoas negras no que diz respeito às suas subjetividades?

¹ O conceito de *território* tem sido extensivamente discutido nas Ciências Sociais, desde os estudos sociológicos precursores, como aqueles empreendidos no âmbito da Escola de Chicago. No entanto, neste trabalho, utilizamos como referencial formulações que parecem ser mais próximas do contexto social analisado, como as noções trazidas por Raquel Rolnik (1989). Para a autora, o conceito de território urbano refere-se ao “espaço vivido, obra coletiva construída peça a peça por um certo grupo social” (ROLNIK, 1989: 2). De acordo com Rolnik, a noção de território urbano caracteriza-se ainda por “uma geografia feita de linhas divisórias e demarcações que não só contém a vida social, mas nela intervém como uma espécie de notação das relações que se estabelecem entre os indivíduos que ocupam tal espaço” (ROLNIK, 1989: 15).

² Na perspectiva teórica de Erving Goffman, o *estigma* seria toda característica que não está em consonância com o panorama de expectativas sociais definidas em determinado contexto, isto é, que frustra aquilo que é considerado normal. Nas palavras de Goffman (2004: 4), o estigma social seria “a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena”. Conforme analisam Sabatini e Sierralta (2006: 190), o *estigma territorial* seria uma versão acentuada dos estigmas sociais. Neste caso, o estigma territorial estaria associado à desvalorização de um indivíduo ou grupo social que habita territórios considerados desqualificados.

³ De acordo com Wieviorka: “Noção tão ambígua quanto à de segregação, uma vez que ela também designa ao mesmo tempo um processo e o seu resultado, a discriminação racial é suscetível de exercer-se em todos os domínios da vida social, no acesso à educação, à saúde, ao emprego, à moradia, no interior da empresa e nos locais de trabalho, por vezes também nas associações, até mesmo nos sindicatos, no funcionamento da justiça, na polícia” (WIEVIORKA, 2007: 68-69). Convém evidenciar que, diferentemente do racismo, que é coibido por lei, a discriminação não é necessariamente um tratamento ilegal, por isso, pode ocorrer de formas mais ou menos veladas, mas eficazmente impactante.

⁴ A *violência* é uma categoria muito abrangente, com múltiplas classificações, o que torna difícil conceituá-la. A definição de Rocha nos parece pertinente: “A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto” (ROCHA, 1996: 10). Neste trabalho, as violências referem-se, mais especificamente, aos danos decorrentes dos estigmas raciais e territoriais, sem deixar de considerar, porém, outras formas de manifestação desse fenômeno, tal como interpretada pelos sujeitos da pesquisa.

A definição conceitual de *segregação* tem sido amplamente discutida na sociologia, desde estudos pioneiros, como aqueles desenvolvidos sob os domínios da Escola de Chicago. Nesse trabalho, porém, limitamo-nos a duas elucidações que nos parecem profícuas à discussão que propomos: a de Francisco Sabatini e Carlos Sierralta (2006) e a de Michel Wieviorka (2007).

Conforme as contribuições de Sabatini e Sierralta, a segregação social no espaço urbano, ou, segregação residencial, como também é nomeada, tem como elementos constitutivos três dimensões fundamentais: a) a predisposição de determinados grupos sociais em aglutinar-se em certas áreas da cidade (posição espacial); b) a composição das áreas com elevado grau de homogeneidade social (composição social); c) a compreensão subjetiva que se elabora acerca do que é segregação “objetiva” (as duas primeiras), isto é, as percepções dos que pertencem a áreas ou grupos segregados e dos que estão fora deles (SABATINI e SIERRALTA, 2006: 171). No que se refere à dimensão subjetiva da segregação, Sabatini e Sierralta afirmam:

Ela se refere, em primeiro lugar, à percepção que as pessoas têm do fato de fazer parte de um grupo social que tem uma forma peculiar de ocupar o espaço. No caso das famílias pobres, o sentimento de ser marginal, de fazer parte de uma espécie de “resíduo social”, é um fator-chave para que a segregação produza efeitos profundos de desintegração social. [...]. Em segundo lugar, o aspecto subjetivo da segregação está relacionado à identidade e ao prestígio atribuídos a bairros ou áreas inteiras da cidade. De um lado, encontram-se os estigmas territoriais que se encarregam de marcar os bairros “ruins”. Todos que lá vivem são suspeitos. De outro, os bairros de prestígio, denominados “exclusivos” pelos corretores de imóveis, o que não deixa de ser eloqüente por si mesmo. Viver em tal área outorga status e outras vantagens mais tangíveis, como a qualidade dos serviços e das infra-estruturas (SABATINI e SIERRALTA, 2006: 171-172).

A importância atribuída, pelos autores, à dimensão subjetiva da segregação reforça elementos que certificam a relevância de pesquisas qualitativas, capazes de possibilitar uma compreensão mais ampla do fenômeno, que venham a enriquecer investigações quantitativas pautadas na medição da segregação.

Para Michel Wieviorka (2007: 65), o conceito de segregação é ambíguo, já que denota tanto um processo quanto as suas consequências. Pode ser empregado para designar diferentes realidades, tais como étnicas, raciais e sociais. Segundo o autor, “a segregação racial é, pois, ao mesmo tempo um processo e seu resultado: mantém um

grupo a distância, localizado em espaços próprios que lhes são reservados, enclaves, guetos, territórios de um tipo ou de outro” (WIEVIORKA, 2007:65). É capaz de ser abertamente racial, ou proceder mais de questões econômicas e sociais do que estritamente racistas, mas resultar em uma separação racial, ou ainda ser simultaneamente social e racial, ou seja, uma articulação entre racismo e exclusão social (WIEVIORKA, 2007: 66-67).

A segregação pode ainda ser legitimada pelo Estado, como ocorreu na África do Sul, com o *apartheid*, e nos Estados Unidos, com a institucionalização de leis de segregação racial. Essas duas realidades resultaram de um processo de colonização rigorosamente alicerçado na hierarquia entre senhor e escravizado e restrita miscigenação, o que acarretou um modelo de segregação racial explícito. A situação do Brasil, no entanto, é peculiar, pois, ao contrário dos exemplos mencionados, no que diz respeito à colonização, houve considerável intercuro sexual entre senhores e escravizadas, baseado, sobretudo, na exploração da mulher negra⁵, o que propiciou significativo grau de miscigenação.

Apesar de projetos e políticas solidificadas de branqueamento e de “limpeza” das cidades, alicerçados no pensamento eugenista e higienista, determinantes na reestruturação de diversas cidades brasileiras e na consolidação de padrões urbanísticos enraizados no racismo, um aspecto que torna peculiar o estudo sobre segregação urbana e racial no Brasil refere-se à ausência, em nossa história, de leis abertamente segregacionistas. O fato de não reproduzirmos a segregação explícita dos Estados Unidos, fortaleceu a ideia de que éramos um povo sem preconceitos e que a nossa tentativa de branqueamento teria sido um processo menos perverso. O reconhecimento da segregação racial no Brasil é, portanto, um fenômeno relativamente recente. É preciso considerar, todavia, que a marginalização da população negra nas periferias pobres - por questões econômicas, sociais, raciais, políticas ou culturais, ou mesmo a combinação de múltiplos elementos - culmina, no âmbito urbano, em uma forma de segregação racial que requer problematização.

Em geral, nos Estados Unidos, os estudos sobre segregação, desde os clássicos produzidos no âmbito da Escola de Chicago, focalizam extensivamente a questão racial,

⁵ Cf. NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

principalmente através da formação dos guetos negros e latinos. Nas pesquisas empreendidas na América Latina, no entanto, especialmente no Brasil, as análises do fenômeno da segregação adquirem contornos mais profícuos de debates e investigações na esfera socioeconômica. Desse modo, os estudos precursores desenvolvidos no campo das relações raciais no Brasil abordam em menores proporções a segregação. Da mesma forma, os estudos sobre segregação urbana nas cidades brasileiras tendem a não abarcar a raça como categoria analítica relevante para se pensar este fenômeno. O foco principal desses estudos incide sobre classes sociais, questões econômicas e de mercado imobiliário. Em suma, a concepção geral que se estabeleceu é de que, na conjuntura brasileira, a segregação não comportaria a questão racial e o inverso também seria uma realidade. Assim, a explicação para a concentração extensiva de negros em territórios marginalizados de diversas cidades brasileiras se restringiu a justificativa da presença maciça de negros na classe baixa.

A escassez da abordagem da questão racial nos estudos sobre segregação urbana desenvolvidos no Brasil, bem como a insuficiência de uma problematização sociológica da segregação urbana no campo das relações raciais brasileiras devem-se, primordialmente, à comparação com o modelo de segregação dos Estados Unidos, onde historicamente, a discriminação racial obteve o suporte de leis segregacionistas. Essa comparação é equivocada, uma vez que não leva em consideração as especificidades históricas, políticas, socioeconômicas, culturais e urbanas de cada região, sobretudo no que diz respeito às singularidades nos processos de colonização, escravização e as respectivas consequências para cada localidade. Para estudar o fenômeno da segregação da população negra nas cidades brasileiras é fundamental a compreensão de que no Brasil se constituiu um modelo de racismo específico, que se sustenta pela sua negação, isto é, ancorado numa ilusória ideia de democracia racial.

Observa-se, no entanto, desde o final da década de 1980, uma tendência crescente de ampliação do debate sobre raça e espaço urbano no Brasil. Dentre os estudos que abordam os processos urbanos brasileiros, tendo-se a raça como categoria de análise, evidenciam-se as pesquisas empreendidas por Raquel Rolnik (1989), Edward Telles (1993, 2003, 2012), João H. Costa Vargas (2005), Maria Nilza da Silva (2006), Andreilino de Oliveira Campos (2012), Renato Emerson dos Santos (2012), Danilo França (2010, 2014) e outros, com as quais iremos dialogar mais adiante. Convém sublinhar que pesquisas que combinam discussões sobre raça e espaço urbano não

ignoram questões econômicas e sociais. Elas expandem a discussão integrando a questão racial, visto que análises pautadas estritamente em questões socioeconômicas não têm sido suficientes para compreender as peculiaridades da população negra que, ainda hoje, é maioria nos territórios marginalizados de muitas cidades brasileiras. Em consonância com a maioria das cidades do país, em Londrina a população negra também se encontra presente, em maiores proporções, nas localidades mais precárias.

Em face do que foi exposto até aqui, este estudo propõe uma abordagem às indagações previamente explicitadas, que resultam de uma trajetória de trabalho iniciada em 2006, junto ao Grupo de Pesquisa Estudos Afro-Brasileiros e Relações Raciais (CNPq/UEL). Composto inicialmente por estudantes provenientes dos programas UNIAFRO⁶ e AFROATITUDE⁷ e, subsequentemente, por outros estudantes interessados no estudo das relações étnico-raciais, no grupo sobressaíram os projetos de pesquisa: ‘Território e Segregação Urbana: O Lugar da População Negra em Londrina’ (2006-2012) e ‘A População Negra em Londrina: Memória e Realidade Social’ (2009-2015). Em março de 2009, o Grupo de Pesquisa deu origem ao Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO-UEL)⁸.

A relevância do problema estudado está no aprofundamento do debate sobre as condições de vida da população negra na cidade e no esforço de ampliação de caminhos possíveis para uma problematização sociológica sobre segregação urbana articulada à questão racial, nos campos de conhecimento das relações raciais e da sociologia urbana no Brasil. Além disso, como afirma Rezende (2014: 07) estudos situados territorialmente têm a vantagem de apreender as peculiaridades presentes em espaços específicos. Nesse caso, os territórios precarizados, situados nas extremidades das cidades, devem ser estudados não apenas no que se tem de objetivamente comprovado, por meio de dados quantitativos, mas também através de dados qualitativos, propícios para desvelar subjetividades que impactam a vida da população negra.

⁶ O Projeto UNIAFRO foi lançado pelo MEC no início de 2005 com o objetivo de estimular as universidades a contribuir para o cumprimento da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

⁷ O Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros (Brasil AfroAtitude) foi uma parceria entre o Programa Nacional de DST e AIDS, do Ministério da Saúde, e as universidades públicas que possuíam Programa de Ação Afirmativa para negros e adotavam o sistema de cotas para acesso ao ensino superior.

⁸ O projeto de extensão foi instaurado com o financiamento da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e é coordenado pela Prof.^a Maria Nilza da Silva.

Para estudar o fenômeno da segregação da população negra em Londrina, além da discussão teórica - que busca combinar contribuições diversas acerca das relações raciais no Brasil e cidades brasileiras, assim como perspectivas decoloniais, as quais privilegiam o pensamento pluralista e propositivo e permitem analisar dimensões do objeto de investigação sob outros prismas - o estudo reconhece experiências e pontos de vista de sujeitos que vivenciam os processos e os resultados da segregação, através de pesquisas empíricas empreendidas por intermédio de entrevistas qualitativas. Esta articulação entre conhecimento acadêmico (teorias) e conhecimento baseado na experiência (depoimentos orais) segue as contribuições epistemológicas de Boaventura de Sousa Santos, pautadas estas, na *ecologia de saberes*, que nos parece pertinente na investigação empírica com sujeitos que experimentam transcurso de desqualificação e invisibilização sociais.

Para Santos, a supremacia do pensamento moderno ocidental se sustenta por meio da supressão de outras formas de conhecimento. Imposta como padrão universal, tal racionalidade científica configura-se, na visão do autor, como um modelo totalitário, uma vez que “nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 1987: 7). Assim, a ecologia de saberes seria um dispositivo de confrontação desta monocultura, visto que tem como base o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos (sendo um deles a ciência moderna), incluindo a produção científica não-europeia, bem como conhecimentos não-científicos. “A ecologia de saberes se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento” (SANTOS, 2007: 24).

Isso pressupõe o exercício inverso da lógica com a qual estamos habituados, uma vez que não se trata de levar o conhecimento concebido como científico para a comunidade externa, ao contrário, implica em reconhecer, valorizar e integrar conhecimentos produzidos por cidadãos e movimentos sociais, que circulam fora dos limites da universidade, ao trabalho acadêmico⁹. Nessa perspectiva, ouvir o que tem a dizer os sujeitos a respeito de suas experiências, caracteriza-se como uma tentativa de distanciamento de concepções que os relega a mera condição de objetos de pesquisa. Não se trata, neste caso, de “dar voz” aos sujeitos, eles já a possuem. Trata-se de

⁹ Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

ampliar a escuta, ouvir suas histórias pessoais e buscar compreender as condições sociais que constituem o grupo do qual esses sujeitos fazem parte.

Em busca de respostas à primeira questão de pesquisa, referente aos mecanismos que operam na produção da segregação urbana da população negra em Londrina, foi realizado um aprofundamento bibliográfico referente às relações raciais no Brasil; aos estudos urbanos, com enfoque nas cidades brasileiras; à história de Londrina, urbanização e processos de segregação na cidade; e estudos decoloniais, como perspectiva epistemológica. Com vistas a uma análise contextualizada, utilizamos como respaldo a consulta ao acervo de entrevistas qualitativas realizadas por pesquisadores e acadêmicos do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO-UUEL) - de que faço parte desde a formação - com chefes de família, negros e negras, a maioria moradora da cidade há mais de 30 anos, residentes em diversos bairros¹⁰ de Londrina, focalizando os seus deslocamentos espaciais intra-urbanos até a última inserção territorial. O acervo é constituído por 72 entrevistas realizadas entre 2006 e 2012. Não nos ativemos a uma reconstrução extenuante desses dados secundários; nem à exposição de depoimentos; nosso objetivo com esse material foi ampliar as possibilidades de identificação das características da segregação urbana da população negra em Londrina, considerando também a experiência daqueles que a vivenciaram e vivenciam. Esses dados fornecem um panorama geral, um suporte no desvelamento das peculiaridades desse processo, até então, pouco abordadas nos escritos sobre a cidade.

Para abordar a segunda questão de pesquisa, referente ao modo como residir em territórios segregados, demarcados por designações depreciativas, pode impactar pessoas negras no que diz respeito às suas subjetividades, realizamos, em 2017, a investigação empírica alicerçada em entrevistas qualitativas, semiestruturadas, com negros e negras entre 18 e 35 anos idade, com o intento de considerar também os problemas que afligem os sujeitos mais jovens, inseridos nas dinâmicas urbanas atuais. Protagonizam essa construção dez entrevistados, cinco moradores e ex-moradores do Jardim União da Vitória, assentamento urbano situado nas extremidades da zona sul de Londrina, e cinco moradores do Residencial Vista Bela, conjunto habitacional localizado nas extremidades da zona norte da cidade. Foram muitos os motivos que me

¹⁰ O termo bairro é utilizado para designar uma unidade territorial na qual está inserido o entrevistado.

levaram à escolha do Jd. União da Vitória e do Res. Vista Bela, entre os principais: a elevada concentração de negros; a posição espacial desses territórios, mais especificamente, a localização nas extremidades da cidade; e as representações sociais depreciativas relacionadas a esses territórios e aqueles que neles residem, ideia amplamente reforçada pelos veículos locais de comunicação, sobretudo pelo jornalismo policial. Nessa etapa as narrativas dos entrevistados foram expostas e debatidas. Convém ressaltar que não tivemos como propósito empreender um estudo aprofundado sobre esses bairros, mas sim elucidar, através deles, experiências e percepções que sujeitos negros têm em relação ao espaço em que vivem e à cidade. A discussão foi conduzida a partir de três eixos centrais: os estigmas territoriais; a discriminação racial e as violências.

A tese está dividida em quatro capítulos, cujos temas foram assim distribuídos:

❖ Constatando-se a extensiva aglomeração de negros em espaços segregados de diversas cidades do Brasil e a intensa estigmatização dessa população e dos territórios nos quais ela está concentrada em maiores proporções, o objetivo do primeiro capítulo, intitulado **Raça e Espaço Urbano no Brasil**, é promover uma revisão teórica acerca da segregação urbana circunscrita à questão racial. Para melhor compreender este fenômeno, nesta seção, recorreremos a produções acadêmicas que discutem a segregação considerando a raça como categoria analítica. A intenção ao revisar esses trabalhos é de fomentar o debate com vistas a compreender os mecanismos que atuam estimulando a segregação da população negra nos territórios socialmente marginalizados, bem como identificar as principais consequências dessa dinâmica na vida daqueles que a vivenciam.

❖ O segundo capítulo, intitulado **Cidade e Colonialidade/Decolonialidade: A Construção dos Matizes da Identidade de Londrina** se propõe a contextualizar o início da formação da cidade, décadas de 1920-1950, situando-a no cenário nacional, e a construção dos matizes da sua identidade, influenciada pela ideologia do branqueamento - um dos suportes do racismo no Brasil - esta, influenciadora também de projetos urbanísticos de caráter segregacionista. O debate é conduzido também à luz do conceito de colonialidade - forma de poder que se estabeleceu juntamente com o capitalismo moderno, colonial, eurocentrado, alicerçado na ideia de raça, que serviu não apenas para classificar a população mundial, mas também hierarquizá-la a partir da concepção de superioridade europeia e inferioridade

africana e indígena e dos seus respectivos descendentes – que numa estreita articulação com o racismo à brasileira, permeia a trajetória e cotidiano da cidade nas mais diversas esferas, tais como: a construção da história oficializada, que omite a presença de negros e indígenas; o projeto arquitetônico da cidade, que conta com diversos símbolos que visam promover sua aproximação com a capital inglesa, Londres; e a segregação urbana de grupos historicamente subalternizados, principalmente negros. Evidenciamos que a lógica do colonialismo, persistente sob a forma de colonialidade, articulada as especificidades do racismo no Brasil, alicerçado na ideologia do branqueamento e no mito da democracia racial, serviu para, além de tantos outros infortúnios, obstruir o reconhecimento das contribuições dos negros e a sua própria existência. Explicitamos, por fim, sob os princípios da decolonialidade, faces da história pouco conhecida, em construção, na qual os negros não apenas estiveram presentes desde o início da formação de Londrina, mas também desenvolveram estratégias de luta em benefício da população negra e contra a discriminação racial.

❖ No terceiro capítulo, intitulado **Território e Segregação Urbana: O “Lugar” da População Negra em Londrina** abordamos os processos de segregação urbana da população negra em Londrina, desde a expansão urbana no contexto de efervescência cafeeira, no qual a cidade foi qualificada como a Capital Mundial do Café, até os dias atuais. A contextualização de cada período histórico propicia uma compreensão mais sólida do Mapa de Distribuição da População Negra em Londrina (2010), confirmativo de que este grupo social está concentrado, em maiores proporções, nos territórios pobres, situados nos limites da cidade, muitos dos quais foram, são, ou possuem focos de ocupações irregulares. Além das análises teóricas, que auxiliam na compreensão desse fenômeno em níveis estruturais, consideramos também dados empíricos, informações extraídas de entrevistas qualitativas que propiciam a compreensão da dinâmica da segregação urbana “por dentro” (nuances e características), a partir da perspectiva daqueles que a vivenciaram e vivenciam.

❖ O quarto capítulo, intitulado **Trajelórias Negras em Territórios Segregados: Estigmas, Violências e Estratégias de Enfrentamento** tem como objetivo demonstrar de que modo residir em territórios estigmatizados e marcados por incessantes designações depreciativas pode impactar pessoas negras no que diz respeito às suas subjetividades, modos de interpretar o mundo e de agir. Essa discussão não faria

sentido sem a participação daqueles que vêm sofrendo amplamente os processos de segregação na cidade e as suas consequências. Para melhor compreender esse problema, o foco central incide sobre as narrativas de dez entrevistados com idades entre 18 e 35 anos. Cinco são moradores ou ex-moradores do Jardim União da Vitória, zona sul; e os cinco restantes são moradores do Residencial Vista Bela, zona norte. Interessou-nos ouvir suas experiências e perspectivas, sendo o fio condutor das narrativas os estigmas territoriais, a discriminação racial e as violências.

Como bem evidenciou bell hooks (1995), no processo colonial, o corpo negro foi percebido como desprovido de vontade, voz e subjetividade, isto é, concebido apenas para servir. É nesse sentido que o enfoque em trajetórias torna-se um privilégio epistemológico, pois através dele é possível não apenas reconhecer vozes por tanto tempo silenciadas nas histórias oficializadas, mas também elaborar conhecimentos sob outros prismas.

O aprofundamento teórico para a discussão do objeto de investigação, sobre o qual trata a tese, se deu por meio do Estágio de Doutorado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), Portugal, como bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE-CAPES, acerca de questões urbanas, étnico-raciais e, sobretudo epistemológicas, pautadas no pensamento decolonial, sobre o qual discorreremos brevemente a seguir.

* * *

O Pensamento Decolonial Como Perspectiva Epistemológica

Em linhas gerais, o pensamento decolonial pode ser compreendido como um esforço de revisão do paradigma científico moderno, sobretudo no que diz respeito à aplicação das ciências sociais europeias na análise da realidade social de contextos e povos não-europeus. Isso não implica, no entanto, em desconsiderar as imprescindíveis contribuições dos clássicos, mas sim em evidenciar que o mundo é epistemologicamente plural. A dimensão que se critica é a da colonialidade presente nas correntes canônicas de pensamento, que, pautadas na racionalidade moderna, acabaram por suprimir a produção de conhecimentos provenientes de países periféricos, ou seja, daqueles não pertencentes aos centros hegemônicos, assim como outras formas de saberes que não estivessem em consonância com o legado eurocêntrico, historicamente compreendido como absoluto, objetivo, soberano e universal. Com isso, se reconhece a existência de uma colonização epistêmica e projeta-se a sua descolonização. Mais do que isso, como afirmam Oliveira e Candau (2010: 24): “A decolonialidade representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também construção e criação”.

Da união de pesquisadores de diferentes áreas e ativistas da América Latina, críticos da universalidade do modelo epistemológico eurocentrado, nasceu o grupo *Modernidad/Colonialidad*¹¹. A ideia central é a de que o colonialismo persiste mesmo após a descolonização, em termos territoriais, da América Latina, África e Ásia, isto é, perdura estruturalmente, na forma de colonialidade, no campo do poder¹² do saber¹³ e

¹¹ Cf.: <https://calenda.org/324869?file=1>.

¹² Seguindo as contribuições teóricas de Quijano, “a Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de ‘raça’. Essa ideia e a classificação social e baseada nela (ou ‘racista’) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder” (QUIJANO, 2002: 1).

¹³ A *colonialidade do saber*, ou, como expressa Mignolo (2006), *colonialidade do conhecimento*, refere-se à crença na superioridade da ciência e do saber ocidentais. Mais especificamente, diz respeito à supressão de saberes produzidos fora dos centros hegemônicos, ou seja, aqueles situados na periferia do sistema-mundo moderno/colonial. Nessa perspectiva, desconsideram-se os saberes indígenas, camponeses, populares, tradicionais e, até mesmo, a produção acadêmica elaborada em tais periferias. Cf. MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento Prudente para uma Vida Descente: Um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2006.

do ser¹⁴. Sendo assim, os problemas decorrentes do colonialismo persistem nas instituições políticas, no campo científico e nas hierarquias sociais, tendo como uma de suas estruturantes, a raça. Na esfera do saber, a colonialidade atua na negação da produção de conhecimento não-europeia, relegando a planos inferiores o pensamento constituído fora dos centros hegemônicos, considerado primitivo, atrasado e inferior, ou seja, passível de supressão.

Muitos dos objetivos do pensamento decolonial já estavam presentes nas propostas de autores pós-coloniais. A perspectiva decolonial, no entanto, tem como um de seus pontos fundamentais o olhar sobre a América Latina, não contemplada na produção científica do movimento intelectual antecessor. Costa e Grosfoguel (2016: 16) comentam:

Apesar de uma longa história colonial na América Latina e de reações aos efeitos da colonização, que podemos chamar de colonialidade, intelectuais dessa região não figuraram e não figuram no campo de estudos pós-coloniais. Por exemplo, Homi Bhabha, Edward Said e Gayatri Spivak – os nomes mais expressivos do campo acadêmico pós-colonial – não fazem nenhuma referência à América Latina nos seus estudos.

Não somente, mas também em decorrência do silêncio ou da obliteração da teoria pós-colonial às contribuições de intelectuais da América Latina é que se constituiu na virada do milênio uma rede de investigação de intelectuais latino-americanos em torno da decolonialidade ou, como nomeia Arturo Escobar (2003), em torno de um programa de investigação modernidade/colonialidade.

Outra questão relevante é a percepção de dificuldades de aplicação de teorias formuladas a partir da conjuntura do colonialismo francês e inglês na África e na Ásia, na conjuntura do colonialismo ibérico, na América Latina. Nesse sentido, entre os fatores que distinguem pós-coloniais e decoloniais estão as especificidades das experiências colonialistas que cada região vivenciou e seus respectivos resultados. É como escreve Rosevics: “O colonialismo na Ásia e na África esteve ligado aos anglosaxões e franceses majoritariamente e se distingue no tempo e no espaço, da ação dos portugueses e espanhóis na América Latina” (ROSEVICS, 2017: 190).

¹⁴ Maldonado-Torres (2008: 96) afirma que: “A colonialidade do Ser refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades. O carácter preferencial da violência pode traduzir-se na colonialidade do poder, que liga o racismo, a exploração capitalista, o controlo sobre o sexo e o monopólio do saber, relacionando-os com a história colonial moderna”.

Para não correr o risco de cair no essencialismo que criticam, a rede de pesquisadores da decolonialidade busca, nas palavras de Costa e Grosfoguel (2016: 16) “não somente provincializar a Europa, mas também toda e qualquer forma de conhecimento que se proponha a universalização, seja o pós-colonialismo seja a própria contribuição decolonial a partir da América Latina”. Os autores escrevem ainda:

A decolonialidade, como falamos acima, não se constitui num projeto acadêmico que obrigaria aqueles que a adotassem a citar seus autores e conceitos-chaves, nem se constitui numa espécie de universalismo abstrato (um particular que ascende à condição de um desígnio universal global). Caso isso ocorresse, estaríamos nos deparando com um novo colonialismo intelectual não mais da Europa, mas da América Latina (COSTA e GROSFOGUEL, 2016: 20).

É sob esse prisma que os autores supracitados consideram como intervenções político-acadêmicas decoloniais a contribuição de diversos intelectuais e pesquisadores negros, tais como Lélia Gonzáles, Beatriz do Nascimento, Sueli Carneiro, Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, que, de uma forma ou de outra, refletem a condição social do negro no Brasil com base na diferença colonial, “a partir do lugar epistêmico de negro nessa sociedade” (COSTA e GROSFOGUEL, 2016: 20).

Para Renato Emerson Santos (2013), é de grande valia refletir sobre as relações raciais e a luta antirracista no Brasil em diálogo com o pensamento decolonial. Escreve o autor:

Consideramos tal olhar pertinente para as questões raciais no Brasil não apenas pela centralidade que autores desta corrente (ver, p. ex., Quijano, 2005, 2007, 2010) atribuem à raça enquanto princípio e instrumento de dominação mundial nos últimos 500 anos, mas também por identificarmos proximidades e continuidades entre tais agendas e elementos das obras de importantes autores negros dedicados à luta contra opressões raciais, como Frantz Fanon em África ou Guerreiro Ramos no Brasil. Com efeito, estes e outros que são referências para a luta negra brasileira também se opunham de diferentes formas à colonialidade – do saber, do poder e do ser (SANTOS, 2013: 95).

Nesse movimento de ampliação e aprofundamento da pertinente crítica às epistemologias dominantes, encontram-se também o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos e diversos investigadores do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, coordenado pelo referido professor. Estes têm-se empenhado na interlocução entre esferas culturais heterogêneas e diferentes formas de produção de

conhecimentos, não se restringindo à ocidental norte-eurocêntrica. Santos e Menezes escrevem:

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizadas, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SANTOS; MENESES, 2010: 11).

Em resposta aos problemas evidenciados, Santos elaborou uma proposta que visa enaltecer a diversidade epistemológica do mundo, designada por *Epistemologias do Sul*, baseada em três orientações: “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (SANTOS, 1995, *apud* SANTOS e MENESES, 2010: 15). As Epistemologias do Sul são definidas da seguinte forma:

Trata-se de um conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologia de saberes (SANTOS; MENESES, 2010: 11).

O Sul, tal como designado por Santos, é concebido como uma metáfora de sofrimento humano, como um campo de desafios epistêmicos que busca reparar os danos decorrentes do capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Tal concepção do Sul acaba por se sobrepor, em partes, com o Sul geográfico, isto é, com os países e regiões do mundo dominadas pelo colonialismo europeu que não alcançaram graus de desenvolvimento econômico similares aos do Norte global (Europa e América do Norte). Essa sobreposição, entretanto, não é total devido a dois importantes fatores: a) existem desigualdades no interior do Norte geográfico, ou seja, há grupos sociais que foram submetidos à dominação capitalista e colonialista nessa região; b) similarmente, no Sul geográfico sempre existiu as “pequenas Europas”, isto é, elites que mantêm seus privilégios em virtude da dominação capitalista e colonial, mesmo após as independências (SANTOS, MENESES: 2010: 19). Essas elites continuam a exercer os seus domínios contra as classes e grupos sociais, subordinados na contemporaneidade.

Os autores que assumem a perspectiva da decolonialidade, ainda que não designem como tais as suas investigações, compartilham dos objetivos das Epistemologias do Sul, posto que todos, de um modo ou de outro, contribuem para a

descolonização do saber. Na ótica desse movimento intelectual, que vem cada vez mais impactando as agendas de pesquisa atuais, busca-se colocar em evidência não somente a produção científica desenvolvida nos países periféricos, mas também outras formas de conhecimento. Por conseguinte, a produção científica não pode pactuar com mecanismos de opressão que silenciem sujeitos e coletividades, tornando-se imprescindível o reconhecimento de suas vozes, historicamente silenciadas pelo colonialismo.

Santos designa a epistemologia ocidental dominante como pensamento abissal, configurado como uma forma de pensamento que, através de linhas imaginárias, divide o mundo (Norte e Sul) e o hierarquiza. Essas linhas apartam experiência, saberes e atores sociais, classificando como úteis, inteligíveis e visíveis, os que ficam “do lado de cá da linha” e, como inúteis ou perigosos, ininteligíveis, objetos de supressão e de esquecimento, os que ficam do “lado de lá da linha” (SANTOS, 2010: 20).

Para o autor, a alternativa para esse problema estaria numa iniciativa epistemológica pautada no que ele cunhou de *ecologia de saberes*, com vistas à construção de um pensamento pós-abissal. “Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico” (SANTOS, 2010: 54). A ecologia de saberes seria então uma alternativa favorável à aplicação do pensamento pluralista e propositivo, capaz de promover a expansão de perspectivas da experiência humana no mundo. “Para uma ecologia de saberes, o conhecimento como intervenção no real – não o conhecimento como representação do real – é a medida do realismo” (SANTOS, 2010: 57).

Considerando-se que não há conhecimento sem práticas e atores sociais e que “toda experiência produz e reproduz conhecimento” (SANTOS; MENESES, 2010: 15), a reconstrução dos processos de segregação urbana circunscrita à questão racial e às suas consequências, proposta na presente pesquisa, só poderia ser completada através das experiências individuais e coletivas do grupo que vem sofrendo intensamente esses processos, a saber, negros e negras moradores de territórios periféricos de Londrina.

* * *

CAPÍTULO I

RAÇA E ESPAÇO URBANO NO BRASIL

Dentre as diversas dimensões das desigualdades raciais brasileiras destacam-se aquelas historicamente existentes na distribuição e inserção territorial da população negra no espaço urbano. Constatando-se a extensiva aglomeração de negros em espaços segregados de diversas cidades do Brasil e a intensa estigmatização dessa população e dos territórios nos quais ela está presente em maiores proporções, o objetivo deste capítulo é promover uma revisão teórica acerca da segregação urbana tendo a raça como categoria de análise. Em virtude disso, selecionamos alguns estudos que promovem esta discussão sob o prisma de diferentes referenciais teóricos e metodológicos.

A intenção, ao revisar esses trabalhos, é fomentar o debate com vistas a desvelar os mecanismos que estimulam a segregação da população negra nos territórios da pobreza e também identificar as principais consequências dessa dinâmica. Para isso, um importante passo introdutório é revisitar algumas características específicas das relações raciais no Brasil, que, como afirma Hofbauer (2011), foram edificadas, sobretudo, com base no ideário do branqueamento e no mito da democracia racial. Em seguida, versamos sobre as raízes dos estudos urbanos no Brasil e, por fim, empreendemos o debate sobre raça e espaço urbano.

1.1. Aspectos Gerais das Relações Raciais no Brasil

As denúncias de discriminação racial no Brasil passaram a adquirir contornos mais sólidos a partir da década de 1930 com o ativismo negro, com destaque a organização da Frente Negra Brasileira e, mais tarde, do Teatro Experimental do Negro. No campo das Ciências Sociais brasileiras, as relações raciais e a condição social do negro passaram a ser pauta na década de 1950, através de pesquisas financiadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Antes do Projeto UNESCO os estudos sobre o negro eram basicamente de caráter racista ou voltados à cultura e à religião. No referido contexto, a UNESCO tinha como objetivo revelar ao mundo, que acabava de vivenciar o genocídio decorrente do nazismo, características das interações raciais supostamente bem-sucedidas no país e, assim, contribuir na luta contra o racismo. As principais pesquisas, no entanto,

revelaram justamente o inverso, visto que as interpretações demonstraram que o preconceito e a discriminação racial, escamoteados por uma ideologia de democracia racial, constituíam as relações sociais cotidianas estabelecidas no Brasil.

Dentre os pesquisadores estrangeiros que produziram estudos sobre o negro no Brasil, destacam-se Charles Wagley, da Columbia University, e Roger Bastide, da École Pratique des Hautes Études, Paris. Wagley e seus alunos realizaram pesquisas em municípios da Bahia, com a cooperação de Thales de Azevedo e Costa Pinto (1950). Bastide realizou pesquisas na cidade de São Paulo em parceria com Florestan Fernandes (1955), que viria a se tornar corrente canônica de pensamento no âmbito do Projeto UNESCO. Também desenvolveram pesquisas na capital paulista Virgínia Leone Bicudo (1945/2010) e Aniela Ginsberg (1955); Oracy Nogueira no interior paulista (1955); Luís Aguiar Costa Pinto no Rio de Janeiro (1953) e René Ribeiro no Recife (1956). Posteriormente, Florestan Fernandes instituiu, na Universidade de São Paulo, a Escola Paulista de Sociologia, passando a contar com a participação de seus alunos, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, que empreenderam estudos sobre a condição social do negro em Florianópolis (1960). O Projeto UNESCO¹⁵ contribuiu extensivamente não somente para uma compreensão mais detalhada das especificidades das relações raciais no Brasil, mas também para o desenvolvimento das Ciências Sociais no país, sobretudo da Sociologia e Antropologia¹⁶.

É preciso considerar, todavia, que antes mesmo da publicação dos estudos patrocinados por esta agência internacional, intelectuais e ativistas negros, dentre os mais destacados, Abdias do Nascimento¹⁷ e Alberto Guerreiro Ramos, já vinham denunciando as discriminações e os inúmeros problemas enfrentados pelos negros no país. Conquanto preteridos no âmbito acadêmico - principalmente naquele contexto - deixaram marcas indelévels através das suas produções intelectuais e, sobretudo, pelo

¹⁵ No contexto após a Segunda Guerra Mundial, no qual o mundo havia vivenciado as mais violentas manifestações de racismo e intolerância que culminaram com o genocídio nazista, o principal objetivo da UNESCO era confirmar cientificamente a tese das relações raciais bem sucedidas no Brasil, pois havia a ideia de que existia no país uma espécie de “democracia racial”. Para a UNESCO, a experiência brasileira poderia se tornar um exemplo, uma inspiração para outras nações e contribuir para a construção de um mundo mais fraterno. As pesquisas empreendidas em diferentes cidades brasileiras, contudo, não corresponderam às expectativas da UNESCO, pois mostraram justamente o contrário do que a agência internacional pretendia comprovar, ao revelar que o Brasil estava repleto de práticas discriminatórias.

¹⁶ Cf. MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, v. 14, n. 41, p. 141-158, out. 1999.

¹⁷ Cf. NASCIMENTO, Abdias. *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro, 1948-1959*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2003.

enfrentamento de problemas práticos e emergentes que assolavam a vida da população negra, na luta antirracista e nas aspirações por uma efetiva transformação da realidade social deste contingente populacional, por intermédio de uma agenda política pautada na experiência do ativismo negro e, como defendia Guerreiro Ramos, em uma sociologia de caráter pragmático, em ato, isto é, em “mangas de camisa”¹⁸. As discussões sobre a condição social do negro não eram estudos meramente acadêmicos, eram antes uma questão existencial e política para esses intelectuais. Nesse sentido, a produção científica só faria sentido se servisse como dispositivo para a resolução de problemas sociais.

As pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto UNESCO e a produção de intelectuais negros marcaram amplamente a luta antirracista no Brasil da década de 1950, sobretudo em decorrência da substancial mudança no modelo de interpretação das relações raciais no país. O período foi assinalado pela ruptura, pelo menos no plano teórico, com o paradigma das relações raciais supostamente harmônicas e democráticas no Brasil, associado a Gilberto Freyre¹⁹ - vigorante entre as décadas de 30 e 50, mas com acentuada influência na atualidade - e pela ascensão de um paradigma sociológico que se destacava, primordialmente, através da produção intelectual de Florestan Fernandes, eminente crítico da interpretação freyreana, especialmente da tão propagada “democracia racial”, a qual alcunhou de mito²⁰.

Convém evidenciar, entretanto, que, embora as pesquisas desenvolvidas por Florestan Fernandes tenham sido fundamentais para o reconhecimento da raça como categoria produtora de desigualdades, as análises desse autor, com base em referenciais marxistas, enfatizavam extensivamente a questão da classe como determinante na hierarquia social, enquanto a raça seria um resquício do sistema escravocrata

¹⁸ A sociologia propositiva e legitimamente nacional proposta pelo intelectual baiano visa uma atuação prática, com a priorização do desenvolvimento de pesquisas emergentes, conforme a realidade e os problemas específicos do país, isto é, uma sociologia em “mangas de camisa” (sociologia em ato), contrapondo-se a uma sociologia importada ou “enlatada” (em hábito), que o levou a tecer duras críticas aos pensadores de seu tempo, bem como a ter suas propostas amplamente rejeitadas no âmbito acadêmico, naquela conjuntura. Cf. REZENDE, Maria José. Guerreiro Ramos e a Sociologia em “Mangas de Camisa”: uma proposta de intervenção nos processos de mudança social. *Cadernos Ceru* (USP), n.17, 2006.

¹⁹ Embora a expressão “democracia racial” não tenha sido criada por Gilberto Freyre, sua obra, especialmente *Casa-Grande & Senzala*, publicada pela primeira vez em 1933, estabeleceu as bases para a consolidação da ideia de um padrão harmônico das interações raciais no país, que se configuraria na presumida “democracia racial”, cerne das críticas de Florestan Fernandes.

²⁰ Cf. BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações Raciais Entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.

predestinado ao desaparecimento, à medida que o negro conseguisse se inserir na sociedade de classes, o que não ocorreu.

No final da década de 1970, tempo histórico em que o Movimento Negro contestava veementemente o mito da democracia racial, o campo de estudos sobre o negro no Brasil foi marcado pela importante contribuição de Carlos Hasenbalg. Em relação às principais pesquisas sobre raça desenvolvidas no país até então, em que se destaca a marcante obra de Florestan Fernandes *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Hasenbalg avançou no sentido de evidenciar que o preconceito e a discriminação raciais não deveriam ser compreendidos como uma herança do passado escravocrata, susceptível do desaparecimento à medida que o negro alcançasse posições de classes similares àquelas ocupadas pelos brancos, como acreditava Fernandes (HASENBALG, 2005: 81). É nesse ponto que Hasenbalg teceu eminentes críticas às teses do autor. Enfatizou, em sua pesquisa, que a industrialização e os avanços da sociedade capitalista não suprimiam a raça como critério de hierarquização social, pois a discriminação com base na raça era compatível com o capitalismo. Mais do que compatível, como analisa Quijano (2007), a raça, como dispositivo de dominação, é um critério imprescindível para a consolidação e sustentação do sistema capitalista.

O ponto crucial da pesquisa de Hasenbalg é que a exploração de classe e a discriminação racial se articulam como dispositivos de exploração da população negra²¹. Diz o autor: “a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social” (HASENBALG, 1979: 118).

Na atualidade, muitas produções acadêmicas têm abordado as faces contemporâneas do racismo e a associação desse fenômeno multifacetado e multidimensional com outras formas de discriminação, opressão e estigmatização, que intensificam as desigualdades e preservam o “ciclo de desvantagens cumulativas²²” desse grupo social. As desigualdades raciais e os danos provocados pelo racismo são

²¹ Este ponto é bem desenvolvido por Hasenbalg no Capítulo III: Estrutura de Classes, Estratificação Social e Raça, do livro: *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

²² Cf. HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro: Vértice, 1988. Cf. também: SILVA, Nelson do Valle. Extensão e Natureza das Desigualdades Raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio S. A.; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 33-51.

constatados nas mais diversas esferas da vida social, tais como educação (MUNANGA, 2000, 2005; SILVA, 2002; FONSECA, 2002; CAVALLEIRO, 2005; PACHECO e SILVA, 2007; SOTERO, 2013), trabalho (BENTO, 1995; DIEESE, 2005; LIMA, RIOS e FRANÇA, 2013), saúde (SENNÁ e LIMA, 2012; GOES e NASCIMENTO, 2012), traumas e saúde psíquica (KON, SILVA e ABUD, 2017) e tantas outras. Na presente pesquisa, buscamos promover o debate acerca das relações raciais e as dinâmicas de segregação urbana da população negra. Para melhor compreensão, abordamos as principais correntes de pensamento que influenciaram as pesquisas urbanas no contexto brasileiro.

1.2. Principais Raízes dos Estudos Urbanos no Brasil

O espaço urbano é objeto de análise de diversas áreas do saber, notadamente de duas vertentes intrínsecas das Ciências Sociais: a Sociologia e a Antropologia. No Brasil, as pesquisas desenvolvidas nessa temática tiveram como referenciais diferentes escolas de pensamento, destacando-se a Escola Sociológica de Chicago, a Escola Antropológica de Manchester e a Escola Marxista Francesa de Sociologia Urbana (MENDOZA, 2005: 440). Convém mencionar que diversos conceitos e modelos teórico-metodológicos desenvolvidos no âmbito das referidas escolas, apesar de imprescindíveis ao desenvolvimento dessa área de estudos, não escapam à colonialidade a qual criticamos no presente trabalho, sobretudo nos casos em que não foram feitas as devidas adequações às especificidades do contexto estudado. Todavia, revisitar suas perspectivas auxilia na compreensão acerca das produções sobre o tema, contribuições e necessidade de aprimorar, ou mesmo ou mesmo renovar, tais campos de conhecimento.

Antes da emergência das escolas supracitadas, há reconhecimento de contribuições antecessoras de Friedrich Engels, que, ainda na primeira metade do século XIX, empreendeu relevante estudo sobre as condições da classe trabalhadora na Inglaterra, mais especificamente em Manchester, aonde chegou a residir. Focalizou, principalmente, os processos de: industrialização; urbanização capitalista como dispositivo de segregação social; pauperização dos trabalhadores; e problemas de habitação na conjuntura de deflagração da Revolução Industrial²³. O pensamento de

²³ Cf. ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em: <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/engels-a-situac3a7c3a3o-da-classe-trabalhadora-na-inglaterra-boitempo.pdf>. Acesso em: 10, nov., 2017. Cf. Também: ENGELS, Friedrich. *A Questão da Habitação*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

Engels, assim como o de Marx, foram retomados por autores como Henri Lefebvre, importante referência no campo dos estudos urbanos.

Dentre os estudos precursores desenvolvidos no início do século XX, mais especificamente entre 1915 e 1940, sobressaem aqueles realizados no âmbito da Escola de Chicago, nos Estados Unidos, que tem entre os seus principais pensadores Robert Park, William Thomas, Louis Wirth, Ernest Burgess, Robert Mackenzie e outros, considerando que a Escola teve diferentes gerações de estudiosos. Como evidencia Mário Eufrásio (2013: 10), a Escola de Chicago foi a primeira escola de sociologia urbana da história da sociologia.

A sociologia urbana desenvolvida na Escola de Chicago ganhou notoriedade ao produzir estudos sobre os problemas sociais que emergiam em decorrência do amplo e rápido crescimento de cidades norte-americanas, especialmente de Chicago e Nova York, devido à industrialização e avanço da sociedade capitalista. Entre o final do século XIX e início do XX, a cidade recebeu intensos fluxos migratórios, que deram origem à aglomeração de grupos sociais heterogêneos e culturas plurais a dividirem o mesmo espaço urbano. A Escola buscou, então, através de seus estudos, alternativas às adversidades resultantes desses processos, tais como pobreza, conflitos étnico-raciais, segregação e aumento da criminalidade²⁴.

A referida Escola foi pioneira na combinação de formulações teóricas e prática etnográfica direcionada ao contexto urbano sob um viés sociológico. O pensamento construído em seu domínio, que teve significativa influência da produção teórica de Georg Simmel, inaugurou métodos de investigação científica diversificados e inovadores para o contexto, sobretudo empíricos, com destaque à exploração de fontes documentais e depoimentos orais, que vieram a impulsionar o que conhecemos hoje por pesquisa qualitativa. Como evidencia Frúgoli Jr. (2007: 14-18), esta Escola se tornou centro de referência em pesquisas urbanas ao conceber a cidade como “laboratório privilegiado de análise da mudança social”.

Pesquisadores desta Escola realizaram investigações pioneiras sobre segregação socioespacial na cidade. Robert Park, um dos mais importantes pensadores desse grupo, passou a interpretar a cidade como um eminente laboratório social. Escreve Park, “os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade

²⁴ Cf. COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papyrus, 1995.

um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram”. Essa dinâmica permite que o indivíduo percorra fácil e rapidamente de um meio moral a outro, incitando a “experiência fascinante, mas perigosa, de viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes e contíguos, mas de outras formas amplamente separados.” (PARK, 1979: 62).

A produção teórica e a sociologia qualitativa expandida pela Escola de Chicago - que mais tarde passou a incorporar também métodos quantitativos, evidenciando que os procedimentos poderiam ser complementares - veio a influenciar estudiosos de diversas partes do mundo, ao abrir caminhos para a reflexão sobre problemas urbanos e suas complexidades. Como afirma Isaac Joseph, no final da década de 1970 o pensamento dessa Escola foi introduzido na França, com significativa mudança paradigmática nas Ciências Sociais do país, após 20 anos de predominância de teorias estruturalistas e do materialismo histórico (JOSEPH, 1999: 4). Essa Escola veio a influenciar também pesquisadores brasileiros, especialmente após a vinda de Donald Pierson ao Brasil, em decorrência do seu trabalho de doutoramento sobre relações raciais no país, mais especificamente na Bahia, orientado por Robert Park (MAIO e LOPES, 2017). Após defender sua tese, nos Estados Unidos, retornou ao Brasil para lecionar na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP).

Como afirma Mendonza (2005: 441), no Brasil, a Escola de Chicago exerceu influência especialmente em três campos de conhecimento: I. nas relações raciais (negros, brancos e imigrantes); II. nos estudos de comunidades (pequenas cidades rurais); III. nos estudos na cidade (São Paulo, principalmente). No campo das relações raciais, Pierson, principal difusor das ideias dessa Escola no Brasil, veio a influenciar pesquisadores como Oracy Nogueira e Virgínia Leone Bicudo, que foram seus alunos na ELSP. Nogueira se tornou conhecido por sua importante contribuição no campo das relações raciais no Brasil, ao desvelar especificidades da discriminação racial no país baseadas no preconceito de marca (fenótipo ou aparência) e não de origem (ascendência), como nos Estados Unidos²⁵.

Bicudo, por sua vez, foi orientada por Pierson em seu trabalho de mestrado intitulado: ‘Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo’. O trabalho de Bicudo,

²⁵ Cf. NOGUEIRA, O. *Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

defendido em 1945, embora pioneiro no campo das relações raciais brasileiras, focalizando o contexto da capital paulista, só veio a público no ano de 2010 em livro organizado por Marcos Chor Maio²⁶. A Invisibilização da pesquisa de Virgínia Bicudo, assim como da produção intelectual de tantas outras intelectuais negras, como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, nos leva a refletir sobre as limitações do contexto e da própria racionalidade inerente à produção científica, alicerçada em pressupostos brancos e patriarcais, capazes de definir quais pensamentos poderiam ser legitimados e quais não.

Mendonza, ao discorrer sobre a influência de Pierson e da Escola de Chicago sobre os estudos urbanos desenvolvidos na cidade de São Paulo entre 1935 e 1950, mostra que tal influência foi mais marcante nas pesquisas que antecederam o que viria a se configurar, posteriormente, como Sociologia Urbana, isso porque no Brasil, nesse contexto, não havia uma agenda institucional de pesquisa que compreendesse a cidade como objeto de estudo expressivo (MENDONZA, 2005: 459). Nessa perspectiva, afirma Mendonza (2005: 448): “Apesar da influência teórica da escola, ela não foi um modelo de identidade para os sociólogos no Brasil, para formar uma escola de pensamento com essa linha teórica”.

Conforme afirma Gilberto Velho, as Ciências Sociais no Brasil tiveram como principal referência o marxismo e o estruturalismo, em suas diversas subdivisões. Na década de 1960 houve forte tendência à rejeição de teorias norte-americanas, vistas como empiristas e pouco sofisticadas. Entretanto, em período posterior, na década de 1970, a Escola de Chicago voltou a influenciar, de modo mais consistente, cientistas sociais brasileiros, especialmente antropólogos do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, dentre os quais se destaca o próprio autor (Gilberto Velho). Esta influência, no entanto, intercorreu por meio de pesquisadores de gerações subsequentes às primeiras formações da Escola de Chicago, sobretudo Erving Goffman e Howard Becker, com suas abordagens teórico-metodológicas pautadas na perspectiva do interacionismo simbólico. Escreve Velho: “O trabalho de campo e a pesquisa em geral têm, certamente, em Becker e Goffman poderosas inspirações” (VELHO, 2002: 14).

²⁶ Cf. BICUDO, Virgínia Leone. *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo* (1945). Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

Ainda na década de 1970, a Antropologia Urbana passou a ter mais notoriedade no Brasil. Além da Escola de Chicago, ela recebeu influências da Escola de Manchester, que tinha como um dos seus principais focos o estudo de nações africanas. Essa Escola também focalizava a questão da mudança social, porém, sob a ótica estrutural-funcionalista. Dentre os desdobramentos da Escola em estudos empreendidos na Inglaterra destacam-se as pesquisas sobre etnicidade urbana realizadas por Abner Cohen (FRÚGOLI Jr, 2005: 150).

Na área da Sociologia, porém, adquiriam cada vez mais vigor, desde a década de 1960, produções científicas de autores da sociologia urbana de inspiração marxista, que se desenvolveu na França, destacando-se Henri Lefebvre e Manuel Castells. Esses autores, como muitos outros da sociologia urbana de matriz marxista, cada qual com suas peculiaridades, criticaram veementemente o culturalismo e a escassez de reflexões mais consistentes no campo da economia e da política na produção de investigadores da Escola de Chicago. Houve, de antemão, uma tentativa de explicar os problemas inerentes ao espaço urbano por meio de análises “macroestruturais”, alicerçadas no marxismo estruturalista, cuja característica seria uma “estrutura sem sujeitos” (FRUGOLI Jr., 2005: 140). Nessa perspectiva, a cidade estaria essencialmente subordinada à reprodução da força do capital. Não obstante, devido a acentuadas transformações e à exacerbação de diversos problemas de ordem social, postos em evidência graças à atuação de movimentos sociais em busca de moradia, sobretudo em cidades da América Latina, a exemplo de São Paulo, esta situação acarretou uma progressiva relativização da “estrutura sem sujeitos”, visto que tal dinâmica veio a reforçar a relação entre questões urbanas e questões políticas (FRUGOLI Jr., 2005: 140).

Na segunda metade do século XX, sobretudo com a consolidação de pesquisadores da Escola Marxista Francesa, na qual se destacou o pensamento de Lefebvre, considerado um dos principais intérpretes da obra de Marx na França, exacerbam-se cada vez mais críticas vigorosas às formulações teóricas da Escola de Chicago. Dentre as objeções introdutórias, evidencia-se a redução da questão urbana a aspectos exteriores ao modo de produção capitalista (SOUZA, 2005: 72). A ideia predominante na sociologia urbana de orientação marxista é de que os processos de urbanização se constituiriam como uma dimensão espacial da dinâmica de acumulação capitalista.

Na linha marxista da compreensão da cidade, destaca-se também Castells, que evidenciou como limitações da sociologia urbana da Escola de Chicago a ausência de uma problematização da divisão da sociedade em classes antagônicas e os problemas dela decorrentes (CASTELLS, 2000: 138). Criticou ainda a interpretação de dinâmicas desencadeadas no espaço urbano, tais como a segregação, elucidadas por pesquisadores da Escola de Chicago como situações naturais e espontâneas, isto é, inerentes à dinâmica urbana, ao invés de socialmente produzidas. Desde a década de 1970, Castells passou a exercer ampla influência no Brasil, especialmente sobre pesquisadores que buscavam compreender questões referentes ao crescimento da cidade de São Paulo e da urbanização periférica²⁷. Em sua importante obra *A questão Urbana*, Castells focaliza a ideologia formulada pela classe dominante como fator primordial de disposição desequilibrada de serviços e equipamentos públicos. Em linhas gerais, o autor percebe a cidade como lugar de consumo coletivo e de luta social da classe trabalhadora, abordando a questão urbana de modo intrínseco ao processo de reprodução da força do trabalho²⁸.

Logo se levantaram objeções mais contundentes à Escola de Chicago. Entre pesquisadores brasileiros, elas incidem, principalmente, sobre a concepção ecológica da sociedade, que teve como influência modelos teóricos pautados no “evolucionismo social”. Robert Park, Ernest Burgess e Roderick McKenzie, ao conceberem a cidade como um espaço ecológico, estariam respaldando suas análises em modelos metodológicos provenientes das ciências naturais, mais especificamente, do darwinismo social. De acordo com Negri (2008: 132), para os estudiosos desta Escola, a cidade funcionava como um organismo vivo onde aquele que melhor se ajustasse seria capaz de habitar as áreas mais valorizadas, assemelhando-se isso ao processo de “seleção natural das espécies”, adaptado por Durkheim para a sociedade humana. Escreve Negri (2008: 134):

O maior equívoco desta escola foi o de ter tomado para a sociedade uma teoria construída para os elementos naturais e ter construído bases para a “naturalização” das relações sociais nas cidades. A segregação sócio-espacial foi tomada como algo inerente às cidades, através de questões de cunho racial, étnico e cultural. Como se ser segregado ou não fizesse parte do cotidiano do espaço urbano, das relações “naturais” entre as pessoas, ou seja, somente aquele que se

²⁷ Cf. ARANTES, Pedro Fiori. Em Busca do Urbano: Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos* 83, Março 2009.

²⁸ Cf. CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

adaptasse mais facilmente e mais rapidamente ao modo de vida urbano poderia sair-se melhor e, conseqüentemente, habitar as melhores áreas e ter as melhores oportunidades de trabalho e renda.

Outra crítica se refere aos modelos de análise desenvolvidos especialmente para cidades norte-americanas, o que os tornariam pouco aplicáveis à realidade da América Latina (PRETECEILLE, 2004; NEGRI, 2008; VILLAÇA, 2011). A crítica de Villaça (2011: 38) recai, principalmente, sobre a lógica dos círculos concêntricos para se discutir a questão da segregação. Escreve o autor:

As abordagens sob a óptica centro *versus* periferia, quando ultrapassam a descrição, limitam-se a denunciar a injustiça, não conseguindo explicar a segregação nem articulá-la ao restante da estrutura urbana e da totalidade social. Além disso – e isso já seria motivo suficiente para rejeitá-la –, é falsa como descrição da segregação. Segundo ela, em nossas metrópoles (e também nossas cidades médias e grandes), a segregação dar-se-ia segundo círculos concêntricos, com os mais ricos no centro e os mais pobres na periferia. Essa falsa visão decorre da teoria dos círculos concêntricos da Escola de Chicago, do início do século XX. O Rio de Janeiro, por exemplo, sempre desmentiu essa visão, pois a Zona Sul nunca teve periferia pobre. Seja no início do século XX, tempo em que Ipanema e Leblon eram periferia, seja no tempo em que Barra da Tijuca o era, seja hoje, quando o Recreio dos Bandeirantes o é. Favela incrustada na mancha urbana (como a Rocinha) não é periferia segundo nenhum conceito do termo. Além disso, em São Paulo, Granja Viana, Alphaville ou Aldeia da Serra mostram que há décadas existem áreas mais ricas não só fora do centro, mas na periferia afastada (VILLAÇA, 2011: 38-39).

Apesar das pertinentes críticas dos autores às muitas limitações das investigações da Escola Chicago, em diversas esferas, sobretudo no que concerne à utilização de modelos norte-americanos, sem as devidas adequações, em cidades latino-americanas, que acabam por apresentar baixo potencial explicativo sobre a nossa realidade, convém refletir a respeito da necessidade de tais críticas serem contextualizadas. A teoria das zonas concêntricas, por exemplo, foi desenvolvida por Burgess para um contexto específico, no caso, algumas cidades estadunidenses em pleno desenvolvimento industrial, com caráter ainda introdutório.

Nessa perspectiva, Véras chama atenção para o fato de que muitas críticas à Escola de Chicago têm sido feitas de modo caricatural, isto é, sem uma compreensão adequada de seus pressupostos teóricos mais amplos. Para a autora, é importante salientar que “seus tópicos são baseados nas características das cidades norte-

americanas das décadas de 20 e 30 e não podem ser generalizados nem para outras cidades do capitalismo industrial, muito menos para cidades pré-capitalistas” (VÉRAS, 2000: 30). Assim, convém sublinhar que as importantes objeções feitas à Escola de Chicago deveriam ser estendidas a toda tentativa de universalização de modelos de análise que não levam em consideração as peculiaridades do contexto analisado, questão esta discutida por Guerreiro Ramos desde a década de 1950, na obra *Redução Sociológica*²⁹, e hoje extensivamente problematizada pelos estudos decoloniais.

Retomando a contribuição de autores de orientação marxista, convém-nos mencionar o geógrafo britânico David Harvey, cuja obra intelectual e posição política são bastante difundidas no Brasil, com amplo enfoque na cidade como cerne tanto das indagações referentes ao capital e às lutas de classes, quanto das reivindicações e ações de movimentos sociais urbanos. No que diz respeito à segregação, Harvey, a compreende como uma distinção residencial entre grupos e tal distinção se daria devido à diferença de renda³⁰. Ideia semelhante é defendida por Negri (2008), que, ao elaborar uma análise acerca da segregação socioespacial, afirma que esse processo decorre muito mais de fatores econômicos do que de qualquer outro, isto é, devido à distribuição das classes sociais conforme o acúmulo de capital de cada grupo. Desse modo, Negri, em ampla sintonia também com as ideias de Castells, defende que a ocupação de determinados bairros depende “da reprodução da força de trabalho que o capital precisa para reproduzir-se” (NEGRI, 2008: 135).

Apesar da importância de todo aporte teórico formulado no campo da sociologia urbana de abordagem marxista, considerando-se as especificidades de cada vertente, tais análises, ao centralizarem extensivamente as dimensões econômicas e seus desdobramentos como, praticamente, únicas determinantes dos dilemas urbanos, entre os quais se encontra a segregação entre grupos sociais nas cidades, deixam de elucidar outras dimensões desse fenômeno tão complexo. As lacunas deixadas por essa linha de pensamento, corrente canônica no campo da sociologia urbana brasileira, abriram caminhos para formulação de reflexões que incorporam outras interfaces da segregação, a exemplo da questão racial.

²⁹ RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Redução Sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

³⁰ Cf. HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

A produção dos autores até aqui mencionados é ampla, não cabendo retomar pensamentos tão densos, extensivamente discutidos na literatura. As Escolas, correntes de pensamento e produção intelectual de cada autor têm sua importância e compõem o *hall* de conhecimentos acumulados que impulsionam novas reflexões. A presença maciça de negros em territórios marginalizados de diversas cidades brasileiras tem suscitado outros olhares e debates sobre o fenômeno, além de estimular construções teóricas ajustadas aos problemas que precisam ser enfrentados em nosso país.

Como bem evidencia Renato Emerson dos Santos (2012: 28), pensar sobre “Questões Urbanas e Racismo nos desafia a olhar as manifestações e expressões concretas e subjetivas do racismo no espaço urbano, o que é também, por outro lado, utilizar o espaço urbano como chave de compreensão do racismo”. Nessa perspectiva, se nos embasarmos estritamente na explicação de que, se a maioria da população brasileira a residir nas territorialidades periféricas é negra devido ao grupo negro ser maioria nas classes menos favorecidas economicamente, sem uma análise mais comprometida da questão, corremos o risco de reproduzir o mito da democracia racial.

A título de exemplo, a questão econômica não é suficiente para explicar resultados de pesquisas quantitativas, sobre os índices de segregação com base na raça, tais como as empreendidas por Telles (2003; 2012) e França (2014), que demonstram que brancos e negros de mesma condição econômica não necessariamente ocupam o mesmo território na cidade. Tampouco possui consistente potencial para ajudar a compreender subjetividades, combinações e superposições de hierarquias que acabam por impactar, de modo singular, indivíduos e grupos pertencentes a uma mesma classe social. Para melhor ilustrar essa problemática, reproduzimos um exemplo fornecido por Santos:

Ser uma mulher negra, praticante de candomblé e baiana condiciona experiências sociais distintas das de um homem, branco, cristão e paulista – e isso vale tanto na Bahia como em São Paulo. Ambos, do ponto de vista das relações de classe, podem ser proletário, ocupar posições semelhantes na estrutura produtiva, mas suas experiências de dominação, controle e exploração no capitalismo (o que envolve também formas e taxas de exploração) serão distintas (SANTOS, 2012: 42).

É em virtude dessas e de outras singularidades de nosso contexto que, nas últimas décadas, têm crescido consideravelmente o número de estudos que discutem a questão da segregação urbana tendo raça como categoria de análise. Em busca de

melhor compreender a condição social da população negra na cidade, recorreremos a alguns estudos que focalizam esta discussão, a partir de diferentes modelos teóricos e metodológicos.

1.3. Segregação Urbana e Questão Racial no Brasil

No Brasil, pesquisas sobre a segregação urbana, com base na raça, vêm sendo esboçadas desde a década de 1940, partindo da pesquisa de Pierson (1942) desenvolvida em Salvador³¹. Em sua investigação, o autor constatou que a cor da pele dos moradores variava significativamente conforme a qualidade dos bairros. As áreas mais pobres eram habitadas majoritariamente por negros retintos e mestiços de pele mais escura, ao passo que brancos e mestiços de pele mais clara concentravam-se em localidades mais valorizadas. Embora reconhecesse a segregação residencial por raça/cor, Pierson compreendeu que esse tipo de segregação ocorria apenas na medida em que a cor e a classe coincidiam (TELLES, 2012: 170).

Outro trabalho pioneiro na problematização da segregação residencial por raça é o de Costa Pinto, publicado pela primeira vez em 1953 e reeditado em 1998. O autor, ao desenvolver pesquisas sobre relações raciais no Rio de Janeiro, entre outras questões, analisou a distribuição da população na área urbana da cidade, com base no critério de raça/cor, chegando à conclusão de que os territórios precarizados, especialmente as favelas, eram compostos, em sua maioria, por pessoas negras. Escreve o autor:

Enquanto que, em cada cem habitantes do Rio de Janeiro, 27 são de cor, na população das favelas, em cada cem habitantes, 71 são de cor. Essa grande diferença, entre a proporção dos elementos de cor no Rio de Janeiro e a proporção dos elementos de cor nas áreas mais deterioradas da cidade, é a forma mais expressiva pela qual se manifesta aqui a segregação étnica (COSTA PINTO, 1998: 146).

Para Costa Pinto, a segregação residencial com base na raça é uma das dimensões mais odiosas da discriminação racial, pois impede que certos grupos, considerados inferiores, habitem determinadas localidades, reservadas aos grupos dominantes, que monopolizam o direito de se instalar (COSTA PINTO, 1998: 125). Apesar das especificidades de cada pesquisa, tanto a investigação de Pierson, em Salvador, quanto a de Costa Pinto, no Rio de Janeiro, enfatizam que a segregação com

³¹ PIERSON, Donald. *Negroes in Brazil: A Study of Race Contact at Bahia*. Carbondale and Edwardsville. IL: Southern Illinois University Press, 1967 [1942].

critério racial seria condicionada pela incapacidade econômica do grupo social em questão, ou seja, devido à presença maciça de negros na classe baixa.

Raquel Rolnik, em 1989, desenvolveu um estudo que trouxe à tona a substancialidade de análises específicas sobre os processos de segregação dos negros nas cidades brasileiras, tendo como foco central as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Para discutir a questão, a autora centrou-se no exame dos processos históricos e sociais que levaram a população negra a ocupar os territórios mais precários, desprovidos de recursos mínimos de subsistência, desde a conjuntura da supressão do sistema escravocrata e emergência da sociedade capitalista.

Em seu percurso histórico, a autora contextualiza o cenário da entrada maciça de imigrantes europeus no Brasil - fruto do projeto civilizatório adotado pelo país com vistas ao branqueamento físico e cultural de seu povo - sobretudo em São Paulo, para preencher a mão-de-obra na sociedade emergente, sucessora da escravista. A imigração europeia e as novas demandas da sociedade capitalista refletiram amplamente na reconfiguração territorial das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Rolnik expõe:

Essa reestruturação vinha adaptar a cidade senhorial-escravista aos padrões da cidade capitalista, onde terra é mercadoria e o poder é medido por acumulação de riqueza. A face urbana desse processo é uma espécie de projeto de “limpeza” da cidade, baseado na construção de um modelo urbanístico e de sua imposição através da intervenção de um poder municipal recém-criado. Um dos principais alvos de intervenção foram, nas duas cidades, justamente os territórios negros (ROLNIK, 1989: 6).

O acentuado estímulo de deslocamento forçado da massa de negros para os territórios da pobreza foi um processo violento nas duas cidades analisadas por Rolnik. Em São Paulo, num primeiro momento, os grupos sociais com maior poder aquisitivo passaram a abandonar os sobrados localizados no centro da cidade e a se deslocar para espaços com maior privacidade e exclusividade, enquanto os negros se concentravam cada vez mais nos locais desocupados pelos segmentos privilegiados. Eram cômodos e casas coletivas situados na região central ou núcleos próximos à zona rural. Desta configuração, derivaram notáveis núcleos negros, tais como o bairro do Bixiga, originário do quilombo de Saracura (ROLNIK, 1989: 4).

Na década de 1890, os territórios negros em São Paulo, definidos por Rolnik como quilombos urbanos, começaram a adquirir contornos mais consistentes. Logo

esses quilombos paulistas passaram a ser vistos como lugares desprezíveis, desqualificados, cujos habitantes nem sequer eram proletários (ROLNIK, 1989: 7). Não havia, no entanto, qualquer indagação sobre os motivos da não-proletarização daquele grupo social, que, como analisou Hasenbalg (2005: 189), sofreu intensamente a competição desigual com os imigrantes europeus recém-chegados ao Brasil com um lugar na esfera ocupacional, ao passo que os negros concentravam-se extensivamente na base dessa pirâmide. Mesmo após o estabelecimento do princípio de igualdade, 1988, os brancos continuaram a se beneficiar das melhores oportunidades, tendo condições de rejeitar as ocupações mais desagradáveis e mal-pagas (HASENBALG, 2005: 189).

A imagem depreciativa dos territórios negros foi intensificada devido: à aglomeração de pessoas, tidas como desclassificadas, que dividiam habitações coletivas da região central; à proximidade excessiva entre aqueles que nem sequer pertenciam ao mesmo núcleo familiar; à densidade de contatos, gestos, linguagem, danças; enfim, à uma série de elementos que conduziam à ideia de promiscuidade, destoante da disciplina, organização e padrões morais dos grupos economicamente mais abastados. Não por acaso, antes mesmo da abolição oficial da escravatura, em 1886, foi instituído um código de posturas municipal que: impedia a circulação de quituteiras, sob a alegação de que estas obstruíam o trânsito; estimulava o desmantelamento dos mercados, posto que afrontavam a cultura da cidade; proibia que lideranças religiosas exercessem suas atividades sob a acusação de serem farsantes, e muito mais (ROLNIK, 1989: 7-8).

Desse modo, não demorou muito para que o chamado “Centro Velho” de São Paulo fosse reconfigurado através dos “trabalhos de melhoramento da capital” iniciados na administração de Antônio Prado (1899-1911) e prosseguidos no governo de Raymundo Duprat (1910-1914). As principais transformações foram: alargamento das ruas, construção de praças e alamedas e remodelações diversas. Para a cidade que pretendia modernizar-se tendo como base referenciais europeus, a presença negra seria uma afronta. Portando, inerente a essas transformações veio à tona o projeto de “limpeza” da cidade, que acarretou o deslocamento e destruição de mercados e também a demolição de cortiços e pensões da região central, onde os negros estavam concentrados (ROLNIK, 1989: 8).

Como analisa Rolnik, o caso do Rio de Janeiro foi ainda mais violento, uma vez que tais operações de “limpeza” atingiram diretamente os quilombos da cidade, a exemplo da região portuária da Saúde e Gamboa, os cortiços e outras habitações coletivas da chamada Cidade Nova, que abarcava Sacramento, Santa Rita, Santana e Santo Antônio. Com vistas a sofisticar a imagem da cidade aos olhos estrangeiros, esta precisaria ser completamente remodelada e adaptada para a circulação exclusiva de “pessoas de bem”. A expulsão de grandes contingentes da região central do Rio de Janeiro resultou na intensa ocupação dos morros, acabando por consolidar as favelas como territórios predominantemente negros. Devido à proximidade de algumas favelas a bairros socialmente valorizados, chegaram a ser efetivados no Rio de Janeiro programas diversos de remoção de favelas, que teve grande vigor a partir da década de 1960, culminando com o deslocamento de seus moradores para habitações populares que se configuravam como uma espécie de refavelização em outras áreas (ROLNIK, 1989: 13).

Apesar de todos os esforços, as favelas não só continuam a constituir o cenário do Rio de Janeiro, mas também a sofrer cada vez mais com a falta de investimento e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento humano e econômico das comunidades, e, principalmente, com as ações cada vez mais repressivas, por parte do Estado, acentuadas com a intervenção militar na esfera da segurança pública decretada pelo governo de Michel Temer em fevereiro de 2018. As políticas de segurança pública, sobretudo as implementadas na última década no Rio de Janeiro, são alvo de pertinentes críticas tecidas por diversos pesquisadores, dentre os quais, Marielle Franco, tanto na esfera de sua produção acadêmica, quanto de sua atuação política. Franco (2014) evidenciou que a adoção de tais políticas pelo Estado, especialmente do programa Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas, sob os discursos de insegurança social, serviu apenas para reforçar o modelo de Estado Penal, discutido por Loïc Wacquant (2002), cujos resultados principais são: o aumento da repressão, controle sobre os pobres e seu aprisionamento, tanto nos territórios periféricos, quanto nas penitenciárias³².

³² Marielle Franco, mulher negra, ativista dos Direitos Humanos, nascida e criada na Favela da Maré, Socióloga, graduada em Ciências Sociais pela PUC-Rio, Mestra em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e vereadora da Câmara do Rio de Janeiro (PSOL), eleita em 2016, seu primeiro mandato, com mais de 46 mil votos, teve a sua vida brutalmente interrompida no dia 14 de março de 2018, quando retornava do evento: “Mulheres negras movendo estruturas”. Marielle foi vítima

De modo semelhante ao que se deu em São Paulo, no Rio de Janeiro houve poucas oportunidades de trabalho para os negros na conjuntura da abolição. Relata Rolnik:

Os dados de 1980 mostram que mais da metade dos 89 mil estrangeiros economicamente ativos que estavam na cidade naquele momento trabalhavam no comércio, manufatura e atividades artísticas. Enquanto isso, 48% dos não-brancos economicamente ativos empregavam-se no serviço doméstico, 17% na indústria e 16% não tinham profissão alguma (ROLNIK, 1989: 8).

Em sua análise, Rolnik ressalta as peculiaridades da segregação nos Estados Unidos, onde a dominação branca e o racismo sempre foram explícitos. No outro polo estaria o Brasil, onde historicamente a discriminação racial se desenvolveu de modo relativamente mais sutil, disfarçado ou, como bem analisou Abdias do Nascimento (1978: 93):

Não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país.

Nessa perspectiva, para a autora seria verossímil reconhecer a existência de segregação racial, da discriminação e de relações de dominação entre as raças, sobretudo ao considerar-se a extensa trajetória de marginalização e estigmatização do território negro. O aspecto fundamental da argumentação da Rolnik incide sobre o fato de que no Brasil haveria um tipo de “apartheid velado”. Desse modo, a segregação seria escamoteada, tal como o racismo à brasileira (ROLNIK, 1989: 1).

Com base no trabalho de Rolnik, tornam-se evidentes os esforços da classe dominante, que se delineava, para manter cada vez mais longe dos locais mais valorizados das cidades capitalistas, em desenvolvimento, aqueles que eram tidos como principal símbolo de atraso, obstáculo ao tão almejado progresso do país. Ao focalizar mais especificamente o cenário pós-abolição, as causas da segregação da população

de execução e os disparos contra o carro em que estava resultaram também na morte de seu motorista, Anderson Gomes. Marielle teve cinco projetos aprovados na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro e outros que ainda entrarão em pauta para votação. Deixou um importante legado de luta, sobretudo no que se refere aos direitos das mulheres, negros, LGBT e moradores das periferias. No âmbito acadêmico deixou uma relevante contribuição ao tratar do tema da segurança pública, mais especificamente, da atuação policial nas favelas do Rio, através das UPPs. Cf. FRANCO, Marielle. *UPP - A Redução da Favela a Três Letras: uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

negra podem ser compreendidas como constitutivas de um contexto marcado pelo ideário do branqueamento, cuja face urbana foi a tentativa incessante de esconder a população negra empurrando-a para regiões cada vez mais afastadas, precárias e, conseqüentemente, cerceando as suas possibilidades de mobilidade social ascendente.

Dentre as conseqüências dos processos violentos de segregação sofrida por esse contingente populacional, Rolnik (1989: 14) evidencia as ações truculentas da polícia nessas localidades, ações que contribuíram vigorosamente para reforçar ainda mais os seus estigmas. Embora a questão da violência policial, nos territórios predominantemente negros, tenha sido abordada por Rolnik na década de 80, sabe-se que ela é um padrão histórico ainda em curso.

Ainda que a análise de Rolnik tenha tido como foco as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ela fornece subsídios para a reflexão acerca do destino da população negra no período pós-abolição, que, como afirma a autora, foi submetida às situações mais extremas de “confinamento, humilhação, segregação e miséria” (ROLNIK, 1989: 15). Além disso, as duas cidades eram vistas como modelo, de modo que os padrões urbanísticos de caráter segregacionista certamente vieram a influenciar outras cidades do Brasil.

Convém explicar que, apesar de todas as dificuldades explicitadas com base na condição social do negro em São Paulo e no Rio de Janeiro, no Sudeste, eles, os negros, tiveram alguma possibilidade de, ainda que tardiamente, ingressar na classe operária. Como analisa Hasenbalg (2005: 189), a realidade social dos negros em outras regiões do país foi ainda mais difícil, visto que estes permaneceram confinados nos setores agrícolas desqualificados, com restritas possibilidades de ascensão na hierarquia ocupacional.

Rolnik afirma:

A história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cidade: se, no mundo escravocrata, devir negro era sinônimo de subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marca de marginalidade. O estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva; do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitarista em visita ao cortiço; do registro esquadrinizador do planejador urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas (ROLNIK, 1989: 15).

A autora escreve ainda, “assim se institui uma espécie de *apartheid* velado, que, se, por um lado, confina a comunidade na posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território, espaço-quilombo singular” (ROLNIK, 1989: 16). Os processos de segregação da população negra é uma realidade atual que reforça a continuidade de um modelo de urbanização marginalizante, no qual o negro é o grupo social mais preterido. É devido a essas especificidades que o desenvolvimento de estudos sobre segregação urbana com recorte racial têm sido crescente.

No Brasil, Edward Telles foi precursor no desenvolvimento de pesquisas detalhadas com o propósito de mensurar a segregação residencial com base na raça. Para este fim, o autor fez o uso de metodologias quantitativas pautadas na aplicação de índices de segregação - índices de dissimilaridade, exposição e isolamento -, que têm como objetivo examinar a dispersão ou concentração de um grupo em delimitado espaço urbano.

O índice de dissimilaridade estabelece um indicador da relação que há entre composição populacional de setores ou bairros e a composição populacional total da área de estudo, isto é, cidade ou aglomerado urbano. Praticamente, esse índice mensura a proporção da população de um grupo que precisaria mudar-se para outras áreas a fim de que a disposição da população, em cada unidade de área, ficasse em consonância com a cidade em seu conjunto (FEITOSA, 2005: 43). Trata-se de um recurso metodológico muito utilizado em estudos norte-americanos, região onde a segregação ocupa lugar privilegiado nos debates sociológicos sobre relações raciais e desigualdades.

No Brasil, a ideia corrente é de que a condição econômica é o que determina o local onde uma pessoa poderá viver, sem qualquer relação direta com a raça/cor. Nesse caso, a explanação para a preponderância de negros nas territorialidades periféricas fundamenta-se na predominância de negros nas classes mais baixas, ao passo que brancos predominam na classe média e alta; é por isso que esses últimos estariam mais concentrados nas localidades social e economicamente valorizadas. Esta é a concepção vigente sobre a distribuição residencial por raça no Brasil, ideia esta que, segundo Telles, requer maior problematização para não se correr o risco de reprodução do mito da democracia racial no nível urbano.

Telles se aprofundou nos estudos acerca das relações raciais no Brasil, buscando compreender a fundo suas especificidades em comparação com a conjuntura norte-americana. O autor afirma que, embora no Brasil não tenham sido instituídas leis que legitimassem a segregação, como ocorreu nos Estados Unidos, os habitantes das favelas são majoritariamente negros, fato este que, à primeira vista, remetia à ideia de que esses territórios seriam análogos aos guetos estadunidenses. Neste caso, convém lembrar que, apesar de algumas semelhanças, os territórios periféricos brasileiros são marcados pela heterogeneidade de seus moradores, visto abarcarem um significativo número de pessoas brancas da classe trabalhadora.

Telles chama atenção para o fato de que as interpretações dos índices de segregação devem ser compreendidas com base na história e nas peculiaridades de cada região, sem restringir as comparações ao modelo segregacionista baseado em leis, como foram os casos dos Estados Unidos e África do Sul, tampouco se respaldando na ideologia da democracia racial, que encobre o modo como raça e classe se articulam no Brasil (TELLES, 2012: 163).

Os resultados das investigações de Telles, com base nos índices de dissimilaridade, revelaram que, em comparação com os Estados Unidos, onde a segregação é extrema, a segregação no Brasil é moderada, uma vez que é natural brancos e negros partilharem o mesmo espaço nos bairros pobres, até porque a possibilidade de escolher onde morar é muito restrita para a classe baixa. Soma-se a isso a mistura racial no interior das próprias famílias, que acarreta índices considerados mais modestos de segregação. O aspecto fundamental da pesquisa de Telles, entretanto, fundamenta-se no fato da ampla interação entre negros e brancos ser praticamente restrita às localidades mais pobres, sobretudo aquelas nas quais os negros estão concentrados em maiores proporções. De outro ponto de vista, brancos das classes mais abastadas quase não têm vizinhos negros, excetuando-se à condição de empregados (TELLES, 2012: 183-183). Desse modo, a segregação entre negros e brancos é amena na classe baixa e acentua-se nas faixas de renda maior.

Chama atenção o fato de que brancos e negros com rendimentos similares não se distribuem da mesma forma na cidade. Nesse caso, as explicações pautadas estritamente em questões econômicas como determinantes para a inserção territorial na cidade não seriam suficientes para explicar a segregação por raça. Escreve o autor:

A segregação residencial entre brancos, pardos e pretos não pode ser atribuída apenas ao *status* socioeconômico; segregação residencial por cor ocorre entre pessoas de renda semelhante em cinco áreas metropolitanas. Então, a economia apenas não explica a segregação racial no Brasil. A auto-segregação, o racismo, ou ambos contribuem para a segregação racial, além da classe (TELLES, 2012: 172).

A investigação de Telles focalizou a indagação de existência ou não de segregação racial no Brasil, chegando à conclusão de que, no país, há segregação com base na raça, porém esta seria moderada, comparada ao caso extremo dos Estados Unidos. O autor, no entanto, não se aprofundou no estudo das possíveis causas dessa segregação, que é mais evidente nos estratos sociais mais altos. Dessa forma, suas inferências se baseiam na escassa literatura sobre o tema, no país, da qual sobressaem questões econômicas, discriminação no mercado imobiliário e a autosegregação de negros.

Como explicação possível para a segregação de brancos e negros consubstanciados nos estratos de renda mais elevados (classe média e alta), o autor formula duas hipóteses: a) Embora esses grupos tenham rendimentos similares na atualidade, o acúmulo pode ser distinto devido ao conjunto de fatores históricos e sociais que cercearam as oportunidades da população negra, sobretudo em contexto precedente. Neste caso, uma ascensão social recente poderia ser um fator de insegurança para a aquisição de imóveis em localidades mais valorizadas; b) a existência de uma autosegregação por parte dos negros com o intuito de minimizar o contato com os brancos e, conseqüentemente, reduzir as possibilidades de sofrer discriminação. A autosegregação poderia também ser decorrente de fatores relacionados à etnicidade, ou seja, estar relacionada a questões culturais e identitárias (TELLES, 2012: 172).

Para constatação ou não dessas hipóteses, seria necessário que o autor empreendesse pesquisas qualitativas, com o intuito de apreender elementos subjetivos inerentes às relações raciais no Brasil. De todo modo, convém evidenciar que, no que se refere à autosegregação, esta não diz respeito ao negro se sentir inferior ao branco, mas sim ao racismo que cerceia suas possibilidades de desenvolver uma vida social em territórios onde ele é visto como estranho. O domínio colonial deixou marcas profundas em nossa mentalidade e o racismo permanece central como instrumento de dominação dos grupos dominantes sobre aqueles considerados inferiores. Significativa parcela de negros passa a maior parte de sua trajetória vivendo em periferias pobres e bairros

populares, onde possuem família e amigos. Nesse sentido, é possível que muitos optem por construir uma boa casa no bairro de origem, ou em suas imediações, com vistas a preservar a sua sociabilidade.

No que diz respeito aos impactos da segregação sobre os grupos que a vivenciam, Telles afirma que ela traz consequências significativas, uma vez que se constituem em desigualdades de acesso aos mercados de trabalho e consumo, mercados que geralmente estão dentro ou próximo aos bairros brancos mais consolidados economicamente. Do mesmo modo, restringe o acesso a serviços essenciais, tais como o ingresso em boas escolas, hospitais e segurança pública (TELLES, 2012: 174).

Amparado pela perspectiva sociológica de Edward Telles, com técnicas de mensuração e ampla análise quantitativa, França (2014) desenvolveu estudos sobre segregação residencial na cidade de São Paulo com base na raça. O objetivo foi investigar a segregação residencial como uma esfera expressiva da caracterização das relações raciais no Brasil. Considerando que a população pertencente à classe baixa tem poucas chances de escolher onde residir, em muitos casos tal possibilidade é inexistente em decorrência de fatores econômicos, o autor optou por investigar as faixas de renda mais altas, nas quais os indivíduos negros já tivessem superado as barreiras financeiras e, conseqüentemente, teriam condições de escolher onde viver.

Ao fazer uso de dados do Censo Demográfico de 2000, França reafirmou os resultados das análises de Telles (que teve como base o Censo de 1980), uma vez constatado que a segregação racial se acentua nos estratos sociais mais altos, ou seja, nas classes média e alta. A pesquisa de França revela ainda que, quanto à distribuição no espaço urbano, os brancos pobres estão mais próximos dos brancos das classes mais altas do que os negros pobres. Escreve o autor:

[...] considerando as faixas de renda domiciliar mais altas, a concentração dos negros em áreas periféricas é bem maior que a dos brancos, ao passo que a proporção de brancos destes estratos em áreas de elite é bem maior que a dos negros. Por fim, também demonstramos que os brancos, mesmo que de classes mais baixas, estão, comparativamente, mais representados em áreas mais ricas da cidade do que os negros. Assim, as distâncias se expressam não apenas nos maiores índices de segregação racial que verificamos nos altos estratos, mas também no fato dos brancos pobres estarem mais próximos das classes mais altas do que os negros pobres. Ou seja, as camadas mais altas são compostas majoritariamente por brancos, e os pobres que os cercam também são brancos (FRANÇA, 2014: 6).

Para França, a segregação residencial representa a característica da estratificação social, ou seja, a distribuição residencial dos grupos na cidade é inerente à posição destes nas hierarquias sociais, o leva à inferir que a integração dos negros nas camadas mais altas tem seus limites (FRANÇA, 2010: 116). França não aborda, de modo concreto, as possíveis razões para a segregação entre brancos e negros pertencentes ao mesmo estrato social, isto é, aqueles com maior renda domiciliar, mas formula hipóteses semelhantes às aquelas apresentadas por Telles.

Quanto às consequências da segregação, o autor evidencia que “o espaço não apenas reflete a estratificação, mas também opera como um mecanismo de reprodução, estratificando as pessoas” (FRANÇA, 2010: 122). Desse modo, é possível que residir em territórios pobres e estigmatizados seja mais um fator de desvantagem que os negros acumulariam nas disputas para ascensão econômica. Assim, o autor ressalta a importância de criação de uma agenda de pesquisa que contemple essa problemática³³.

Outro autor que fez o uso de metodologias quantitativas para mensurar índices de segregação entre brancos e negros em cidades brasileiras foi Oliveira (2002), que, com base no modelo clássico de Massey e Denton³⁴, mensurou a segregação racial no Rio de Janeiro, trazendo à tona o modo como as favelas são desproporcionalmente ocupadas pelos negros em comparação com o seu percentual na cidade, realidade esta já destacada por Costa Pinto na década de 1950. Não foi possível ter acesso ao estudo original produzido por Oliveira, portanto, reproduzimos os achados de sua pesquisa conforme descrição registrada na pesquisa de Vargas (2005).

Em investigação empreendida por Oliveira numa favela em Niterói, o autor constatou que a população total do município é composta por 70% de brancos e 30% de negros. Não obstante, a favela é composta por 70% de negros e 30% de brancos. Com um índice de dissimilaridade de 60, conclui-se que, para não haver segregação por raça no contexto analisado, 60% dos negros residentes na favela, teriam de se mudar para outras localidades. Assim como Telles, a pesquisa de Oliveira reforçou que a segregação racial no Brasil é moderada, uma vez que se constatou o índice de dissimilaridade 60, com base nos modelos de Massey e Denton (1933), que assim a

³³ Cf. FRANÇA, Danilo. *Raça, Classe e Segregação Residencial no Município de São Paulo*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 2010.

³⁴ MASSEY, D. e DENTON, N. *American Apartheid: segregation and the making of the underclass*, Cambridge, Harvard University Press, 1993.

classifica. O ponto-chave da pesquisa de Oliveira, entretanto, é que a mensuração da segregação a partir de índices de dissimilaridade revela apenas as dimensões objetivas da segregação, não abarcando a complexidade de experiências dos negros nessas localidades (OLIVEIRA, 2002 apud VARGAS, 2005: 98).

Desse modo, o autor evidencia a existência de desigualdades no interior dos próprios territórios marginalizados, ou seja, a experiência da segregação com graus presumivelmente moderados pode ser acentuada ao se considerar a condição social dos brancos que habitam as mesmas localidades. Neste caso, o negro permanece em desvantagem. Pelo olhar dos que estão de fora, o território marginalizado pode ser lido como um lugar mais ou menos homogêneo, onde todos que lá residem sofrem os mesmos graus de desigualdades, além das desvantagens associadas ao estigma territorial. No entanto, não é raro que no interior de territórios marginalizados existam subdivisões que potencializem as desvantagens de determinados grupos. No caso da pesquisa de Oliveira, esta revela que as áreas com menor renda mensal são aquelas em que os negros estão mais concentrados, ao passo que em toda a favela os brancos têm os maiores rendimentos (OLIVEIRA, 2002 apud VARGAS, 2005: 99).

Em investigação desenvolvida por Vargas em Jacarezinho, uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, território predominantemente negro, o autor evidencia a forma como os discursos produzidos pela mídia desumanizam seus moradores, associando-os ao crime e tratando-os como classe perigosa. Para Vargas, o elo que se constituiu entre raça e espaço urbano perpetua estereótipos raciais depreciativos, bem como fundamenta e reforça a discriminação. De acordo com o autor, o racismo brasileiro é “silencioso, mas contundente, persistente e claramente expresso em padrões de segregação residencial” (VARGAS, 2005: 81).

Quanto às consequências mais perversas da segregação, Vargas ressalta as medidas repressivas sancionadas pelo Estado, sobretudo os mecanismos de criminalização dos moradores da favela, a racialização desumanizadora e as ações violentas comandadas pela polícia nos territórios segregados, onde os negros estão concentrados em maior proporção. Os “suspeitos” mortos nas ações rotineiras comandadas pela polícia são preponderantemente negros. Como mostra o mapa da

violência (2012), baseado na questão racial, o padrão de arbitrariedade policial, muitas vezes letal, é racializado³⁵.

Ao contrário dos autores Sabatini e Sierraltada (2006), que criticam veementemente a definição multidimensional e operacional que influenciou a investigação sobre segregação em escala global, elaborada pelos sociólogos Douglas Massey e Nancy Denton nos Estados Unidos, Vargas acredita na possibilidade de utilizar tal produção para analisar processos urbanos e raciais no Brasil. Para isso, o autor apresenta alguns conceitos derivados das análises em contexto norte-americano que poderiam gerar uma estrutura teórica para os estudiosos que buscam compreender como raça e espaço urbano influenciam-se mutuamente (VARGAS, 2005: 102). Evidentemente, as análises precisariam ser cuidadosamente adaptadas e modificadas de acordo com a realidade brasileira.

O que Vargas sugere é que sejam desenvolvidos estudos sobre cidades brasileiras que enfoquem possibilidades de interconexões cognitivas, políticas e históricas entre raça e espaço urbano. Para o autor, os poucos estudos que foram elaborados nesses moldes, revelam a riqueza de tal perspectiva analítica. Sobre a realidade brasileira, o autor faz as seguintes indagações:

Seriam comunidades pobres tão demonizadas se não fossem consideradas territórios negros? Do mesmo modo, seriam negros vistos de maneira tão negativa não fossem as representações e políticas oficiais com relação aos lugares pelos quais eles estão super-representados, a saber, as favelas e áreas pobres? (VARGAS, 2005: 104).

De acordo com Vargas, as respostas para essas perguntas consistem do modo como se analisa raça e espaço urbano enquanto componentes constituintes fundamentais das hierarquias sociais profundamente desiguais no Brasil. Para o autor, as disparidades sociais que caracterizam diversas cidades brasileiras “referem-se tanto à racialização do mundo social quanto às formas como essa racialização torna-se codificada na geografia urbana e social das cidades” (VARGAS, 2005: 105). É nesse sentido que, para Vargas, a ideia de que não existe segregação racial no Brasil precisa ser desconstruída tanto quanto o mito da democracia racial.

³⁵ Cf. WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.

Em sua pesquisa, Silva (2006), elucidou aspectos da urbanização da cidade de São Paulo, amplamente influenciada pelo ideário do branqueamento e por intervenções políticas pautadas em concepções eugenistas que impulsionaram o deslocamento forçado da população negra da região central para áreas mais afastadas, que são as periferias atuais, processo este que é simultaneamente social e racial. Silva respaldou suas análises a partir da articulação de dados quantitativos, objetivando construir uma cartografia social e econômica de São Paulo, bem como em entrevistas qualitativas, em profundidade, com moradores negros residentes em diversos bairros da cidade.

Ao analisar a experiência de sociabilidade de negros que habitam as periferias pobres, e também daqueles que residem nos territórios mais valorizados social e economicamente, evidencia-se que a vida dessas pessoas é impactada nas duas esferas. Aqueles que habitam territórios precarizados, onde os negros estão amplamente concentrados, embora estabeleçam laços com seus vizinhos, tem a sociabilidade comprometida devido a infortúnios decorrentes da pobreza e, principalmente, por causa do medo da violência. Já os negros que possuem maior poder aquisitivo e residem em áreas valorizadas, onde sua presença é diminuta, ainda que possam dispor de melhores condições de vida devido às facilidades que a localização no território lhes proporciona, tendem a ser discriminados por ocuparem um lugar que, na concepção de muitos, não lhes foi destinado. Desse modo, constata-se que a ascensão em termos econômicos não corresponde à ausência de discriminação. A experiência da sociabilidade existe, todavia, é limitada em decorrência do racismo que permeia as interações sociais em suas mais diversas esferas³⁶.

Renato Santos (2012) elabora uma interessante discussão acerca da “espacialidade das relações raciais”. Respaldo nas contribuições teóricas de autores como Aníbal Quijano e Ramón Grosfoguel, Santos propõe uma reflexão crítica sobre raça e espaço urbano com base nos princípios de hierarquização que constituem a colonialidade das relações de poder. Expõe o autor:

[...] refuncionalizam-se através do tempo, formas e padrões de segregação socioespacial que tem na dimensão racial (entrecruzada com uma série de outros princípios de hierarquização) um elemento crucial para a reprodução de uma sociedade marcada pelas desigualdades (SANTOS, 2012: 62).

³⁶ Cf. SILVA, Maria Nilza. *Nem Para Todos é a Cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília, DF: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.

A Pesquisa de Raimundo (2012) aborda a questão da violência urbana exercida sobre a juventude negra que habita áreas urbanas periféricas. Para melhor compreender a questão, o autor faz uso de metodologias qualitativas, especialmente do grupo focal, com jovens negros entre 14 e 27 anos de idade. Assim como outros autores (VARGAS, 2005), ele ressalta o problema da estigmatização e criminalização da juventude negra, sobretudo através das mídias. Destaca com mais ênfase a insegurança dos jovens negros do sexo masculino, cuja aparência de “suspeitos” os deixa em situação de vulnerabilidade, posto que eles são os que mais sofrem com a violência letal, especialmente pelas mãos da polícia, uma das faces mais perversas da violência urbana (RAIMUNDO, 2014: 11) e do racismo institucional.

Há ainda muitos outros estudos pertinentes que focalizam raça e espaço urbano no Brasil. Mesmo partindo de poucos textos, é possível perceber que a raça desempenha um papel importante na distribuição da população no espaço urbano.

Sintetizando Ideias

Como se pôde observar, as investigações cujo intento é desvelar as especificidades que permeiam os processos de segregação urbana nas cidades brasileiras e os seus resultados - considerando-se raça como categoria de análise - estão inscritas nas pautas de pesquisa desde a década de 1940 (PIERSON, 1942; COSTA PINTO, 1953/1998), no entanto, começam a adquirir contornos mais consistentes apenas no final da década de 1980 (ROLNIK, 1989; TELLES, 1993). O crescimento desses estudos, que ganhou maior impulso a partir da primeira década do século XXI (TELLES, 2003, 2012; VARGAS, 2005; SILVA, 2006; CAMPOS, 2012; SANTOS, 2012; FRANÇA, 2010, 2014), tem suscitado novas reflexões quanto às complexidades do fenômeno da segregação que, ao incluir a questão racial, apresenta-se como um debate longe de se esgotar.

No Brasil, as análises sobre segregação urbana encontram campos mais profícuos e consolidados de discussão em estudos baseados em teorias marxistas. Desse modo, as investigações que centralizam a classe e as questões econômicas para explicar a segregação estão devidamente inscritas na produção teórica brasileira. Sem deixar de reconhecer a importante contribuição dessa literatura, suscitamos reflexões críticas acerca do papel da raça na caracterização desse fenômeno. É nessa perspectiva que se inserem os estudos sobre raça e espaço urbano produzidos nos últimos anos.

A partir da análise dos trabalhos aqui reunidos, entende-se que a segregação constitui-se como dimensão da marginalização histórica imposta aos negros. A implementação de políticas urbanas pautadas no pensamento eugenista e no ideário do branqueamento levaram ao banimento da presença negra das áreas urbanas mais valorizadas das principais cidades brasileiras, através do intenso empenho de deslocamento forçado desse grupo social para as periferias pobres, sobretudo após a abolição da escravatura. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o pensamento eugenista foi rechaçado como ciência, o que não significa que suas ideias foram eliminadas. A persistência da hierarquização social com base na raça, bem como de modelos urbanísticos segregacionistas que continuam a orientar a organização das cidades contemporâneas, demarcam o exercício da colonialidade, aqui entendida como padrão de poder resultante do colonialismo, que continuam a permear as relações intersubjetivas através do mercado capitalista e da ideia de raça (MALDONADO-TORRES, 2007: 131). Mais do que isso, evidenciam a persistência de uma estrutura racista que atinge drasticamente o negro determinando-lhes lugares e não-lugares na cidade.

A ideia que predomina no Brasil é a de que não há no país uma segregação com base na raça, mas sim alicerçada na classe social. Como a população negra se concentra em maiores proporções na classe baixa, sua presença maciça nos territórios da pobreza seria um reflexo de sua posição nessa hierarquia. Nessa perspectiva, considerando-se que é a capacidade de pagar pela habitação que estabelecerá onde uma pessoa poderia viver, nos parecem plausíveis as razões de ampla ocupação das periferias precárias pelos negros, que, em sua maioria, são pobres. O papel da classe é evidente nesse processo - visto que, para os pobres, há pouca ou nenhuma possibilidade de escolha em razão da sua condição econômica -, porém, não é exclusivo. Como analisa Hasenbalg (2005: 120), a raça opera como um critério para o preenchimento de lugares na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Sendo assim, como mostram as investigações de Oliveira (2002) e Telles (2012), no interior de uma área urbana pobre e estigmatizada, os negros ainda enfrentam desvantagens em relação aos vizinhos brancos de mesma classe social.

Outro aspecto que chama atenção nas pesquisas apresentadas (TELLES, 2012; FRANÇA, 2010, 2014), diz respeito a brancos e negros alocados no mesmo estrato de rendimentos, pertencentes às classes médias e altas, não necessariamente ocuparem o

mesmo espaço na cidade. Neste caso, as análises evidenciadoras de que é a condição econômica que determina a localização no território não têm sido suficientes para explicar por que os negros pertencentes às classes média e alta encontram-se mais concentrados em áreas periféricas que os brancos de mesma condição social.

Os estudos aqui mencionados, que têm raízes em diferentes referenciais teóricos e metodológicos, estão em consonância quanto à existência de segregação racial no Brasil. No que se refere aos dispositivos utilizados para mensurar, em cidades brasileiras, os índices de segregação por raça, nota-se a predominância de estudos embasados em modelos metodológicos norte-americanos (OLIVEIRA, 2002; TELLES, 2003; 2012; FRANÇA, 2010,2014), mesmo porque, o estudo quantitativo da segregação é quase nulo na América Latina. A forma de medir a segregação com bases teóricas e metodológicas estadunidenses é veementemente criticada por estudiosos, como Sabatini e Sierralta³⁷, devido às singularidades das cidades latino-americanas. Tais críticas são pertinentes, já que tendem a levar pesquisadores a refletir sobre a necessidade de desenvolver estudos contextualizados. Isso não implica, no entanto, em abandonar esses referenciais, mas adequá-los conforme as peculiaridades históricas e sociais de cada região, se eles forem cabíveis.

No caso dos estudos quantitativos, com vistas a mensurar a segregação entre brancos e negros em cidades brasileiras, que têm sido testados, avaliados e readequados conforme as características da nossa conjuntura, estes têm-se mostrado pertinentes no sentido de fornecer elementos que podem ajudar a embasar as discussões sobre segregação urbana circunscrita à questão racial no Brasil. Identificar onde a população negra está mais presente nos parece bastante oportuno para se pensar na segregação com base na raça num contexto em que pouco se reconhece a sua existência.

Sob outra perspectiva, em termos práticos, esses estudos se restringem a confirmar a existência da segregação racial e a disponibilizar sua estatística. Por se tratar de um campo de estudo relativamente recente, os fatores que atuam estimulando a segregação de contingentes populacionais negros, sobretudo nas classes economicamente mais abastadas, são discutidos apenas como hipóteses (TELLES,

³⁷ SABATINI, Francisco; SIERRALTA, Carlos. Medição da Segregação Residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas - População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006.

2012; FRANÇA, 2014). Observa-se, no entanto, um avanço significativo dessas pesquisas na tentativa de conciliar os resultados quantitativos a análises qualitativas (SILVA, 2006), capazes de revelar dimensões subjetivas da segregação, a exemplo dos estigmas territoriais e os problemas deles decorrentes. Evidentemente, qualquer que seja a orientação teórico-metodológica a ser adotada, deve-se considerar a produção teórica que trata das singularidades das relações raciais e das questões urbanas no Brasil.

No que se refere às causas da segregação da população negra nas periferias pobres, as razões mais recorrentes nos estudos revisados são: a) modelos urbanísticos pautados no pensamento eugênico e higienista, que adquiriu grande vigor nas primeiras décadas do século XX, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Essas intervenções, que expulsaram dos grandes centros urbanos a população negra levando-a a ocupar os territórios mais precários vieram a exercer influência sobre diversas cidades brasileiras (ROLNIK, 1989; SILVA, 2006; CUNHA Jr. e RAMOS, 2007); b) soma-se aos processos históricos e sociais o ciclo cumulativo de desvantagens desse grupo social que, entre as diversas consequências, acarretou à população negra uma espécie de pobreza estrutural (CAMPOS, 2012); c) como a população negra, em sua maioria, não pertence à classe detentora de recursos econômicos que lhe permitiria escolher onde habitar resta-lhe residir naquelas áreas que suas condições permitem pagar, a exemplo dos conjuntos habitacionais e outros tipos de moradia popular; ou, nos casos dos segmentos mais pobres, nem sequer existem alternativas, o que os leva à ocupação de áreas urbanas irregulares, a constituição de favelas e a outros tipos de ocupações precárias. Já, as causas da segregação residencial de negros pertencentes às classes com maior poder aquisitivo, estas ainda configuram-se como hipóteses, sendo as mais expressivas: a) ascensão social recente, cuja consequência é a ausência de rendimento acumulados, o que poderia constituir-se como fator de insegurança para a aquisição de imóveis em áreas mais valorizadas (TELLES, 2003, 2012; FRANÇA, 2010; 2014); b) existência de uma autosegregação por parte dos negros com o intuito de minimizar contato com os brancos e, conseqüentemente, reduzir as possibilidades de sofrer discriminação (TELLES, 2003, 2012; FRANÇA, 2010, 2014), ou seja, uma autosegregação decorrente do racismo. A autosegregação poderia também decorrer de fatores relacionados à etnicidade (ROLNIK, 1989; TELLES, 2012). A colonialidade, como um padrão de poder que articula diversas esferas da vida social, também aparece como propulsora da segregação tendo a raça como cerne (SANTOS, 2012).

Quanto às consequências da segregação urbana sobre os negros que habitam territórios socialmente marginalizados, as mais destacadas são: a) estigmas territoriais e criminalização dos habitantes das periferias pobres (ROLNIK, 1989; VARGAS, 2005; SILVA, 2006); b) desigualdades de acesso aos mercados de trabalho e consumo (TELLES, 2012); c) ocupação do espaço urbano não apenas como reflexo da estratificação, mas também como dispositivo de reprodução da estratificação, o que acarretaria a acumulação de mais um fator a cercear as possibilidades de ascensão econômica de negros residentes em áreas demarcadas pela pobreza (FRANÇA, 2010); d) ampliação e agravamento de medidas repressivas sancionadas pelo Estado que, por intermédio da polícia, revela uma das faces mais perversas da segregação: a violência letal contra moradores de áreas periféricas, sobretudo de jovens negros (VARGAS, 2005; RAIMUNDO, 2014).

Torna-se evidente a necessidade de uma agenda de pesquisa que trate da questão da segregação urbana circunscrita à questão racial de modo mais amplo e consolidado. Esta discussão que suscitamos é ensejo para que, apesar da ampla complexidade teórica e metodológica, a questão racial seja pensada e enfrentada com vistas à construção de caminhos para a construção de cidades mais justas e democráticas para todos os segmentos populacionais. Passemos, então, a discutir algumas especificidades da cidade de Londrina para, posteriormente, retomar a questão da segregação.

* * *

CAPÍTULO II

CIDADE E COLONIALIDADE/DECOLONIALIDADE: A Construção dos Matizes da Identidade de Londrina

Contrário ao pensamento de que o racismo é uma ideologia ou uma superestrutura derivada das relações econômicas, a ideia de “colonialidade” estabelece que o racismo é um princípio organizador ou uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade. O Racismo é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho, até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosa, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano). [...] Na perspectiva decolonial, o racismo organiza as relações de dominação da modernidade, mantendo a existência de cada hierarquia de dominação sem reduzir uma às outras, porém, ao mesmo tempo, sem poder entender uma sem as outras.

Ramón Grosfoguel - Decolonialidade e Pensamento
Afrodiaspórico, 2018.

O objetivo deste capítulo é contextualizar o início da formação de Londrina, décadas de 1920-1950, situando-a no cenário nacional, e a construção dos matizes de sua identidade. Evidenciamos que, nessa conjuntura, mais especificamente entre as últimas décadas do século XIX até a primeira metade do século XX, os círculos intelectuais do Brasil, com raras exceções, estiveram fortemente comprometidos com

*ideologia do branqueamento*⁵³, elemento fundamental para compreensão do racismo no Brasil. Ela foi construída na base das conveniências de dominação colonial e imperial e intensamente expandida no período pós-abolição, sobretudo com o início da industrialização e urbanização, articulada aos discursos de progresso, intrínsecos ao novo padrão de poder mundial que se consolidava: o sistema capitalista. Essa corrente de pensamento veio a impactar as esferas políticas e sociais não somente no que diz respeito ao projeto de embranquecimento populacional, propriamente dito, mas também aos aspectos culturais e aos projetos urbanísticos, de caráter segregacionista, que levaram os indesejados, pobres e negros, a serem empurrados para as localidades mais distantes e precárias de diversas cidades brasileiras.

Além da ideologia do branqueamento - nessa seção, principal contextualizadora das especificidades do racismo no Brasil - conduzimos o debate à luz do conceito de *colonialidade*, desenvolvido por Aníbal Quijano após profunda análise da situação da América Latina, e debatido com grande vigor interpretativo por autores como Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, entre outros autores ligados ao paradigma modernidade-colonialidade-decolonialidade. Compreendendo a colonialidade como um padrão de poder multidimensional que se constitui como alicerce do sistema capitalista - no qual a raça assume o papel crucial de classificação da população mundial - as hierarquias por ela produzidas resultam em experiências de dominação e exploração que, como analisa Santos (2012: 41-42), levam a trajetórias discrepantes, de indivíduos e grupos, nos diversos contextos capitalistas. Como afirma Quijano (2010: 84-85), no momento em que o capitalismo se tornou mundial, a colonialidade e a modernidade instauraram-se articuladas como elementos constitutivos e específicos do seu padrão de poder, que permanece até hoje.

A colonialidade opera por meios materiais e subjetivos da existência social cotidiana e da escala social (QUIJANO, 2010: 84), dando suporte ao racismo estrutural enraizado no Brasil, por vezes escamoteado pelo mito da democracia racial, mas eficazmente perverso. Em Londrina, suas formas de expressão e exercício parecem emergir nas mais diferentes esferas, dentre as quais podemos citar: a construção de sua história oficializada, que omite a presença de negros e indígenas (colonialidade na

⁵³ Para uma compreensão mais aprofundada sobre a ideologia do branqueamento, cf. HOFBAUER, Andreas. *Branqueamento e Democracia Racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil*, 2011.

produção de conhecimento ou colonialidade do saber articulada ao racismo à brasileira, que elimina os considerados inferiores); características do próprio projeto arquitetônico da cidade, isto é, do ambiente construído, que, se por um lado, não reconhece a existência de determinados grupos sociais, por outro, sedimenta as raízes da hegemonia eurocêntrica nas representações culturais através de símbolos como cabines telefônicas inglesas, distribuídas em diversos pontos da cidade, passarela cujas torres fazem alusão ao relógio Big Ben, de Londres, entre outros ícones que visam promover sua aproximação com a capital inglesa (colonialidade presente nas representações culturais); e, sobretudo, a segregação socioespacial de grupos historicamente subalternizados, principalmente negros (colonialidade nas esferas do poder, uma das bases de sustentação do racismo estrutural na contemporaneidade).

Para melhor compreender as idiossincrasias de Londrina, iniciamos a discussão com uma explanação acerca da ideologia do branqueamento e algumas especificidades do Sul do Brasil e do Estado do Paraná. Na sequência apresentamos determinadas características de Londrina, da sua fundação até os dias atuais, incorporando à pauta nuances das injustiças sociais às quais é submetida a população negra, especialmente na esfera econômica e cultural. Por meio de texto e de algumas imagens, explicitamos que, apesar de preterido na história oficializada, o negro esteve presente desde os primórdios da cidade desempenhando atividades imprescindíveis ao seu desenvolvimento, a começar pela intensa mão de obra na derrubada de matas e nas lavouras de café, no último dos seus ciclos, até os trabalhos urbanos, informais ou assalariados, inerentes ao modo de produção capitalista. Ademais, mencionados também, seu protagonismo na esfera política, cultural, educacional e na luta contra a discriminação racial.

Nesse sentido, adotamos como referencial a *decolonialidade*, que, conforme afirmam Costa e Grosfoguel (2016: 17) consiste numa prática de oposição aos poderes coloniais. Ao reconhecermos a colonialidade como dispositivo de poder e dominação, inclusive na produção do conhecimento, vemos que o caminho a ser trilhado é o da descolonização. Daremos, então, visibilidade ao conhecimento produzido a partir de uma perspectiva subalternizada, isto é, de uma perspectiva negra.

2.1. A Ideologia do Branqueamento e os seus Desdobramentos

Considerando que Londrina nasceu numa conjuntura na qual a elite política e intelectual do Brasil, em sua maioria, esteve em ampla convergência com o ideário do branqueamento, importante dimensão dos efeitos da dominação colonial e um dos principais mecanismos para a interpretação do racismo brasileiro, julgamos conveniente abordar alguns aspectos desse projeto político-social e seus desdobramentos.

No Brasil, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, foi colocado em prática um projeto de nação, embasado em teorias racistas e racialistas, que visava o branqueamento físico e cultural da população do país. Uma de suas principais medidas foi, sob os discursos de progresso, incentivar a vinda de milhares de europeus para o Brasil, em grande parte subsidiada pelo governo brasileiro, com o intuito não só de inseri-los como mão-de-obra da sociedade emergente que sucedia o período escravocrata e já despontava para uma incipiente industrialização, especialmente em São Paulo, mas também de “melhorar” as características da população do país. Somente entre os anos de 1890 e 1914, foi registrada a entrada de dois milhões e quinhentos mil europeus, sendo as viagens de quase um milhão, 987.000, custeadas pelo Estado (HOFBAUER, 2011: 2), enquanto os negros, livres e recém-libertos, não tiveram qualquer tipo de amparo com vistas a integrá-lo na nova sociedade. Para muitos intelectuais e políticos brasileiros, amplamente influenciados por teorias raciais provenientes da Europa, símbolo de prestígio e atualidade intelectual, os europeus possuíam elementos étnico-raciais superiores, capazes de aprimorar as características de um povo “degradado” pelos séculos de escravização, miscigenação e proliferação de descendentes de africanos.

A mistura racial vista, inicialmente, como emperramento do progresso do Brasil - posto que, na concepção das teorias raciais clássicas, que defendiam a pureza racial, dava origem a um tipo étnico degenerado, o mestiço, que não teria nem a capacidade intelectual do branco nem a força física do negro -, passou a ser compreendida como potencial solução para o “problema” nacional. Isso porque cientistas brasileiros adaptaram as teorias raciais europeias - que tinham profunda aversão à miscigenação - aos interesses políticos e sociais da conjuntura brasileira. O ponto-chave dessa adequação incidiu na produção de um modelo interpretativo peculiar, refratário à ideia de que a mistura entre as raças, inevitavelmente, levaria à degeneração.

Ao contrário, instaurou-se a ideia de que, a saída estaria no branqueamento gradativo das gerações justamente através da mestiçagem como uma espécie de regeneração, ou seja, de aprimoramento progressivo da raça. Por exemplo, uma mulher negra que se relacionasse com um homem branco daria origem a uma filha mestiça, a qual, ao se relacionar com um homem branco, teria grandes chances de conceber um filho fenotipicamente branco. Desse modo, a miscigenação se configuraria como uma etapa transitória para alcançar o objetivo maior: transformar corpos negros em corpos brancos, ou, mais do que isso, embranquecer a população não apenas fisicamente, mas também culturalmente. Simultaneamente projetou-se o extermínio do negro que, nessa conjuntura, foi considerado raça inferior e principal símbolo de atraso do país⁵⁴.

Como afirma Lilia Schwarcz (1994: 140), no final do século XIX, o Brasil se tornou um grande laboratório racial, capaz de atrair viajantes de diversas partes do mundo para analisar a situação do país. O escritor francês Joseph Arthur Gobineau, mais conhecido como Conde Gobineau, esteve no Brasil em 1869 em missão diplomática, como representante da França. Ao avaliar o cenário racial que observara no país descreveu-o do seguinte modo: “Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia” (RAEDERS, 1988: 96). Para o escritor, que usufruía da respeitabilidade de intelectuais brasileiros da época, a nação brasileira estaria fadada à extinção em menos de dois séculos devido à ampla miscigenação entre índios, negros (raças consideradas inferiores) e uma pequena parcela de portugueses. Os discursos pessimistas sobre o futuro da nação mestiça eram predominantes e enfáticos. Evidencia-se, assim, quão problemática era a mestiçagem na ótica de pensadores brancos europeus daquele contexto, assim como na visão de muitos intelectuais brasileiros que liam, avidamente, esses autores, cuja produção científica apresentava-se como principal nexos explicativo da “realidade”. Assim foi aceita e disseminada a ciência embasada na suposta superioridade da raça branca (SCHNEIDER, 2011: 165).

Como analisa Schneider (2011: 169), a tese da superioridade racial branca foi fortemente admitida, não apenas pela maioria dos estudiosos brasileiros, mas por praticamente todo pensamento ocidental. É preciso considerar, no entanto, as especificidades de cada contexto. Silvio Romero, um dos mais representativos

⁵⁴ Cf. MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

intelectuais do Brasil nesse período, atribuiu uma importância histórica à miscigenação na formação cultural do país. Ao contrário da maioria dos estudiosos europeus, que desqualificava a mistura racial, Romero não a percebia como degenerativa. Para ele, a miscigenação desempenhava um papel importante, uma vez que contribuía para civilizar “raças inferiores”, além de se constituir como uma importante oportunidade de tornar o país mais branco, com o auxílio da imigração europeia, capaz de viabilizar o progresso e a modernização. Ele acreditava na predominância biológica e cultural branca e no desaparecimento progressivo dos não-brancos. Escreve Romero:

A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá no porvir ao branco; mas que este, para essa mesma vitória, atento às agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que é útil às outras duas raças lhe podem fornecer, maximé a preta, com que tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: - de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a imigração europeia (ROMERO, 1880: 53 *apud* AZEVEDO, 2004: 60).

Convém salientar que a ideologia do branqueamento não ficou restrita a uma construção simbólica ou intangível, uma vez que houve políticas solidificadas com vistas ao banimento das raças consideradas inferiores. Como exemplo, cabe rememorar o Decreto n. 528, assinado pelo então presidente Deodoro da Fonseca, no dia 28 de junho de 1890, que, em seu Art. 1º determinava: “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho. Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante a autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos” (NASCIMENTO, 1978:71).

Este projeto de nação, que começou a ser propagado no século XIX, avançou para o século XX com grande vigor. Chegou-se, inclusive, a estabelecer prazos para que o negro fosse eliminado do cenário nacional. O médico e cientista João Batista de Lacerda, em uma comunicação proferida no Congresso Universal das Raças, ocorrido em 1911, em Londres, defendeu que em um século, após três gerações, o Brasil, enfim, seria branco e civilizado devido ao processo de cruzamento das raças (SCHWARCZ, 1994: 137-138).

Não podemos deixar de mencionar também a institucionalização de movimentos eugênicos na América Latina. Muito se fala sobre a eugenia nos grandes centros hegemônicos, com maior destaque na Alemanha Nazista, cujo pensamento, alicerçado na ideia de pureza racial, culminou no holocausto. Em proporções bem menores problematizou-se a eugenia instituída nos países periféricos, a exemplo do Brasil, onde intelectuais renomados não apenas consumiram a literatura estrangeira sobre esse pensamento, como trataram de constituir movimentos eugênicos específicos. Em 1918, por exemplo, foi criada a Sociedade Eugênica de São Paulo, da qual faziam parte intelectuais como o médico e sanitarista Renato Kehl, o médico e escritor Edgard Roquette Pinto, o escritor Monteiro Lobato, entre outros. Foi o primeiro movimento do gênero na América Latina, embasado em pressupostos abertamente racistas⁵⁵.

A historiadora Nancy Stepan (2005), que teve como foco o estudo da eugenia em países da América Latina, teceu análises contextualizadas permitindo-nos compreender que os intelectuais do eixo latino-americano não foram meros consumidores da produção científica dos países hegemônicos, visto que eles empenharam-se em introduzir, seletivamente, as teorias eugênicas e adequá-las aos interesses da conjuntura social de cada país⁵⁶. E foram sob esses prismas que se fomentaram amplas discussões sobre raça e identidade nacional no Brasil.

Não por acaso, em 18 de setembro de 1945, Getúlio Vargas, quase no fim do seu governo ditatorial, assinou o Decreto-Lei nº 7967, que regulava a entrada de imigrantes no Brasil de acordo com “a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia” (NASCIMENTO, 1978: 71). A ideia corrente era promover o a modernização do país sobre os pilares do branqueamento, respaldando-se nos parâmetros europeus de civilidade, valores e modo de vida.

A revisão seria ampla se o nosso intento fosse discutir, de modo mais aprofundado, o ideário do branqueamento, mas não é esse o foco deste trabalho. A ideia fundamental é fornecer alguma base para a compreensão do cenário nacional no período da constituição de Londrina, com destaque aos discursos científicistas de progresso e da

⁵⁵ Cf. DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

⁵⁶ Cf. STEPAN, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005.

construção de uma identidade nacional circunscrita aos paradigmas europeus de civilidade. Esse pensamento respaldou a implementação de políticas urbanas de cunho segregacionista, com grande ênfase racial, como aquelas que abordamos no Capítulo I, principalmente através da pesquisa desenvolvida por Raquel Rolnik (1989). Para muito além do branqueamento como projeto de nação, suprimido após a Segunda Guerra Mundial (1945) - na qual o mundo havia experimentado genocídios decorrentes de teorias de superioridade e inferioridade racial - seus fundamentos, ainda hoje, permanecem entranhados no tecido social, continuando a permear as relações de poder e as interações sociais cotidianas.

Além disso, lembremo-nos de que imbricada na consolidação de sociedades alicerçadas no poder capitalista, se estabeleceu a colonialidade como um dos seus eixos centrais. Como mecanismo de poder, ela mantém intensamente vivas as racionalidades intrínsecas ao colonialismo. Conforme afirma Linda Alcoff (2016: 137), “O colonialismo cria e reifica identidades como meio de administrar povos e estabelecer hierarquias entre eles”. No decurso do desenvolvimento das características do poder atual foram-se estabelecendo novas identidades sociais da colonialidade: índios, negros, amarelos, brancos, mestiços, bem como as da geocultura do colonialismo, relacionadas aos continentes. Nessas relações intersubjetivas consubstanciaram-se as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, consolidando-se, assim, o padrão de hegemonia eurocentrado (QUIJANO, 2010: 85).

Quijano (2010: 120) afirma que “a população de todo o mundo foi classificada, antes de mais, em identidades ‘raciais’ e dividida entre os dominantes/superiores ‘europeus’ e os dominados/inferiores ‘não-europeus.’” Nesse movimento, a “cor” da pele, definida pelo autor como uma “invenção eurocêntrica”, foi estabelecida como a marca racial mais expressiva entre dominantes (raça branca) e dominados (raças de cor). Escreve o autor: “A escala de gradação entre o ‘branco’ da ‘raça branca’ e cada uma das outras ‘cores’ de pele, foi assumida como uma gradação entre o superior e o inferior na classificação social ‘racial’” (QUIJANO, 2010: 120).

Os chamados países do Sul e respectivos povos que foram dominados pelo colonialismo europeu, são tradicionalmente vistos pelo Norte global (Europa e América do Norte) como atrasados, primitivos. É preciso considerar, todavia, que a colonialidade do poder não se refere apenas às relações internacionais de poder, mas também às

relações internas, ou seja, aquelas estabelecidas no interior de cada país (QUIJANO, 2010: 122). Nesse sentido, Boaventura Santos afirma que, dentro das nações colonizadas, sempre existiram as “pequenas Europas”, quer dizer, as elites que mantêm e legitimam seus privilégios ancorados na dominação capitalista e colonial, mesmo após as independências (SANTOS, MENEZES: 2010: 19).

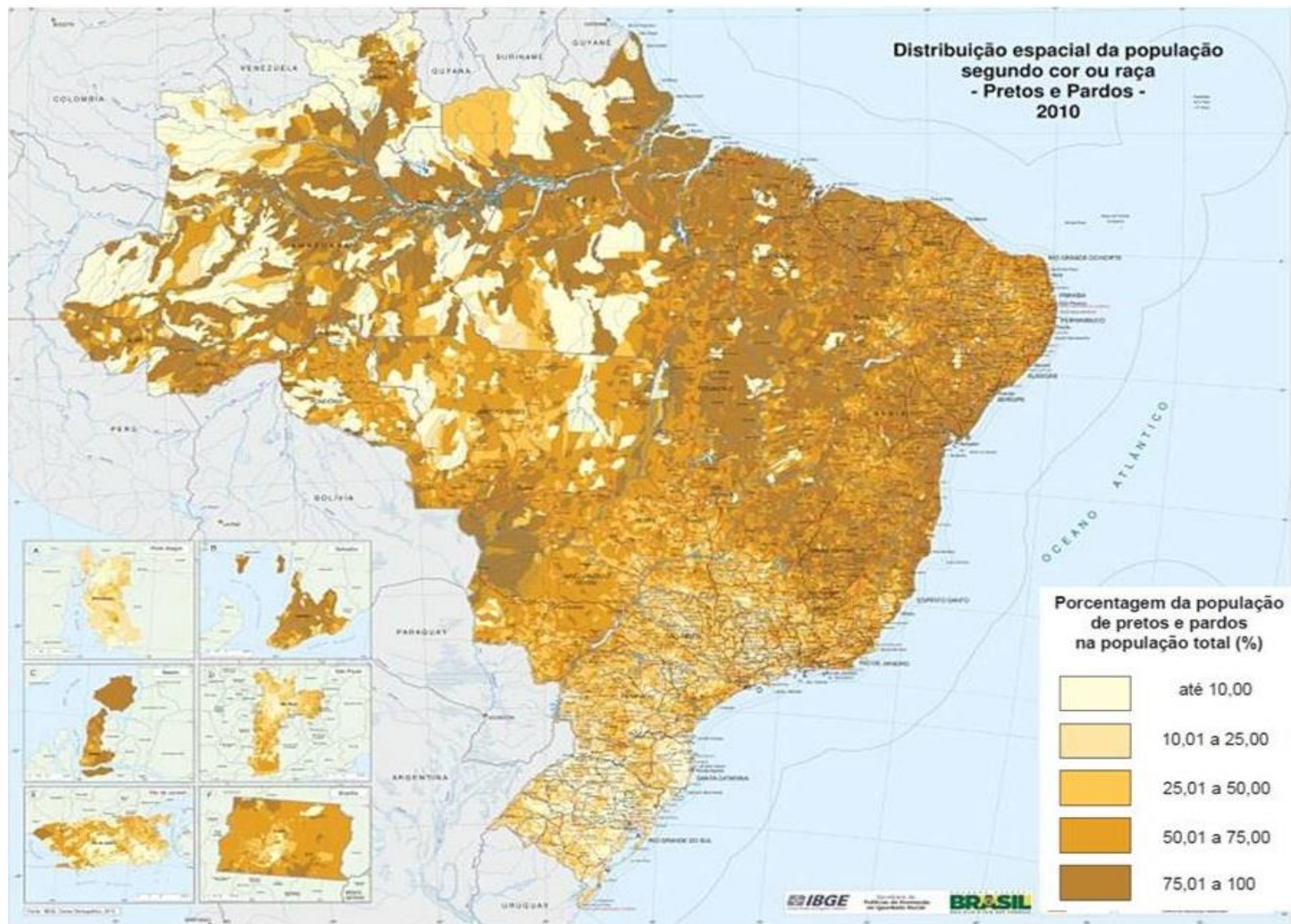
A lógica do colonialismo, que permanece sob a forma de colonialidade, articulada as especificidades do racismo no Brasil, alicerçado na ideologia do branqueamento, serviu para, além de tantos outros infortúnios, obstruir o reconhecimento das contribuições dos povos subalternizados e a sua própria existência.

2.2. Presença Negra no Sul do Brasil: Silenciamento e Invisibilidade

O Sul do Brasil, constituído pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apesar de sua diversidade, é tradicionalmente conhecido pela colonização europeia, simultaneamente, pela ausência, ou presença irrelevante de negros. Esses últimos foram historicamente suprimidos como integrantes do perfil étnico-racial da região, não sendo, por isso, considerados na construção social da identidade desta, uma das marcas da colonialidade do poder, que, nas estruturas societárias brasileiras, tem como um dos seus suportes a permanência de racionalidades intrínsecas à ideologia do branqueamento. Como afirma Leite (1996: 40), após empreender uma análise crítica da literatura científica produzida sobre o Sul do país, o negro é invisibilizado, tanto por serem silenciadas suas contribuições, quanto pelo reforço de tornar inexpressiva, quantitativamente, sua presença na região.

Os Estados que compõem a região Sul são tidos como brancos, e, de fato, no âmbito demográfico, são as três unidades da federação que apresentam os percentuais mais baixos de negros, que, em nenhuma hipótese, podem ser considerados como não-existentes. Com base no Censo de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), lançou o *Mapa da Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça – Pretos e Pardos*. O mapa evidencia que Santa Catarina é o Estado brasileiro com o menor percentual de negros, 15,3%, seguido pelo Rio Grande do Sul, 16,2%, e, finalmente, pelo Paraná, que, se por um lado, apresenta-se como o terceiro Estado do Brasil com menor número de negros, por outro, constitui-se como o Estado mais negro do Sul do Brasil, no qual 28,3% de sua população identificam-se como negros.

Figura 1. Mapa da Distribuição Espacial da População, Segundo a Cor ou Raça - Negros (Pretos e Pardos)



Fonte: IBGE. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/mapas_murais/brasil_pretos_pardos_2010.pdf

Quadro 1. Autodeclarados Negros (Pretos ou Pardos) - Por Unidade de Federação

UF	Pretos (%)	Pardos (%)	Total de Negros (%)
Pará	7,2	69,5	76,7
Bahia	17,1	59,2	76,3
Maranhão	9,7	66,5	76,2
Amapá	8,7	65,2	73,9
Piauí	9,4	64,0	73,4
Amazonas	4,1	68,9	73,0
Tocantins	9,1	63,1	72,2
Acre	5,8	66,3	72,1
Sergipe	8,9	61,4	70,3
Roraima	5,9	61,2	67,1
Alagoas	6,6	60,2	66,8
Ceará	4,6	61,9	66,5
Rondônia	6,9	55,6	62,5
Pernambuco	6,5	55,3	61,8
Mato Grosso	7,6	52,4	60,0
Paraíba	5,7	52,7	58,4
Rio Grande do Norte	5,2	52,5	57,7
Espírito Santo	8,3	48,6	56,9
Goiás	6,5	50	56,5
Distrito Federal	7,7	48,2	55,9
Minas Gerais	9,2	44,3	53,5
Rio de Janeiro	12,4	39,3	51,7
Mato Grosso do Sul	4,9	43,6	48,5
São Paulo	5,5	29,1	34,6
Paraná	3,2	25,1	28,3
Rio Grande do Sul	5,6	10,6	16,2
Santa Catarina	2,9	12,4	15,3

Fonte: Mapa da Distribuição Espacial da População, Segundo a Cor ou Raça – Pretos e Pardos – Brasil. Adaptado por: Mariana Panta. Quadro disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2013/11/06/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-ibge/>.

Neste trabalho, com relação à utilização de dados quantitativos, nos respaldamos nos dados do Censo Demográfico de 2010, pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujos dados são disponibilizados a cada dez anos - o próximo previsto para 2020. Todavia, no intervalo entre uma década e outra, os dados do Censo são complementados e atualizados pela Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio (PNAD), que fornece informações contínuas sobre diversas características da população. Assim, a pesquisa desenvolvida pela PNAD, tendo 2016 como ano-base, revela que, no Paraná, houve um considerável aumento da população que se autodeclara negra, sendo 31,1% o total (3,3 autodeclarados pretos; 27,8 autodeclarados pardos)⁵⁷.

Na região Sul, diversas localidades são consideradas “pequenas Europas”. Todavia, as colônias alemãs presentes na região chegaram a ser alvo de críticas de pensadores, como Silvio Romero, que defendiam a miscigenação; é que esses imigrantes quase não se misturavam com os demais grupos étnico-raciais, obstando, assim, as possibilidades de embranquecimento através da mestiçagem (SCHNEIDER, 2011: 172). Ainda assim, seria, o Sul, o modelo da concretização e sucesso do projeto de imigração europeia com vistas ao branqueamento populacional. Os negros, invisibilizados pelas histórias oficializadas e condicionados a ocupar e a permanecer nos territórios segregados, são tidos como inexistentes. A esse respeito, afirma Leite que a invisibilidade do negro é uma das dimensões da ideologia do branqueamento, assim, a negação da sua existência seria um modo de resolver a impossibilidade de bani-lo, de fato, da sociedade. Escreve a autora: “Não é que o negro não seja visto, mas sim que *ele é visto como não existente*” (LEITE, 1996: 41, grifo da autora).

Esse dispositivo de negação é discutido também por Boaventura Santos (2002: 247), com base em contribuições de Quijano, Mignolo e Dussel, à luz do conceito de *classificação social* - que se funda na divisão das populações por categorias que naturalizam as hierarquias - indicativa de que a classificação racial foi a mais profundamente reestabelecida pelo modelo capitalista. Conforme esta premissa, a invisibilidade de determinados grupos sociais, como o dos negros, é ativamente produzida através de relações sociais alicerçadas em sua desqualificação. Sua condição

⁵⁷ BEM PARANÁ. *População Branca Encolhe no Paraná; Negros e Pardos Aumentam, diz o IBGE*. Curitiba, 24, nov., 2017. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/populacao-branca-encolhe-no-parana-negros-e-pardos-aumentam-diz-o-ibge->. Acesso em: 05, fev., 2018.

de existência é inferiorizada a ponto de não ser credível aos olhos dos grupos tidos como superiores (SANTOS, 2002: 248). É nessa perspectiva que o autor elabora a noção de *sociologia das ausências*, que consiste em sublinhar que o que “não existe” é, na realidade, produzido como não-existente para permanecer oculto. Assim, naturalizam-se as hierarquias. É por esta razão que, na ótica da *sociologia das ausências* as “não existências”, quer dizer, as ausências socialmente produzidas, devem ser transformadas em presença⁵⁸.

Leite (1996: 31), ao analisar estudos desenvolvidos sobre a presença negra no Sul, infere que a maioria das pesquisas enfatiza o desenvolvimento e o sucesso da região pela atuação, quase que exclusiva, dos imigrantes europeus. Tais estudos tendem a reproduzir também a ideia de que, nessa região, a escravização teria sido mais branda, que os senhores possuíam poucos negros sob o seu domínio, além de trabalharem lado a lado com os escravizados, perspectivas deturpadas que, como analisa a autora, encobrem atitudes de dominação, desprezo e exploração. Em suma, o que a autora evidencia é que “a identidade do Sul se constrói pela negação do negro” (LEITE, 1996: 49). O Paraná, mesmo sendo o Estado com a maior presença negra da região Sul, não escapa a essa realidade de negação.

2.3. Paraná: O Estado Mais Negro do Sul do Brasil

Apesar da diversidade étnico-racial que caracteriza o Paraná, houve, no processo de construção da história do Estado, um vigoroso esforço para estabelecer a ideia de que a sua formação é substancialmente europeia. A presença dos povos indígenas é mais ou menos lembrada, entretanto, trivialmente, a partir de representações estereotipadas, quase folclóricas, incutidas persistentemente na ideia de submissão passiva desses grupos ao branco. Simultaneamente, são omitidas as suas especificidades culturais, a deflagração de conflitos, lutas e atitudes de resistência, sobretudo pelas investidas dos colonizadores com o objetivo da desterritorialização. Essas formulações, que encobrem a participação ativa dos povos indígenas, em sua pluralidade, como sujeitos da história, própria e do país, são alicerçadas em velhos modelos pautados em referenciais colonialistas, que foram, e ainda são, amplamente veiculados na literatura regional, sobretudo nos livros didáticos, uma vez que adquiriram *status* de verdade.

⁵⁸ Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. CES/UC, n. 63, p.237-280, out., 2002.

O negro, por sua vez, é praticamente esquecido, quer dizer, apagado das narrativas acerca da formação e desenvolvimento do Paraná, bem como de sua representação identitária. Sua presença foi persistentemente escamoteada, conforme afirma Pereira (1996: 117), por meio até mesmo da manipulação de dados estatísticos com vistas a registrar como diminuta a sua existência na região, o que torna evidente a vinculação dos produtores de conhecimento, de maior visibilidade e reconhecimento, aos propósitos do ideário do branqueamento. Essa realidade só começou a ser modificada a partir da implementação da Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e da Lei 11.645/08, que alterou novamente a LDB para incluir no currículo o estudo da História e Cultura dos Povos Indígenas. Ainda assim, o discurso fundador, tido como oficial, permanece corrente, o que nos leva a constatar que é árduo o caminho que temos ainda de trilhar para a descolonização do conhecimento.

Houve ostensível esforço, por parte do círculo intelectual do Paraná, para a criação de uma identidade específica para o Estado, que fosse, mais precisamente, de matriz europeia. A ideologia do branqueamento impactou amplamente a produção de conhecimento da região, que, enquanto buscava respaldo nesse pensamento, corrente no Brasil, pretendia distinguir-se das demais regiões do país, constituídas predominantemente de mestiços, sobretudo através da negação da presença negra. É nesse sentido que trabalhos bastante conhecidos da literatura paranaense demonstram ampla consonância com os respectivos interesses políticos e sociais vigentes na conjuntura precedente, pautados no embranquecimento e nas aspirações de progresso.

Como exemplo, mencionamos um trecho da obra de Wilson Martins, considerado um dos maiores críticos literários do país, intitulada *Um Brasil Diferente*, publicada pela primeira vez em 1955 e reeditada em 1989. O fragmento encontra-se alocado no capítulo nomeado *Não houve escravatura no Paraná*, onde o autor escreve:

[...] esse belo tipo físico, corado e de cabelos castanhos se distinguia, ainda, dos demais brasileiros, por traço de fundamental importância: não se misturava com o negro, existente em reduzidíssimo número em toda a província no decorrer de sua história, e que por isso não chegou a invadir sexualmente os hábitos desses rústicos senhores primitivos. Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras, como a que

compreende o Rio de Janeiro e o Nordeste, por exemplo. (MARTINS, 1989:128).

Em outro trecho o autor acrescenta:

Se é verdade, como se diz, que em algumas regiões do Brasil não há brasileiro sem uma gota de sangue negro, no Paraná pode-se dizer que não há brasileiro, principalmente os de velhas famílias paranaenses, sem uma gota de sangue estrangeiro. (MARTINS, 1989: 329).

É possível notar que Martins estava em ampla consonância com as ideias de hierarquização racial, mesmo na década de 1950, na qual o cenário brasileiro já começava a dispor de pesquisas mais consolidadas no campo das relações raciais, a exemplo da obra *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*, de Roger Bastide e Florestan Fernandes, publicada em 1955, mesmo ano de publicação de seu livro, conjuntura na qual o negro representava 35% da população total do Paraná (CARVALHO, 2017: 16). Observa-se, no discurso de W. Martins, um desmedido culto ao estrangeiro, exaltação que, todavia, não inclui os portugueses, grupo afamado pela predisposição à miscigenação. Os imigrantes aclamados pelo autor constituem grupos de europeus que pouco se misturavam com os demais grupos étnico-raciais presentes no Paraná, sobretudo com negros. Assim, Martins suprime da memória do Estado a colonização portuguesa e a existência de negros e indígenas. Afirma o autor:

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira. [...] (MARTINS, 1989: 446)

No que se refere à escravatura, defendida por W. Martins como inexistente no Paraná, diversas pesquisas, de cunho teórico e empírico, refutam veementemente as argumentações do autor, ao mostrarem que esse sistema de exploração foi bastante expressivo no Estado, assim como a presença negra, desde o seu primórdio. O historiador Horácio Gutierrez (2006:101-102), após traçar vigoroso percurso analítico sobre a escravatura nessa região, afirma que, em 1798, no primeiro quadro mais consolidado que contém informações sobre as cidades então existentes no Estado (Antonina, Guaratuba, Paranaguá, Castro, Curitiba, Lapa e São José dos Pinhais) foram registrados 4.273 cativos em meio a uma população de 20.999 pessoas. Já na primeira metade do século XIX, conforme evidencia a pesquisa desenvolvida por Gomes Junior, Silva e Costa (2008: 14), os negros escravizados chegaram a constituir 40% da população total da Província do Paraná, emancipada politicamente em 1853. Esses

estudos registram de modo contundente não apenas a escravização como parte constitutiva da história do Paraná, mas também a presença relevante do negro na região.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, tempo marcado pelo vigor das teorias raciais e anseio de transformações pautadas na modernização e no progresso, intelectuais, artistas e literatos, numa intensiva busca pela construção de uma identidade própria para o Paraná, acabaram por fundar o *Movimento Paranista*⁵⁹. Esse movimento regionalista de caráter identitário teve seu ápice nas décadas de 1920 e 1930. Como afirma Batistella (2013), foi nesse período que as elites intelectuais e políticas da região preocuparam-se, mais intensamente, em instituir uma tradição específica do Paraná, processo este que o autor designa por “invenção da identidade paranaense”. Essa ideia de invenção esteve presente também na obra de Luís Fernando Lopes Pereira, intitulada: *Paranismo: o Paraná inventado* (1998).

Nesse movimento de construção identitária do Paraná - isto é, daquilo que podemos associar ao que Stuart Hall (2006: 48-49) designou por *comunidade imaginada*, forjada em nível representacional com o intento de instituir identidades culturais unificadas - os povos indígenas foram submetidos à excessiva romantização e reduzidos a representações irreais, enquanto os negros acabaram suprimidos. Batistella escreve: “o Paranismo impõe a todos os paranaenses (não importando a qual grupo étnico, cultural, religioso, social, etc. pertençam) uma homogeneização identitária e cultural que, na verdade, representa a história/memória e a identidade das elites que o inventaram” (BATISTELLA, 2012: 11). Essas ideias continuam a permear o imaginário social no que se refere à identidade atribuída ao Estado e os espaços de memória.

Muitos foram os estudiosos que se empenharam em registrar, através de diferentes orientações teóricas e metodológicas, a história e desenvolvimento do Paraná. Dentre eles, destaca-se Romário Martins, que, além de ser a principal figura do Movimento Paranista, chegou a ser considerado o maior historiador do Estado, em decorrência, principalmente, da obra *História do Paraná*, publicada pela primeira vez em 1899 e por muito tempo reconhecida como a história oficial do Estado. Na referida produção, o autor ressalta que, no processo de povoamento da região, a população negra não foi expressiva, argumentação semelhante àquela defendida por Wilson Martins

⁵⁹ Para mais informações sobre o Movimento Paranista, cf. PEREIRA, Luís Fernando L.. *Paranismo: o Paraná inventado*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

(1989) em obra posterior, que, como vimos previamente, foi desconstruída por outros estudiosos. Romário Martins afirmou que não considerava o negro inferior, ou incapaz de se desenvolver, chegando a reconhecer sua relevância, assim como a dos povos indígenas, para a formação do povo brasileiro. Não deixou, todavia, de exprimir, em sua produção, a noção depreciativa que tinha sobre os africanos escravizados ao retratá-los como fortemente fetichistas, bruxos e idólatras de ídolos de grosseira confecção, além de identificá-los como artistas detestáveis (MARTINS: 1995: 153). Não apenas nessa, mas em tantas outras passagens de sua obra, é possível notar a consonância do autor com as ideias do contexto, isto é, com as teses de branqueamento.

Como afirma Carneiro (2013: 66), houve, no Paraná, vasta campanha para atrair imigrantes europeus, o que resultou na vinda de grupos de diversas nacionalidades, tais como portugueses, alemães, italianos, poloneses, ucranianos, franceses, suíços, ingleses, holandeses, russos e austríacos, que se estabeleceram em colônias nos arredores de Curitiba. Até mesmo o clima ameno, mais próximo do padrão europeu, foi utilizado com a finalidade de atrair esses imigrantes para o Estado, uma vez que a característica climática tropical de outras regiões do Brasil configurava-se como empecilho. À imigração foi atribuída demasiada importância e, concomitantemente, secundarizou-se a relevância dos demais grupos sociais para a formação da identidade paranaense. Como analisa Carvalho (2017: 11), nos discursos produzidos sobre a formação do Paraná, o imigrante europeu é sempre o centro e nunca “o outro”.

Com base no que foi exposto até aqui, compreendemos que a literatura fundadora consolidou sentidos que, ainda hoje, contribuem para a invisibilidade do negro no Paraná. A presença deste grupo social na região passou a ser discutida, de modo mais amplo e aprofundado, apenas nas últimas décadas. O Estado que, no imaginário coletivo, é essencialmente europeu, ou europeizado, melhor dizendo, revelou recentemente outra face da sua história, até então ocultada na vasta produção teórica regional. A Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR) recopilou pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM)⁶⁰, que, desde 2005, passou a mapear as comunidades negras, remanescentes de quilombo ou não, em territórios paranaenses. O último mapeamento do GTCM identificou 90 agrupamentos

⁶⁰ O Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM), foi um grupo inter-secretarial responsável pelo mapeamento de comunidades negras tradicionais no Paraná, a partir de 2005. Ele foi extinto em 2010 em decorrência de mudanças no Governo do Estado. Cf. <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/>.

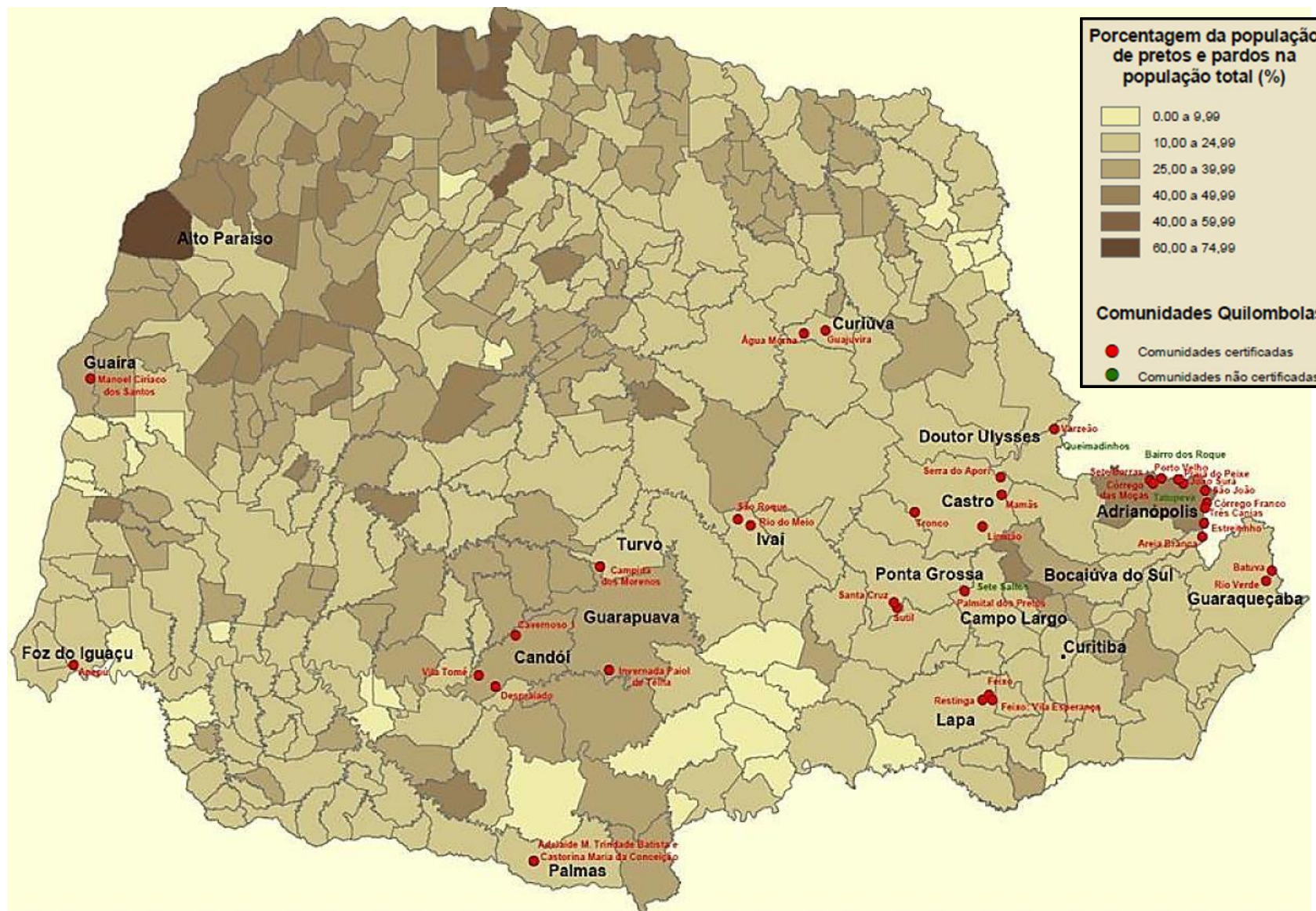
negros: Comunidades Remanescentes de Quilombos, Comunidades Negras Tradicionais e Indicativo de Comunidades Negras, símbolos da resistência de um povo.

Embora o negro represente, hoje, mais de 30% da população total do Paraná, percentual que atribui ao Estado o *status* de unidade federativa mais negra do Sul do Brasil, de modo semelhante a outras regiões do país, o negro experimenta a invisibilização histórica, a negação de sua presença e a segregação socioespacial. As pesquisas desenvolvidas pelo GTCM e pela FUNPAR, que vieram na contramão dos estudos previamente mencionados, alicerçados no branqueamento, desvelaram ao Brasil não somente a expressiva população negra existente no Paraná, mas também novas bases para a compreensão do processo de construção desse Estado. Como afirmam os integrantes do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, Silva e Jesus (2008: 19), é incontestável a participação do negro na economia paranaense desde os primórdios, necessitando, portanto, ser complementada e corrigida a história da região.

Como escreve Lobo (2008: 15) “Os espaços de liberdade buscados por negros e negras no Paraná também se constituíram como espaços de resistência e manutenção dos traços culturais que os identificam e os certificam como descendentes efetivos dos africanos escravizados.” Esses estudos, ao evidenciarem especificidades da presença negra no Estado e a sua importância, não somente na dimensão econômica, mas também na formação étnico-racial e cultural, chama atenção para a necessidade de revisão da historiografia paranaense. Como já mencionado anteriormente, na primeira metade do século XIX a proporção de escravizados chegou a 40% da população total da província do Paraná, que veio a se emancipar politicamente em 1853, período no qual se iniciou a extenuação do sistema escravocrata. Simultaneamente, em decorrência dos assassinatos, maus-tratos e abandono de velhos e doentes intensificaram-se as estratégias de resistência dos escravizados contra a exploração de sua mão-de-obra, por vezes respondida com recusa ao trabalho, assassinato de feitores, suicídio, revoltas, fugas e com organização de comunidades autônomas, as quais conhecemos como quilombos.

Como relembra Costa (2008: 14), a maioria dos quilombos foram erradicados devido à violência e destruição empreendida pelos senhores de terras. De outros, no entanto, ficaram traços remanescentes que alcançam os dias atuais, como mostra o mapa *População Negra e Comunidades Quilombolas do Paraná*.

Figura 2. População Negra e Comunidades Quilombolas do Paraná



Fonte: ITCG - Instituto de Terras, Cartografias e Geociências, 2007/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2000. Imagem extraída do documento: GTCM, Grupo de Trabalho Clóvis Moura. *Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010*. Curitiba, 2010: 16.

Além de demarcar a presença e resistência negra, o mapa revela outra dimensão importante, que é a localização das comunidades negras. Essas, em sua maioria, situam-se nas regiões de mais baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Paraná, distantes das sedes dos municípios, da atenção do poder público, sendo, conseqüentemente, pouco respaldadas por políticas públicas efetivas que atendam as suas necessidades (SILVA e JESUS, 2008: 19). Da escravização estas comunidades herdaram a marginalização social, que perpassou a trajetória dos escravizados e de seus descendentes, de que resultou, em todas as regiões do país, viverem os negros majoritariamente nos territórios segregados, desprovidos de recursos fundamentais para uma vida digna.

Essa breve revisão das bases sobre as quais se edificou a história e se construiu a identidade cultural do Paraná, mostra que suas raízes fincam-se na ideologia do branqueamento e, conseqüentemente, na invisibilização do negro no Estado, evidenciando que a produção de conhecimento tradicionalmente reconhecida, que tem entre os nomes de maior destaque Romário Martins e Wilson Martins, foi crucial para consolidar a ideia de hegemonia europeia num Estado que possui as mais diversas influências culturais. Todo esse imaginário é permeado pela colonialidade do poder, pelo racismo, uma vez que as velhas hierarquias estabelecidas pelo colonialismo permanecem arraigadas nas sociedades contemporâneas, produzindo e reproduzindo superioridades e subalternidades.

2.4. O Nascimento de Londrina e a Construção dos Matizes de sua Identidade

Nos primórdios de sua colonização, Londrina, cidade situada no Norte do Paraná, foi concebida como terra da riqueza e prosperidade, onde não haveria espaço para a pobreza, uma vez que, conforme o seu discurso fundador, todos aqueles que estivessem empenhados em trabalhar, teriam oportunidades semelhantes de enriquecer. Foram-lhe atribuídas, pela historiografia regional, diversas denominações, tais como “Terra da Promissão”, “Eldorado Cafeeiro” e “Nova Canaã” (ARIAS NETO, 1993). Essas designações aludem os significativos níveis desenvolvimentistas alcançados pela cidade num curto espaço de tempo, mais especificamente entre as décadas de 1920 e 1950, devido ao intenso trabalho do migrante nacional e do imigrante estrangeiro no decurso de sua formação socioeconômica, alicerçada na produção cafeeira.

Inicialmente nomeada Patrimônio Três Bocas, a cidade passou a ser denominada oficialmente Londrina, que significa “pequena Londres” ou “filha de Londres”, uma homenagem aos colonizadores ingleses, principais investidores de capital no projeto de ocupação territorial da região iniciado nas primeiras décadas do século XX. Foi instituída oficialmente município em 3 de dezembro de 1934 e instalada no dia 10 do mesmo mês e ano. Hoje, aos 83 anos, Londrina é a quarta maior cidade do Sul do Brasil, depois de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, Curitiba, capital do Paraná e Joinville, município de Santa Catarina. Constituída por uma população estimada em 506.701 habitantes (IBGE, 2010)⁶¹, figura no cenário nacional como importante polo econômico. Para melhor compreender suas características e peculiaridades, lançamos mão de uma breve exposição de sua história.

2.4.1. Revisitando a história de Londrina

Numa convergência de interesses, do governo do Brasil, que precisava atrair capital estrangeiro com vistas ao desenvolvimento econômico do país, e do governo e empresários da Inglaterra, que buscavam novas e rentáveis oportunidades de investimento, chegou ao Brasil, no início da década de 1920, após negociações do então presidente Artur Bernardes com o governo e empresários da Inglaterra, a Missão Montagu, atividade oficial do governo britânico que pretendia avaliar as potencialidades econômicas do país e propor uma reformulação de sua política monetária (BONI, 2004: 25-26). O Estado brasileiro tinha como objetivo primordial adquirir novos empréstimos para liquidar dívida externa, que, nessa conjuntura, aumentava exponencialmente. Em troca, permitiria que o governo e empresas britânicas investissem em áreas pouco exploradas e nas chamadas terras devolutas, usufruindo de seus recursos naturais.

José Joffily (1984), contrapondo-se às principais obras que fundamentam os escritos sobre Londrina - cuja tendência era difundir ideias um tanto romantizadas acerca da colonização da cidade, como se ela tivesse sido um processo espontâneo e natural decorrente do encantamento dos ingleses pelas magníficas terras roxas e férteis da região, com vistas ao bem comum, escamoteando, assim, as racionalidades estritamente capitalistas do empreendimento e as tensões deflagradas nesse processo -

⁶¹ Existem dados mais recentes acerca do número de habitantes de Londrina. Os dados do IBGE de 2017 mostram que a população da cidade corresponde a 558.439 habitantes. Neste estudo, porém, utilizamos os dados do Censo Demográfico de 2010, visto que outras fontes, a exemplo do mapa de distribuição da população negra na cidade, referem-se aos dados de 2010. Evitamos assim, possíveis discrepâncias na articulação dos dados.

ênfatiza que a disposição de especialistas econômicos ingleses em avaliar as riquezas do território nacional tinha uma razão precisa: assegurar a capacidade do Brasil em arcar com as despesas de novo endividamento, derivado da concessão do empréstimo almejado para o abrandamento da crise econômica do país. Em outros termos, tratava-se de uma imposição dos credores ingleses ao governo brasileiro, fato que exacerba as relações de dependência, no âmbito político-econômico, de países periféricos em relação aos grandes centros hegemônicos, cuja face mais expressiva é a intervenção externa sobre a política do Estado e a prosseguo de um capitalismo periférico e dependente.

Nessa conjuntura, o Norte do Paraná era praticamente uma imensa floresta habitada, primordialmente, por povos indígenas, com alguns núcleos resultantes de uma colonização espontânea que abarcava uma população pobre, precursora da derrubada de matas de uma pequena área para fins de plantio e criação de animais. Começavam a se instalar, também, expressivos proprietários de terras, mineiros e paulistas, que inauguravam a abertura de áreas para a instalação de grandes fazendas. O movimento migratório desses segmentos independentes, sobretudo paulistas, mineiros e nordestinos, do ponto de vista econômico, acarretava prejuízos ao Estado devido a não regulamentação da posse de terra. Além disso, essas iniciativas isoladas de ocupação territorial eram pouco expressivas no sentido de alavancar o povoamento e desenvolvimento da região, ainda coberta por mata densa. Com vistas a restringir a ocupação irregular do solo por posseiros, tornou-se oportuno para o Estado do Paraná estabelecer articulações com empresas privadas de colonização, provenientes da Inglaterra, para uma ocupação efetiva e organizada (ALVES, 2002: 45-46).

Entre 1925 e 1928, empresários ingleses adquiriram vasta extensão de terras no Norte do Paraná. O objetivo limiar desses investidores, que instituiram em Londres a *Brazil Plantation Syndicate*, foi a compra de glebas para instalar fazendas de cultivo de algodão, e, assim, abastecer o setor da indústria têxtil em pleno crescimento na Inglaterra. Visavam também  exploração e exportação de matérias-primas, tais como a madeira proveniente da ampla reserva florestal da área adquirida para plantio (JOFFILY, 1984: 41-42). O empreendimento, porém, fracassou, levando os empresários a pensarem em alternativas para reverter os prejuízos resultantes do investimento naquela vastidão de terras. O novo projeto teria, então, objetivos imobiliários.

O processo de colonização do norte paranaense concretizou-se a partir de articulações do Governo do Estado com empresários ingleses, que se reuniram em Londres e fundaram uma companhia privada de colonização denominada *Paraná Plantation Ltd*, que deu origem à Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), subsidiária da empresa inglesa no Brasil e principal responsável pelo povoamento da região. A CTNP, cuja sede foi instalada em Londrina no ano de 1929, havia comprado do Estado do Paraná, com recursos financeiros provenientes da Inglaterra, uma área de terras correspondente a 515.000 alqueires. Adquiriu também a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, responsável pelo fluxo da produção da região. Como o empreendimento relativo ao cultivo de algodão não teve êxito, a CTNP decidiu demarcar essas terras e dividi-las em lotes de diferentes tamanhos para fins imobiliários. O empreendimento visava promover a colonização por meio do estímulo à vinda de compradores de terras, nacionais e estrangeiros, que estivessem dispostos a investir e apostar no desenvolvimento da região desprovida, nesse primeiro momento, de qualquer infraestrutura, mas com grandes potencialidades de crescimento, sobretudo devido à fertilidade do solo e clima propícios para a expansão do setor primário, especialmente de atividades agrícolas (BONI, 2004: 45).

A CTNP promoveu eloquentes propagandas, em grande escala, enfatizadas com os mais diversos *slogans* sobre a terra roxa, fértil e sem saúva, “onde tudo que se planta dá” e “onde se pisa sobre dinheiro” (ADUM, 1991: 50); com discursos de progresso; e com persuasivas promessas de enriquecimento, sobretudo através de atividades voltadas ao cultivo do café, designado como “ouro verde”, tamanha a riqueza que o produto representava para o norte paranaense. A campanha da CTNP acabou por atrair grandes proprietários de terras de São Paulo e de Minas Gerais, que trouxeram consigo seus empregados mais experientes na produção agrícola, além de incitar significativo afluxo de trabalhadores nordestinos em busca de oportunidades. Antigos colonos de fazendas de café, geralmente estrangeiros que residiam no Brasil, também se dirigiram para região com o intento de garantir seus lotes de terra, além de imigrantes de diversas partes do mundo em busca de um recomeço (ALVES, 2002: 121).

Além do capital acumulado, decorrente da venda de lotes pela CTNP, a economia do norte paranaense foi aquecida pela exportação de madeira para a Inglaterra, procedente do amplo desmatamento para a instalação de fazendas de café e planejamento de núcleos urbanos, o que garantiu extraordinários lucros aos acionistas

ingleses. Em 1939, a madeira, com destaque a peroba rosa, passou a liderar as exportações do Paraná, seguida pelo café e pela erva mate (ALVES, 2002: 47).

Entre as décadas de 1930 e 1940, Londrina alcançou níveis desenvolvimentistas bastante expressivos. Além da excelente produção agrícola, o período foi marcado pelo desenvolvimento do setor comercial, visto que diversas empresas paulistas começaram a ser instaladas na região. O setor industrial, no entanto, permaneceu incipiente, restringindo-se à organização das principais matérias-primas da localidade, através de máquinas de café e cereais, o que mantinha a dependência do município em relação aos grandes centros urbanos que já haviam alcançado patamares mais avançados de industrialização. Como analisa Alves (2002: 82), nessa conjuntura, Londrina preservou a característica de polo econômico rural, visto que a sua economia permanecia dependente de São Paulo, responsável pela industrialização e exportação.

Em 1942, devido aos efeitos da Segunda Guerra Mundial, o governo britânico adotou uma política de retorno compulsório de capital inglês investido no exterior, fato que levou os acionistas ingleses a colocarem à venda a CTNP, que foi comprada pelos empresários paulistas, Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho, que deram continuidade ao empreendimento. O desenvolvimento do Norte do Paraná ocorreu, em suma, a partir da consolidação de estreitas relações com um dos mais expressivos polos dinâmicos do capitalismo internacional, Londres, e do capitalismo nacional, São Paulo. Na década de 1950, Londrina começou a despontar no cenário nacional como importante cidade do interior, pois, devido ao sucesso da produção cafeeira, grande propulsora da economia regional, logo apresentou significativa expansão urbana.

O café se configurou como o terceiro grande ciclo econômico do Brasil, que chegou a liderar a oferta do produto em escala mundial. Londrina, por sua vez, chegou a alcançar a liderança nacional na produção do grão, sendo-lhe atribuída a qualificação de “Capital Mundial do Café” devido à importância que assumiu no cenário internacional. Ao longo da década de 1950, o Norte do Paraná se consolidou como polo da economia cafeeira, superando São Paulo, que até então seguia preeminente na produção. São Paulo, que já havia sido o grande motor da economia cafeeira, nessa nova conjuntura florescia como polo industrial. A esse respeito afirma Bennati (1996: 27): “O ano de 1958 marcou o fim da primazia paulista. Em 1960, a cafeicultura paranaense respondia por 46,9% da produção do país, enquanto a de São Paulo representava agora 27,6%”.

Esses patamares de desenvolvimento foram alcançados devido aos migrantes e imigrantes, de diferentes origens socioculturais, que empreenderam extensivas jornadas de trabalho para formar os imensos cafezais, propulsores da economia regional. Para melhor compreendermos a formação de Londrina, bem como a construção dos matizes de sua identidade, vejamos quais foram os grupos que adquiriram lotes e se estabeleceram na região desde o primórdio de sua colonização. Cabe ressaltar que, os grupos distinguidos pela nacionalidade e os respectivos lotes adquiridos, tais como apresentados no Quadro 2, não se referem apenas à cidade de Londrina, mas sim a toda área de abrangência da CTNP. Todavia, a maior parte concentra-se em Londrina e nos municípios vizinhos, como Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana e Mandaguari. Conforme os dados disponibilizados em relatórios produzidos pela CTNP e reproduzidos pela literatura, indivíduos de mais de trinta nacionalidades adquiriram terras e se firmaram no norte paranaense logo nos primeiros anos do empreendimento.

Quadro 2. Nacionalidade dos compradores de terras e número de lotes vendidos pela Companhia de Terras Norte do Paraná, entre 1930 e 1935.

Nacionalidade dos compradores de terras da CTNP	Número de lotes
Brasileira	1266
Alemã	479
Italiana	476
Japonesa	434
Espanhola	216
Portuguesa	156
Polonesa	98
Húngara	75
Ucraniana	60
Tchecoslovaca	41
Russa	32
Austríaca	20
Suíça	19
Lituana	15
Romena	08
Iugoslava	06
Inglesa	06
Outras nacionalidades	21
Total de estrangeiros	2.162

Fonte: Dados obtidos através de um relatório de 1935 da CTNP, publicado no jornal *Folha de Londrina*, de 29 de abril de 1975, em artigo assinado por Antônio Vilela Magalhães e reproduzido por BONI (2004: 63). Readaptação: Mariana Panta.

Com base nos dados do Quadro 2., evidencia-se que, de 1930 a 1935, foram vendidos pela CTNP 1.266 lotes para brasileiros. Documentos do período, reproduzidos na literatura sobre a história da cidade (ALVES, 2002; BONI, 2004), registram que a maioria dos migrantes nacionais procedia de São Paulo, Minas Gerais e de diferentes Estados do Nordeste brasileiro. Nota-se que, nesse período, a maior parte das terras foi vendida a estrangeiros, que adquiriram 2.162 lotes, destacando-se os de origem alemã, italiana e japonesa. Chama atenção a pouca expressividade dos ingleses na aquisição de lotes e sua instalação na cidade cuja colonização foi por eles liderada.

Vejamos, no Quadro 3, os dados obtidos a partir de relatórios da CTNP, que retratam o movimento migratório crescente de nacionais e estrangeiros para a compra de lotes de terras na região, de 1935 a 1940.

Quadro 3. Nacionalidade dos compradores de terras, ano e número de lotes vendidos pela Companhia de Terras Norte do Paraná, entre 1935 a 1940.

Nacionalidade dos compradores de terras da CTNP	1935	1938	1940	Total
Japoneses	434	533	577	1.544
Alemães	479	510	526	1.515
Italianos		611	659	1.270
Espanhóis	216	303	340	859
Portugueses	186	218	252	656
Poloneses	98	193	205	496
Ucranianos	60	172	189	421
Húngaros	75	138	148	361
Tchecos – Eslovacos	41	51	50	142
Russos	32	44	44	120
Suíços	19	34	30	83
Austríacos	20	29	33	82
Lituanos	15	21	35	71
Yuguslavos	06	15	28	49
Romenos	08	12	14	34
Ingleses	06	07	-	13
Outras nações	21	32	36	89
Total de estrangeiros	1.716	2.923	3.166	7.805
Total de brasileiros	1.266	1.823	2.320	5.409
Total de compradores	2.982	4.746	5.486	13.214

Fonte: Dados obtidos através de um relatório de 1935 da CTNP, publicado no jornal Folha de Londrina, de 19 de abril de 1975; Álbum do Município de Londrina (1938: 76); Relatório da CTNP, IN CMNP (1975). Organização do Quadro original: ALVES (2002). Readaptação: Mariana Panta.

De acordo com Alves (2002: 131), o item “outras nações” abarca Argentina, Síria, Dinamarca, Austrália, EUA, Suécia, França, Bulgária, Bélgica, Noruega, Índia, Estônia, Liechtenstein e Letônia. De modo semelhante ao Quadro 2, o Quadro 3 registra que estrangeiros adquiriram mais lotes de terras do que brasileiros. Entre 1935 e 1940 foram vendidos um total 13.214 lotes, sendo 7.805 para estrangeiros e 5.409 para brasileiros. Ambos os quadros retratam que os maiores compradores estrangeiros foram os japoneses, alemães e italianos. Em contrapartida, com exceção do item “outras nações”, no qual não é possível constatar de maneira precisa a quantidade de lotes adquiridos por cada nacionalidade, os ingleses constituem o grupo menos expressivo no que se refere à aquisição de terras na região. Ainda com base em dados divulgados pela CTNP, até 31 de julho de 1956 foram vendidos 430.945 alqueires, distribuídos entre 29.466 compradores, o que representa uma área média de 14,6 alqueires por cada lote de terras (ALVES, 2002: 133).

Não obstante a relevância dos dados registrados pela CTNP, que nos fornecem uma importante base para a identificação das nacionalidades que compõem a identidade cultural de Londrina, é preciso considerar, entre os brasileiros, a existência daqueles não contabilizados nos quadros expostos. São eles os migrantes descapitalizados, que se deslocaram para o Norte do Paraná tendo como único recurso a própria mão de obra. Muitos foram os trabalhadores que deixaram suas terras de origem em busca de melhores condições de vida no norte paranaense, anseio que nem sempre se concretizou. As intensas jornadas de trabalho na derrubada de matas e nas lavouras de café não foram capazes de assegurar a esses trabalhadores o direito à propriedade de terra, o que levou muitos a permanecerem em relações de dependência, vendendo a sua força de trabalho aos donos de terras e para eles produzindo.

2.4.2. A situação do migrante negro descapitalizado e a reprodução da pobreza

Londrina, no auge da produção e exportação do café, de fato, foi produtora de muita riqueza, principalmente para: o Estado do Paraná, que se beneficiou dos avanços trazidos pela ampliação de linhas de estradas de ferro e criação de cidades planejadas, além de, no final da década de 1950, conquistar o posto de maior produtor de café em nível nacional e mundial (RAZENTE, 2011); os acionistas da companhia privada de colonização, brasileiros e ingleses, que obtiveram extraordinários lucros com o empreendimento capitalista; e os grandes proprietários de terras, (ricos de origem e

enriquecidos com o café) que, com base na intensa mão-de-obra de migrantes pobres, ampliaram seus patrimônios e começaram a formar, no eixo urbano, as primeiras áreas nobres, a exemplo da Avenida Higienópolis (Cidade Higiene) em que, na década de 1940, foram construídos muitos dos casarões dos chamados “barões do café”. Numa posição intermediária situavam-se os migrantes e imigrantes, ex-colonos e pequenos proprietário de terras que, embora tenham trabalhado muito e enfrentado as agruras de um difícil começo na região, tiveram incentivo de casas de crédito ou do governo (ALVES, 2002: 76), potencializando suas chances de crescimento.

E, como não poderia deixar de ocorrer numa sociedade capitalista, no mesmo espaço em que se expandiu a riqueza foi produzida e reproduzida também a pobreza. Na base da hierarquia dos que “chegaram primeiro” a Londrina, situam-se os migrantes pobres, em grande parte negros, que, devido a fatores de expulsão, gerados por processos de mudança e/ou estagnação econômica de suas regiões de origem, especialmente mineiros, nordestinos e paulistas, foram impelidos a migrar rumo a localidades com polo de desenvolvimento, como o Norte do Paraná. Para a maior parcela desses migrantes, o discurso fundador da cidade, construído com base nas propagandas da CTNP acerca de sua própria atuação - pautadas em enunciações de progresso, oportunidades, prosperidade, riqueza e acolhimento a toda e qualquer cultura, entre tantas outras argumentações - não se materializou.

Os migrantes negros, em sua maioria, constituem um grupo que teve poucas chances de ascensão social devido a uma série de fatores históricos, sociais, políticos e culturais que restringiram fortemente suas oportunidades. Houve diversos impeditivos, sobretudo após a Lei de Terras⁶², para que o negro tivesse direito a terra, isso numa conjuntura na qual sua propriedade se configurava como um dos mais importantes meios de acumulação de bens, o que cerceou as possibilidades de formação de uma classe média negra no período de transição e consolidação da estrutura econômica

⁶² A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei de Terras, foi uma iniciativa com vistas a organizar a propriedade privada no Brasil. Antes da sua implementação não havia uma regulamentação específica relativa à posse de terras, que podia ser apropriada através do trabalho. Essa Lei acarretou grandes desvantagens aos negros, tanto no período de transição para a abolição, no qual muitos já haviam conquistado a liberdade por meio de alforria, fugas, formação de quilombos, entre outros mecanismos, quanto no período pós-abolição, sem qualquer política reparatória e com uma introdução tardia e precária no mundo do trabalho capitalista, que absorveu amplamente a mão-de-obra europeia em detrimento da sua, tiveram suas chances se tornar proprietários de terras amplamente restringidas. O texto da Lei encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/10601-1850.htm>. Acesso em: 20, mai., 2018.

capitalista. No que se refere ao avanço do modo de produção capitalista, a inserção do negro no mundo urbano-industrial foi tardia e precária, em consequência do cenário no qual a ideologia do branqueamento difundia a ideia de superioridade dos trabalhadores brancos, provenientes da Europa. Não por acaso, muitos imigrantes chegaram ao Brasil extremamente pobres, mas rapidamente alcançaram posições, na estrutura de classes e no sistema de estratificação social, melhores que os negros.

Na década de 1950, enquanto o norte paranaense estava em plena efervescência cafeeira, solidificado como uma região de atração de fluxos migratórios, Minas Gerais e os Estados do Nordeste brasileiro se configuravam como regiões de expulsão, uma vez que repeliam grandes contingentes populacionais em decorrência de fatores de estagnação econômica, observáveis em períodos de grandes transformações. A inserção mais vigorosa de racionalidades capitalistas no campo, que, como analisa Martins (1975: 49) tem como cerne a instauração da propriedade privada da terra, acarretou diversos problemas, tais como a expropriação de camponeses, agregados, parceiros e demais produtores rurais que, sem autoridade sobre o seu meio de produção e subsistência (a terra), foram obrigados a vender sua força de trabalho para os detentores do capital, donos das terras. Todo esse processo foi orientado pela premissa de aumento da produtividade atrelada à drástica diminuição da oferta de trabalho. A concentração de enormes extensões de terras nas mãos de poucos proprietários, as violências, as mortes e o trabalho análogo ao de escravo, sobretudo no Nordeste, manteve uma situação agrária em estagnação levando a população à extrema pobreza. São Paulo, por sua vez, numa conjuntura marcada por grandes mudanças, em pleno florescimento industrial, absorveu como mão de obra assalariada o migrante europeu e não os ex-escravizados e seus descendentes, restando aos últimos os trabalhos mais precários e mal pagos. Essas circunstâncias levaram muitos negros a migrarem para outras regiões em busca de melhores condições de vida. No Norte do Paraná, apesar de todas as desvantagens relativas à sua inserção no mundo do trabalho, que não deixava de ser precária, o negro foi absorvido no setor agrícola, que demandava extensiva mão de obra.

Após décadas como principal propulsor da economia do Norte do Paraná, no final da década de 1960, o cultivo do café passou a declinar devido às fortes geadas, principalmente a que ocorreu em 1975, devastando toda a plantação da região. Essa circunstância acarretou drásticas mudanças econômicas e sociais no norte paranaense, levando à consolidação de uma nova política agrária apoiada em lavouras mecanizadas

que impulsionou, mormente, o cultivo da soja, arroz, trigo e milho (CHOMA, 2010: 93). Contrariamente à cafeicultura, que requeria muitos braços para o cultivo, essas outras produções agrícolas demandavam o uso de máquinas, conseqüentemente, menor mão de obra, fato que forçou muitos trabalhadores do campo a buscar novos meios de subsistência. Nessa conjuntura, o êxodo rural se configurou como importante fator de agravamento da pobreza, visto que a entrada de homens negros, com baixa ou nenhuma escolaridade, no trabalho urbano, esteve condicionada à inserção no trabalho braçal, principalmente na construção civil, enquanto para as mulheres negras restava, em geral, o trabalho doméstico, de baixa remuneração.

Em suma, na terra onde se produziu muita riqueza foi produzida também muita pobreza, intensificada após as fortes geadas que aniquilaram os cafezais, suprimindo o meio de vida de muitos trabalhadores do campo, sobretudo os despossuídos de títulos de terras, levando-os ao desemprego, à informalidade e ao subemprego nas ocupações urbanas. Numa conjuntura estruturada sobre o modelo higienista e eugenista, logo, pobres, principalmente negros - que carregavam o peso da combinação das opressões de raça e classe -, estiveram sujeitos, entre tantas outras privações, à segregação urbana e, portanto, à inserção territorial precária, contrariando veementemente a imagem de prosperidade difundida pela literatura regional.

A historiografia tradicional, por sua vez, amplamente preocupada em difundir a imagem do progresso, atrelou o sucesso da região quase que exclusivamente a atuação dos ingleses, fundadores da Companhia de Terras Norte do Paraná, e aos demais imigrantes de origem europeia, tidos como promotores da civilização e do progresso. Concomitantemente, buscou escamotear a existência do negro, que, apesar de se constituir como força de trabalho fundamental para o desenvolvimento da região, continuava a pertencer à raça considerada inferior, isto é, caracterizado como agente do atraso. Logo, as obras clássicas, que fundamentam os escritos sobre a cidade, negligenciaram o registro não apenas da presença negra em Londrina, mas também das condições sociais da maior parcela desse grupo social, segregada nas localidades mais precárias desde a primeira década do município, com a formação das vilas populares, e mais intensamente no período do *boom* cafeeiro, década de 1950, com a formação das primeiras favelas. Apesar de todas as transformações urbanas ocorridas, a segregação com evidente marca racial perdura nos dias atuais, tendo como resultado a presença massiva de negros nas periferias pobres situadas nas extremidades da cidade.

2.4.3. O espaço socialmente construído e a permanente luta por reconhecimento

A construção da identidade cultural de Londrina efetivou-se sob um prisma semelhante ao que mencionamos previamente, quando tratamos da identidade forjada atribuída ao Paraná pelo Paranismo, tendo como base a ideia de comunidade imaginada, debatida por Stuart Hall (2006), que é concebida a partir de um discurso composto de símbolos e representações, capaz de instituir identidades sem considerar especificidades raciais, étnicas, de gênero, entre outras. Esse discurso produz sentidos que são inseridos nas histórias e memórias, nas quais se articulam presente e passado. A construção da comunidade imaginada consolida-se em narrativas, contadas e recontadas na literatura, que se tornam oficiais. Nessas histórias destacam-se enfaticamente a origem, a continuidade, a tradição e a intemporalidade. Na perspectiva de Hall, respaldado por Hobsbawm e Ranger, as tradições locais são, muitas vezes, inventadas, ou seja, se configuram como um conjunto de práticas que inculcam valores através da repetição, forjando a continuidade com um passado histórico moldado conforme os valores vigentes (HALL, 2006: 50-55). Assim como a identidade nacional, discutida de modo mais aprofundado por Hall, compreendemos que as comunidades locais também se constituem de símbolos e representações, sendo sua *tradição inventada* sustentada pelos escritos sobre a cidade, os quais elegem quem são os sujeitos, protagonistas e heróis da história. No caso de Londrina, ao mesmo tempo em que se exacerba a importância de determinados grupos sociais, relega-se a de outros a planos inferiores, buscando-se consolidar a ideia de uma identidade cultural pautada na branquidade.

Sob esse prisma, no processo de construção da história de nações ou localidades, observa-se uma busca permanente de representação de identidades culturais diversas por uma que é hegemônica. A representação de uma identidade cultural homogênea ou unificada, só é possível através de processos violentos de supressão forçada da diferença cultural. Hall escreve: “Cada conquista subjuguou povos conquistados e suas culturas, costumes, línguas, tradições, e tentou impor uma hegemonia cultural mais unificada” (HALL, 2006: 60). Numa conjuntura na qual a ideologia do branqueamento foi o cerne das tentativas de construção da identidade nacional brasileira, embasando as relações de poder e as interações sociais cotidianas como símbolo de progresso, e o exercício da colonialidade se intensificou com o avanço do sistema capitalista, a representação da identidade cultural de Londrina só podia ser construída em conformidade com os padrões civilizatórios europeus.

Na cidade onde se constata como evidente a diversidade étnico-racial, desde o início da sua formação, a história oficializada e as homenagens dedicadas aos pioneiros, tende a enaltecer apenas alguns grupos, destacando os alemães, italianos, japoneses e ingleses, e concedendo a esses últimos as maiores honrarias. Até mesmo as características urbanísticas de Londrina contribuem para que a invisibilidade dos negros se materialize, sobretudo quando nos atemos a dois fatores primordiais: a) a segregação urbana com nítido recorte racial, que desloca os negros, em sua maioria, das áreas mais valorizadas da cidade; b) a disposição de símbolos em homenagem aos pioneiros nos lugares de maior visibilidade, nos quais sua presença não é lembrada.

Não obstante a hegemonia europeia na constituição da identidade londrinense, um grupo que vem conquistando importante espaço de representatividade é o japonês. Entre os principais monumentos de Londrina encontra-se a Praça Tomi Nakagawa, situada no centro da cidade, construída em 2008 em homenagem aos 100 anos da imigração japonesa e como lembrança das contribuições dessa comunidade para o desenvolvimento da sociedade brasileira e londrinense. O nome é uma homenagem à última sobrevivente do *Kasato Maru* - navio que, em 1908, trouxe o primeiro grupamento de imigrantes japoneses para o Brasil -, Tomi Nakagawa. A Praça foi construída pela Prefeitura de Londrina com recursos do Governo Federal, tendo custado R\$ 2,5 milhões (MENEGHEL, 2008). Logo após a inauguração da Praça, Vilma Santos de Oliveira⁶³, mais conhecida como Dona Vilma e Yá Mukumby, principal líder do Movimento Negro de Londrina, gravou no local um vídeo no qual admite a importância

⁶³ Dona Vilma (1950-2013) foi importante ativista, referência nacional no Movimento Negro e na religiosidade afro-brasileira. Em 3 de agosto de 2013, Dona Vilma teve a sua vida ceifada, juntamente com a de sua mãe e de sua neta. O crime, que ocorreu em sua própria residência, apresentou diversos indicativos de intolerância religiosa, porém, como a maioria dos crimes decorrentes de racismo, também este não foi como tal considerado. Segue uma breve definição de Dona Vilma, nas palavras do Prof. da UEL Kennedy Piau Ferreira (2013): “Ela era uma mestra de cultura popular que não necessitava de mediadores, não carecia de embaixadores, por que ela mesma desempenhava tal papel. Seu engajamento político, sua liderança espiritual, sua força cultural e seu carisma pessoal possibilitavam a construção de pontes institucionais com o poder público municipal, com as universidades e com o movimento negro em nível nacional. O capital político, social e cultural acumulado na sua trajetória lhe garantiam certa capacidade de transito nos mais diferentes espaços. Podia transitar com desenvoltura na periferia da cidade de Cambé (onde se localizava o terreiro de candomblé que comandava) e no Conselho Universitário da UEL. Alinhava com sabedoria os espaços dos jovens de classe média e os espaços dos jovens pobres das bordas da cidade. (En)Cantava no chão do terreiro e nos teatros e vilas culturais. Foi inspiração e transpiração por uma causa (do povo negro) agregando aliados efetivos de todas as cores e credos. [...] Falar sobre a importância da Dona Vilma para a cultura de Londrina é certamente falar da cultura negra como expressão de luta e vida”. Para conhecer sua trajetória recomendamos os seguintes livros: LANZA, Fábio [et al.]. *Yá Mukumby: A vida de Vilma Santos de Oliveira*. Londrina: UEL, 2013. SILVA, Maria Nilza; PACHECO, Jairo Queiroz (Orgs.). *Dona Vilma: Cultura Negra como Expressão de Luta e Vida*. Londrina: UEL, 2014. Ambos disponíveis em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/>.

da homenagem à comunidade japonesa e nipo-brasileira, que muito trabalhou desde a sua chegada ao Brasil. O foco do registro, no entanto, incide sobre a frustração da ativista no que se refere à falta de democratização na criação de espaços e implantação de monumentos de representatividade étnico-racial, ou seja, de reconhecimento recíproco de todos os grupos de uma sociedade que, no caso de Londrina e de tantas outras cidades brasileiras, implica na invisibilização do negro. Ela relatou que há muitos anos vinha reivindicando ao poder público um espaço para colocar uma estátua de Zumbi dos Palmares, símbolo de luta e resistência contra a escravidão no Brasil. Entretanto, os sucessivos governos não atenderam a solicitação e o espaço de referência para os negros nunca foi concedido. Segue o depoimento de Dona Vilma:

Eu não tenho, em nenhum momento, eu não tenho nenhuma dúvida de que os japoneses chegaram ao Brasil há cem anos, trabalharam bastante, contribuíram bastante, ajudaram no enriquecimento do país com bastante trabalho. Sempre são muito determinados, eu não tenho nenhuma dúvida disso e a minha tristeza não é por isso. Mas nós, negros, chegamos aqui há quatrocentos e poucos anos, trabalhamos tanto quanto os japoneses. E nós não viemos em nenhum navio para chegarmos aqui e termos terras. Nós fomos arrancados da nossa terra, da África, perdemos a nossa identidade, fizemos um trabalho escravo aqui no Brasil, apanhando, morrendo... O Brasil foi o último país a acabar com a escravidão e hoje, no momento em que mais se fala em igualdade racial eu vejo uma desigualdade muito grande. Por exemplo, a construção dessa praça, que é um monumento, é muito linda a praça, a gente sabe que foi um investimento grande e, por que não dizer, justo aos japoneses que trabalharam e contribuíram. Mas por que a estátua de Zumbi está lá no fundo de casa? Por que não teve lugar para por? Está lá, já deteriorou, já estragou, não teve um lugar sequer. E nós, negros, tão modestos, pedimos um espaço. Não pedimos construção de praça, não pedimos o dinheiro de governo, não pedimos o dinheiro de governo federal, nem de empresa. Pedimos um espaço pra a gente ter uma referência e a gente não têm. E essa praça, construída com tanto prazer, com tanta divulgação, com tanto dinheiro... Eu acho que até ostentaram muito com essa praça falando de igualdade racial e eu não acredito nessa igualdade. Depois disso eu não acredito que isso possa acontecer, que a gente possa conseguir um espaço, que a gente possa conseguir avançar com tanta desigualdade partindo do poder público. Então isso me entristece muito, eu fico extremamente triste. Eles estão fazendo cem anos que chegaram ao Brasil e nós estamos fazendo 120 anos em que foi abolida a escravidão. E ainda a gente tem que tá brigando por cotas, brigando por direitos, brigando por uma série de coisas que nós não conseguimos. [...]. Então é complicado você ter na sua cidade uma estátua de Zumbi, que foi feita com muita humildade por um artista plástico aqui da cidade, e tá lá jogada no fundo da minha casa porque não teve lugar para colocar. E não foi falta de projeto, não foi falta de pedir, não foi falta de reivindicar. Reivindicamos desde 1987/88 o nome de uma Rua “Zumbi dos Palmares” e também não conseguimos, o projeto não passou na câmara. Não teve vontade política para que

isso acontecesse. E eu não estou falando de uma gestão, eu estou falando de todas as gestões e de tudo o que acontece de desigualdade, principalmente quando se trata do povo negro (OLIVEIRA, 2008).

Nesse caso, além de evidenciarmos o não-reconhecimento pela sociedade e pelo poder público da comunidade negra, utilizamos o exemplo da Praça Japonesa com intento de chamar atenção para o fato de que até mesmo grupos étnico-raciais⁶⁴ alvo também estes de discursos racistas difundidos por eugenistas, principalmente na primeira metade do século XX, alcançaram posições de destaque no Brasil, no caso de Londrina, com praças⁶⁵ e outros ícones que os representam. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a cor/raça amarela, classificação do IBGE, representa 3,44% da população da cidade. O negro, por sua vez, corresponde a 26% da população do município, mas permanece invisibilizado.

Nesse caso, é importante observar que, apesar de japoneses e seus descendentes fazerem parte de um grupo que, no Brasil, é racializado e, por vezes, discriminado, o tipo de discriminação que sofrem - cujos efeitos podem ser extremamente nocivos no âmbito individual - não é capaz de produzir desigualdades e estigmas sociais em níveis estruturais. Ou seja, não faz deste grupo alvo potencial, por exemplo, de injustiças socioeconômicas institucionalizadas, nem da violência do Estado, por ação da polícia, tampouco de hostilizações no mercado de trabalho a ponto de ter sua capacidade profissional questionada ou currículo recusado devido à sua condição racial⁶⁶. Ao contrário, é forte a ideia de que este grupo é modelo de sucesso entre as chamadas minorias, visto que muitos desses imigrantes chegaram pobres ao Brasil e conseguiram alcançar posições de destaque. Essa visão generalista acaba por reforçar o racismo contra os negros, que perdura enraizado, violento e específico, transcendendo o âmbito de sofrimento individual e atingindo níveis estruturais, institucionais, que podem ser ainda mais devastadores, uma vez que impacta todas as esferas da vida em sociedade.

⁶⁴ No início do século XX, houve grande empenho, por parte de eugenistas, para conseguir a aprovação de uma legislação que restringisse a entrada de asiáticos no Brasil. Oliveira Vianna, em 1932, chegou a afirmar: “o japonês é como enxofre, insolúvel” (DIWAN, 2007:118-119). O japonês foi alvo de discriminação devido à ideia de que ele esse imigrante seria inassimilável, física e culturalmente, além de não corresponder às expectativas do projeto eugênico. Também se afastavam dos referenciais da cultura e civilização ocidental, assim como da moral cristã. Para melhor compreensão do racismo contra os japoneses no Brasil, cf. NUCCI, Priscila. O Perigo Japonês. *História Social*, n. 12, 133-149, 2006.

⁶⁵ Muito antes da inauguração da Praça Tomi Nakagawa, em 1988, em homenagem à comunidade nipo-brasileira, foi inaugurada a Praça Nishinomiya, situada próxima ao aeroporto da cidade.

⁶⁶ Uma exceção talvez seja na TV, onde brasileiros com ascendência oriental, além de terem poucas oportunidades, às vezes são representados de forma estereotipada.

O racismo institucional é, provavelmente, o modo mais perverso de manifestação do racismo, visto que mantém os negros em posições de inferioridade por meio de dispositivos que, geralmente, nem sequer são percebidos. Michel Wieviorka, baseando-se em análises de Carmichael e Hamilton, ativistas do movimento negro norte-americano, descreve o racismo institucional da seguinte forma:

[...] algo que mantém os negros em uma situação de inferioridade por mecanismos não percebidos socialmente. Essa concepção do fenômeno renova a análise, e, ao mesmo tempo, inspira numerosos pesquisadores: o problema não é mais a existência de doutrinas ou de ideologias que se valem mais ou menos explicitamente da ciência, não é nem mesmo o que pensam as pessoas, ou qual é o conteúdo de argumentos que utilizam para justificar seus atos racistas. É no funcionamento mesmo da sociedade, da qual o racismo constitui uma propriedade estrutural inscrita nos mecanismos rotineiros, assegurando a dominação e a inferiorização dos negros sem que ninguém tenha quase a necessidade de os teorizar ou de tentar justificá-los pela ciência. O racismo aparece assim como um sistema generalizado de discriminações que se alimentam ou se informam uns aos outros [...]... Assegura a reprodução quase automática da discriminação dos negros na moradia, na escola ou no mercado de trabalho (WIEVIORKA, 2007: 30).

O domínio do racismo institucional pode ser exercido sem a necessidade de ações diretas de indivíduos, isto é, sem a reprodução de discursos ou práticas abertamente racistas, já que tais racionalidades encontram-se inscritas no funcionamento das próprias instituições sociais. Em sociedades nas quais o exercício da colonialidade é pungente, valores culturais brancos são instituídos como norma, refletem os seus interesses e asseguram o privilégio a pessoas brancas⁶⁷, que, conscientemente ou não, se beneficiam da discriminação racial. Brancos são dominantes na estrutura social e tal quadro é, geralmente, concebido como natural. Além disso, quando visam preservar um *status quo* que os privilegie em detrimento dos negros, os brancos podem rejeitar mudanças institucionais capazes de transformar essa situação, sem precisar, por isso, defender argumentos racistas. Ao contrário, é relativamente comum membros de camadas sociais dominantes manifestarem repúdio a práticas racistas abertas - quando, por exemplo, um branco chama um negro de macaco num espaço público - mostrando-se, assim, em consonância com princípios antirracistas. Deste modo, grupos dominantes

⁶⁷ Quando mencionamos “pessoas brancas” ou “brancos”, estamos nos referindo a hierarquização racial criada pelo colonialismo, que faz com que esse grupo permaneça dominante, tanto no que se refere à distribuição de bens e riquezas na sociedade, quanto no que diz respeito ao *status* ou reconhecimento na estrutura cultural-valorativa. Sabemos que muitas pessoas brancas têm contribuído significativamente na luta antirracista, por isso não há a intenção de promover qualquer tipo de generalização.

podem se julgar isentos de práticas racistas, quando, na realidade, garantem à discriminação “um funcionamento mascarado ou invisível ao mesmo tempo em que tiram vantagens delas” (WIEVIORKA, 2007: 38).

É muito comum, também, a busca de respaldo nos princípios de igualdade e na ilusória democracia racial, um dos pilares do racismo no Brasil. O mito da democracia racial constitui-se como elemento crucial para a persistência de dispositivos que levam à manutenção de privilégios dos brancos, tanto no nível individual, quanto no coletivo. Significativa parcela deste grupo social, ao mesmo tempo em que pode até reconhecer a existência do racismo, tende a negar os efeitos nefastos por ele produzidos. Também, a negligenciar a compreensão do racismo em suas dimensões estruturais, limitando-o a uma esfera isolada, associada ao comportamento inadequado de alguns indivíduos, contribuindo para o esvaziamento de um debate mais profícuo que garanta ao negro a promoção da justiça social de modo mais amplo e alinhado aos princípios democráticos. Nesse sentido, quando o racismo é camuflado, aparentemente indetectável, torna-se muito mais difícil combatê-lo. Exatamente por isso seus efeitos podem ser até mais perversos do que aquela forma de racismo explícita, atrelada à prática de indivíduos, na qual a vítima pode obter algum respaldo da lei, já que racismo é crime. O racismo, em suas mais variadas formas de manifestação, atrelado às relações de classes, ao capitalismo e um dos seus suportes centrais, a colonialidade, aprofunda não apenas as desigualdades econômicas, mas também mecanismos de dominação cultural.

Os japoneses, apesar de estarem longe de ter o *status* dos europeus na estrutura cultural-valorativa, estão entre os grupos estrangeiros que, na primeira década de colonização de Londrina, mais adquiriram lotes de terras da CTNP, ou seja, foram muito expressivos no investimento de capital e no estabelecimento na cidade, o que pode ser um importante fator de reconhecimento. Os alemães e italianos também constituem o grupo de estrangeiros que mais compraram terras nos primeiros anos de formação de Londrina, além de, na condição de europeus, serem considerados agentes do progresso e da civilização, elementos promotores de reconhecimento. O que chama mais atenção, no entanto, é a ênfase dada à influência dos ingleses na identidade cultural da cidade. O papel dos ingleses foi imprescindível no âmbito do projeto capitalista capaz de promover o povoamento de Londrina e impulsionar seu desenvolvimento econômico. Porém, este grupo está entre os que menos adquiriram lotes de terra e menos fixaram residência na cidade, ou seja, não possui expressividade no que se refere

à presença e influência cultural como outros migrantes e imigrantes que construíram sua vida no município. Mesmo assim, o inglês representa a principal figura do pioneiro, do desbravador que transformou a mata virgem em “ouro verde”.

A busca incessante pela edificação de uma memória local atrelada aos ingleses e o *status* heroico atribuído a este segmento, acaba por produzir um quadro desigual de reconhecimento da atuação de outros grupos que também contribuíram para o desenvolvimento da cidade, no entanto, são pouco lembrados, se não até apagados dos registros históricos. Há tempos Londrina passa por uma série de transformações urbanas que visam moldá-la segundo os aspectos de uma cidade europeia, sendo, simultaneamente, disseminados valores culturais pautados no eurocentrismo. Diversos projetos⁶⁸ têm sido aprovados com o intento de consolidar a ligação de Londrina com a capital inglesa, Londres, por meio da implantação de ícones londrinos mundialmente conhecidos. Como exemplo podemos mencionar a instalação de réplicas de cabines telefônicas inglesas, distribuídas em diversos pontos da cidade, e um portal de entrada no município, que serve como passarela para pedestres, com torres réplicas do Big Ben.

As cabines inglesas começaram a ser instaladas em 2009 a partir de uma parceria entre a Prefeitura de Londrina e a Sercomtel, empresa de telecomunicações, em ocasião do aniversário de 75 anos da cidade. De acordo com informações disponibilizadas na página da prefeitura⁶⁹, cada cabine custou cerca de R\$8 mil. Alguns anos mais tarde, em 2014, foi construído o já citado Portal de Londrina, monumento situado na BR-369, principal via de acesso à cidade. A estrutura arquitetônica do portal de entrada da cidade é composta por elementos que aludem às torres do famoso relógio Big Ben, de Londres, e custou cerca de 1,8 milhão. Tanto as cabines telefônicas, quanto o portal foram instaurados como homenagem a Londres e aos ingleses, fundadores da CTNP⁷⁰.

⁶⁸ Cf. Alguns exemplos: *Projeto Londrina 2012*, disponível em: <http://www.londrina2012.com.br/Projeto.aspx>. Acesso em 14/01/2018. *Documentário Aborda influência inglesa em Londrina*, disponível em: <http://www.hnews.com.br/2011/07/documentario-aborda-influencia-inglesa-em-londrina>. Acesso em 14/01/2018.

⁶⁹ Cf. LONDRINA, Prefeitura. Londrina ganha mais duas cabines telefônicas inglesas. Qui, 14 de Out. de 2010. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9190:londrina-ganha-mais-duas-cabines-telefonicas-inglesas-&catid=108:destaques. Acesso em: 14, jan., 2018.

⁷⁰ Cf. PARANÁ, Governo do Estado – Agência de Notícias. *Governo inaugura, em Londrina, passarela com torres que lembram o Big Ben*, 31, mar., 2014. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=79730>. Acesso em: 14, jan., 2018.

A construção do portal foi alvo de críticas de uma parcela da população, que chegou a formular uma petição pública, assinada por mais de 650 pessoas, contra a sua construção. Segue o texto da petição, intitulada “O Big Ben não nos representa”:

Os signatários deste documento manifestam-se contra a decoração com réplicas do Big Ben na passarela de pedestres da BR-369, em frente ao Parque Gov. Ney Braga, fazendo as vezes do portal da cidade de Londrina. Os londrinenses que tem afinidade e interesse pela memória da cidade entendem que o símbolo do Big Ben – original de Londres - não representa nosso caráter e nossa identidade. O parcelamento e venda de terras por empresa inglesa teve seu devido valor histórico, mas não configurou, de fato, uma colônia. Imaginar que somos ingleses é esquecer que somos paulistas, mineiros, índios, japoneses, árabes, afros, italianos, espanhóis e tantos mais que vieram com suas famílias para construir uma nova vida. Essa diversidade de etnias é parte fundamental da nossa identidade e da nossa memória, que continua sendo construída por nós. A passarela - segura e moderna - é uma obra muito bem-vinda, mas ao elegermos o Big Ben como um símbolo de Londrina (essa é a função de um portal), perdemos a oportunidade de celebrar nossa verdadeira identidade, que diariamente construímos com vigor e da qual temos imenso orgulho⁷¹.

Um portal que marca a entrada do município remete à sua identidade cultural, assim como as cabines telefônicas inglesas distribuídas nos locais de maior visibilidade. Os ícones em questão simbolizam outro contexto, outra realidade. A petição pública não foi suficiente para promover alterações no projeto da passarela, que foi efetivado nos moldes britânicos. Entretanto, foi uma iniciativa relevante no sentido de evidenciar que a aprovação de uma identidade construída de acordo com padrões culturais deliberadamente forjados, e pautada na reafirmação de grupos hegemônicos, não é unânime e que é vista com olhares críticos. A contribuição dos ingleses tem a sua significância histórica e já foi devidamente reconhecida nas mais importantes esferas, socioeconômica, historiográfica e cultural, a começar pelo o próprio nome da cidade, “Londrina”. Reconhecida, provavelmente, até mais do que o devido, dado que a literatura tradicional ancorou-se em discursos produzidos pela própria CTNP, que, ao descrever sua atuação, exagerou o protagonismo do desbravador inglês ao mesmo tempo em que esmaeceu sua principal característica: a de empreendimento capitalista com vista à maximização do lucro. Simultaneamente, suprimiu de suas narrativas a participação de migrantes explorados, cuja força de trabalho foi fundamental, principalmente no plantio de milhões de pés de café, motor da economia regional.

⁷¹ Cf. Petição Pública: *O Big Bem não nos representa*. Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2013N43891>. Acesso em 05/03/2018.

Figura 3. As Cabines Telefônicas Inglesas



Calçadão de Londrina. Fotos: Mariana Panta, 2018.

Figura 4. O Portal e Passarela com Torres que Aludem ao Big Ben



Fotos: Deco-DZ, 2018.

As transformações pelas quais Londrina vem passando remetem à reflexão proposta por Rolnik, abordada no Capítulo I, a qual se refere à regeneração da cidade do Rio de Janeiro. Para que a cidade pudesse alcançar a imagem de bela, próspera e civilizada “o espaço urbano foi completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, desenhado para uso e convívio exclusivo das ‘pessoas de bem’” (ROLNIK, 1989: 8). Devido a homenagens destinadas aos reconhecidos como pioneiros, sancionadas no âmbito municipal e estadual, os grupos de maior *status* possuem ainda o nome de seus representantes figurados nos diversos signos que constituem a cidade, como ruas, avenidas, praças, parques, escolas, conjuntos habitacionais, memoriais de pioneiros, entre tantos outros.

2.5. A Injustiça Econômica e a Injustiça Cultural como Cerceadoras da Justiça Social aos Negros

As explanações que empreendemos nos dois últimos tópicos (2.3.2 e 2.3.3), trazem à tona pelo menos dois problemas centrais que impactam fortemente a trajetória da população negra na cidade:

a) O primeiro refere-se à injustiça de cunho econômico, isto é, relativa à super-exploração dos negros no decorrer de toda a história do Brasil, enraizada no colonialismo e radicada na estrutura econômico-política atual. A abolição da escravatura ocorreu sem qualquer política favorável à integração do negro no mundo do trabalho capitalista, desencadeando e reproduzindo desigualdades socioeconômicas com forte marca racial. Como afirma Campos (2012: 86), o quadro de desigualdades no qual vive a população negra, designado pelo autor como *pobreza estrutural*, teve como causa dois fatores principais: o impedimento à propriedade de terra, num contexto no qual a sua posse se configurava como principal meio de acumulação de bens; e a inserção tardia no mundo urbano industrial, em razão, principalmente, da ideia de superioridade dos trabalhadores brancos, de origem europeia, amplamente absorvidos como mão-de-obra em detrimento dos ex-escravizados e seus descendentes. Carlos Hasenbalg, por sua vez, evidencia em seus escritos que, cada nova geração de negros apresenta desvantagens em relação aos brancos de mesma condição econômica. Isso porque, além de sua origem de baixa posição social, a discriminação racial restringe amplamente as suas chances de mobilidade social ascendente perenizando a transmissão intergeracional de desigualdades (HASENBAG, 1979:172, 199). A *injustiça econômica* abarca fatores

como: a expropriação do fruto do próprio trabalho em proveito de outros; a falta de acesso ao trabalho remunerado; a submissão a trabalhos informais, indesejáveis ou mal remunerados; em suma, a falta de acesso a um padrão de vida adequado no âmbito material, decorrente das mais diversas formas de privações (FRASER, 2006: 232). Como exemplo empírico, temos a situação descrita no tópico 2.3.2, indicativa de que a maior parcela dos negros que migrou para Londrina no início da sua formação, apesar de muito trabalhar para os proprietários de terras, não alcançou os tão propagados patamares de riqueza, prosperidade ou simplesmente de vida digna, conquistados por outros grupos sociais. Pelo contrário, continua a experimentar múltiplas precariedades e privações, destacando-se a segregação socioespacial que lhe foi imposta.

b) O segundo diz respeito à *injustiça cultural ou simbólica*, aquela inerente aos padrões sociais de representação. Nessa vertente da injustiça estão inseridas: a dominação no âmbito cultural, que submete determinados grupos e suas respectivas características culturais a padrões associados à outra cultura alheia ou hostil à sua própria; o ocultamento e a invisibilidade de grupos sociais de origens culturais distintas da que é dominante; e o desrespeito, que implica tanto em processos de desqualificação nas representações culturais públicas estereotipadas, como nas interações sociais cotidianas (FRASER, 2006: 232). Como exemplo de injustiça cultural no campo empírico temos a situação descrita no item 2.3.3, que evidencia o ostracismo ao qual é relegada a população negra no âmbito da identidade cultural de Londrina, ainda que seja comprovada a sua presença e participação desde o início da formação da cidade.

Nancy Fraser, a partir de uma abordagem bidimensional das injustiças sociais, que abarca a injustiça econômica e a injustiça cultural, propõe a formulação de uma teoria social cujo enfoque incida na articulação entre as esferas da economia e da cultura (FRASER, 2006: 232). Na perspectiva da autora, só é possível corrigir as injustiças historicamente radicadas no tecido social - especialmente aquelas relativas à raça, gênero e sexualidade - a partir da compreensão de que as lutas por *redistribuição*, com fito de compensar injustiças econômicas, não devem dispensar as lutas por *reconhecimento*, destinadas a remediar injustiças culturais, e vice-versa. Portanto, a construção de uma sociedade mais justa exige hoje tanto *redistribuição*, como *reconhecimento*, noções que Fraser distingue da seguinte forma:

O remédio para a injustiça econômica é alguma espécie de reestruturação político-econômica. Pode envolver redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, controles democráticos do investimento ou a transformação de outras estruturas econômicas básicas. Embora esses vários remédios difiram significativamente entre si, doravante vou me referir a todo esse grupo pelo termo genérico “redistribuição”. O remédio para a injustiça cultural, em contraste, é alguma espécie de mudança cultural ou simbólica. Pode envolver a revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados. Pode envolver, também, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural. Mais radicalmente ainda, pode envolver uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de todas as pessoas. Embora esses remédios difiram significativamente entre si, doravante vou me referir a todo esse grupo pelo termo genérico “reconhecimento” (FRASER, 2006: 232).

Sob esse viés, é necessário considerar que a injustiça econômica e a injustiça cultural são duas problemáticas políticas que, apesar de conceitualmente distintas, são interligadas, se entrelaçam e se sustentam reciprocamente, intensificando opressões. Todavia, são geralmente pensadas de modo excludente pelas teorias concorrentes - paradigma da distribuição e paradigma do reconhecimento - consolidando-se como um vigoroso dilema nos mais eminentes campos teóricos. No âmbito das relações raciais, as teorias de fundo econômico inspiradas nas análises de Marx - apesar de propiciarem a compreensão de nuances da exploração dos negros e a reprodução das desigualdades socioeconômicas no sistema capitalista, que, no Brasil, se desenvolveu preservando muitos dos fundamentos da lógica escravocrata e tendo o racismo como um dos seus princípios - não são suficientes para explicar outras esferas de abrangência desse sistema de dominação, como a invisibilidade imposta aos negros ou a visibilidade hostil derivada da institucionalização de estereótipos depreciativos, cerne das discriminações.

Sabemos que a pobreza restringe, e muito, as oportunidades dos negros, que, no Brasil, predominam entre os mais pobres. Mas é sabido, também, que a superação da pobreza e a ocupação de posições sociais de maior destaque não isentam o negro de continuar a sofrer discriminação por causa do racismo. Negros, quando em postos de prestígio, são vistos com estranheza por significativa parcela da sociedade, que, de modo quase automático, os associa à classe de trabalhadores cujas profissões são de baixo prestígio social, como ocorreu no caso das médicas cubanas, negras, que vieram prestar serviços no Brasil atendendo a solicitação do Governo Federal. Na visão de uma determinada jornalista, endossada por alguns dos seus seguidores, as profissionais não

tinham “cara de médica”, mas sim de empregada doméstica⁷². Nota-se, nessa declaração, tanto o não-reconhecimento de mulheres negras em profissões de maior *status*, no caso a medicina (espanto, estranhamento ou repulsa), quanto à sua destinação a um trabalho específico: o trabalho doméstico, no qual a presença de mulheres negras passa normalmente despercebida, tamanha a naturalidade. Além de, evidentemente, reforçar estereotipicamente as trabalhadoras domésticas, já tão estigmatizadas. Não raramente, negros também são “confundidos” com criminosos, como ocorreu com Januário Alves Santana, funcionário da USP espancado por cinco seguranças do mercado *Carrefour* sob a acusação de ter roubado o próprio carro, um EcoSport da Ford⁷³. Situação ainda mais extrema, o fatídico episódio do dentista negro, Flávio Ferreira Sant’Anna, morto a tiros pela polícia militar ao ser “confundido” com um assaltante. Sobre esse último caso, Sueli Carneiro escreveu: “Vive-se num país em que, mais que outros, a cor da pele significa risco de morte. Em que a possibilidade de sofrer uma modalidade fatal de violência se constitui dimensão natural da vulnerabilidade social do ser negro”⁷⁴. É possível notar, através dos casos expostos, que ter uma profissão de elevado prestígio social, ser proprietário de um bom carro, ou mesmo conquistar elevada posição na estrutura de classes, como ocorre com muitos futebolistas - a exemplo do jogador Daniel Alves e do goleiro Mário Lúcio Duarte Costa, o Aranha, alvos de racismo em pleno exercício da profissão, dentro de campo, e discriminados também fora dele⁷⁵ - não eliminam a raça como critério fundamental de opressão.

⁷² Cf. G1, Rio Grande do Norte. *Jornalista diz que médicas cubanas parecem 'empregadas domésticas'*, 27/08/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/08/jornalista-diz-que-medicas-cubanas-parecem-empregadas-domesticas.html>. Acesso em: 20 fev., 2018.

⁷³ Cf. EXTRA, Globo.com. *Homem negro é confundido com bandido e espancado por segurança de supermercado na Grande SP*, 20/08/09. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/homem-negro-confundido-com-bandido-espancado-por-seguranca-de-supermercado-na-grande-sp-320091.html>. Acesso em: 20 fev., 2018.

⁷⁴ Cf. CARNEIRO, Sueli. O negro errado por Sueli Carneiro. *Geledés*. 14/02/2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-negro-errado-por-sueli-carneiro/>. Acesso em: 20/02/2018.

⁷⁵ Em 2014, dois casos de racismo no esporte repercutiram consideravelmente na imprensa brasileira. Primeiro foi o episódio ocorrido com o jogador Daniel Alves, em uma partida na Espanha, na qual um torcedor do time local atirou contra o atleta uma banana, comparando-o a um macaco. Na ocasião, Daniel Alves ironizou a ofensa racista comendo a banana. O segundo caso foi o do goleiro Aranha, então integrante do Santos, que foi atacado por membros da torcida adversária (o Grêmio) sob gritos de macaco e reprodução de sons que aludiam ao animal. Em entrevista, o goleiro que interrompeu a partida para denunciar o ocorrido, afirmou que atos como esses eram recorrentes em jogos e também mencionou situações de discriminação sofridas fora do campo, como, por exemplo, em locais consolidados com maior poder aquisitivo nos quais residiu. Afirma o atleta: “Muitas vezes não sou aceito, sou tolerado. Porque sou o goleiro do Santos bicampeão mundial. Porque tenho um carro bonito. Já morei em prédio em que não me davam nem bom dia” (ADAMI, 2014). É como se ele tivesse fora do lugar que, tradicionalmente, lhe é destinado: as periferias pobres.

De outro ponto de vista, é interessante notar que, mesmo em cenários de extrema pobreza, nos quais parece não haver mais espaço para estigmatização, a raça também exerce um papel crucial. A pesquisadora Lia Schucman, que desenvolveu sua tese de doutoramento sobre “branquitude, hierarquia e poder”, ao indagar de um homem branco, em situação de rua, sobre o que significa ser branco, na visão dele, ele respondeu que, ser branco é ter a liberdade de entrar no *shopping* para utilizar o banheiro, enquanto seus colegas negros, na mesma condição, são impedidos (SCHUCMAN, 2012: 76). Outro exemplo emblemático é o do ex-morador de rua, Rafael Nunes, branco, de olhos azuis, que, ao ser fotografado nas ruas de Curitiba, teve a sua imagem amplamente veiculada nas redes sociais e logo recebeu ajuda num programa de TV e acompanhamento de seu caso por outros veículos da imprensa, tornando-se conhecido como “mendigo gato”. A situação de Rafael, então viciado em crack, ao contrário da maioria dos moradores de rua, predominantemente negros e desumanizados, chocou, causou indignação, desencadeou uma comoção coletiva, despertou sentimentos humanitários que o levaram a receber um bom tratamento e a ganhar a oportunidade de uma vida digna. Pudera! Ele era belo demais (branco demais) para ser mendigo. Um negro nessa situação, é apenas mais um entre milhares, não gera consternação. Esses exemplos mostram que, se para o negro a raça representa um mecanismo de opressão, para o branco ela se revela como um mecanismo de obtenção de privilégio social. Seja qual for a posição na estrutura de classes, ou no sistema de estratificação social, a branquitude é um dispositivo de poder. E é essa norma que precisa ser confrontada. No que se refere aos problemas decorrentes da estrutura cultural-valorativa, faz-se necessária a desestabilização de padrões culturais responsáveis pela reprodução de estereótipos raciais.

A articulação eficaz de demandas por redistribuição e demandas por reconhecimento permanece como um vigoroso desafio, tanto no âmbito teórico quanto empírico. A conciliação entre esses dois eixos é de suma importância quando nos referimos a coletividades que carecem tanto de remédios redistributivos (relativos à estrutura econômico-política) quanto de remédios de reconhecimento (relativos à estrutura cultural-valorativa da sociedade). Grupos que combinam opressões econômicas e culturais são nomeados por Fraser de coletividades *bivalentes*. Gênero e raça são paradigmas de coletividades bivalentes e requerem, portanto, remédios tanto de

redistribuição quanto de reconhecimento para o combate concomitante de injustiças socioeconômicas e culturais (FRASER, 2006: 233).

A raça é cerne da divisão capitalista do trabalho, enraizada no colonialismo e no sistema escravocrata, que elaboraram categorizações raciais para justificar formas brutais de exploração cujos fundamentos perseveraram. Por isso, ainda hoje os trabalhos de baixo *status* e remuneração são ocupados predominantemente por negros, realidade que evidencia privações marcadas pela raça. Sob esse prisma, Fraser analisa que a injustiça baseada na raça está atrelada à injustiça distributiva, que requer compensações redistributivas pautadas na transformação da economia política com a supressão da racialização que lhe é intrínseca. Entretanto, além do campo econômico-político, a raça opera também, como já explicitamos, nas dimensões culturais-valorativas, do universo do reconhecimento. Numa estrutura social alicerçada sobre o eurocentrismo, o racismo, a ideologia do branqueamento e a colonialidade, as características culturais valorizadas são aquelas associadas ao “ser branco”. Segundo afirma Fraser (2006: 134-135), as normas eurocêntricas institucionalizadas no Estado e na economia fazem com que pessoas negras sejam consideradas inferiores e, dessa forma, contribuem para mantê-las em desvantagem, ainda que não haja a intenção de discriminar.

Em suma, o grupo negro, na condição de coletividade bivalente, necessitaria de, no mínimo, dois remédios analiticamente distintos: a redistribuição e o reconhecimento. Esses dois remédios não são, no entanto, facilmente conciliáveis pela literatura. Isso porquê, na lógica da redistribuição, com vistas a eliminar a exploração e as privações racializadas, a raça deveria ser abolida do âmbito da divisão social do trabalho (o que pressupõe a supressão das diferenças); contrariamente, pelo viés do reconhecimento, conforme o conteúdo das demandas de movimentos sociais baseados em identidades, é defendida a valorização das especificidades do grupo racialmente discriminado (o que pressupõe a afirmação das diferenças).

Como alternativa a esse dilema, Fraser delinea possíveis caminhos através de discussões sobre o que ela designa por redistribuição e reconhecimento como remédios *afirmativos* e *transformativos*. Em linhas gerais, os *remédios afirmativos* são aqueles que têm como proposta a correção das injustiças através da afirmação da diferença. Essa alternativa, na ótica da autora, não seria capaz de alterar o *status quo* produtor das injustiças sociais em nenhum dos eixos, visto que sua característica seria paliativa, isto

é, atenuante temporária de injustiças sociais. Os *remédios transformativos*, por sua vez, buscam embaçar tais diferenças e desestabilizar o *status quo*, produtor das injustiças, com o intento de promover mudanças na estrutura político-econômica e na estrutura cultural-valorativa. Para Fraser, os remédios transformativos seriam os mais promissores, uma vez que propõem atacar os problemas em sua gênese ao invés de maquiá-lo através de reformas, como o faz a maioria das políticas públicas chanceladas pelo Estado. Desse modo, com vistas à promoção da justiça social efetiva, ela sugere a combinação de uma estrutura econômico-política pautada no socialismo e de uma estrutura cultural-valorativa de caráter desconstrutivista, ou seja, ao invés de reafirmar diferenças identitárias, tais políticas devem focar em sua desconstrução com o intento de eliminar as racionalidades produtoras das diferenças e da subordinação de grupos discriminados. Até porquê, para a autora, o reconhecimento refere-se ao *status* e não à identidade em si.

Sabemos, contudo, que em termos práticos, é árduo o caminho que se tem ainda de trilhar para o alcance de transformações estruturais capazes de romper com padrões mantenedores do racismo, fortemente enraizados na estrutura social. O debate proposto por Fraser engloba uma série de questões pertinentes que, conseqüentemente, geram pontos de divergência com outras teorias, igualmente relevantes (cf. YOUNG, 1990; HONNETH, 2003; SANTOS, 2003; ALCOFF, 2016). O caminho traçado pela autora é valioso e mereceria uma discussão mais ampla e aprofundada, porém, foge ao escopo deste capítulo. Restringimo-nos, então, com base no que foi apresentado até agora sobre a realidade do negro em Londrina, a incitar a reflexão crítica acerca dos caminhos que seriam mais eficazes para promover a justiça social em pró dos grupos submetidos a múltiplas formas de injustiça como é o caso da população negra.

A análise que empreendemos até aqui, do não-reconhecimento dos negros na formação da identidade cultural londrinense, endossada pela pertinente reflexão da ativista negra, Dona Vilma, que muito lutou por esse reconhecimento, vem a reforçar o modo como os negros são mantidos em lugares estruturalmente invisibilizados, que, geralmente, só são desestabilizados por ações empreendidas pelos próprios negros com estratégias para romper com os silenciamentos institucionais organizando-se nas mais diversas esferas da vida social.

O caminho que, por ora, adotamos com vistas ao reconhecimento do negro como sujeito no processo de formação e desenvolvimento de Londrina, não vai – considerando-se a conjuntura política atual e o cenário de mobilizações coletivas na luta por reconhecimento mediante a ressignificação positiva de identidades socialmente desvalorizadas - no mesmo sentido que a proposta de Fraser, baseada no desconstrutivismo. Ao contrário, seguimos pelo viés do reconhecimento recíproco dos grupos a partir da afirmação das identidades sociais e culturais (mesmo compreendendo-as como não-fixas, dinâmicas e em constante mudança) daqueles que, até pouco tempo, nem sequer eram vistos, ou eram tratados até como não existentes. E se hoje têm algum reconhecimento, esse é devido a ações coletivas dos próprios movimentos negros (organizações de caráter identitário), que têm buscado restituir, como forma de coexistir socialmente, vozes obliteradas pelo discurso da longa história colonial. Considerando que a colonialidade do poder, mantenedora do racismo, faz com que as instituições produzam e reproduzam reconhecimento e não-reconhecimento de indivíduos e grupos, a adoção de uma perspectiva decolonial se faz necessária. E, como analisa Linda Alcoff (2016: 136), um projeto de decolonização, a começar pela epistemológica, presume a importância epistêmica da identidade⁷⁶.

Se, por um lado, a afirmação identitária, ou das diferenças, pode ter como efeito desvantajoso a persistência da lógica classificatória criada pelo colonialismo, por outro, sem a revalorização das identidades historicamente desrespeitadas, inferiorizadas em decorrência do racismo, da ideologia do branqueamento, da colonialidade, no âmbito prático, a mobilização contra o racismo ou contra o *status quo* de uma sociedade torna-se uma tarefa praticamente inexequível para uma pessoa negra, ou coletividades negras. Pertinentemente afirmou Robin Batista (2016): “Não dá para enfrentar o racismo quando você ainda se odeia”. Ou, como afirma Boaventura de Sousa Santos (2003: 56):

...temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

⁷⁶ A identidade é definida por Alcoff da seguinte maneira: “Podemos definir identidade de maneira mais perspicaz como experiências vivenciadas localizadas e posicionadas por meio das quais tanto indivíduos como coletivos trabalham para construir um sentido em relação às suas experiências e às narrativas históricas” (ALCOFF, 2016: 140).

Perspectiva valorosa para se pensar a justiça social sob o viés do direito à igualdade no âmbito da distribuição de recursos e riquezas e do direito à diferença e ao reconhecimento recíproco das múltiplas identidades que compõem uma sociedade.

2.6. Os Negros Sempre Estiveram Presentes em Londrina e se Fizeram Existir

Como vimos previamente, para que pudesse alcançar consideráveis níveis de desenvolvimento, Londrina contou com a participação e trabalho de povos provenientes de diversas partes do mundo; não obstante, como marca da colonialidade do poder e dos contornos do eurocentrismo⁷⁷, mantiveram-se invisíveis na construção histórica, negros e indígenas. Sobretudo, o próprio racismo, como um sistema de dominação multifacetado e multidimensional, ajuda a delinear como o conhecimento é produzido.

Neste tópico, convém reiterar que, precedentemente à instalação de qualquer grupo social no Norte do Paraná e da aquisição e loteamento de terras pela empresa inglesa, habitavam a região povos indígenas, principalmente os Kaingang, pouco lembrados na literatura regional, até porquê, de modo semelhante ao que ocorreu com os negros, esses povos foram considerados raça inferior, empecilho à civilização e ao progresso. Isso não apenas no Paraná, mas em todo território nacional, como uma das mais perversas marcas deixadas pelo colonialismo europeu nos países em que dominou. A historiografia tradicional tende a enfatizar que, antes do empreendimento inglês, o Norte do Paraná era uma floresta desabitada, terras devolutas ou terras de ninguém, com grande ênfase no espírito desbravador do pioneiro, homem branco que tudo transformou e fez progredir. Essa versão omite não apenas o fato que a colonização foi realizada em territórios indígenas (TOMMASINO, 1995), mas também as vigorosas disputas territoriais (MOTA, 2009). A pesquisa de Mota (2009) mostra que, ao reproduzir a ideia de “vazio demográfico” pré-colonização, as histórias oficializadas enfatizam o discurso colonizador, que, além de quase não registrar a presença indígena, ignora os processos de expropriação/apropriação de suas terras e as de luta e resistência contra a desterritorialização. Pesquisa pertinente que expõe outras faces da história da região.

No que se refere aos negros, passaram-se mais de oito décadas para que esse grupo social tivesse maior visibilidade em Londrina e os seus problemas fossem

⁷⁷ Cf. ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia. *Os Contornos do Eurocentrismo: Raça, história e textos políticos*. Centro de Estudos Sociais (CES), 2016.

debatidos de modo mais consistente. Através das pesquisas sócio-históricas desenvolvidas nos últimos anos, no âmbito teórico e empírico, constata-se que a população negra contribuiu substancialmente com a economia local desde os primórdios da estruturação do município. Sua mão de obra se configurou como força de trabalho essencial num contexto que exigia árduas jornadas de trabalho em todas as etapas do labor do café, isto é, na derrubada de matas, na transformação de áreas nativas em produtivas, no plantio, colheita, secagem e carregamento das sacas para armazenagem.

Em pesquisas empíricas desenvolvidas para trabalhos anteriores, a exemplo das entrevistas com chefes de família, negros e negras, que constituem o acervo do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros, muitos foram os depoimentos sobre as intensas jornadas de trabalho, nos mais diversos setores. Entre os destacados, sobressai o trabalho dos saqueiros, trabalho no qual passavam o dia carregando sacas de café na cabeça, sessenta quilos cada, armazenando enormes pilhas do produto. Por ser um serviço muito pesado acarretava graves problemas de saúde aos trabalhadores. Em uma das entrevistas que realizamos para o livro “Dona Izolina e a Venda dos Pretos: Solidariedade e Resistência” (2016), Izolina Maria de Jesus Francisco, biografada na referida produção, mulher negra, nordestina, migrante que chegou a Londrina ainda criança, quando a família baiana buscava melhores condições de vida, nos forneceu um depoimento sobre o seu marido, homem negro, trabalhador do Instituto Brasileiro do Café (IBC), que veio a adoecer após anos desempenhando a função de saqueiro. Segue o seu depoimento:

Meu marido morreu de tanto pegar sacaria, ele trabalhava no IBC [Instituto Brasileiro do Café], ele trabalhou durante muitos anos batendo aquela sacaria de café e era muito alta aquela sacaria, era muito alta. Eles jogavam lá do alto para eles pegarem na cabeça, aí colocavam sangue pela boca, arreventou tudinho. Ele trabalhava tanto assim para os filhos dele não ficar sem estudar... Para ninguém ficar com fome. Ele lutou até a última hora para cuidar dos filhos e de mim também. Foi um marido que nunca me esqueço na vida, por isso não coloquei ninguém no lugar dele (Dona Izolina, In SILVA et al, 2016: 50).

O cotidiano dos trabalhadores do café, incluindo os saqueiros, foi eminentemente registrado pelo fotógrafo baiano Armínio Kaiser, que foi engenheiro agrônomo e técnico do Instituto Brasileiro do Café. Por constituir um acervo de mais de 1200 fotos da cafeicultura no Norte do Paraná, entre os anos de 1957 e 1970, ele ficou conhecido como o “fotógrafo do café”.

Figura 5. Trabalhadores Carregando Sacas de Café



Armazém III de Londrina. Recebimento dos primeiros sacos de café, 01/03/1967. Fotos: Armínio Kaiser - Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss.

“Os carregadores de café... Quem eram? Negros, a maioria. Um mundo de homens que passavam igual formigas carregando saco na cabeça. Esses homens não fizeram nada? Não merecem ser lembrados?” (Dona Vilma, 2009)⁷⁸

Figura 6. Trabalhadores Carregando Sacas de Café

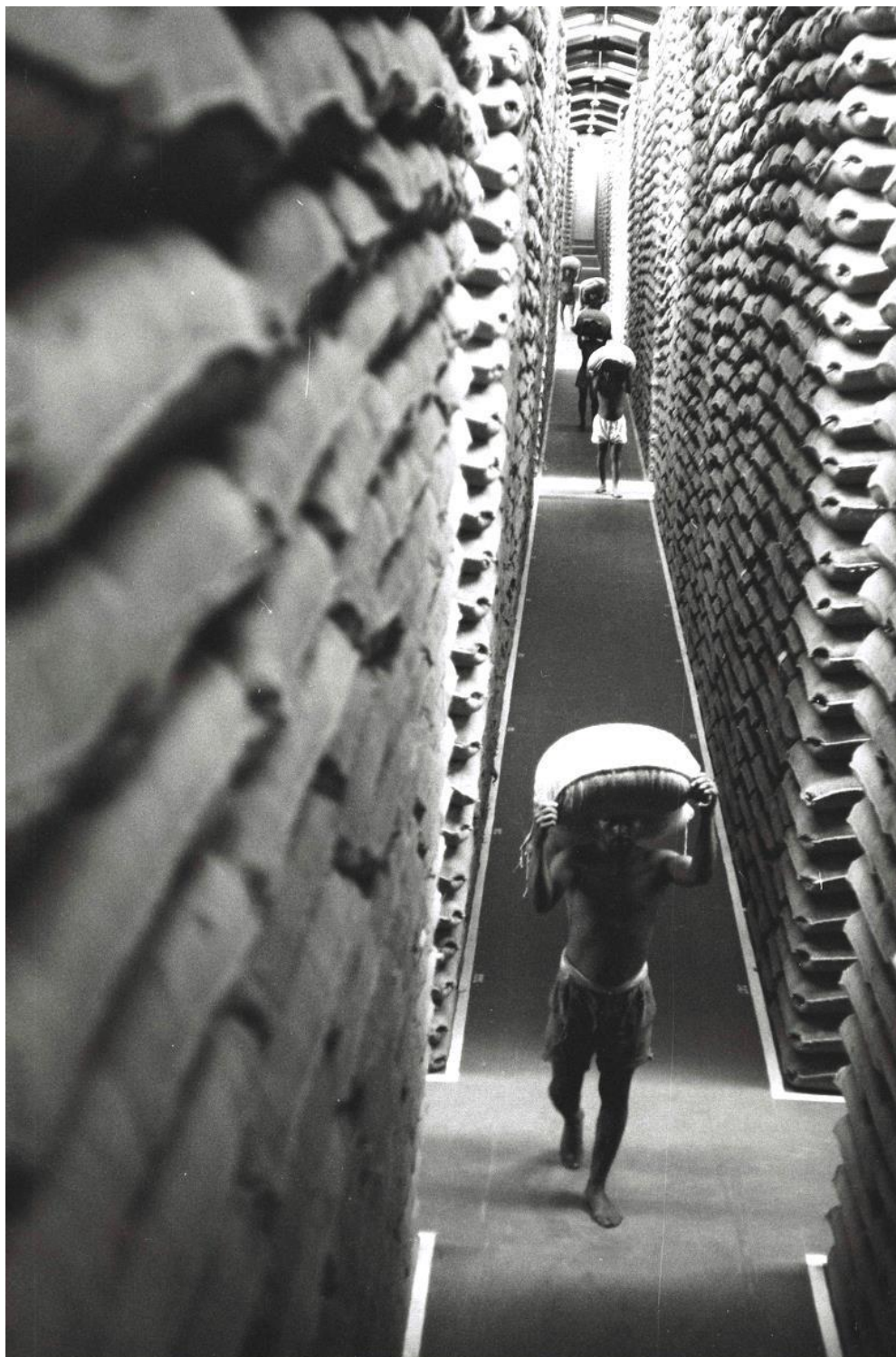


Foto: Armínio Kaiser.

⁷⁸ Relato de Dona Vilma em entrevista a mim concedida em 2009, na qual descreveu alguns dos trabalhos desempenhados pelos negros, que presenciara na infância e na adolescência.

Os negros também foram pedreiros, carpinteiros, marceneiros, pintores, eletricitistas, operários, motoristas, médicos, políticos, professores, advogados; as negras domésticas, lavadeiras, babás, cozinheiras, pequenas comerciantes, entre tantas outras ocupações. Preencheram, sobretudo as ocupações socialmente consideradas degradantes, mas sem as quais nenhuma cidade seria edificada e desenvolvida. Poucos ocuparam as de maior destaque (*status*) social, devido às injustiças sociais que ainda hoje cerceiam-lhes as oportunidades. Além da força de trabalho, a trajetória do negro em Londrina tem sido marcada por lutas e resistência, e também por contribuições culturais e protagonismo no processo de desenvolvimento da cidade.

Com o intento de caminhar para o desfecho deste capítulo, não obstante as diversas abordagens possíveis, nos restringimos, neste tópico, a registrar a existência de um clube negro, espaço coletivo de valorização do negro no âmbito cultural e político. Essa abordagem privilegia a reflexão preliminar acerca da segregação do negro em Londrina, materializada não apenas na formação de bairros periféricos, nos quais sua presença é maciça, mas também na não aceitação de sua presença em espaços tidos como brancos, como clubes. Evidenciamos, assim, que os negros não apenas estiveram presentes desde o início da colonização, mas também desenvolveram estratégias de luta em benefício da população negra e contra a discriminação racial.

2.6.1. AROL: da segregação socialmente imposta ao protagonismo na construção de um território negro em Londrina⁷⁹

Na primeira metade do século XX, conjuntura de intensa marginalização social e segregação racial, não oficializada, mas existente nas mais diversas esferas da vida em sociedade, a constituição de organizações negras se configurou como importante mecanismo de integração desse grupo à sociedade. Traduziu-se como meio de luta contra a discriminação racial, como organização política, acesso à educação, lazer, entretenimento e sociabilidade. Essas organizações tiveram diferentes fases e assumiram características diversas conforme o contexto e a maturidade alcançada com o acúmulo de experiências. Citamos as de maior destaque: os clubes negros; a imprensa negra; a Frente Negra Brasileira (1931-1937); o Teatro Experimental do Negro (1944-1968),

⁷⁹ Algumas das informações contidas nesse tópico encontram-se registradas também no livro: SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana; SOUZA, Alessandro Eleotério. *Negro em Movimento: a Trajetória de Doutor Oscar do Nascimento*. Londrina: UEL, 2014.

entre outras. Essas organizações foram de grande relevância na luta antirracista que precedeu o Movimento Negro Unificado (MNU) instituído em 1978.

De acordo com Domingues (2007: 104), somente em São Paulo foram registradas 123 associações negras (1907-1937), em Porto Alegre 72 (1889-1920) e 53 em Pelotas (1888-1929). Londrina, por sua vez, logo na primeira década de sua formação, contou com a presença de uma importante organização negra, inicialmente denominada “Quadrado”, posteriormente, Sociedade Recreativa Princesa Isabel e, por fim, Associação Recreativa Operária de Londrina (AROL). A entidade foi fundada por Cypriano Manoel, homem negro, natural de Campinas, que migrou para Londrina na década de 1930 em busca de trabalho, vindo a exercer a função de motorista do escocês Arthur Hugh Miller Thomas, então diretor da Companhia de Terras Norte do Paraná. Nasceu em 1898 ou em 1900, conforme informações contidas na ficha de funcionários da CTNP. Cypriano Manoel e seus companheiros de luta, num contexto de pleno vigor de teorias e práticas pautadas na hierarquização racial, tiveram uma atitude de vanguarda ao criarem um espaço de congregação dos negros que eram impedidos de exercer sua cidadania em plenitude.

Figura 7. Cypriano Manoel



Foto: Acervo pessoal de Dr. Oscar do Nascimento, membro co-fundador da AROL.

Não se encontra documentada a data exata da primeira formação do clube, sabe-se, porém, que ela ocorreu no final da década de 1930. É importante sublinhar que os primeiros registros da trajetória do negro na região não foram construídos por historiadores e escritores da época, mas reconstituídos posteriormente a partir da memória dos próprios negros. Por isso as datas nem sempre são precisas. A instituição teve diferentes fases e nomes. Em sua primeira composição foi nomeada “Quadrado”. O nome foi concebido como uma crítica, uma oposição a um clube da cidade chamado Redondo, que, de acordo com relatos de lideranças, não admitia negros. Sobre as dificuldades dos negros em serem aceitos pelas agremiações da cidade, Doutor Oscar do Nascimento, advogado e membro co-fundador da AROL, afirmou: "Quando um negro procurava uma dessas associações para se tornar sócio, as dificuldades impostas eram tão grandes que acabava desistindo"⁸⁰.

Alguns anos mais tarde o clube passou a se chamar “Sociedade Beneficente Princesa Isabel”. Nesse contexto, vigorava no Brasil a ideia de que a princesa havia sido uma espécie de redentora dos escravizados por assinar a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, abolindo a escravatura no país, concepção que hoje é refutada, tanto por historiadores, quanto pelos movimentos negros⁸¹. Nessas primeiras composições, a organização ainda não tinha uma sede própria e as reuniões ocorriam na casa de Cypriano Manoel ou em espaços alugados.

Em 1957, a instituição passou a se chamar “Associação Recreativa Operária de Londrina” (AROL), nome sugerido pelo então prefeito de Londrina Antonio Fernandes Sobrinho com vistas a promover uma fusão entre a organização negra e a classe trabalhadora, em geral. A mudança do nome acabou por esmaecer a identidade negra da organização, dando maior enfoque à questão operária. De todo modo, apesar de ter sido criada como um espaço de sociabilidade negra e de resistência às manifestações de discriminação racial, a entidade acolheu indivíduos grupos de diferentes origens.

⁸⁰ Cf. OGAWA, Vitor. Consciência Negra: A AROL e o Movimento Negro em Londrina. *Folha de Londrina*: o jornal do Paraná. Folha cidades. 23 de nov. de 2016. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/consciencia-negra-a-arol-e-o-movimento-negro-em-londrina-963744.html>. Acesso em: 15/04/2018.

⁸¹ Na conjuntura da abolição da escravatura, havia um número ínfimo de escravizados ainda em cativeiro, visto que a maioria já havia conquistado a liberdade por meios próprios, tais como a compra de alforria, formação de quilombos, fugas em massa, entre outras formas de resistência. Escreve Mattos (2004: 59): Em 1888, os últimos cativos em massa em face da incapacidade política e social de repressão do Estado Imperial – não contavam mais que 700 mil pessoas entre milhões de afrodescendentes livres, mas, por conta dela, a Princesa Isabel ficaria conhecida como a 'redentora de uma raça'.

Foi na década de 1950, então, que as atividades do clube passaram a ter maior visibilidade na cidade. A organização se figurava como um espaço de sociabilidade, entretenimento, mobilização política no âmbito da luta contra a discriminação racial, manifestação da cultura negra e preocupação com a educação. Em 1957 a instituição se ampliou e passou a ter sede própria, situada na Rua Araguaia, bairro Vila Nova. A construção da sede foi possibilitada pela doação de um terreno pela prefeitura, fruto da articulação de sócios da AROL com autoridades políticas locais. Convém mencionar que a Vila Nova fazia parte de um conjunto de vilas populares que, nesse período, eram estigmatizadas pela elite local. Essas vilas situavam-se abaixo da linha férrea, principal demarcadora da segregação urbana no primórdio da cidade. Os que residiam acima da ferrovia pertenciam aos estratos de maior poder aquisitivo e de maior prestígio social. Os que moravam abaixo eram os pobres, tidos como desclassificados.

Como muitas organizações negras, a exemplo da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro, a AROL teve como uma das suas preocupações centrais a viabilização da educação a este grupo social, vindo a fundar uma escola própria. As instituições educacionais provenientes de entidades negras, apesar de serem voltadas primordialmente aos negros devido à sua marginalização no sistema educacional brasileiro, sobretudo naquele contexto, acolhiam outros segmentos da população, principalmente famílias de baixa condição econômica. A escola de ensino fundamental da AROL atendia crianças durante o dia sendo o período noturno destinado à alfabetização de adultos. Os professores eram cedidos pela prefeitura da cidade. Além da escola, a sede da AROL contava também com um salão de baile e conferências, um parque infantil e uma biblioteca comunitária. O espaço da AROL era cedido à comunidade também para a realização de casamentos e batizados. A AROL se configurou, entre tantos aspectos, como um espaço de valorização da identidade negra, através da realização de bailes, desfiles e concursos de beleza. Foi pioneira também em instituir uma escola de samba em Londrina, a Unidos da Vila Nova, impulsionando a manifestação dessa importante cultura popular brasileira na cidade.

Figura 8. A Escola da AROL



Ao fundo, Cypriano Manoel e Dr. Oscar do Nascimento, fundadores do clube, junto aos alunos e professores da Escola da AROL, 1957. Foto: Acervo pessoal de Dr. Oscar do Nascimento.



Um dia de prova de prova na Escola da AROL. Ao centro, juntamente com a professora, Dr. Oscar do Nascimento, então diretor da escola. Foto: Acervo pessoal de Dr. Oscar do Nascimento.

Figura 9. O Parquinho da AROL

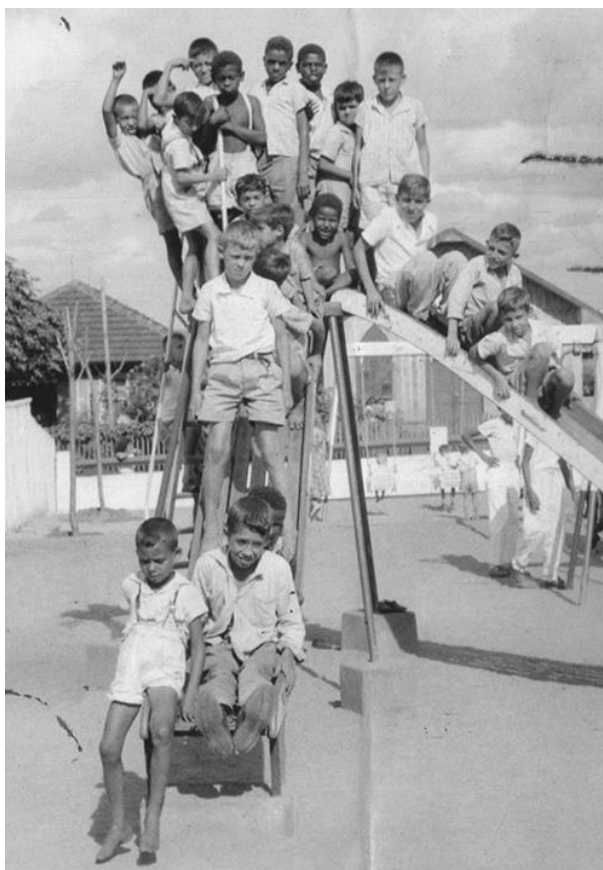


Foto: Acervo pessoal de Dr. Oscar do Nascimento.

Figura 10. Reunião da AROL



Em pé da esquerda para a direita: Celso Ribeiro, Manoel Jacinto Correa, Oscar do Nascimento, Ouvidia Maria (esposa de Cypriano Manoel), José de Almeida, Cleusa Ribeiro, Cypriano Manoel. Sentados Maria Aparecida Ventura do Nascimento (irmã de Oscar do Nascimento), Lourdes Ribeiro e Elza Correa. Foto: Álbum de Dr. Oscar.

Figura 11. Os Bailes



Dr. Oscar discursando, ladeado por Cypriano Manoel, Clarice de Souza, José de Oliveira e outros membros em um dos eventos realizados pela AROL – 1959. Foto: Acervo pessoal de Dr. Oscar do Nascimento.



AROL, 1959. Fotos: Acervo pessoal de Dr. Oscar do Nascimento.

Em sociedades orientadas pelos padrões civilizatórios dominantes, as manifestações culturais negras muitas vezes são vistas como degradantes. Desde a década de 1950, o poder público se incumbiu de preservar a ordem, entre tantos outros mecanismos de controle, através da inibição de algumas manifestações típicas das camadas populares e atrelada aos negros. Segue o artigo 62 do Código Municipal de Londrina:

É expressamente proibido, sob pena de multa: I - perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos (...) II - promover batuques, congadas e outros divertimentos congêneres na cidade, vilas e povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nesta vedação os bailes e reuniões familiares (Lei n. 219, de 31 de dezembro de 1953).

Em Londrina, os bailes da AROL chegaram a ser alvo de reclamações de alguns segmentos da população. Como afirmam Diniz e Borghi (2010), existem dois documentos, um direcionado ao presidente da Câmara de Londrina e outro ao delegado de polícia da época, nos quais alguns moradores da cidade manifestam suas percepções sobre as celebrações festivas do clube, designando-as como “*famigeradas reuniões dançantes do baixo meretrício* que predominava a imoralidade e promovia reunião de *elementos de conduta pouca recomendável*” (DINIZ; BORGHI, 2010: 7, grifo no original).

Essas afirmações demonstram como não apenas as manifestações culturais, mas os próprios negros eram percebidos por determinados segmentos. Além disso, é provável que esses estigmas atribuídos à AROL tenham sido amplificados em decorrência da sua localização, abaixo da linha férrea que, na época, dividia a cidade. A Vila Nova, onde se situava a sede do clube, fazia parte de um complexo de vilas populares de Londrina habitadas por muitos pobres e negros, e onde trabalhadores de menor renda, alvo de constante repressão, cultivava a sociabilidade, mas onde havia também uma expressiva zona do meretrício.

Figura 12. AROL



Ao centro, Cypriano Manoel, 1955. Foto: Acervo pessoal do Dr. Oscar do Nascimento.

Nessa conjuntura, mais do que nos dias atuais, os padrões de beleza limitavam as escolhas apenas às pessoas de pele branca. Então, os concursos de beleza tinham como objetivo principal promover a valorização da estética negra.

Figura 13. O Concurso de Miss



Coroação da Miss AROL, Santina de Oliveira pelo então prefeito Antonio Fernandes Sobrinho, 1957. Foto: Acervo pessoal do Dr. Oscar do Nascimento.

Figura 14. Os Desfiles



Desfile em comemoração ao 13 de maio, 1959. Fotos: Acervo pessoal de Dr. Oscar do Nascimento.

Nessa época, para a sociedade brasileira, em geral, 13 de maio, data oficial da abolição da escravatura no Brasil, era tida como uma data comemorativa. Hoje, porém, a data é de protesto, primeiro porque a Lei Áurea não passou de uma formalização do fim da escravização, que se apresentava como um sistema econômico decadente, prestes a se findar de qualquer maneira. Segundo, devido a uma leitura mais crítica que se faz desse processo na atualidade, de uma abolição desacompanhada de qualquer política com vistas à integração do negro na sociedade capitalista.

Figura 15. A Escola de Samba Unidos da Vila Nova



Preparação para o desfile da Escola de Samba Unidos da Vila Nova, 1961. Foto: Acervo pessoal de Dr. Oscar do Nascimento.

Com a morte de Cypriano Manoel, principal dirigente da AROL, em 1964, e com as mudanças políticas decorrentes do golpe militar que instaurou, no mesmo ano, a ditadura no país, coibindo as mobilizações sociais, a instituição passou a declinar, perdeu sua força política, fechou a escola e veio a sucumbir diante da falta de recursos e apoio dos órgãos públicos. Na primeira gestão do prefeito Antônio Belinatti (1977-1982), foi revogado o decreto que concedia o terreno a AROL e em 1981 a instituição perdeu o seu espaço físico. O recinto foi doado a uma igreja evangélica e o espaço de

referência negra, que deveria ser preservado como patrimônio histórico e cultural da cidade, foi demolido.

A AROL não alcançou o reconhecimento social que merecia. Ajudou a construir a identidade social do povo negro em Londrina, mas os negros não são reconhecidos na identidade cultural mais ampla da cidade. De todo modo, como afirma Oliveira (2002: 69), a recomposição da história da AROL nos permite delinear outras faces da história de Londrina, na qual a presença negra não é coadjuvante. Ao contrário, as organizações coletivas e as estratégias criadas para afirmar a presença e a contribuição do negro na formação de Londrina em contexto de ampla invisibilização e discriminação, foram imprescindíveis, pois estiveram presentes e atuantes desde a fundação da cidade.

Além da AROL, do seu fundador, Cypriano Manoel e dos diversos trabalhadores que migraram para Londrina ajudando a edificá-la, a cidade contou também com a presença de personalidades como Justiniano Clímaco da Silva⁸² (1908-2000), o Doutor Preto, primeiro médico negro da cidade e primeiro deputado estadual eleito pelo município; Vilma Santos de Oliveira⁸³, mais conhecida como Dona Vilma e Yá Mukumby (1950-2013), ativista, referência nacional do Movimento Negro e da religiosidade afro-brasileira; Izolina Maria de Jesus Francisco⁸⁴ (1939-2015), a Dona Izolina, e sua família, os Marques Neves, proprietários da “Venda dos Pretos”, estabelecimento comercial que, desde a década de 1950, atende à comunidade local e hoje se constitui como patrimônio histórico e cultural, ainda que não tenha ocorrido o tombamento oficial por algum órgão de proteção patrimonial. Negros que se constituíram como sujeitos transformadores do contexto no qual estiveram inseridos e cujas contribuições foram de grande valia para a sociedade londrinense, sobretudo para os menos favorecidos economicamente. E continua a contar com a participação ativa de Doutor Oscar do Nascimento⁸⁵ (1929), economista, professor, advogado negro mais

⁸² Cf. SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana. *O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina*. Londrina: UEL, 2014.

⁸³ Cf. LANZA, Fábio [et al.]. *Yá Mukumby: A vida de Vilma Santos de Oliveira*. Londrina: UEL, 2013. SILVA, Maria Nilza; PACHECO, Jairo Queiroz (Orgs.). *Dona Vilma: Cultura Negra como Expressão de Luta e Vida*. Londrina: UEL, 2014.

⁸⁴ Cf. SILVA, Maria Nilza da et al. *Dona Izolina e a Venda dos Pretos: Solidariedade e resistência*, 2016.

⁸⁵ Cf. SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana; SOUZA, Alexsandro Eleotério de Souza. *Negro em Movimento: a trajetória de Doutor Oscar do Nascimento*. Londrina: UEL, 2014.

velho em atividade no Paraná e membro co-fundador da AROL, e de tantos outros nomes, conhecidos e anônimos, não menos importantes.

Sintetizando Ideias

Para concluir essa seção, em síntese, vimos que Londrina nasceu numa conjuntura de grande vigor do pensamento racista e eugenista no Brasil, cujas racionalidades ainda encontram-se arraigadas no tecido social. No que se refere às especificidades regionais, a cidade emergiu num contexto de consolidação do Sul, apesar de suas diferenciações internas, como uma região “modelo” para o Brasil, embranquecida pela imigração europeia, onde o negro foi, persistentemente, tratado como não existente; vimos também que foram feitas tentativas de construção de uma identidade social e cultural específica para o Paraná, concebido pela historiografia tradicional como “um Brasil diferente”, onde se chegou a instituir um movimento identitário criado pelas elites, o Paranismo, que, ao tentar forjar uma história regional para o Estado, ignorou completamente as contribuições do segmento negro.

Londrina, sem deixar de constituir suas especificidades, acabou inserindo-se no projeto de construção de uma identidade atrelada à branquidade, contribuindo para a invisibilização do negro. Isso tanto na história oficializada da cidade, quanto nos lugares de circulação pública, onde se projetou uma materialidade simbólica, hoje grafada no espaço urbano, que omite outras realidades. Sob o prisma das circunstâncias sociais, políticas e culturais e dos interesses dos grupos detentoras do poder, os negros não precisavam ser lembrados, uma vez que sua serventia restringiu-se ao vigor de sua força de trabalho. A significância de sua mão de obra, todavia, não abrandava o estigma de pertencer à raça considerada inferior, incompatível com a imagem do progresso.

As discussões empreendidas até aqui nos ajudam a compreender que, além das injustiças econômicas, decorrentes da ampla exploração dos negros, deflagradoras das profundas desigualdades e da fixação desse grupo social na base da estrutura de classes e do sistema de estratificação social, existe uma estrutura cultural-valorativa que intensifica e faz perdurar as posições de desvantagens. E essa estrutura cultural-valorativa encontra-se intrinsecamente vinculada às lógicas inerentes à ideologia do branqueamento, um dos alicerces do racismo no Brasil, e à colonialidade, um dos alicerces do sistema capitalista, que, na condição de padrão de poder multidimensional, mantém a raça e o racismo como cerne da divisão de privilégios sociais e como

dispositivo de opressões. Uma das características dessa dinâmica é a segregação urbana com evidente marca racial, que faz com que os negros ocupem, em sua maioria, os territórios pobres e estigmatizados de diversas cidades brasileiras e Londrina encontra-se inscrita nessa realidade.

* * *

CAPÍTULO III

TERRITÓRIO E SEGREGAÇÃO URBANA: O “Lugar” da População Negra em Londrina

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados, e conjuntos habitacionais, cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos dos dias de hoje. O critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço.

Lélia Gonzalez - Lugar de Negro, 1982.

O objetivo deste capítulo é abordar algumas características dos processos de segregação urbana da população negra em Londrina, desde a expansão urbana no contexto de efervescência cafeeira até os dias atuais. Com vistas a uma análise contextualizada, além da exploração da literatura existente sobre a segregação urbana em Londrina – que, como a maioria dos estudos urbanos no Brasil, não trata especificamente das condições sociais dos negros, visto essas análises tratarem, exclusivamente, da questão de classe -, utilizamos como respaldo a consulta ao acervo de entrevistas qualitativas realizadas por pesquisadores e acadêmicos do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO), com pessoas negras, moradoras de diversos bairros de Londrina, entre 2006 e 2012. Não nos ativemos a uma reconstrução extenuante desse material; nem à exposição de depoimentos; nosso objetivo com esse material foi ampliar as possibilidades de identificação das características da segregação urbana desse grupo social em Londrina, considerando a experiência daqueles que a vivenciaram e vivenciam. Esses dados fornecem um panorama geral, um suporte no

desvelamento das peculiaridades desse processo, até então, pouco abordadas nos escritos sobre a cidade.

3.1. A Segregação Geográfica no Brasil e as Migrações Negras

Antes de iniciarmos a discussão sobre a segregação urbana da população negra em Londrina, convém rememorar um tipo de segregação mais amplo delineado no Brasil, que, como afirma Hasenbalg (2005), se constituiu como uma das mais importantes bases estruturantes das desigualdades raciais no país: a distribuição regional de brancos e negros ocasionadas pelas dinâmicas econômicas dos últimos tempos do período imperial. Essa compreensão é importante por causa do cenário do fim do sistema escravocrata, impositivo da distribuição geográfica de negros, escravizados e livres. Dentre os resultados desse processo, destacam-se a concentração do negro nas esferas econômicas mais atrasadas e nas regiões menos desenvolvidas no setor industrial, ou seja, naquelas que ofereciam poucas chances de desenvolvimento social e econômico aos seus habitantes. Essa situação foi crucial para a deflagração das migrações internas, processo social que colocou em movimento grandes contingentes populacionais para regiões com oferta de trabalho, em busca de melhores condições de vida. Nesse contexto, a migração inter-regional tem, portanto, raízes escravocratas e assinala importante etapa das agruras enfrentadas pelos negros no período pós-abolição.

De acordo com Hasenbalg (2005: 133), em 1950 passou-se a definir, com mais precisão, quais eram os Estados brasileiros desenvolvidos e os subdesenvolvidos, qualificação atribuída com base em três elementos: índice de alfabetização, renda *per capita* e percentual de trabalho na indústria. Sob esse prisma, os Estados desenvolvidos eram basicamente do Sul e do Sudeste, mais precisamente: Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas unidades federativas estavam inseridas numa dinâmica econômica ascendente devido à expansão cafeeira e inícios da industrialização, que atraíram expressivos fluxos migratórios. Todos os outros Estados foram considerados subdesenvolvidos. Nessa conjuntura, de acordo com essas classificações delineadas por Dillon Soares e reproduzidas por Hasenbalg, o Sudeste avançado não incluía os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que nessa subdivisão pertenciam ao “Brasil subdesenvolvido”.

Apesar de no Sul e no Sudeste os negros terem de enfrentar a concorrência injusta com o imigrante europeu, razão de sua inserção tardia no sistema produtivo

industrial, eles ainda conseguiram obter algum ganho econômico, ocupando amplamente postos de trabalho de menor qualificação, geralmente como prestadores de serviço informal, não assalariado. No Nordeste, todavia, os ex-escravizados e seus descendentes continuaram praticamente inertes, aprisionados a uma estrutura agrária em estagnação. A supressão formal da escravatura não foi capaz de promover mudanças efetivas na organização econômica da região e os negros foram reabsorvidos como mão-de-obra sem ajustamentos significativos, muitas vezes, em condições semelhantes à escravocrata⁸⁶. Nessa conjuntura agravaram-se a pobreza, a fome, as doenças derivadas da subnutrição, mortes, entre tantos outros problemas de ordem social. Nas regiões atingidas pela seca, a situação era ainda mais degradante. Embora a vida na cidade fosse bastante dura para o migrante negro, migrar significava, no mínimo, assegurar a sobrevivência.

A industrialização no Brasil - que veio com garantia de ocupação de postos de trabalho para europeus, imigrados antes mesmo da abolição da escravatura - agravou o quadro já delineado pelo sistema escravista, no qual os negros concentravam-se em regiões sem oportunidades econômicas, de muita pobreza e até miséria. Enquanto em Estados como os do Nordeste e Minas Gerais (pertencentes ao chamado “Brasil subdesenvolvido”) havia altos índices de negros, nos Estados do Sul e Sudeste (tidos como o “Brasil desenvolvido”) concentravam-se os maiores contingentes populacionais brancos devido à imigração europeia.

De acordo com a literatura regional (ALVES, 2002; BONI, 2004), a maioria dos migrantes brasileiros que se deslocaram para o Norte do Paraná nos tempos prósperos do café, era proveniente de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste. Muitos foram trazidos pelos proprietários de terras e, na condição de empregados, residiam nas fazendas. Outros vieram por conta própria, motivados pelas propagandas da CTNP. A vinda desses trabalhadores era estimulada pelos fazendeiros para ampliar a sua produção e, simultaneamente, diminuir seus custos, pois eram mão de obra barata. O Estado de São Paulo, quando viu declinar sua produção cafeeira, dispensou muitos trabalhadores, especialmente nas décadas de 1940-50, muitos dos quais se deslocaram para as cidades na expectativa de se inserir no mundo urbano industrial, enquanto outros buscaram novas áreas agrícolas. A cidade de São Paulo, destino principal das migrações

⁸⁶ Cf. o Cap. 4 do livro de Carlos Hasenbalg: *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (2005).

internacionais e inter-regionais, ao mesmo tempo em que se apresentou como polo de oportunidades para muitos, para outros se tornou um reduto de marginalização social e segregação. A cidade absorveu muita mão de obra estrangeira (assalariada), e também nacional, principalmente de nordestinos, que, rechaçados dos setores industriais, tornam-se prestadores de serviços temporários e informais (não assalariado), os homens, sobretudo em atividades da construção civil, as mulheres, mormente como domésticas. Entretanto, com o intenso e contínuo fluxo migratório inter-regional, logo, São Paulo passou a ter força de trabalho excedente e milhares de migrantes foram se concentrando na periferia da cidade, enquanto muitos rumaram para outras regiões.

Já o processo migratório de indivíduos e grupos de regiões como Minas Gerais e Nordeste, de onde migravam grandes contingentes, principalmente na década de 1950, se inscreve numa conjuntura de importantes mudanças na economia, na qual as desigualdades regionais, como afirma Paul Singer (1998), se configuravam como as principais responsáveis pelas migrações internas. A segregação geográfica de negros em regiões subdesenvolvidas foi crucial para que esse grupo se colocasse em movimento e percorresse longos trajetos em busca de melhores condições de vida.

Nessa conjuntura, o Norte do Paraná se constituiu como uma das mais importantes regiões, destino de fluxos migratórios devido à ampla oferta de trabalho, sobretudo no café. De acordo com Côrtez (1958: 64), nessa conjuntura, os Estados que mais se beneficiaram das migrações foram São Paulo e Paraná, dando-se o ápice delas, neste último, na década de 1950. Evidentemente, a mobilidade espacial não garantiu oportunidades iguais a todos os migrantes. No caso dos negros - em sua maioria provenientes de famílias pobres, com baixa ou nenhuma escolaridade, descapitalizados e racialmente discriminados - embora tenham obtido alguns ganhos resultantes das penosas jornadas de trabalho nos mais diversos setores, principalmente nos menos qualificados, e conseguido alguma melhoria nas condições de vida, comparada a situação extrema em que viviam nos sertões desprovidos de oferta de trabalho, a posição social alcançada na região de destino não foi substancialmente alterada. Por isso, as primeiras favelas de Londrina, estabelecidas na década de 1950, foram formadas por migrantes nordestinos e mineiros.

3.2. O Migrante Negro em Meio à Urbanização Segregadora: das vilas populares à favelização

Em Londrina, como em diversas cidades, a segregação assume diferentes características conforme as mudanças econômicas e sociais de cada contexto. Conforme afirmação de Nestor Razente (2011), os primeiros contornos de separações entre grupos sociais em Londrina são notáveis ainda no contexto rural, quando membros de uma mesma nacionalidade, como alemães, japoneses e italianos, agrupavam-se com o intento de preservar seus costumes, tradições e valores culturais, conformando uma espécie de segregação étnica voluntária. Essa distinção espacial das colônias de trabalhadores do campo não configurou, todavia, ausência total de contato entre grupos de diferentes origens e modos de vida, mesmo porque a convivência, até certo ponto, era uma necessidade do contexto. O autor evidencia também as diferenciações existentes no interior da unidade produtiva entre as residências dos proprietários de terras e as moradias dos trabalhadores das colônias.

Entretanto, a segregação, em seus contornos mais sólidos, passou a se delinear no espaço urbano, ainda incipiente, como resultado do acúmulo de riquezas dos proprietários de terras e significativos ganhos obtidos por comerciantes de maior porte e prestadores de serviço de *status* e de renda mais elevados. Logo, os grupos que ascenderam socialmente passaram a escolher os seus locais de moradia, formando as principais ruas da cidade, enquanto aos trabalhadores de menor *status* e renda restava habitar onde seus escassos rendimentos lhes permitissem. Os quadros de segregação em Londrina, apesar das especificidades de cada contexto, são sempre desenhados a partir da articulação entre os grupos de mais elevado estrato de renda e o poder público. Enquanto esses grupos selecionam os melhores lugares para instalação de suas residências, assinalando o que é indesejável e ameaçador ao seu bem-estar, cabe ao poder público estatuir e colocar em prática uma legislação urbanística que defina como o espaço urbano deve ser ocupado, legitimando os interesses dos primeiros. As políticas urbanísticas inaugurais de Londrina inserem-se num projeto mais amplo de sociedade moderna experimentado por diversas cidades do Brasil - como discutido no capítulo I, através do estudo de Rolnik (1989) - fincando suas raízes no pensamento higienista, que, dispondo da atuação da polícia como importante dispositivo de controle, tratou de delinear os lugares mais propícios para confinar os “indesejáveis”.

Londrina, ainda na primeira década de sua formação, começou a se expandir para fora do quadrilátero central demarcado pela Companhia de Terras Norte do Paraná. As primeiras habitações populares constituíram-se sem princípios de urbanização organizados, em forma de vilas, com casas de madeira, opção econômica e de rápida execução devido à abundância do produto na região e à ampla oferta de mão de obra de carpinteiros que barateavam esse tipo de construção. Essas casas eram, todavia, edificadas de maneira precária, pensadas como moradias provisórias que viriam a ser melhoradas ou substituídas por outras mais adequadas à medida que os trabalhadores melhorassem suas condições econômicas (ZANI, 1989: 27), projeto que, para os segmentos mais pobres, não chegou a se concretizar.

Em 1935 foi inaugurada a estação ferroviária de Londrina. Nas décadas de 1930 e 40, em cidades interioranas, os trilhos da estrada de ferro simbolizavam desenvolvimento, modernidade e civilização capitalista, visto que propiciavam a circulação de pessoas, mercadorias e capitais. Nesse período, esses mesmos trilhos passaram a dividir Londrina de modo peculiar: os grupos de maior renda residiam acima da linha do trem, os pobres abaixo. De acordo com Razente (2011), a primeira vila popular, chamada Agari, foi formada em 1936, isto é, apenas dois anos após Londrina se tornar oficialmente município. Em 1939 constituíram-se a Vila Conceição, Vila Nova e Vila Casoni, todas marcadas pela precariedade de infraestrutura e estigmatizadas por sua localização, abaixo da linha férrea, principal demarcadora da segregação no primórdio da cidade.

Na “cidade alta”, ou seja, na parte situada acima da linha demarcatória, residiam os proprietários de terras, os ricos de origem e os novos ricos que ampliavam cada vez mais suas fortunas com a economia cafeeira, os grandes comerciantes e trabalhadores de maior prestígio social como médicos, dentistas, engenheiros, advogados e congêneres. A área foi-se consolidando tendo como principais características o planejamento de ruas largas e avenidas, o embelezamento com praças e jardins e a construção das melhores residências. Simbolizava a ordem, a modernização e o progresso. Na “cidade baixa”, a parte situada abaixo da ferrovia, habitavam trabalhadores vinculados a atividades menos valorizadas socialmente, como pequenos comerciantes, vendedores ambulantes saqueiros, carroceiros, operários da construção civil, serralheiros, marceneiros, domésticas, lavadeiras, costureiras, trabalhadores rurais temporários (volante ou boia-fria), desempregados e mulheres prestadoras de serviços

tidos como imorais: as meretrizes. A área comportava ainda máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, serrarias, além de espaços de boemia e prostituição. A cidade inferior, separada pelos trilhos, era descrita e representada como lócus da desordem, imoralidade, sujeira e marginalidade, em seus múltiplos sentidos. Sobre esse cenário, Benatti escreve: “de um lado, a cidade bela, moderna, ordeira, trabalhadora e progressista; de outro lado, ou nos porões dela, uma cidade de triste figura, pobre, suja, feia, bárbara e sobretudo perigosa” (BENATTI, 1996: 182).

Na década de 1940, Londrina registrou a presença de 30.278 habitantes, dentre os quais 63,09% viviam na zona rural e 36,90% na zona urbana (IBGE, 1940). Em 1947, as vilas populares já somavam 53, todas concentradas no norte e noroeste do eixo central, ou seja, abaixo da linha férrea (RAZENTE, 2011). Enquanto os pobres, em grande parte negros, seguiam aglomerando-se na área abaixo da ferrovia, os grupos de maior estrato de renda concentravam-se cada vez mais ao sul do perímetro central, quer dizer, do lado oposto, acima da ferrovia.

Chama atenção o valor simbólico atribuído à linha férrea, divisora espacial e moral de dois universos distintos, uma travessia do centro para as margens. Mais do que segregação espacial, ela representava uma divisão moral: os que estavam acima eram os cidadãos visíveis, detentores de direitos, de família, protagonistas da história e do progresso; e os que estavam abaixo eram os invisíveis, ou vistos como inferiores pelos primeiros, sem garantia de direitos elementares (como moradia digna), sem família, excluídos da história e símbolos do atraso. Além dos problemas econômicos, as vilas populares eram marcadas simbolicamente por uma identidade social deteriorada, no sentido dado por Erving Goffman (1963), que estigmatiza os territórios e os corpos dos residentes nesses territórios. Sobre essa conjuntura, Vilma Santos de Oliveira, a Dona Vilma - ativista negra de Londrina e grande conhecedora da história da cidade - em uma entrevista por ela concedida em 2009, forneceu um interessante depoimento⁸⁷:

⁸⁷ Em 2009, numa fase ainda preliminar de meus estudos sobre o negro em Londrina, realizei uma entrevista com Dona Vilma com o intento de conseguir informações pouco ou não abordadas na literatura regional oficializada. Na época acabei por não me utilizar muito do conhecimento por ela fornecido. Ao reler a entrevista, exatamente nove anos após tê-la realizado e quatro anos após sua morte, percebo que muitas informações que obtive através de ampla pesquisa em dissertações e teses - uma vez que a literatura tradicional pouco aborda a face mais amarga do “progresso” -, ela já as havia fornecido. Depoimentos como esses são relevantes e nos ajudam a compreender o contexto abordado.

Havia muitos barracões de café, esses barracões ficavam muito próximos da linha férrea. Por que eles ficavam próximos? Para embarcar o café... Pra você ter uma idéia, só pra você ter uma noção, a cidade tinha um divisor, assim que ela foi construída ela teve um divisor. Qual era o divisor? A linha férrea. A linha férrea passava aonde é a Leste Oeste. Tudo pra cima da linha era elite e tudo abaixo da linha era periferia. Então abaixo da linha tava a Vila Nova, abaixo da Linha tava a Vila Casoni, abaixo da linha tava a zona do meretrício, abaixo da linha tava tudo o que “não prestasse”. Ou fosse pobre, ou fosse preto, era tudo abaixo da linha. A cidade era pequena, então o povo pobre tudo morava abaixo da linha, morava muito preto. Quem era esse povo preto que morava? Na maioria das vezes é o povo que trabalhava no café. Os homens, os carregadores, os ensacadores. Os barracões ficavam aqui, porque a linha era ali, a linha que os trens paravam pra fazer o carregamento do café. E o povo que trabalhava nesses barracões morava pra baixo da linha, a linha era o divisor e o motivo era o café. Então tinha que morar ali naquela região, né? E esses ensacadores, quem eram? Negros, a maioria. Eram negros e se estabeleceram. E aí algumas mulheres desses homens negros, por exemplo, as mulheres negras, as que conseguiam trabalhavam de doméstica ou então trabalhavam nas matas de café. Eles chamavam pra fazer a seleção de café... Ou elas trabalhavam na catação de café, que era pra fazer seleção da qualidade do café, ou então elas eram cozinheiras, domésticas. Mulheres negras que depois perdem esses trabalhos para as que vão chegando, vai chegando, chegando gente, elas vão perdendo o trabalho pras brancas, entendeu? A mulher estudar é muito novo, a mulher estudar ainda é recente. Então uma negra formada, que pudesse trabalhar em outro tipo de trabalho, quase não existia isso. O trabalho da mulher negra era cozinhar, era empregada doméstica, mas quando a mulher branca começa a precisar de um trabalho, ela encara esse trabalho e daí ela compete com a negra. A patroa acha mais chique, acha mais bonito uma branca pra trabalhar. E bota a negra ou pra lavar ou só pra cozinhar, fazer aquele trabalho que não aparece. O branco que tinha duas ou três empregadas, o que acontecia? Ele tinha uma casa imensa, ele tinha três empregadas: uma negra pra lavar, uma negra pra cozinhar e uma branca pra cuidar das crianças ou arrumar a casa, fazer o trabalho mais bonitinho. E isso aconteceu aqui, a mulher negra foi perdendo o espaço de trabalho (OLIVEIRA, 2009).

Nota-se que a urbanização inicial de Londrina, até pelas dimensões da cidade na época, tem como uma de suas características a prevalência das residências dos trabalhadores responsáveis pelo desempenho de atividades menos qualificadas, serviços braçais, especialmente de saqueiro, situadas próximas aos seus locais de trabalho, ou seja, aos barracões de café. Manter os trabalhadores próximos ao centro era, provavelmente, uma estratégia de potencializar a dinâmica de trabalho, uma vez que o transporte urbano ainda era incipiente. Fora da área mais elitizada havia muitas ruas não pavimentadas, o que dificultava a circulação do transporte público, sobretudo em dias

chuvosos. Mesmo residindo os trabalhadores em áreas próximas ao centro, a segregação urbana não deixou de ser uma realidade evidente.

Outra característica importante, que pode ser observada no depoimento de Dona Vilma, refere-se à divisão social do trabalho circunscrita à questão racial. O Brasil, inserido numa conjuntura de transição de uma economia estritamente agrária para uma economia industrial, ao consolidar como sistema econômico o capitalismo, periférico e dependente, preserva a divisão social do trabalho pautado nos padrões colonialistas e escravocratas, colocando os negros, em sua maioria, nos postos mais desvalorizados, modelo que persevera até hoje. Essa é uma das mais importantes dimensões da colonialidade do poder tratada por Quijano (2010), que demonstra, de modo muito consistente como a exploração capitalista e a racialização que lhe é inerente perpetuam a distribuição racista do trabalho e os diversos modos de exploração. Com a cidade em formação, recebendo fluxos migratórios contínuos de diversas partes do mundo, o negro perde postos de trabalho na disputa com imigrantes e nacionais. Num quadro de ocupações de menor *status* e prestígio social, há aquelas atividades ainda menos qualificadas e desvalorizadas, preenchidas, mormente, pelos negros, isso quando não continuavam desempregados. O subemprego e o desemprego do migrante negro, nesse contexto, também foram importantes fatores condicionantes da segregação desse grupo social nos territórios pobres e estigmatizados de Londrina.

A parte baixa da cidade, além de acolher os considerados indesejáveis, pobres, negros, desempregados, meretrizes, que, sob a lógica do progresso, corrompiam a imagem bela e próspera projetada para Londrina, concentrava estabelecimentos de sociabilidade popular, bares, botequins, gafieiras, moradias coletivas, pensões ligadas à prostituição e a famosa zona do meretrício, esta situada na antiga Vila Matos, onde atualmente se localiza o Terminal Rodoviário. O espaço da prostituição, intensificador do estigma atribuído à parte baixa da cidade, se configurou como principal reduto da boemia londrinense, cujo apogeu foi entre o final da década de 1940 e meados da década de 60.

Todavia, a atribuição do estigma era seletiva e circunstancial no que se refere aos focos de prostituição, considerando-se que era alvo frequente de vigilância e repressão violenta pessoas e estabelecimentos associados ao baixo meretrício, ou seja, prostitutas solitárias de calçada, pensões e os chamados “muquifos” frequentados por

peças de menor renda. Como afirma Rolim, as mulheres que se prostituíam na zona do baixo meretrício eram constantemente hostilizadas e agredidas pela polícia, quando não detidas. Escreve o autor: “Era comum, na zona do baixo meretrício, as mulheres se sentirem frustradas pelo seu modo de vida e serem levadas a atos compulsivos, como a tentativa de suicídio” (ROLIM, 2013: 58).

De outro ponto de vista, havia um tipo de prostituição mais aceitável, mais sofisticada, as famadas “casas de tolerância”, bordéis mais requintados destinados à elite boemia da região e a viajantes de diversos lugares do Brasil: políticos, empresários, fazendeiros, comerciantes, enfim, homens pertencentes aos grupos economicamente mais abastados. Muitos moradores acima da linha férrea eram igualmente frequentadores assíduos desses locais. Esses estabelecimentos de luxo possuíam uma relação mais amistosa, ainda que não formalizada, com as elites e autoridades da cidade (homens brancos ricos), uma espécie de tolerância social que assegurava o funcionamento de atividades que contrastavam com os discursos da moral e dos bons costumes propagados por esses mesmos grupos. Escreve Benatti:

Nos anos cinquenta, a riqueza da cafeicultura patrocinava o luxo dos bordéis e o refinamento da prostituição. Distoando do mercado popular do sexo, os primeiros bordéis granfinos apareceram no final da década de quarenta, tornando-se redutos boêmios de uma clientela mais elitizada, principalmente dos ‘magnatas do café, orgulhosos e felizes em pagar noitadas de farras nos inferninhos e cabarés’. O meretrício subia de padrão (BENATTI, 1996: 46).

Em 1949 foi inaugurado o aeroporto de Londrina, que na década de 1950 chegou a ser o terceiro mais movimentado do país, atrás somente do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e Santos Dumont, no Rio de Janeiro⁸⁸. Nesse contexto, o transporte aéreo se configurou como principal meio de deslocamento de empresários, políticos, autoridades e mulheres destinadas a trabalhar nos bordéis de luxo, até porque as rodovias de acesso ao Norte do Paraná ainda eram precárias. As casas de prostituição mais suntuosa passaram a se constituir como importantes pontos turísticos de Londrina, mantendo-se, por isso, bastante alinhadas com o mercado artístico-musical da época. Ofertavam shows de cantores de sucesso nas rádios como Cauby Peixoto, Nelson Gonçalves, Ângela Maria, Silvio Caldas, Isaura Garcia, entre outros. Entre as décadas

⁸⁸ Cf. INFRAERO, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. *Histórico Aeroporto de Londrina - Governador José Richa - PR*. Disponível em: <http://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-de-londrina-governador-jose-richa/sobre-o-aeroporto/historico/>. Acesso em: 01/06/2018.

de 1950 e 1960, tempos áureos do café, a zona de prostituição de Londrina se tornou uma das maiores do Brasil. Só na Vila Matos eram mais de 100 casas de tolerância, onde se estima que cinco mil mulheres tenham trabalhado (BENATTI, 1996: 108). Os ambientes de luxo, entretanto, não eliminavam o estigma das mulheres em situação de prostituição, considerando que a violência física e emocional também permeavam o seu cotidiano. Como mostra o documentário *Vila Matos Londrina* (2011): “A elite londrinense, que a noite frequentava as casas da Vila Matos e fechava negócios entre beijos e muita champanhe, era a mesma que durante o dia discriminava, desqualificava e mandava até mesmo prender as meretrizes”.

O meretrício cresceu acompanhando o sucesso do café, mas, assim como o produto, teve seu ápice e seu declínio. Visto como um negócio lucrativo, houve um crescimento descomedido de casas de prostituição, que cada vez mais se aproximavam das residências de famílias. Também, as crises constantes pelas quais passava o café levaram à diminuição do número de clientes. À medida que a cidade se expandia, a tolerância social com a prostituição ia-se enfraquecendo, principalmente porque os limites da segregação, balizados pela linha férrea, pouco a pouco se tornavam menos visíveis, não mais delineando, eficazmente, a separação física e moral entre “os de cima” e “os de baixo”. Ampliaram-se as ações de controle em diversos setores com vistas à contenção dos ambientes de prostituição e dos prestadores de serviços ligados a eles, isso nas esferas da saúde (campanhas de prevenção e controle de epidemias e doenças venéreas); religião (discursos com princípios morais cristãos); imprensa (disseminadora de padrões de conduta, comportamentos sexuais e sociais para as mulheres, polarizando as “moças de família” e as “moças mal faladas”); e segurança pública (medidas repressivas por parte da polícia). Na década de 1970, as imediações do espaço que abarcava os bordéis mais luxuosos foram transformadas em cortiços ocupados pelos “deserdados do café”.

Um parêntese interessante: na esfera da saúde há um fato curioso que merece ser mencionado. Devido à ampla expansão das casas de prostituição entre as décadas de 1940 e 60, as doenças sexualmente transmissíveis se alastraram exponencialmente em Londrina, a ponto de ser quase certo que jovens recém-casadas contraíssem de seus companheiros tais doenças. Como consequência, a prostituição, além do desprestígio relacionado a questões morais, passou a ser entendida como um problema de saúde pública. Apesar da medicina no Brasil, nesse contexto, ainda ter raízes bastante sólidas

em princípios higienistas - corrente de pensamento que, ao estabelecer como padrão a relação entre doença e ambiente, acabou por ter como uma de suas faces mais perversas a estigmatização dos “indesejáveis” da cidade e de seus locais de moradia, controlando-os com medidas repressivas, fortalecedoras da discriminação e de padrões segregacionistas - a atuação de médicos de família, cuja presença em Londrina precedeu à instalação de hospitais públicos, foi extremamente importante no sentido de restringir a proliferação de muitas doenças, entre as quais as sexualmente transmissíveis. Doutor Clímaco⁸⁹, o primeiro médico negro de Londrina e um dos mais importantes profissionais da medicina que trabalhou no primórdio da cidade, foi pioneiro no uso da penicilina para o tratamento de doenças venéreas. O Doutor Preto, como era chamado, ficou conhecido pela generosidade e atendimento humanitário prestado aos grupos economicamente menos abastados, sobretudo àqueles segmentos mais pobres, que não tinham condições de pagar pelas consultas. Isso num contexto repleto de epidemias que levavam muitas pessoas à morte. Descobriu tumores através do método de palpação, realizou inúmeros partos, cirurgias de estômago e apendicite, além do tratamento de casos de lepra, tifo, tuberculose, febre amarela, malária, pneumonia e outras doenças comuns na época.

Londrina passou por transformações muito significativas num curto espaço de tempo. Se na década de 1930 ela se configurava como uma grande área essencialmente rural, ainda cercada de mata virgem, dispondo de um ínfimo núcleo urbano, na década de 50 - período em que registrou uma população de 71.412 habitantes, dentre os quais 52,07 % viviam na zona rural e 47,93% na zona urbana (IBGE, 1950) -, assumiu o posto de principal cidade produtora de café do Brasil. Nesse contexto, a ferrovia tida como símbolo de progresso se transformou em monumento do passado, vindo a ser substituída pelas rodovias. As casas de madeira passaram a ser vistas como ultrapassadas, destoantes dos padrões exigidos pela modernidade (ROLIM, 2013: 27).

⁸⁹ Ainda na primeira década de sua formação, mais especificamente a partir de 1938, a cidade contou com a presença de uma personalidade negra bastante marcante: Justiniano Clímaco da Silva (1908-2000), mais conhecido como Doutor Preto, professor, primeiro médico negro de Londrina e primeiro deputado eleito pelo município. Não obstante a presença significativa de trabalhadores negros, Doutor Clímaco é o único negro formalmente reconhecido como pioneiro, ou seja, que tem o nome registrado no Memorial dos Pioneiros, que homenageia os primeiros trabalhadores da cidade. Chegou a Londrina em 1938, período de grandes epidemias, clinicou por mais de 50 anos atendendo mais de 30 mil pacientes. Ele não cobrava de quem não podia pagar. Como forma de agradecimento, as pessoas por ele atendidas retribuía com mantimentos como salame e queijo. Teve mais de 100 afilhados de batismo e casamento, geralmente pessoas que ele fez o parto e os pais, por gratidão, ofereciam os filhos para que ele apadrinhasse. Cf. Silva e Panta (2014).

A riqueza derivada do café se expandia cada vez mais, sobretudo quando passaram a ser construídas as várias mansões de alvenaria na Avenida Higienópolis e imediações, principal abrigo dos “barões do café”, e diversos prédios no perímetro central.

É nesse período, repleto de transformações, que se elabora uma política para disciplinar e ordenar a ocupação do espaço urbano com o fito de evitar confrontos entre os diferentes grupos sociais. Rolim (2013: 39) afirma que uma das leis mais importantes foi a n. 133, de 07 de dezembro de 1951, que fez o zoneamento do espaço urbano demarcando os lugares a serem ocupados pelos diferentes grupos, bem como exigiu que os novos loteamentos aderissem às adequações determinadas. Como as vilas populares se expandiam desordenadamente, a Lei foi implementada com vistas a evitar a proliferação de tais vilas, bem como a promover a readequação das já existentes.

Em 1952 a Prefeitura Municipal implementou também um Código de Postura com vistas a regular a vida na cidade. Escreve Rolim:

Com a Lei 219 de 31/12/52, assumiu a função de policiamento administrativo, ao estabelecer regras que coíbiam condutas e comportamentos, com o intuito de garantir a ordem e a segurança pública. A Polícia Sanitária intervia na higienização das vias públicas, das habitações e da alimentação, através da fiscalização e até na punição dos infratores. A Polícia de Ordem Pública ficou incumbida de estabelecer “medidas preventivas e repressivas no sentido de garantir a ordem, a moralidade e a segurança pública”. Para isso, tinha a prerrogativa de intervir diretamente nos costumes e divertimentos públicos, no trânsito, além de fiscalizar a criação de animais, controlar a extinção de insetos nocivos e o funcionamento do comércio e da indústria (ROLIM, 2013: 40-41).

Ainda na década de 1950, a Prefeitura Municipal implementou o Código de Obras, Lei 218 de 26 de outubro de 1955, que determinava que todas as obras passassem pelo crivo das autoridades, tanto as construções, quanto as reformas (ROLIM, 2013: 41). É possível notar, através desse conjunto legislativo, um empenho, por parte do poder público, alinhado aos interesses dos grupos economicamente mais abastados, no sentido de regular a vida na cidade, delineando os lugares a serem ocupados e os aspectos a serem eliminados. Como afirma Arias Neto (1993: 195), os segmentos dominantes reservam para si os melhores espaços de habitação, de trabalho e de lazer. É um projeto que se insere na busca da consolidação de uma cidade moderna que prioriza o núcleo central e os novos bairros de alto padrão, confirmando uma prática estritamente segregacionista.

O fluxo migratório para o Norte do Paraná foi constante entre as décadas de 1930 e 1970. Mas foi no seu ápice, década de 1950, tempo próspero da produção cafeeira na região, marcado pela expansão da cidade moderna produzida pelas elites, que passou a se delinear, de maneira ainda mais ostensível, a segregação em Londrina. A redistribuição populacional pelas migrações inter-regionais trouxe levadas de migrantes para Londrina, as quais - somadas às que provinham do êxodo rural dispensadas parcialmente em períodos de instabilidade nos preços do produto no mercado internacional; pelas geadas, principalmente a de 1975, que devastaram os cafezais; e pelo desenvolvimento tecnológico na agricultura que, pouco a pouco, passou a substituir trabalhadores por máquinas; fizeram com que migrantes passassem a se instalar na área urbana. Desempregados, ou subempregados, e desamparados pelo poder público, esses migrantes, contrariando o Zoneamento Urbano e o Código de Obras do município, foram condicionados a iniciar ocupações irregulares de terrenos públicos e privados. Além das vilas populares sem infra-estrutura, passaram a se estabelecer em Londrina as primeiras favelas onde as condições de vida eram ainda mais precárias e os estigmas atribuídos aos seus moradores ainda mais intensos. Escreve Razente:

Na década de 1950, em plena efervescência cafeeira, espacializa-se a segregação da parcela da população que está à margem do que poderíamos entender como cidadania moderna: os “sem nada” - sem renda, sem casa, sem empregos formais. Em termos segregacionistas esses não se confundem com os residentes nas vilas populares. Enquanto que nas vilas é o mercado de terras quem escolhe a localidade onde o dinheiro do morador pode alcançar, no novo padrão segregacionista não há alternativas. A estratégia de sobrevivência induz à invasão/ocupação de terrenos públicos ou privados. Em termos segregacionistas, o público alvo agora são os pobres migrantes rurais entrincheirados nas favelas, reconhecida por boa parte da sociedade, inclusive pela pobreza, como lugar do crime, da vadiagem, da bandidagem e da degradação dos valores e costumes (RAZENTE, 2011, grifo nosso).

Como mostra Tania Fresca (et al, 2008), o problema da ocupação irregular em Londrina emergiu com a Favela do Pito Aceso, em 1953, na zona sul da cidade, formada por 15 famílias oriundas de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro, contando com 90 pessoas no ano da ocupação. Em 1955, se estabeleceu na região leste a Favela do Grilo, atual Vila da Fraternidade, constituída, inicialmente, por 18 famílias provenientes do Nordeste, contando 108 pessoas no ano de formação. No final dessa mesma década a Favela do Grilo já contava com 50 famílias, cujos chefes, homens e mulheres responsáveis, em sua maioria, encontravam-se desempregados. Em 1958 e

1959 foram formadas mais duas ocupações irregulares, a Vila Esperança, iniciada com 24 pessoas, e a Nossa Senhora da Paz, com 1248 pessoas no ano da ocupação, ambas constituídas por famílias procedentes da zona rural da região Norte do Paraná. A despeito da elevada quantidade de lotes existentes, seu custo elevado não permitiu que migrantes pobres pudessem adquiri-los. O elevado valor do aluguel contraposto aos baixos rendimentos dessas famílias tornou a ocupação irregular a única alternativa.

Não demorou muito para que a imprensa começasse a noticiar o estabelecimento de favelas em Londrina, lugar de residências construídas com sobras de madeira, lata, papelão ou alvenaria, em lote cuja propriedade não era reconhecida. As imagens que se desenhavam contrastavam veementemente com os parâmetros de modernidade planejados para a cidade. Segue o trecho de um texto publicado no jornal *O Combate* (1962):

Já temos florescentes e prósperas favelas repletas de mocambos e malocas, plantadas em vários pontos da cidade, oferecendo perspectivas lisonjeiras de desenvolvimento, de crescimento e de agigantamento assustador. Temos por exemplo a famosa Vila do Grilo. Que espetáculo desmoralizante para um município novo e rico! Há necessidade imediata da Câmara Municipal e da Prefeitura voltarem-se para a gravidade que o caso encerra e através da inteligência e boa vontade encontrarem solução condigna, para que, não soframos, em futuro próximo, do mesmo mal que aflige as grandes cidades. O fato das favelas de Londrina está caminhando a passos largos para a insolubilidade e, não podemos prosseguir neste progresso assombroso, se temos as bases minadas por um cancro (O Combate, 1962 apud ALVES, 2002).

Tal quadro evidencia que o migrante pobre, atraído pelos discursos de prosperidade, ao chegar à nova sociedade muitas vezes se deparava com um cenário totalmente diverso do que lhe foi prometido. Enquanto o poder público seguiu com iniciativas frustradas de contenção dos indesejáveis, sem a adoção de políticas que favorecessem a integração dos segmentos socialmente vulneráveis à sociedade, pobres e negros prosseguiram, na visão dos grupos dominantes, deturpando a imagem bela e próspera projetada para a cidade.

Ao buscarmos respaldo na literatura regional para compreender os processos de segregação da população negra em Londrina nos primórdios da cidade, observamos, nos trabalhos consultados, que a raça não é mencionada como uma categoria relevante dessa dinâmica. Apesar das análises serem realizadas estritamente sob o viés de classe, a raça

aparece constantemente nas entrelinhas. A presença negra é marcante nas vilas populares, abaixo da linha férrea, e ainda mais expressiva nas favelas estabelecidas na década de 1950. Quando Fresca (et al, 2008) mostram que as primeiras favelas de Londrina foram formadas por famílias pobres provenientes de Minas Gerais e de Estados do Nordeste brasileiro - unidades federativas que concentravam altos índices de negros e expulsaram os maiores contingentes populacionais na década de 1950, conforme discutido no tópico 3. - certamente estão se referindo a famílias negras.

Outro exemplo é extraído do importante trabalho desenvolvido por Rivail Carvalho Rolim (2013), intitulado: *O Policiamento e a Ordem - Histórias da Polícia em Londrina: 1948-1962*. Ao longo de mais de 170 páginas de trabalho, nas quais o autor aborda desde a história da cidade até um capítulo destinado exclusivamente às ações policiais, a abordagens repressivas e à violência no período mencionado, as palavras negro, preto ou congêneres não aparecem uma única vez. Todavia, ao discorrer sobre a violência policial praticada nos territórios pobres, abaixo da linha férrea, a questão racial novamente pode ser lida nas entrelinhas. Mais ainda quando o autor evidencia a repressão policial contra os migrantes nordestinos. Escreve o autor:

As evidências indicam que essa compulsão profilática também norteava o trabalho dos policiais nos “anos dourados”, incidindo contra os “vagabundos”, “mendigos”, “prostitutas” ou simplesmente em relação ao “outro” que naquele momento era o migrante nordestino (ROLIM, 2013: 143).

O autor ainda expõe a declaração de um policial que se refere ao migrante nordestino como “lixeiro da sociedade”. É certo que a segregação nesse período, apesar de, evidentemente, ter atingido muitos trabalhadores brancos pobres, tem notável marca racial, característica preservada apesar de todas as mudanças ocorridas nos padrões urbanísticos até os dias atuais.

3.3. Os Conjuntos Habitacionais, os Loteamentos Populares e os Assentamentos Precários: um “novo” padrão de segregação

Foi entre as décadas de 1950 e 1960 que Londrina assinalou o maior crescimento percentual de sua população, sendo este de 88,79%, e também os seus maiores índices de urbanização. No decênio de 1960 a cidade registrou a presença de 134.821 habitantes, dos quais 57,40% residiam na zona urbana e 42,60% na zona rural (IBGE, 1960). Foi um período marcado pelo êxodo rural, passando a população da

cidade a superar a do campo. Os grupos de maior renda prosseguiram se estabelecendo na Avenida Higienópolis (centro) e imediações e em bairros consolidados também como de grande poder aquisitivo, afastados, porém, do eixo central, como o Jardim Shangri-lá “A”, o Jardim Santos Dummont (imediações do Aeroporto) ou situados na região sul, nas proximidades do Lago Igapó, importante cartão postal da cidade, inaugurado em 1959 (RAZENTE, 2011). Se considerarmos as dimensões adquiridas por Londrina até hoje, essas localidades escolhidas pelos grupos de maior renda não se situam entre as mais distantes do centro: o Jd. Shangri-lá “A”, a Oeste, fica cerca de quatro quilômetros do centro enquanto o Jd. Santos Dummont, a Leste, cerca de três quilômetros e meio. Mas, considerando as dimensões de Londrina na época, com exceção da Avenida Higienópolis, as localidades mencionadas eram, de fato, afastadas do núcleo central. Sobre esse distanciamento dos grupos de maior renda do centro, na década de 1960, Razente (2008) escreve: “Para as frações da elite londrinense que proporcionam a primeira ocupação distante do centro e do quadrilátero dos britânicos, a necessidade de um espaço para chamar de seu parece se sobrepor à distância e à acessibilidade ao centro”.

Entre as décadas de 1960 e 70, devido às constantes geadas que devastavam os cafeeiros e à difusão mais incisiva de lavouras mecanizadas, passou a ocorrer um deslocamento contínuo e mais expressivo que nos decênios anteriores, da zona rural para a zona urbana. Muitos dos trabalhadores rurais, sem qualificação profissional para o trabalho urbano, não alfabetizados ou com baixo grau de escolaridade, não foram imediatamente incorporados ao mercado de trabalho na cidade. Desempregados ou subempregados em atividades informais que lhes rendiam baixíssimos ganhos passaram a viver em situação semelhante, ou até pior, que a vivenciada em suas regiões de origem. Sem alternativas, começaram a constituir e a ocupar os assentamentos precários⁹⁰ da cidade, tais como cortiços, terrenos irregulares, favelas e congêneres, construindo seus barracos em áreas sem infraestrutura, saneamento básico, água encanada, luz elétrica, enfim, sem condições mínimas para uma vida digna. Nesse período estabelecem-se em Londrina mais três ocupações irregulares: Cantinho do

⁹⁰ O sintagma “assentamento precário” foi adotado pela Política Nacional de Habitação (PNH) para definir os variados assentamentos urbanos sem infraestrutura ocupados por grupos de baixa renda, como cortiços, favelas, assentamentos urbanos, conjuntos habitacionais sem infraestrutura e semelhantes. Cf. QUEIRÓS FILHO, Alfredo Pereira de. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. *Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana*. PUC-PR, v. 7, p. 340-353, set.- dez., 2015.

Céu/Jardim Paulista, Vila Ricardo/Moinho de Trigo e Vila Marízia I, todas situadas a pouco mais de três quilômetros do centro (MARTINS, 2007: 76).

Em 1965, com vistas a atenuar o problema da moradia precária, sobretudo das ocupações irregulares que se estabeleciam progressivamente em áreas próximas ao centro, desafiando a legislação urbanística da cidade, foi criada no município a Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-Ld). Na década de 1970 a COHAB passou construir casas populares, em diferentes regiões da cidade, para serem financiadas a preços mais acessíveis aos grupos de menor renda. Nesse período a cidade registrava a presença de 228.101 habitantes, dos quais 71,69% habitavam a zona urbana e 28,31% a zona rural (IBGE, 1970). O primeiro conjunto habitacional a ser criado foi o Ruy Virmond Carnascialli, situado na zona norte, cerca de seis quilômetros do centro, com 549 casas. O segundo, o Conjunto São Lourenço, na zona sul, cerca de dez quilômetros da região central, com 687 casas (COHAB, 2015). Nessa mesma década foram construídos trinta conjuntos habitacionais, onze na zona norte, que hoje conta com uma quantidade muito expressiva desse tipo de habitação. Os espaços vazios entre o centro e os conjuntos habitacionais foram destinados ao mercado imobiliário.

É preciso considerar que a COHAB, apesar de atender a demanda de muitas famílias de baixa renda, propiciando-lhes o acesso à casa própria, sempre disponibilizou unidades habitacionais em quantidades extremamente inferiores à demanda. A limitada quantidade de imóveis diante da imensa lista de inscritos faz, ainda hoje, que muitas famílias tenham de esperar anos e anos, na maioria das vezes, sem qualquer previsão sólida de quando serão contempladas. Outras se deparam com tantas dificuldades em razão dos critérios estabelecidos para a aquisição desse tipo de propriedade que acabam desistindo. Ter onde morar é uma necessidade primordial. Não ter onde morar é uma situação que não permite espera, portanto, muitas famílias pobres foram condicionadas a ocupar, clandestinamente, terrenos irregulares: uma luta pelo direito de morar através da autoprodução da casa própria por vias ilegais - sob o prisma da legislação urbana - uma vez que a cidade, em tempo algum, se apresentou como um direito de todos.

É necessário considerar, ainda, que nem tudo “são flores” para as famílias que conquistam a propriedade de um imóvel através da COHAB. Se, por um lado, elas têm como vantagem a garantia da casa própria por meios legais, financiada a preços mais acessíveis, ficando assim livres do aluguel, por outro, enfrentam as agruras referentes às

lonjuras de suas residências para os locais de trabalho e outros importantes para a vida na cidade. É notável que, a cada década, as habitações populares vão sendo construídas sempre mais distantes da região central, chegando a ultrapassar dez quilômetros, distância considerável para uma cidade do porte de Londrina, sobretudo se considerarmos que essa distância aumenta exponencialmente para os que dependem de transporte coletivo, que fazem percursos bem mais extensos do que seria feito por um transporte privado.

Esse distanciamento, por si só, poderia não se configurar como um problema se os bairros populares tivessem ao seu dispor o funcionamento adequado dos serviços públicos essenciais, o que não ocorre. Nessa perspectiva, a referência ao afastamento do centro é importante, posto que, como analisam Sabatine e Sierralta (2005: 173), para os grupos pobres, segregados em áreas sem infraestrutura, desprovidas de serviços fundamentais - situação comum nas mais diversas cidades latino-americanas - a região central, que geralmente recebe investimentos significativos do poder público, é importante para o acesso a bens materiais e simbólicos oferecidos pela cidade. Para os grupos residentes em conjuntos habitacionais (residências construídas pela COHAB/Prefeitura Municipal), loteamentos populares (mercado imobiliário) e assentamentos urbanos periféricos (autoprodução da casa própria), que dependem de transporte coletivo, é inevitável o dispêndio de tempo e dinheiro a cada deslocamento. Como bem afirmou Milton Santos (1987: 47), ao discorrer sobre as condições do transporte público em muitas cidades brasileiras: “caros e ruins. Ruins e demorados”, realidade que persiste até hoje.

Paralelamente à formação dos conjuntos habitacionais pela COHAB, que entre os anos de 1978 e 1980 construiu quase 9.000 unidades habitacionais (ARCHELA et al, 2008), estabeleceram-se em Londrina novas ocupações irregulares. A década de 1970 foi marcada pela formação das seguintes ocupações: Favela do Jardim Hedy, Vila Marízia II, Jd. Sergio Antonio, Luiz Vitorele, Jd. Nova Conquista, Favela Colosso, Fundo de Vale Zircônio, Jd. Rosa Branca I, Jardim Cristal, Jd. Franciscato I, Jd. Franciscato II (FRESCA et al, 2008).

Na década de 1980, período em que Londrina registrou uma população de 301.711 habitantes, 88,48% urbana e 11,52% rural (IBGE, 1980), a região central foi marcada pela acentuação do processo de verticalização. A construção de edifícios

residenciais somada à revitalização da área central atraiu grupos de maior renda que fixaram residência não apenas na Av. Higienópolis, mas também na Av. Santos Dumont e arredores e em bairros como Shangri-lá “A” e Quebec (ARCHELA, 2008). Já, para os grupos de menor renda, essa década se caracterizou pela drástica redução na quantidade de unidades habitacionais construídas pela COHAB devido à crise econômica pela qual passava o Brasil. Sem disponibilidade de recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH), as companhias habitacionais do país diminuíram radicalmente a oferta de residências nesse período, aprofundando ainda mais o déficit habitacional (COHAB, 2015). Com o alto custo dos aluguéis em Londrina, que se tornavam insustentáveis, muitas famílias passaram a batalhar pela casa própria por outras vias, como, por exemplo, por meio do financiamento de terrenos de menor custo, ofertados por empresas privadas do setor imobiliário, situados em áreas periféricas, próximas aos conjuntos habitacionais. Uma vez adquirido o terreno, cada família tratava de viabilizar a construção da própria casa. Os conjuntos habitacionais e os loteamentos populares periféricos se constituíram como uma alternativa para os grupos de menor renda, visto que os seus custos eram inferiores aos praticados nas regiões de melhor infraestrutura. Essa forma de habitação, contudo, se delineou como um novo padrão de segregação após o declínio da economia cafeeira. Se, por um lado, a casa própria significava um avanço, por outro, a racionalidade de segregar os indesejáveis permaneceu intacta.

É necessário evidenciar, mais uma vez, as condições nas quais se encontrava parcela da população, aquela que vivenciava uma situação de pobreza mais extrema e nem essas habitações populares, periféricas, estiveram ao alcance. Foram famílias em situações como essa que, na década de 1980, constituíram as seguintes ocupações irregulares: União da Vitória, Jd. Santa Mônica, Jd. Novo Perobal, Fundo da Rua Café Árabe, Fundo do Alphaville e Fundo de Vale Residencial Santa Mônica (FRESCA et al, 2008). Foi em 1985 que ocorreu a formação do maior assentamento urbano de Londrina, o Jd. União da Vitória, situado nas extremidades da zona sul, cerca de doze quilômetros do centro. Em sua formação original, que compreendia o Jd. União da Vitória I, II, III, IV (1985-1999), abarcou 9.790 moradores. Hoje o Jd União da Vitória, que será pauta de discussão no próximo capítulo, comporta mais de 16.000 habitantes e está entre os bairros de Londrina com maior percentual de negros.

A oitava década do século XX demarca, em Londrina, um ostensivo processo de periferização da pobreza. Diversamente dos primórdios da cidade, tempo no qual

pobres, em grande parte, negros, apesar de se constituírem como grupo segregado, confinado abaixo da linha férrea, tinham suas residências próximas aos seus locais de trabalho, no perímetro central, nesse novo padrão segregacionista a residência dos trabalhadores assalariados de baixo status e renda, informais ou em situação de desemprego, localizam-se cada vez mais longe do centro e das áreas mais valorizadas da cidade. A segregação de pobres e negros nos territórios periféricos, produzida pelo Estado em articulação com os grupos de mais elevado poder aquisitivo - com: a) os *conjuntos habitacionais* longínquos, apartados da cidade bem equipada; b) os *loteamentos populares periféricos*, frutos da dinâmica do mercado imobiliário, que, como importante instrumento da produção capitalista da habitação, ajuda a delinear onde cada grupo poderá ou não habitar, conforme seus rendimentos; c) as *ocupações irregulares*, nessa conjuntura, não mais estabelecidas na região central, mas sim nas extremidades da cidade, em terrenos de topografia acidentada, desvalorizados, muitos dos quais, posteriormente, foram regularizados pela Prefeitura/COHAB, porém, sem a implementação de políticas públicas efetivas com o intento de melhorar a qualidade de vida de seus habitantes - evidencia uma urbanização excludente que avança para as décadas seguintes.

Na década de 1990, Londrina se expandiu significativamente para todas as direções. Nesse período a cidade registrou uma população de 390.100 habitantes, 94,00% urbana e 6% rural (IBGE, 1990). Na esfera urbana, o decênio foi marcado pela construção de condomínios fechados de alto padrão, especialmente na região Sudoeste, que passou a ser um dos principais abrigos dos grupos de maior renda. Entre os bairros nobres de maior notoriedade, a Gleba Palhano, território que concentra grandes edifícios e condomínios fechados, em que se destacam os horizontais, constituindo-se como uma das áreas mais valorizadas de Londrina. É um exemplo típico da segregação voluntária, uma escolha dos grupos economicamente mais abastados de viverem próximos a seus semelhantes, no que se refere à posição econômica e ao *status* social. Num outro extremo, nos grupos de baixa renda, foi um decênio marcado por altos índices de desemprego e subemprego, bem como pela intensificação do problema da moradia, que se agravou ainda mais. De acordo com Fresca (et al, 2008), foi nesse período que o número de ocupações irregulares passou de 15 para mais de 50 espalhadas em diversas áreas da cidade.

Em 2000, Londrina registrou uma população de 447.065 habitantes, 96,94% urbana e apenas 3,06% rural (IBGE, 2000). A primeira década de 2000 caracterizou-se pela expansão dos condomínios fechados de alto padrão construídos em áreas afastadas da região central, de maior privacidade e exclusividade. São os chamados “enclaves fortificados”, tema de pesquisa de Tereza Caldeira, que, ao abordar as transformações nos padrões de segregação ocorridas na cidade de São Paulo, tendo como principal foco a reclusão dos segmentos mais abastados nesses enclaves, demonstra como essa segregação voluntária, combinada com discursos sobre violência e ações de privatização de justiça e segurança, reforça a fragmentação do espaço público, aprofunda desigualdades e justifica a discriminação contra outros grupos sociais⁹¹.

De outro prisma, o primeiro ano do século XXI foi marcado pelo alarmante número de mais de 50 mil pessoas vivendo em ocupações irregulares em Londrina. (FRESCA et al, 2008). Como analisam Postali e Mendes (2011: 4), entre 1990 e 2005 o número de ocupações irregulares aumentou cerca de 200%. Convém ressaltar que, desse período para cá, algumas dessas ocupações foram extintas mediante a remoção de famílias de fundos de vale e outros tipos de ocupação irregular em área de risco e transferência para habitações populares. Outras passaram, ou passam, por um processo de regularização fundiária, que é a regularização dos assentamentos acompanhada da titulação dos moradores como proprietários, processo que, na maior parte dos casos, ocorre desacompanhado de benfeitorias do poder público. Se, por um lado, a regularização fundiária, pelo título de propriedade ao ocupante, garante sua permanência legalizada na área ocupada, livrando-o dos infortúnios da instabilidade inerente a quem habita numa área irregular, por outro, a regularização sem a implementação de políticas públicas, consolida o confinamento desses grupos em espaços onde a cidadania é limitada, sedimentando-se, assim, a dinâmica da segregação.

No que diz respeito à construção de unidades populares, um projeto de grande dimensão foi entregue em 2011: o Residencial Vista Bela, situado nas extremidades da zona norte, cerca de nove quilômetros do centro. É um dos mais expressivos empreendimentos do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal, efetivados no Brasil. Em Londrina, se constituiu como uma espécie de minicidade,

⁹¹ Cf. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

acolhendo mais de dez mil moradores em seu primeiro ano de existência, provenientes das mais diversas partes da cidade, desde aqueles que aguardavam ser contemplados através de financiamento, com subsídio do Governo Federal, até aqueles removidos de ocupações irregulares que foram extintas. O residencial foi criado sob o discurso de assegurar o direito de moradia aos segmentos de baixa renda, entretanto, foi instaurado sem os demais direitos fundamentais, como: acesso ao posto de saúde, escola, creche, comércio, entre tantos outros. Juntamente com o Jd União da Vitória, o Res. Vista Bela será uma das pautas da discussão no próximo capítulo.

Do que expusemos é possível compreender que, as políticas urbanas adotadas pelo município de Londrina, em todos os contextos, seguem uma orientação segregacionista, que vai empurrando para as áreas mais precárias e longínquas da cidade os segmentos pobres, especialmente os negros. Por isso, a população negra permanece concentrada nos territórios mais pobres, sobretudo naqueles situados nas extremidades da cidade, procurados para ocupações irregulares.

Os territórios periféricos, desprovidos de infraestrutura adequada e de políticas sociais promotoras de cidadania plena aos seus habitantes, são os principais endereços dos negros, que, desde os primórdios da cidade, apesar de muito trabalharem, vivem a margem dos avanços econômicos e sociais do município. A ocupação irregular constituiu-se, para esse grupo social, como uma das mais importantes formas de inserção territorial na cidade, situação que perdura até hoje, conforme revela o mapa de distribuição da população negra em Londrina.

3.4. O “Lugar” da População Negra em Londrina

Os dados do Censo Demográfico de 2010, de acordo com as classificações de cor ou raça do IBGE, registram em Londrina a presença de 21.791 pretos, que representam 4,30% da população total da cidade, e de 110.305 pardos, que correspondem a 21,76%. Somados, uma vez que, de acordo com estudiosos da questão racial e movimentos negros, constituem uma única categoria, a negra, correspondem a 132.096, isto é, 26,07% do contingente populacional de Londrina.

Quadro 4. População em Londrina por raça/cor - IBGE 2010

População por raça/cor	Nº absoluto	%
Branca	356.542	70,36%
Negra	132.096	26,07
Amarela	17.488	3,44%
Indígena	610	0,12%
Sem declaração	5	0%
Total	506.701	100%

Fonte dos dados: IBGE, 2010.

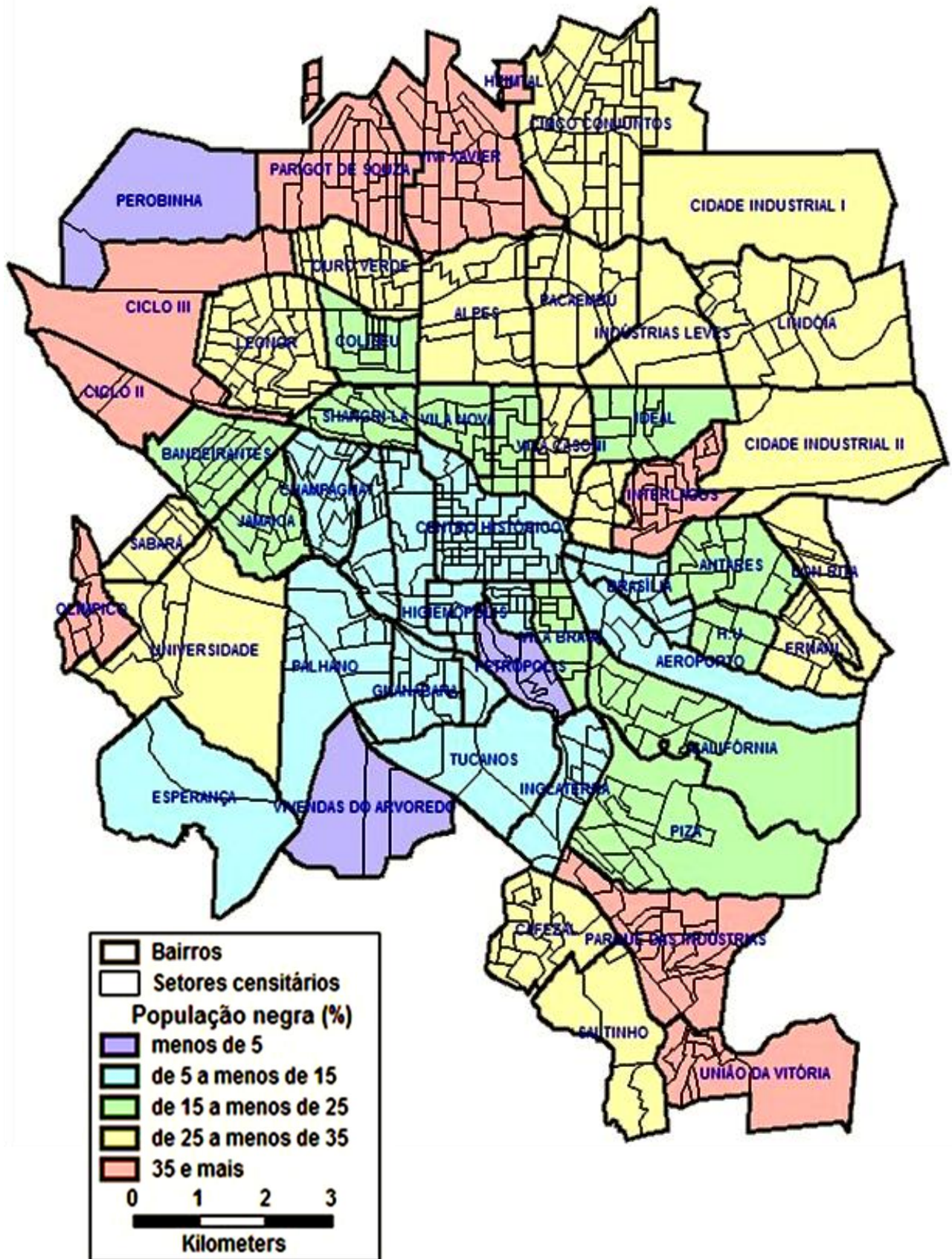
Quadro: Mariana Panta, 2018.

O silenciamento na história tradicional regional e a ausência de estudos referentes à realidade social da população negra em Londrina, apesar de sua presença significativa, como mostra o Quadro 4, levou Silva, que já havia realizado estudos referentes à segregação urbana e racial em São Paulo⁹², a mapear a localização espacial da população negra em Londrina. Em 2008, a partir da utilização de dados do Censo Demográfico do IBGE-2000, que delimitou as Áreas de Expansão Demográfica (AEDs), a autora constatou que a população negra estava presente, em maiores proporções, nos territórios pobres e estigmatizados de Londrina. Concomitantemente, representava menos de 2% nos territórios mais valorizados e economicamente consolidados⁹³. Em 2010, Silva elaborou novo mapa, este com a utilização de dados do Censo Demográfico do IBGE-2010 e com a identificação dos bairros. Por esse mapeamento, é possível constatar que a população negra permanece concentrada nas periferias pobres, em especial, nas situadas nas extremidades da cidade.

⁹² Cf. Cf. SILVA, Maria Nilza. *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília, DF: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.

⁹³ Cf. SILVA, Maria Nilza. O negro em Londrina: da presença pioneira negada à fragilidade das ações afirmativas na UEL. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico* v. 82, p.nº82, março de 2008.

Figura 16. Distribuição da População Negra na Cidade de Londrina (Região Urbana) 2010



Fonte: Maria Nilza da Silva, 2014.

Ao observarmos o mapa, com especial atenção às áreas destacadas na cor rosa, que indicam onde a população negra está concentrada em maiores proporções, constatamos que a sua presença é marcante nos territórios pobres, situados nos limites da cidade, muitos dos quais foram, são, ou possuem focos de ocupações irregulares.

Na zona norte, verifica-se que a presença negra é maior no Heimtal, Cj. Vivi Xavier e Cj. Parigot de Souza. O Heimtal, no primórdio de Londrina, se constituiu como um patrimônio. Foi o primeiro núcleo rural instituído pela CTNP, onde, na década de 1930 se delineou o principal endereço de famílias alemãs que planejavam consolidar ali uma colônia. Contudo, conforme a cidade foi-se expandindo, a área passou a receber muitos imigrantes italianos e migrantes brasileiros. Na década de 1940, frustrados com a crise provocada por uma geada, que contribuiu para que o patrimônio não prosperasse como o esperado levando muitas famílias ao empobrecimento, e com a acentuada presença de italianos e brasileiros, os alemães acabaram vendendo suas terras e se retirando da localidade (OLIVEIRA, 2006: 51-52). Na década de 1970, sobretudo após a geada de 1975, que suprimiu todos os cafezais deflagrando extensivo êxodo rural, o Heimtal sofreu um processo de conurbação com Londrina, que o transformou, de um patrimônio, em um bairro periférico da cidade, circunvizinhado pelos conjuntos habitacionais Vivi Xavier e Cinco Conjuntos, este último um complexo de bairros populares da zona norte de expressiva densidade demográfica. Esses bairros receberam muitos trabalhadores expulsos do campo devido ao declínio do café e mecanização das lavouras, bem como aqueles que já viviam na cidade, morando de aluguel ou em assentamentos precários. Os conjuntos habitacionais Parigot de Souza e Vivi Xavier, compõem a primeira leva de habitações populares construídas pela COHAB, na década de 1970. Esses dois bairros periféricos, apesar de terem sido construídos legalmente, possuem focos de ocupações irregulares. No Cj. Parigot estabeleceram-se as ocupações: Fundo da Rua Café Árabe (1989) e Jd. Paineiras (1997). No Vivi Xavier: Fundo de Vale Alto da Boa Vista (1991), Remanescente do C.H. Vivi Xavier (1998) e Fundo do Jd. Marieta (1998) (FRESCA et al, 2008).

Ao observarem-se os bairros de maior concentração da população negra na zona sul, Parque das Indústrias e Jd. União da Vitória, é possível constatar, de modo ainda mais expressivo, sua presença massiva em áreas de ocupações irregulares. O Jd. União da Vitória, como já mencionado, é o maior assentamento urbano de Londrina, que foi iniciado de forma irregular em meados da década de 80, acolhendo muitas

famílias pobres. O Parque das Indústrias, por sua vez, concentra oito ocupações irregulares, conforme levantamento realizado por Fresca (et al, 2008): Jardim Cristal (1977); Jd. Franciscato I (1978); Jd. Franciscato II (1978), Jd. Novo Perobal-Área da Sanepar (1987), Fundo de Vale Novo Perobal (1995), Fundo de Vale do Jd. Cristal (1997), Fundo de Vale do Jd. Franciscato (1997), Jd Novo Perobal (1998).

Na zona leste, nota-se que o bairro que mais concentra negros é o Jd. Interlagos, que, embora seja o menos periférico, comparado às outras áreas destacadas em rosa, concentra acentuada quantidade de ocupações irregulares: Jd. Sergio Antonio (1973), Luiz Vitorele-Rua Rosa Branca (1973), Jd. Rosa Branca I (1976), Jd. Rosa Branca II (1983), Vila Ricardo (1992), Jd. Santa Fé (1992), Jd. das Bananeiras (1994), Monte Cristo (1996), Fundo de Vale Favela Santa Inês (1996), Fundo de Vale do Jd. das Bananeiras (1996), Fundo de Vale do Jd. Sérgio Antonio e Fundo do Jd Rosa Branca, esses dois últimos sem dados na COHAB sobre o início da ocupação (FRESCA, et al, 2008).

Por fim, na zona oeste verifica-se que o negro está mais concentrado no Jd. Olímpico e no Cilo, ou Cilo, como também é chamado, II e III. O Jd. Olímpico abarca duas ocupações iniciadas de forma irregular: Jd. João Turquino (1996) e Jd. Maracanã I e II (1998). O Cilo II e III são bairros longínquos, concentradores de indústrias, que fazem divisa com o município de Cambé. De acordo com Fresca (et al 2008), o Cilo III se constituiu como uma ocupação irregular, formada de 1990.

Constatamos, assim, que os negros, em sua maioria, não constituem apenas um grupo de menor renda com presença expressiva em conjuntos habitacionais e loteamentos populares distribuídos nas periferias de Londrina, mas, principalmente, compõem um grupo que teve a trajetória urbana mais acidentada, isto é, aquele cuja única saída para adquirir um “teto” na cidade se deu por meio da ocupação irregular e da autoprodução da casa própria por vias tidas como ilegais.

O que o mapa revela, todavia, são os aspectos objetivos da segregação urbana da população negra, cujos processos e efeitos podem ser mais bem compreendidos através de pesquisas qualitativas. Vejamos, então, o que a pesquisa empírica, desenvolvida no âmbito do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros, nos fornece como respaldo para a compreensão das características da segregação da população negra em Londrina.

3.5. A Pesquisa Empírica Desenvolvida no Âmbito do Projeto LEAFRO

Pesquisadores e acadêmicos vinculados ao Grupo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros e Relações Raciais (CNPq/UEL)⁹⁴, grupamento a que me integro desde o meu ingresso na graduação, em 2005, e ao Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO/UEL), de que faço parte desde a formação, em 2009, adentraram, entre os anos de 2006 e 2012, nos territórios onde a população negra está mais presente, nos quais se destacam os conjuntos habitacionais e assentamentos urbanos situados nos limites da cidade, com o propósito de estudar esses espaços de vida e sociabilidade. Não houve uma divisão rígida em relação à quantidade de entrevistas a ser realizada em cada região, já que cada acadêmico procurou inserir-se nos territórios com os quais tivesse alguma familiaridade ou nos quais tivesse contato com pessoas capazes de ser mediadoras junto aos entrevistados. Esses pesquisadores e acadêmicos estavam todos vinculados ao projeto de pesquisa *Território e Segregação Urbana: o lugar da população negra em Londrina*⁹⁵, no qual cada um possuía um subprojeto. Em decorrência das especificidades de alguns subprojetos foram realizadas também algumas entrevistas com pessoas negras moradoras de regiões mais valorizadas, onde a presença negra é menos expressiva. Essas, porém, em proporções bem menores.

Na busca de mais bem compreender a condição social do negro em Londrina, fizemos o levantamento do material empírico utilizando como recurso metodológico entrevistas em profundidade, semi-estruturadas, alicerçadas em histórias de vida e depoimentos orais sobre trajetórias e experiências cotidianas de pessoas negras, a maioria, moradora da cidade há mais de trinta anos. Algumas entrevistas, no entanto, devido a particularidades de alguns subprojetos inseridos no projeto maior, não seguiram esse critério, não se limitando a pessoas mais velhas; foram realizadas também com pessoas mais jovens, contudo, em menores proporções. Como elas fornecem informações importantes e as pesquisas se desenvolvem no âmbito do projeto principal,

⁹⁴ Em março de 2009, o “Grupo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros e Relações Raciais”, da Universidade Estadual de Londrina - UEL (grupo a que me integro desde 2006) deu origem ao Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros - LEAFRO (no qual sou pesquisadora desde 2010). O Projeto do Laboratório foi instaurado com o financiamento da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e é coordenado pela Prof.^a Maria Nilza da Silva. As principais publicações do LEAFRO estão disponíveis na página oficial do Projeto: <http://www.uel.br/projetos/leafro/>. Acesso em 20/07/2016.

⁹⁵ Projeto coordenado pela Prof.^a Maria Nilza da Silva, 2006-2012. As entrevistas que compõem o Quadro 5 foram realizadas pelos seguintes integrantes do projeto: Mariana Panta, Mariana Albuquerque Laiola, Alexsandro Eleoterio Souza, Pedro Andrade, Larissa Mattos Diniz, Sirlene Ferreira, Ana Paula Oliveira e Rafaella Angeloni.

essas pessoas foram mantidas no quadro geral de entrevistados, também, com o intento de preservar o acervo do Laboratório em sua integridade.

Todas as entrevistas realizadas, registradas em áudio e transcritas integralmente, foram compiladas após o processo de (re)leitura, categorização e organização dos depoimentos que reúnem um conjunto de histórias de vida, constituindo um valioso estudo qualitativo para a análise de diversos eixos temáticos, constituídos por trajetórias, tais como: educacional, no trabalho, na cidade e no bairro, familiar, da vida social, da vida afetiva, saúde e questões mais específicas relacionadas à raça/cor. Desde o início da pesquisa qualitativa, o material levantado deu origem a algumas produções, como monografias, dissertações e livros, geralmente, frutos de subprojetos vinculados ao projeto maior. Posteriormente, organizamos todo o material coletado, por diversos pesquisadores, com intuito de dispor dos conteúdos com maior amplitude e solidez, uma vez que, apesar de algumas pesquisas terem sido desenvolvidas anteriormente com base nesse material, muitos eixos temáticos estão ainda por ser explorados. Desse projeto, então, formou-se um acervo constituído por 72 entrevistas, das quais 18 foram por mim realizadas.

As entrevistas qualitativas produzem um material muito extenso, razão porque não fizemos, na tese, nenhuma reconstrução exaustiva do acervo de entrevistas do LEAFRO. Também não fizemos, nesse capítulo, a exposição dos depoimentos dos entrevistados, até porque muitas dessas narrativas já foram expostas em trabalhos anteriores, desenvolvidos por diferentes pesquisadores inseridos no projeto maior. O objetivo da consulta a esse material foi tão somente explorar os principais aspectos verificados nas narrativas dos depoentes relacionadas a um eixo temático específico: os deslocamentos espaciais intraurbanos e a inserção territorial em Londrina, pois que a literatura regional sobre segregação aborda o fenômeno estritamente sob o viés da classe social, como se ela fosse homogênea. Em síntese, o que fizemos foi uma revisão do material empírico coletado no âmbito do LEAFRO com vistas a ampliar as possibilidades de identificação das características dos processos de segregação da população negra em Londrina, considerando a experiência daqueles que a vivenciam.

Todos os entrevistados, após esclarecimento sobre a proposta do estudo e sobre os conteúdos da entrevista, assinaram o Termo de Consentimento Esclarecido autorizando ou não sua identificação. Seguem as características gerais dos entrevistados

que, em todas as situações, tiveram seus nomes originais substituídos por pseudônimos com o intuito de preservar sua identidade.

Quadro 5. Características gerais dos entrevistados no âmbito do Projeto LEAFRO

Identificação	Sexo	Idade	Cidade/ Estado	Estado Civil	Filhos	Estado de origem dos pais	Bairro	Escolaridade	Trabalho/ Ocupação
Maria Isabel	F	48	Loanda (PR)	Viúva	3	Bahia	Jd. São Marcos (zona sul)	Ensino Médio completo	Doméstica
José Luíz	M	58	Condeú (BA)	Casado	1	Bahia	Cj. Tito Carneiro Leal-Saltinho (zona sul)	Ensino Fundamental incompleto	Porteiro. Atualmente desempregado
Laura	F	46	Tamarana (PR)	Separada	3	Bahia	Jd. Piza (zona sul)	Ensino Médio completo	Doméstica. Atualmente desempregada
Luciana	F	56	Londrina (PR)	Casada	2	Minas Gerais	Cj. Ruy Virmond Carnasci alli (zona norte)	Ensino Fundamental incompleto	Doméstica
Lívia	F	61	São Sebastião da Amoreira (PR)	Viúva	2	Minas Gerais (mãe), Bahia (pai)	Jd. Piza (zona sul)	Ensino Fundamental incompleto	Doméstica
Pedro	M	64	Curvelo (MG)	Casado	5	Minas Gerais	Cj. Ruy Virmond Carnasci alli (zona norte)	Ensino Médio completo	Funcionário público: Policial. Atualmente aposentado
João	M	81	(PE)	Casado	14	Pernambuco	Jd. São Marcos (zona sul)	Não alfabetizado	Trabalhador braçal (trabalhava em pedreiras). Atualmente aposentado
Carmem	F	71	(SE)	Casada	14	Sergipe	Jd. São Marcos (zona sul)	Não alfabetizada	Trabalhadora rural. Atualmente aposentada
Camila	F	45	Jacarezinho (PR)	Casada	3	Paraná (mãe), Minas Gerais (pai)	Jd. São Marcos (zona sul)	Ensino Fundamental incompleto	Doméstica
Rute	F	52	Londrina (PR)	Casada	2	Minas Gerais	Jd. São Marcos (zona sul)	Ensino Fundamental incompleto	Babá

							sul)		
Cecília	F	41	Londrina (PR)	Solteira	4	Paraná (mãe), Bahia (pai)	Jd. São Marcos (zona sul)	Ensino Fundamental incompleto	Foi operadora de máquinas e doméstica. Atualmente é do lar.
Diego	M	39	Distrito de Paiquerê, Londrina (PR)	Casado	2	Bahia	Jd. São Marcos (zona sul)	Ensino Fundamental incompleto	Pedreiro
Henrique	M	36	Londrina (PR)	Casado	2	Paraná (mãe) São Paulo (pai)	Jd. São Marcos (zona sul)	Ensino Médio completo	Eletricista
Sônia	F	43	Cornélio Procópio (PR)	Casada	6	Minas Gerais	Jd. São Marcos (zona sul)	Ensino Fundamental Incompleto	Foi doméstica e auxiliar de serviços gerais. Atualmente desempregada
Janaina	F	32	Londrina (PR)	Solteira	4	Paraná (mãe), Bahia (pai)	Jd. São Marcos (zona sul)	Ensino Fundamental Incompleto	Auxiliar de serviços gerais, doméstica, pedreira e atualmente é do lar
Gabriel	M	27	Rio Preto (SP)	Solteiro	0	São Paulo (mãe), Minas Gerais (pai)	Jd. Bela Vista (zona central)	Ensino Superior: Mestre em Educação Física	Educador Físico Professor Universitário
Alexandre	M	28	Salvador (BA)	Solteiro	0	Bahia	Jd. das Américas (zona oeste)	Ensino Médio incompleto	Educador Social
Luíza	F	55	São Sebastião da Amoreira (PR)	Separada	1	Minas Gerais	Jd. Santa Rita (zona oeste)	Ensino Superior: Letras	Funcionária Pública: Educadora e Gestora Pública
Daniel	M	26	Londrina (PR)	Casado	0	Paraná	Centro	Ensino Superior: Direito e Filosofia	Advogado e empresário
Rita	F	53	Congonhas (PR)	Solteira	1	Minas Gerais	Jd. Claudia (zona sul)	Ensino Superior: Biblioteconomia	Funcionária Pública: Editora
Claudia	F	43	Uraí (PR)	Viúva	1	Paraná (mãe), Minas Gerais (pai)	Jd. Maringá (centro-oeste)	Ensino Superior: Educação Física e Jornalismo	Atleta
Jonas	M	51	Andaraí (BA)	Solteiro	2	Bahia	Jd. Lima Azevedo (Região	Ensino Superior: Pedagogia	Funcionário Público: Policial

							Central)		Federal. Atualmente aposentado.
Vagner	M	60	Natal (RN)	Casado	3	Rio Grande do Norte (mãe), Ceará (pai)	Centro	Ensino Superior: Geografia	Professor Universitário. Aposentado
Vitória	F	65	Jacarezinho (PR)	Solteira	0	Minas Gerais	Vila Rodrigues (zona central)	Ensino Médio completo	Do Lar
Lidia	F	73	Simão Dias (SE)	Separada	3	Sergipe	Vila Rodrigues (zona central)	Ensino Médio Incompleto	Merendeira
Hugo	M	81	Itambé (SP)	Viúvo	7	São Paulo	Jd. Santa Rita (zona oeste)	Não Alfabetizado	Lavrador, servente de pedreiro e ferreiro. Atualmente aposentado
Jorge	M	41	Londrina (PR)	Casado	3	Minas Gerais	Jd. Leonor (zona oeste)	Ensino Superior incompleto: Educação Física	Funcionário Público: Técnico Administrativo
Lucas	M	19	Londrina (PR)	Solteiro	0	Londrina (PR)	Vila Santa Rita V (zona oeste)	Ensino Médio completo	Mecânico Industrial
Mara	F	60	Cambará (PR)	Viúva	6	Minas Gerais	Jd. Santa Rita (zona oeste)	Ensino Fundamental incompleto	Serviços Gerais. Atualmente aposentada
Dora	F	43	Londrina (PR)	Casada	2	São Paulo (mãe), Bahia (pai)	Jd. Santa Rita V (zona oeste)	Ensino Médio completo	Agente Educacional I/Auxiliar de serviços gerais
Sueli	F	67	Pilar (AL)	Casada	4	Alagoas	Jd. Leonor (zona oeste)	Ensino Fundamental incompleto	Domestica
Marina	F	37	Arapongas (PR)	Casada	3	São Paulo (mãe), Paraná (pai)	Jd. Leste Oeste (zona oeste)	Ensino Fundamental incompleto	Domestica e Cabeleireira
Fábio	M	31	Londrina (PR)	Solteiro	2	Paraná (avós)	Cj. Santiago (zona oeste)	Ensino Médio incompleto	Metalúrgico
Inês	F	43	Bandeirantes (PR)	Casada	2	Minas Gerais	Jd. Santa Rita II	Ensino Médio	Técnico em Administrativo

							(zona oeste)	completo	o.
Vanessa	F	68	(MG)	Casada	4	Minas Gerais	Jd. Leste Oeste (zona oeste)	Ensino Médio incompleto	Zeladora
Joaquim	M	67	Jacobi (BA)	Casado	4	Bahia	Jd. Santa Rita VI (zona oeste)	Fundamental incompleto	Const. Civil
Clarice	F	54	Presidente Bernardes (SP)	Casada	4	Ceará (mãe) Minas Gerais (pai)	Jd. Maria Lúcia (zona oeste)	Ensino Superior: Pedagogia	Agente Educacional I
Osvaldo	M	68	Coroados (SP)	Viúvo	4	São Paulo	—	Ensino Superior: Direito	Advogado e Economista
Rosa	F	65	Assaí (PR)	Casada	4	Piauí (mãe), Bahia (pai)	Cj. Ernani Moura Lima (zona leste)	Ensino Médio completo	Funcionária pública e auxiliar de enfermagem. Atualmente aposentada.
Marisol	F	50	Colorado (PR)	Solteira	3	São Paulo	Jd. Marabá (zona leste)	Ensino Fundamental incompleto	Zeladora
Ronaldo	M	39	Londrina (PR)	Casado	4	Paraná	Cj. Ernani Moura Lima (zona leste)	Ensino Médio completo	Técnico em Enfermagem
Micheli	F	29	Londrina (PR)	Casada	2	Santa Catarina (mãe), Paraná (pai)	Cj. Maria Cecília (zona norte)	Ensino Superior incompleto: Enfermagem	Funcionária pública: zeladora
Gregório	M	75	Juramento (MG)	Casado	4	Minas Gerais	Jd. Santa Rita (zona oeste)	Ensino Fundamental incompleto	Carpinteiro e lavrador. Atualmente aposentado
Sandra	F	54	Vila Santo Antônio do Itambé (MG)	Casada	3	Minas Gerais	Jd. Santa Rita (zona oeste)	Ensino Fundamental incompleto	Doméstica e zeladora. Atualmente aposentada
Patrícia	F	38	Londrina (PR)	Casada	1	Minas Gerais	Cj. Ernani Moura Lima (zona leste)	Ensino Fundamental completo	Do Lar
Ligia	F	48	Mandaguari (PR)	Solteira	0	Rio de Janeiro	Cj. Ernani Moura Lima (zona leste)	Ensino Superior: Enfermagem	Enfermeira

Eliane	F	70	Juramento Velho (MG)	Casada	4	Minas Gerais	Jd. Santa Rita (zona oeste)	Ensino Fundamental incompleto	Doméstica
Joana	F	58	Londrina (PR)	Separada	8	São Paulo	Vila Brasil (zona central)	Ensino Fundamental incompleto	Doméstica
Adriana	F	51	Santa Mariana (PR)	Divorciada	4	Bahia	Jd. União da Vitória (zona sul)	Ensino Fundamental Incompleto	Servente
Andreia	F	36	Corrente (PI)	Solteira	8	Piauí	Jd. União da Vitória (zona sul)	Ensino Fundamental Incompleto	Auxiliar de Serviços Gerais
Jeferson	M	37	Londrina (PR)	Casado	2	Minas Gerais (mãe), São Paulo (pai)	Jd. União da Vitória (zona sul)	Ensino Médio Incompleto	Pintor
Tânia	F	65	(GO)	Desquitada	8	Goiás	Jd. União da Vitória (zona sul)	Ensino Fundamental Incompleto	Doméstica
Eduardo	M	33	Londrina (PR)	Solteiro	0	Paraná (mãe), Minas Gerais (pai)	Jd. União da Vitória (zona sul)	Ensino Médio completo	Motorista
Cátia	F	51	(PR)	Solteira	3	Bahia (mãe), São Paulo (pai)	Jd. União da Vitória (zona sul)	Ensino Fundamental Incompleto	Doméstica
Luzia	F	44	Ubiratã (PR)	Solteira	6	São Paulo (mãe), Minas Gerais (pai)	Jd. União da Vitória (zona sul)	Ensino Médio Incompleto	Auxiliar de serviços gerais
Marcelo	M	34	Tamarana (PR)	Casado	4	Paraná (mãe), São Paulo (pai)	Jd. União da Vitória (zona sul)	Ensino Fundamental Incompleto	Pedreiro
Helenice	F	49	Arapongas (PR)	Casada	4	Minas Gerais	Jd. União da Vitória (zona sul)	Ensino Médio Incompleto	Garçonete
Leonardo	M	30	Tamarana (PR)	Casado	1	Minas Gerais (mãe), São	Jd. União da Vitória (zona	Ensino Médio Incompleto	Auxiliar de laboratório

						Paulo (pai)	sul)		
Fernando	M	23	Londrina (PR)	Solteiro	0	Paraná	Jd. União da Vitória (zona sul)	Ensino Superior incompleto: Ciências Sociais	—
Ana Paula	F	—	Londrina (PR)	Solteira	2	Bahia (mãe), Paraná (pai)	Jd. Maria Lúcia (zona oeste)	Ensino Superior incompleto: Jornalismo	—
Leonor	F	49	Mandaguari (PR)	Casada	1	Minas Gerais	Vila Rodrigues (zona central)	—	Cozinheira
Antônio	M	47	Telêmaco Borba (PR)	Casado	1	—	Vila Independência (zona central)	Ensino Médio completo	Trabalha na indústria, encarregado de almoxarifado.
Leandro	M	35	Londrina (PR)	Solteiro	1	São Paulo	—	Ensino Médio incompleto	Tecnico em Informática
Barbara	F	43	Londrina (PR)	Casada	4	—	Vila Santa Terezinha (zona central)	Ensino Fundamental incompleto	Zeladora
Bruno	M	45	Assaí (PR)	Casado	4	—	Vila Santa Terezinha (zona central)	Ensino Fundamental incompleto	Serralheiro
Dalva	F	64	(CE)	Viúva	2	—	Cj. Vivi Xavier (zona norte)	Sem escolaridade	Doméstica
Rodrigo	M	—	Londrina (PR)	Amasiado	0	—	Vila da Fraternidade (zona leste)	Ensino Fundamental incompleto	Arte Educador
Luciana	F	43	(PR)	Solteira	1	—	—	Ensino Superior	Funcionária Pública e Atleta
Ester	F	53	(PR)	Viúva	1	—	—	Ensino Superior	Funcionária Pública
Felipe	M	26	(PR)	Solteiro	2	—	—	Ensino Superior	Funcionário Público
Francisco	M	60	(RN)	Casado	0	—	—	Ensino Superior	Autônomo
Gilson	M	51	(BA)	Casado	3	—	—	Ensino Superior	Funcionário Público

Quadro: Mariana Panta, 2014.

3.5.1. O Que Revelam os Dados da Pesquisa Empírica do LEAFRO

Um primeiro elemento importante a ser observado no quadro geral de entrevistas do LEAFRO, composto por 72 entrevistados, 42 mulheres e 30 homens, refere-se à origem familiar dos participantes da pesquisa. É possível verificar que a maioria deles, mais precisamente, 49, ou 68%, é paranaense, enquanto 23, ou 32%, são provenientes de outros Estados. Contudo, quando observamos a origem dos pais desses entrevistados, muitos dos quais migraram para Londrina trazendo seus filhos pequenos, ou os tiveram na cidade, 33% são mineiros, 30% nordestinos, principalmente da Bahia; 19% do Paraná e Santa Catarina e os 18% restantes dos Estados de São Paulo e Goiás.

Quanto a esse aspecto, é pertinente observar que a maioria dos componentes da amostra tem raízes familiares em Minas Gerais e no Nordeste, regiões de procedência daqueles que formaram as primeiras favelas de Londrina, na década de 1950. Há, inclusive, entrevistas com pessoas que habitaram a então Favela do Grilo, estabelecida em 1955. Apesar de não terem relevância na esfera quantitativa, os dados do LEAFRO corroboram os indicativos de que aquelas famílias negras e pobres que se mudaram para Londrina em busca de oportunidades foram fortemente impulsionadas a se estabelecer nos assentamentos precários, sendo, portanto, suas inauguradoras.

Evidentemente, da década de 1950 para cá, Londrina se transformou, expandiu-se amplamente, e muitos bairros foram sendo criados, dos mais aos menos consolidados economicamente. Estabeleceram-se diversos condomínios fechados, lugares exclusivos para os grupos mais abastados, e também muitos assentamentos precários, destinados à inserção dos mais pobres. Apesar de toda expansão e rearranjos socioespaciais, um padrão não se alterou no decorrer das oito décadas de existência de Londrina: a presença massiva de negros nos territórios mais precários e estigmatizados da cidade.

Vários são os depoimentos, diretos e indiretos⁹⁶, sobre os percursos migratórios de indivíduos e famílias, muitos dos quais, sobretudo os oriundos do Nordeste, vieram nos chamados caminhões “paus-de-arara”, enfrentando longos e difíceis trajetos, com estradas e transportes precários, para chegar ao lugar de destino e recomeçar. Alguns passaram primeiramente por São Paulo e somente após perderem postos de trabalho em

⁹⁶ Os depoimentos diretos referem-se aqueles contados pelos próprios migrantes. Os indiretos aqueles narrados pelos filhos dos migrantes, com base em relatos de seus pais.

decorrência da industrialização ou término de trabalhos temporários, migraram para o Norte do Paraná na tentativa de se inserir no labor nas lavouras. Outros vieram diretamente para o norte paranaense, trazidos por proprietários de terras de suas regiões de origem ou atraídos pelas propagandas da CNTP.

A segregação geográfica de negros nas regiões brasileiras menos desenvolvida levou este grupo social a se colocar em movimento em busca de melhores condições de vida em outras regiões do país. Entretanto, o árduo percurso desse contingente populacional não se encerrou com a sua chegada ao lugar de destino. Ao adentrar a nova sociedade, sobretudo ao tentar se estabelecer na zona urbana, o grupo negro foi posto, novamente, em movimento, porém, sua peregrinação passou a ser intraurbana, isto é, dentro da cidade, numa extensiva luta por moradia. A tendência predominante, observada no quadro de entrevistados, é que essas famílias, a cada mudança, se dirigiam para localidades cada vez mais distantes da região central e das áreas mais valorizadas da cidade, passando a residir, mormente, nos bairros pobres e periféricos, como aqueles vistos no mapa de distribuição da população negra em Londrina.

Ao analisar-se o itinerário urbano de famílias negras em Londrina, até a “última” inserção territorial - focalizando, principalmente, aquelas que haviam conquistado a casa própria, seja por meio das casas populares construídas pela COHAB, seja pela compra de lotes em localidades periféricas, seja, ainda, pela autoprodução da casa própria em ocupações irregulares - é possível observar um exaustivo percurso por elas empreendido dentro da cidade. A maioria das famílias se mudou diversas vezes, residindo, comumente, em imóveis cedidos por terceiros ou mudando-se para bairros cada vez mais pobres atraídos pelas ofertas de baixos aluguéis. No limite, sem acesso ao direito básico de moradia, iniciavam as ocupações irregulares em terrenos públicos ou privados, uma estratégia de sobrevivência na cidade.

Nessa trajetória urbana cheia de percalços, em determinado momento, uma parcela desse grupo social foi contemplada com a casa própria da COHAB. A prioridade na lista de inscritos da companhia de habitação tiveram-na as famílias que estavam residindo em ocupações irregulares formadas em áreas de risco ou de proteção ambiental. Outra parcela, porém, continuou a morar em imóvel alugado em bairros pobres, sem qualquer previsão de ser contemplada. Para muitos deles a espera pela casa própria, construída de modo regular, passou a ser vista como um anseio inalcançável, o

que levou muitos dos entrevistados, sem alternativas, a iniciarem as ocupações irregulares.

Para melhor compreender a dinâmica dos deslocamentos intraurbanos de famílias negras em Londrina, utilizo como exemplo dois casos, entre os diversos explicitados em minha dissertação de mestrado⁹⁷, quando estudei, especificamente, a inserção territorial de famílias negras num assentamento urbano chamado Jd. São Marcos, zona sul, cuja ocupação irregular foi iniciada em 1996. Uma determinada entrevistada, a qual chamamos, no Quadro 5, de Maria Isabel, 48 anos, moradora de Londrina há 38, até a data de realização da entrevista havia mudado oito vezes de bairro, passando por: Jd. do Sol, Vila Casoni, Vila Ipiranga, Cafezal II, Jd. Califórnia, Jd. Europa, Cj. Roseira, Vila Brasil e Jd. São Marcos. Nota-se que a entrevistada cita um considerável número de deslocamentos intraurbanos, o que não representaria problema algum se as suas mudanças não se traduzissem numa degradação da qualidade de vida, dela e da família. Ao observarem-se os últimos deslocamentos de Maria Isabel, empreendidos juntamente com o marido e as três filhas, verifica-se que a família se mudou do Cj. Roseira, conjunto habitacional da zona sul, para a Vila Brasil, que é um bairro bastante próximo do núcleo central. Contudo, devido ao elevado valor do aluguel e agravamento das dificuldades financeiras da família, que a levaram a não mais conseguir continuar a arcar com as despesas de moradia, ela teve como deslocamento mais brusco a mudança da Vila Brasil, região central, para o Jardim São Marcos, assentamento precário situado nas extremidades da zona sul, logo no início de sua ocupação irregular. Em síntese, os deslocamentos intraurbanos dessa família cessaram somente com a sua mudança de um bairro central - que, apesar de estar longe de se constituir como bairro nobre, propiciava, devido à sua localização, o acesso a bens e serviços fundamentais ofertados pela cidade - para um bairro periférico, desprovido de serviços públicos imprescindíveis, de topografia extremamente íngreme e acidentada, portanto, desvalorizada, tanto pelo poder público quanto pelo mercado imobiliário, onde as casas dos primeiros moradores eram de lona, sem água encanada, sem energia elétrica, sem asfalto, em condições insalubres, enfim, sem condições mínimas para uma vida decente.

⁹⁷ Cf. PANTA, Mariana. *População Negra em Londrina: Processos Migratórios, Deslocamentos Espaciais Intra-Urbanos e Segregação*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

O segundo exemplo refere-se ao caso da entrevistada que, no Quadro 5, identificamos como Janaína, 32 anos, nascida em Londrina, mãe de quatro filhos, que mudou de bairro, acompanhadas dos filhos, apenas duas vezes, na seguinte ordem: do Parque das Indústrias para o Cj. São Lourenço e desse para o Jd. São Marcos. Apesar da restrita quantidade de mudanças, a ocupação de cada um desses territórios evidencia não apenas uma trajetória de moradia permanente em periferias pobres, mas também o movimento de deslocamento para localidades cada vez mais precárias, que se finda com a aquisição de uma casa própria num assentamento urbano irregular.

Esses dois casos, apesar de representarem vivências específicas de duas mulheres negras e suas respectivas famílias, nos ajudam a compreender as condições sociais que constituem o grupo do qual essas mulheres fazem parte, bem como a refletir sobre as opressões que atingem em níveis estruturais os negros pobres, no que se refere ao direito à cidade. Se fôssemos mais afundo, incorporando ao debate não apenas a questão da raça, mas também de gênero, refletindo sobre as opressões que impactam a vida de mulheres negras, pobres, moradoras de bairros periféricos estigmatizados e que chefiam sozinhas suas famílias - 50% das que compõem o quadro de entrevistas do LEAFRO - o debate seria ainda mais extenso e complexo. Mas, restringindo, por ora, o debate aos deslocamentos intraurbanos de famílias negras pobres, constatamos que a experiência dos deslocamentos utilizados como exemplo, que se assemelham ao itinerário urbano de tantos outros chefes de família entrevistados, residentes em diferentes regiões da cidade, serve para ilustrar que, independentemente dessas famílias negras se deslocarem muitas (como é o caso da entrevistada Maria Isabel) ou poucas vezes (como é o caso da entrevistada Janaína), o movimento é sempre rumo a localidades mais distantes das áreas mais valorizadas da cidade. E, quando há uma iniciativa para superar essas barreiras e residir numa área mais bem equipada, como ocorreu com a família de Maria Isabel, logo outro deslocamento acontece e ela é, novamente, impelida para a margem. No caso das famílias que hoje habitam os assentamentos urbanos iniciados de forma irregular, nota-se que esse ciclo se repete. O itinerário urbano por elas percorrido foi extensivo, degradante; todas acabaram por ter o mesmo destino: a fixação num território segregado e instável não apenas por ser a área irregular e nascer com estigmas, intensificados no decorrer de sua expansão, mas também pelo acesso restrito aos serviços públicos fundamentais. Ficam essas famílias

também mais expostas a sofrer as mais diversas formas de violência, destacando-se as relacionadas à dinâmica do tráfico de drogas e à polícia.

Em análise empreendida pelo geógrafo Milton Santos (1987), ficou demonstrado como, no Brasil, as pessoas mudam cada vez mais de lugar no decorrer da vida, deslocando-se, geralmente, por imposição das circunstâncias, ou seja, de modo forçado. Isso porque muitas delas, como é o caso da maioria dos entrevistados, se deparam com diversos mecanismos que as impedem de permanecer nos bairros mais bem servidos de infraestrutura. No caso da entrevistada Maria Isabel, já mencionada como exemplo, em sua retirada de um bairro popular periférico, o Cj. Roseira, para um bairro mais próximo ao centro, a Vila Brasil, mas que logo teve de retornar com sua família para a periferia, e, dessa vez, para uma moradia ainda mais precária do que todas aquelas que havia habitado anteriormente. E foi nessa localidade, inaugurada de forma irregular, que a família, finalmente, teve acesso à casa própria e se fixou de modo permanente.

Para Santos (1987), quando uma parcela da população não tem condições de se retirar do bairro precário no qual reside, ela é obrigada a permanecer nessa localidade destituída de direitos fundamentais, tornando-se refém de serviços de alto custo que contribuem para a intensificação de sua condição de pobreza. Como exemplo, podemos mencionar uma fala recorrente nos depoimentos de entrevistados e relacionada ao abastecimento da despensa. Muitos moradores da periferia, especialmente os que dependem de transporte coletivo - a maioria - não têm condições de se deslocar pela cidade e percorrer os grandes estabelecimentos em busca de promoções. Resta-lhes, então, realizar suas compras em estabelecimentos mais próximos de suas residências, onde os preços são, geralmente, menos competitivos que os praticados nos super e hipermercados. Ademais, a variedade dos produtos é bem reduzida nos estabelecimentos dos bairros, em muitos casos, eles vendem apenas as marcas mais famosas, não dispendo das paralelas cujos preços são mais acessíveis, fato que leva esses moradores a gastarem mais.

Na perspectiva de Santos (1987: 44), fatores como esses contribuem para aumentar a pobreza desses grupos sociais, reduzindo, conseqüentemente, ainda mais as suas chances de mudança para bairros de melhor infraestrutura. Para o autor, essa dinâmica urbana contribui para o empobrecimento desses grupos e a essa situação

escapam somente aqueles que conseguirem: uma mobilidade social ascendente; se mudar para outro bairro, onde com o mesmo rendimento consigam dispor de serviços essenciais; ou mobilidade geográfica, que consiste em se mudar para outra cidade onde o custo de vida seja mais baixo.

Aqueles que não conseguem ascender socialmente, nem se manter em um bairro de melhor infraestrutura com o mesmo rendimento, tampouco mudar de cidade, são, com muita probabilidade, submetidos a um processo denominado por Santos de *evolução inversa*, que pode se delinear de duas formas: “seja quando um indivíduo muda para um bairro onde as condições de vida são ainda menos boas ou quando, no seu próprio bairro, vê as suas condições piorarem” (SANTOS, 1987: 85). A evolução inversa é constatada na maioria das trajetórias das famílias negras entrevistadas, sobretudo no que concerne a primeira definição descrita pelo autor, relativa à mudança para bairros onde as condições de vida são mais precárias. O que constatamos, enfim, é um repetitivo ciclo de deslocamento de famílias negras para localidades cada vez mais distantes do centro e pobres, que efetiva a segregação urbana com expressiva marca racial.

Muitos dos assentamentos urbanos, ocupados irregularmente, onde a população negra tem presença massiva, passaram, ou passam, por um processo de regularização fundiária. São casos em que o poder público habilita a COHAB a conceder e a registrar a escritura permanente de lotes ou unidades habitacionais, mesmo que financiados, aos ocupantes ou possíveis compradores de unidades habitacionais construídas em assentamentos. Entre os entrevistados, havia aqueles que estavam há muitos anos inscritos na lista da COHAB a espera de serem contemplados com a casa própria em algum conjunto habitacional de Londrina. Todavia, pela urgência de se instalar, quando as despesas do aluguel ficaram acima das possibilidades, a mudança para assentamentos precários passou a ser a única opção, melhor dizendo, a principal face da falta de opção. No processo de regularização fundiária, entrevistados residentes em assentamentos relataram terem tido que optar entre garantir o lote que ocupavam no assentamento ou permanecer na lista de inscritos da COHAB, com prazo indeterminado de espera. Diante da necessidade de se instalar, a maioria dos ocupantes dos assentamentos acabou por desistir de manter a inscrição preferindo assegurar a propriedade do lote, ou unidade habitacional, na ocupação. Em outros termos, era preciso abdicar da inscrição na COHAB pelo direito de propriedade no assentamento.

A regularização fundiária é uma política importante, pois é através dela que as ocupações irregulares passam a ser vistas como existentes, no âmbito oficial, garantindo aos moradores dessas localidades a propriedade do pedaço de terra que ocupam, entendida pelos moradores como uma valorosa conquista. Afinal, trata-se de uma medida que lhes assegura a permanência na localidade sem o tormento da possibilidade de serem removidos a qualquer momento e de retornarem à situação de desalento que enfrentaram ao iniciar a ocupação; garante-lhes um endereço cadastrado reconhecido, evitando também que terceiros possam se apropriar do terreno duramente conquistado, quando o território começa a apresentar alguma melhoria; lhes garante, outrossim, a implementação de alguns serviços urbanos essenciais, como asfaltamento, acesso à água encanada, rede elétrica, telefonia, saneamento, entre outros serviços básicos.

Apesar da disponibilidade de serviços imprescindíveis à sobrevivência, a obtenção do título do lote não se traduz na obtenção de vários outros direitos igualmente importantes. A regularização fundiária poderia se configurar como mecanismo efetivo de integração socioespacial de grupos privados do direito à moradia, se viesse acompanhada da implementação de outras políticas sociais eficazes, mas muitas vezes acaba por se constituir como um instrumento que consolida a dinâmica da segregação. Habitações precárias, em localidades mal-servidas de infraestrutura, em terrenos desvalorizados e destituídos de serviços públicos fundamentais, se consolidam com o consentimento do poder público, que, muitas vezes, regulariza essas áreas em condições impróprias para uma vida digna e não propicia melhorias que sejam, de fato, significativas no decorrer de sua expansão. Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que o poder público promove a regularização de assentamentos precários, supostamente agindo a favor dos interesses coletivos e das reivindicações dos moradores, ao efetivar essa política destituída de outras políticas públicas essenciais, assentando cada vez mais pessoas em áreas que nascem e se desenvolvem em condições subnormais, solidifica articulações cada vez mais estreitas com os grupos dominantes, afastando e confinando os indesejados da cidade “em seu devido lugar”.

As famílias moradoras das periferias pobres, em geral, enfrentam diversas dificuldades cotidianamente. Essas adversidades, porém, são muitas vezes intensificadas quando consideramos a realidade social dos habitantes dos assentamentos, que vão desde a precária estrutura das residências, geralmente fruto de autoconstrução, ou seja, da edificação pelos próprios moradores, em alguns casos, com ajuda de pastorais de

igrejas e mutirões, até os estigmas que lhes são atribuídos, sobretudo relacionados à marginalidade e seus múltiplos adjetivos (localização à margem, pobreza, vagabundagem, violência, delinquência). Nas entrevistas qualitativas avultam depoimentos de assentados referente a como moradores de Londrina se expressam sobre os territórios dos assentados; em geral, muito depreciativamente. No caso das ocupações irregulares, estas são estigmatizadas não apenas pelos grupos pertencentes aos estratos de renda mais elevados, mas também pelos moradores de bairros vizinhos, como os dos conjuntos habitacionais e loteamentos populares periféricos. Esses, frequentemente se referem aos assentamentos como “buraco”, devido ao acentuado declive dos terrenos nos quais se instala a maioria das ocupações, e como o reduto de delinquentes e bandidos, reforçando, assim, a discriminação desses territórios e de seus moradores.

A ocupação irregular do solo é, certamente, um importante fator intensificador dos estigmas atribuídos aos lugares onde os negros estão super-representados. Entretanto, pelo que tudo indica, esse não é o principal fator de discriminação daqueles que lá habitam. Há anos, em Londrina, discute-se, por exemplo, sobre ilegalidades constatadas em relação ao uso do solo por proprietários de mansões situadas às margens do Lago Igapó, que não respeitam a legislação referente ao distanciamento mínimo, no caso, de suas mansões do Lago, impactando negativamente a região. As empresas e mansões que, constantemente, invadem de modo irregular áreas de preservação ambiental e áreas públicas, porém, não sofrem qualquer qualificação negativa. A questão central, então, não é a situação de irregularidade, em si, mas quem a comete. Justamente por isso, os estigmas não diminuem quando os assentamentos são regularizados. Tampouco deixam de ser atribuídos aos conjuntos habitacionais periféricos, que, apesar de serem criados de forma regular, pelo próprio poder público, concentram um número expressivo de pobres e negros, sendo, em decorrência, discriminados também seus territórios.

Outro ponto que convém mencionar, devido à quantidade de depoimentos sobre o problema que afeta a vida de pessoas mais velhas, sobretudo daquelas com problemas de saúde, é o longo e acentuado declive das localidades onde se instalam os assentamentos. Nos locais onde o serviço de transporte coletivo não funciona de modo efetivo, a mobilidade urbana dessas pessoas fica bastante limitada, uma vez que elas nem sempre conseguem enfrentar as ladeiras e chegar até os bairros vizinhos onde há mais opções de transporte público, como fazem os mais jovens. Ainda assim, apesar de

todas as dificuldades enfrentadas, a maioria dos chefes de família entrevistados mostra-se satisfeita com a moradia, mas precisamente, aliviada por se ver livre do aluguel. No decorrer das entrevistas, os entrevistados demonstram, em sua maioria, estar contentes não somente com a conquista da moradia, mas também com os fortes laços de amizade e solidariedade estabelecidos com vizinhos que vivenciaram situações semelhantes às suas, fato observado na maioria dos depoimentos. Entretanto, não raramente, esses mesmos moradores que se dizem contentes com o território e residência nos quais habitam, em determinados momentos, expressam a vontade de viver em outro lugar, nos quais sejam livres de estigmas, preconceitos e discriminações e menos vulneráveis às violências, tanto as provenientes do tráfico de drogas, quanto as praticadas pelo próprio Estado, por ação da polícia. Mesmo porque, os estigmas com que são marcados seus locais de moradia impactam as mais diversas dimensões da vida social, desde a conquista de um emprego, até o estabelecimento de relações afetivas. Muitos são os relatos sobre perdas de oportunidades de trabalho devido aos estigmas dos seus territórios, fato que levou muitos dos entrevistados a dar endereço não-correto para não perder a chance do emprego. O desejo de mudança é expresso de modo explícito ou implícito, porém, a maioria reconhece os limites entre querer e, de fato, conseguir se estabelecer numa localidade com melhor infraestrutura, uma vez que a situação de pobreza raramente é superada. Esses moradores, entretanto, se unem, se articulam e lutam por melhorias em seus territórios, tanto com reivindicações junto ao poder público, quanto por meio de ações coletivas, que fazem toda a diferença nas benfeitorias conquistadas.

Em síntese, ao analisar o material empírico coletado no decorrer de seis anos por pesquisadores e acadêmicos do LEAFRO, mais especificamente o eixo temático que trata da trajetória de pessoas negras na cidade, pudemos constatar as inúmeras dificuldades por elas enfrentadas, sobretudo no que se refere à inserção e permanência em bairros de melhor infraestrutura, bem como um movimento constante para localidades cada vez mais periféricas e precárias. A maioria dos entrevistados, no decorrer de praticamente toda a trajetória de vida, esteve à margem da sociedade, em acentuada situação de pobreza, fato que levou muitos deles a ocupar as extremidades da cidade, desprovidas de recursos mínimos para uma vida menos desafortunada. Aqueles que, em algum momento, conseguiram ultrapassar essas barreiras e residir em territórios um pouco mais consolidados economicamente, ainda que pagando aluguel, logo foram

novamente impelidos para as margens, situação que ilustra empiricamente a dinâmica da evolução inversa teorizada por Milton Santos.

Por fim, embora não seja o foco deste trabalho, convém ao menos mencionar a situação dos negros que ascenderam socialmente e passaram a residir em territórios bem localizados e consolidados com maior poder aquisitivo, onde sua presença é ínfima. Antes, vejamos o que diz Milton Santos acerca do valor atribuído ao indivíduo conforme o lugar que ele ocupa:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independente de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto de território onde ele está. Enquanto um lugar vem a ser a condição de pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhes faltam (SANTOS: 1987: 81):

Por esses dizeres, é possível compreender que os negros residentes em territórios mais valorizados têm, evidentemente, melhores oportunidades que os negros moradores de territórios pobres. É preciso considerar, porém, que, não obstante de poderem desfrutar de maior comodidade e melhores serviços, eles tendem a sofrer cotidianamente discriminação racial nesses espaços. É como se estivessem fora do lugar que lhes foi destinado: as periferias pobres. Nesse caso, torna-se evidente que a conquista de melhores posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social, que podem propiciar melhores condições de moradia, não torna o negro integrante pleno do estrato social dominante, tampouco o isenta o de continuar a sofrer discriminações de cunho racial. Pelo contrário, diversamente do negro pobre que, por vezes, se questiona se a discriminação sofrida é por causa de sua condição de classe ou de raça, os negros pertencentes aos estratos de maior renda não têm chances de ter dúvidas. Nesses espaços, eles têm menos possibilidade de cultivar a sociabilidade que os negros das periferias pobres, que, embora tenham de enfrentar todas as agruras da pobreza, tem a vantagem de compartilhar a vida com seus iguais. Aspectos referentes às discriminações de negros que habitam territórios em que o poder aquisitivo é maior, com resultados similares, podem ser observados, de modo mais consistente, nos

trabalhos desenvolvidos por: Silva (2006), que, ao tratar da segregação urbana e racial em São Paulo, dedica um tópico de sua produção à discussão sobre as condições dos negros que residem nas regiões mais favorecidas economicamente⁹⁸; e por Souza (2013), que dedica um capítulo de sua dissertação de mestrado sobre sociabilidade e racismo em Londrina à análise da sociabilidade dos negros residentes em territórios mais consolidados de Londrina⁹⁹.

Sintetizando Ideias

Para encerrar este capítulo, diante do que foi explicitado até aqui, com base em estudos teóricos e empíricos, é possível compreender que os mecanismos que operam na produção da segregação urbana da população negra em Londrina são múltiplos e correlacionados, visto envolverem questões econômicas, sociais, raciais, políticas e culturais. Com o intento de não indicar causalidades mecanicistas, faz-se necessário refletir sobre a relação da segregação com os diversos problemas discutidos ao longo do trabalho, tais como: pobreza estrutural da população negra (CAMPOS, 2012); desvantagens intergeracionais dos negros e o ciclo cumulativo de desvantagens (HASENBALG e SILVA, 1988); racismo estrutural ou institucional (WIEVIORKA, 2006); implementação de políticas urbanísticas enraizadas em padrões eugenistas e higienistas intrínsecos às racionalidades da ideologia do branqueamento, isto é, pautados em pressupostos racistas (ROLNIK, 1989; SILVA, 2006). Todos esses fatores estão relacionados à dinâmica capitalista e um dos seus principais pilares: a colonialidade. As estruturas de opressão são plurais, se relacionam e se sustentam mutuamente. Tais fatores, somados a ausência de políticas de redistribuição e de reconhecimento, perpetuam o quadro de injustiças sociais contra os negros, incluindo o direito à cidade.

Sob o prisma da colonialidade, mais especificamente da colonialidade do poder, formulada por Quijano, não é necessário que a questão racial esteja explícita na legislação urbanística, tampouco nos depoimentos dos entrevistados, para que seja reconhecida a sua influência na divisão do espaço urbano. Na perspectiva do teórico peruano, o papel da raça é central, uma vez que ela permeia todas as esferas do poder. Nessa ótica, a segregação da população negra em territórios precarizados, socialmente

⁹⁸ Cf. Silva, 2006, Capítulo 4, intitulado: *Menos Excluídos e Mais Solitários* (págs. 141-172).

⁹⁹ Cf. Souza, 2013, Capítulo 5, intitulado: *Territórios Consolidados: uma sociabilidade fragilizada* (págs. 86-110).

desvalorizados e estigmatizados de Londrina decorre, principalmente, da articulação de processos sociais mais amplos, sendo estes o racismo estrutural tal como constituído no Brasil, o capitalismo, como um modelo universal de exploração social; e as continuidades do colonialismo, na forma de colonialidade, na qual a raça é fator primordial. Compreendemos, assim, que a segregação da população em Londrina não se configura como mero reflexo da concentração dos negros na base da estrutura de classes, mas sim como uma dimensão do racismo estrutural; este, por sua vez, tem como importante suporte a colonialidade do poder.

Conforme afirma Quijano (2002: 1), a colonialidade fundamenta a idéia de raça como padrão universal de classificação e de dominação social, constituindo-se, assim, como um modelo de poder que regula as mais diversas dimensões da vida em sociedade. No plano prático, as hierarquizações sociais, que têm como um de seus principais elementos constitutivos a raça, se traduzem em oportunidades desiguais nas esferas econômica, educacional, trabalhista/ocupacional, cultural, identitária e outras. Desse modo, as elites preservam seus privilégios em virtude da dominação capitalista e colonial, cuja estrutura é racista. Em outros termos, diferentemente do colonialismo histórico, que foi suprimido pela independência ou descolonização (no âmbito territorial) a colonialidade constitui-se como persistência das formas coloniais de dominação. Como afirma Quijano (2010: 84), o colonialismo é mais antigo, no entanto, a colonialidade é mais profunda e duradoura.

Na dimensão urbana, a segregação é controlada e estimulada pelos grupos dominantes em consonância com o Estado que, “como estrutura de autoridade e como forma de dominação coletiva” (QUIJANO, 2002: 2), ao adotar padrões urbanísticos segregacionistas, projetados pelos grupos pertencentes aos mais altos estratos de renda, cumpre a uma orientação que vai empurrando para as zonas mais precárias os segmentos indesejáveis, ou seja, pobres, sobretudo negros. A atuação do Estado no controle da segregação por meio da articulação com os grupos dominantes, levando em consideração as especificidades de cada estudo, é debatida também por Caldeira (2000), Hughes (2004), Marcuse (2004), Vargas (2005), Negri (2008), Villaça (2011), entre outros. Desde o primórdio de Londrina, os grupos sociais dominantes, numa estreita articulação com o Estado, delineiam a constituição de diferentes formas de confinamento negro em espaços segregados que emergem, primeiramente, no formato de vilas populares e prosseguem com a formação de favelas, conjuntos habitacionais

periféricos, loteamentos populares e assentamentos urbanos precários situados nas extremidades da cidade. Esses grupos, posicionados nos mais altos estratos de renda, intervêm vigorosamente na elaboração de políticas urbanas estabelecendo os lugares a serem ocupados por cada grupo social, desencadeando um problema brutal de distribuição espacial, que, quando não confina “os indesejados” nos conjuntos habitacionais e loteamentos populares periféricos, condiciona-os a iniciar ocupações irregulares, que nascem e se expandem em condições subnormais. Desse modo, Londrina, com suas políticas urbanas, contribui para a persistência de padrões segregacionistas que têm como resultado a divisão racial do espaço, caracterizado pela conglomeração dos negros em espaços de invisibilidade, ou de visibilidade hostil, desprovidos de serviços públicos essenciais, onde cidadania é cerceada.

A utilização das entrevistas qualitativas como respaldo foi de suma importância – não somente no tópico no qual explicitamos suas principais nuances, mas em toda construção desse capítulo -, tendo em vista que elas propiciam a compreensão da dinâmica da segregação urbana da população negra “por dentro”, isto é, a partir da perspectiva daqueles que a vivenciam. Trouxeram à tona elementos que incitam a reflexão crítica sobre fatores importantes, tais como a dinâmica da evolução inversa, isto é, a mudança para territórios cada vez mais precários, e os limites da regularização fundiária, que, desacompanhada de outras políticas sociais sedimenta a dinâmica da segregação. Na análise qualitativa dessas trajetórias, torna-se evidente que as barreiras enfrentadas pelos negros transcendem as privações econômicas, uma vez que se exacerbam depoimentos - não expostos nesse capítulo com o intento de não entender demasiadamente a seção - de situações abertamente racistas, experimentadas nas mais importantes esferas da vida social, que lhes inviabiliza o desenvolvimento, que os discrimina¹⁰⁰.

Consequentemente, essas entrevistas nos auxiliam numa interpretação da segregação urbana que não seja universalista, ou seja, que reconheça que a realidade de negros pobres não é a mesma que a de brancos pobres, considerando o entrecruzamento de estruturas de opressões. Nessa perspectiva, a compreensão das desigualdades sociais e econômicas, bem como a estrutura cultural valorativa que estigmatiza fortemente determinados grupos sociais, como é o caso do negro, que induzem e perseveram a

¹⁰⁰ Cf. SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana. (Orgs.). *Território e Segregação Urbana: 'o lugar' da população negra na cidade*. Londrina: UEL, 2014.

segregação desse grupo social na cidade, não pode ser compreendida sem se levar em consideração um dos seus elementos fundamentais: o racismo, que coloca o negro num posição de subalternidade muito mais difícil de ser superada.

As entrevistas do acervo do LEAFRO, desde trabalhos precedentes, que delas fizeram uso, vêm contribuindo de modo significativo tanto para a construção da história de Londrina sob outros prismas, quanto para o desvelamento das características do processo de segregação urbana da população negra na cidade. Ao priorizar o diálogo com pessoas negras que morassem em Londrina há mais de 30 anos, foi possível ter acesso às especificidades dos processos migratórios de famílias negras para Londrina, sobretudo entre as décadas de 1940-1980; à inserção territorial de migrantes recém-chegados; à formação das primeiras habitações precárias da cidade; às amplas jornadas de trabalho em todas as etapas do café, no último dos seus ciclos, antes da industrialização (derrubada de matas, labor nas lavouras e carreamento de sacas do produto); enfim, um conjunto de informações até então pouco abordadas, ou mesmo inexistentes nos escritos sobre a cidade. Esse material abarcou, no entanto, em menores proporções, as condições de vida de gerações subsequentes daqueles que migraram para Londrina num contexto anterior, ou seja, os problemas que afligem a vida da população negra na ótica de sujeitos mais jovens, inseridos nas dinâmicas urbanas atuais, o que nos levou a complementar o material empírico. Somou-se a isso nosso interesse por dois bairros específicos de Londrina, sobre os quais discorreremos a seguir.

Essas entrevistas qualitativas realizadas no âmbito do projeto LEAFRO também facultaram definir os três eixos centrais sobre o qual trataremos no último capítulo, e que, nessas entrevistas, apareceram como principais interfaces da segregação: os estigmas territoriais, a discriminação racial e as violências. Esses eixos serão debatidos sob o prisma de pessoas negras por mim entrevistadas em 2017, tendo como base suas subjetividades, próprias percepções e narrativas.

* * *

CAPÍTULO IV

TRAJETÓRIAS NEGRAS EM TERRITÓRIOS SEGREGADOS: Estigmas, Violências e Estratégias de Enfrentamento

Após emprendermos a discussão acerca dos mecanismos que operam na produção da segregação da população negra em Londrina, dedicamos o quarto capítulo à elucidação de alguns impactos desse fenômeno sobre a vida de pessoas negras que o vivencia. Com base na literatura e também na experiência acumulada com pesquisas empíricas precedentes, partimos do pressuposto de que as consequências mais perversas da segregação desse grupo social decorrem da relação constituída pela conexão regular de três elementos fundamentais: a *discriminação racial*, os *estigmas territoriais* e as *violências*, em suas mais variadas configurações.

No intento de aprofundar essas questões, mais precisamente, de compreender o modo como residir em territórios segregados, estigmatizados e marcados por incessantes designações depreciativas pode impactar pessoas negras no que diz respeito às suas subjetividades, sobretudo na ótica de sujeitos mais jovens¹⁰¹, realizei, em 2017, a investigação empírica alicerçada em entrevistas qualitativas, semiestruturadas. Seguindo os princípios epistemológicos da *ecologia de saberes*, que tem como principal expoente Boaventura de Sousa Santos - tendo como cerne o diálogo horizontal entre diferentes formas de saberes - trazemos à tona experiências cotidianas contadas por pessoas negras com base em suas próprias percepções.

Protagonizam essa construção dez entrevistados, cinco moradores e ex-moradores do Jardim União da Vitória, assentamento urbano situado na zona sul de Londrina, e cinco moradores do Residencial Vista Bela, conjunto habitacional localizado na zona norte da cidade. Foram muitos os motivos que me levaram à escolha do Jd. União da Vitória e do Res. Vista Bela, entre os principais: a elevada concentração de negros; a posição espacial desses territórios, mais especificamente, a localização nas extremidades da cidade; e as representações sociais depreciativas relacionadas a esses

¹⁰¹ Embora não tenhamos, nesse trabalho, considerado a juventude como uma categoria específica de análise - mesmo porque existem controvérsias sobre a idade limite para ser considerado jovem, podendo os entrevistados de 35 anos não serem assim considerados, dependendo da classificação - convém assinalar que os jovens negros são as maiores vítimas da violência no Brasil, principalmente letal. Cf. CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da Violência*. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP, 2017. WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012. WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil*. FLACSO: Brasil, 2016.

territórios e aqueles que neles residem, ideia amplamente reforçada pelos veículos locais de comunicação, sobretudo pelo jornalismo policial.

Quanto aos entrevistados que compõe essa pesquisa, os da zona sul foram contatados através de indicações da coordenação da sede do Viva Vida do Jd. União da Vitória, projeto social destinado ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Dois são ex-educandos do Viva Vida e os três restantes são moradores e ex-moradores conhecidos pela equipe do referido projeto. No caso do Jd. União da Vitória, entrevistas com ex-moradores não foram descartadas, tendo em vista o caráter dinâmico de chegada e retiradas de famílias das áreas menos estruturadas do bairro, como é o caso das ocupações irregulares mais recentes. Também, devido ao forte vínculo que alguns ex-moradores ainda possuem com o território. Os entrevistados da zona norte foram contatados através de diálogos que estabeleci com um morador do Residencial Vista Bela, a quem chamamos de Everton (pseudônimo), também entrevistado. Ele é bastante conhecido na região por desempenhar diversas atividades de cunho social e cultural voltadas à comunidade. Também, em alguns casos, os próprios entrevistados, após concederem a entrevista e receberem informações sobre os objetivos do estudo, acabavam por indicar outros moradores.

Os entrevistados, que têm entre 18 e 35 anos de idade, possuem trajetórias de vida bastante diversificadas. O roteiro de entrevista abarcou indagações relativas às trajetórias: familiar, educacional, no trabalho, na cidade e à questão racial. O enfoque central, todavia, incidiu sobre o cotidiano no bairro, os estigmas territoriais e as violências, com base em suas próprias experiências e percepções. As entrevistas semiestruturadas, embora exijam do pesquisador o seguimento de um conjunto de questões previamente definidas, propicia um diálogo com o entrevistado que se assemelha a uma conversa informal, portanto, maior proximidade. Essa técnica permite que o entrevistado se sinta mais confortável frente às questões e, conseqüentemente, favorece a abordagem de assuntos mais delicados e uma compreensão mais ampla dos assuntos de interesse da pesquisa.

Cada trajetória foi exposta separadamente com o intento de preservar o “ponto de partida” de cada um, mais precisamente, de contextualizar suas narrativas e, conseqüentemente, as peculiaridades de suas interpretações, perspectivas e atitudes. Essas falas, além de se constituírem como uma partilha de parte da trajetória de vida

desses sujeitos, circunscrita ao território no qual estão, ou estiveram inseridos, contribuem para demonstrar, no âmbito prático, os abusos das instituições encarregadas do controle do espaço urbano e da violência.

Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra, mas acabaram expostas apenas as experiências que consideramos mais relevantes conforme os objetivos da pesquisa. Seguindo as contribuições teóricas de Paul Thompson (1992: 293-297), com o intento de tornar a leitura mais fluente e esquivar-se da deturpação que pode ocorrer quando a narrativa, tal como falada, é enquadrada na disciplina da prosa escrita, foram removidos dos depoimentos dos entrevistados as hesitações perturbadoras e falsos começos de frases. Todavia, a gramática informal, as gírias, a ordenação das palavras e até mesmo vícios de linguagem, como “né?”, “ok?”, “tá certo?”, entre outros, foram preservados com o intuito de não descaracterizar ou mesmo deteriorar a narrativa original, tornando-a irreconhecível após transcrição, ou, o que é ainda mais grave, dar a narrativa um sentido que não era a intenção do falante. Sendo assim, buscamos preservar o texto escrito o mais fiel possível à narrativa original.

Todos os entrevistados, após esclarecimento sobre a proposta do estudo e sobre os conteúdos da entrevista, assinaram o Termo de Consentimento Esclarecido autorizando ou não sua identificação. Em todos os casos fizemos o uso de pseudônimos com vistas a preservar a identidade dos entrevistados.

Quadro 6. Características gerais dos entrevistados do Jd. União da Vitória e do Res. Vista Bela

Identificação	Sexo	Idade	Cidade/Estado	Estado Civil	Filhos	Estado de origem dos pais	Bairro	Escolaridade	Trabalho/Ocupação
Anderson	M	22	Londrina (PR)	Solteiro	0	Paraná (mãe) Minas Gerais (pai)	Jd. União da Vitória	Ensino Médio completo e curso profissionalizante (Panificação e Confeitaria)	Confeiteiro
Rafael	M	25	Londrina (PR)	Casado	0	Paraná	Jd. União da Vitória	Ensino Médio incompleto	Educador em projetos sociais
Aline	F	28	Londrina (PR)	Casada	1	Paraná	Jd. União da Vitória	Ensino Fundamental incompleto	Vendedora, trabalhadora na reciclagem e servente de pedreiro. Atualmente desempregada.
Fernando	M	35	São Paulo (SP)	Casado	3	Paraná (mãe) São Paulo (pai)	Jd. União da Vitória	Ensino Médio completo	Comerciante
Isabeli	F	18	Londrina (PR)	Solteira	0	Paraná	Jd. União da Vitória	Cursando o segundo ano do Ensino Médio	Estudante
Everton	M	35	Londrina (PR)	Casado	2	Paraná	Res. Vista Bela	Cursando graduação em biblioteconomia	Empreendedor social e produtor cultural
Diego	M	34	Ilhéus (BA)	Casado	1	Bahia	Res. Vista Bela	Ensino Médio Completo e Curso Técnico em Edificações	Trabalha com Topografia e também é comerciante.
Andressa	F	20	Londrina (PR)	Solteira	0	Paraná	Res. Vista Bela	Está cursando o primeiro ano do Ensino Médio	Cuidadora de idoso
Bruna	F	18	Londrina (PR)	Solteira	0	Paraná	Res. Vista Bela	Está cursando a oitava série do Ensino Fundamental	Estudante
Nicole	F	30	Londrina (PR)	Solteira	2	Paraná	Res. Vista Bela	Ensino Fundamental incompleto	Camareira e garçõnete

Quadro: Mariana Panta, 2017.

4.1. O Jardim União da Vitória

O Jardim União da Vitória, situado nas extremidades da zona sul de Londrina, é o primeiro e mais expressivo assentamento urbano da cidade no que concerne à população e à expansão. Suas primeiras ocupações ocorreram, de modo irregular, em agosto de 1985, com 15 famílias provenientes da zona rural do município e da favela OK, atual Nova Conquista (DORES, 2005: 76-77). É o bairro mais populoso da zona sul, com aproximadamente 16 mil habitantes (SILVA e SANTOS, 2015: 5). No mapa de distribuição da população negra em Londrina (Fig. 16, p. 138), o Jd. União da Vitória aparece entre aqueles com a maior concentração de negros da cidade.

Em 2012, foi instalada, no Jd. União da Vitória, uma Unidade Paraná Seguro (UPS), módulo policial fixo que faz o monitoramento do local. A base atua num contêiner paralelo a Rodovia João Alves da Rocha Loures, que marca a entrada do bairro. Trata-se de um projeto desenvolvido pelo Governo do Paraná que se assemelha às Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio de Janeiro, com a diferença que, no Paraná, não há participação do Exército Brasileiro. Foi a 12ª UPS instalada no Estado, e a segunda no interior. O bairro foi escolhido para ter instalada a UPS devido o elevado índice de crimes a ele associados¹⁰². Houve uma grande operação para a sua instalação envolvendo helicóptero, muitos policiais e cães farejadores; residências revistadas e cumprimentos de mandatos de busca e apreensão em toda área.

O principal objetivo das UPSs, conforme divulgado, era de realizar ações integradas de desenvolvimento urbano e social, controle do crime, sobretudo do tráfico de drogas, e o resgate da cidadania nas áreas que receberam as bases do policiamento. Todavia, como alerta Luiz Antônio Machado da Silva, a simples ideia de que esses espaços precisam de policiamento diário indica que os moradores, em conjunto, são vistos com acentuada desconfiança, tanto pelo restante da população urbana, quanto pelas instituições de manutenção da ordem pública (SILVA, 2010: 4). Além disso, conforme analisam Sabatine e Sierralta (2006: 172), viver em localidades que se constituíram a partir de uma ocupação irregular é, certamente, um fator de identidade negativa, “um primeiro degrau na construção social dos estigmas territoriais”.

¹⁰² Cf. matéria publicada em 10/12/2012 no G1 Paraná: *Segunda UPS do interior do Paraná é instalada em Londrina, no norte*. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/12/segunda-ups-do-interior-do-parana-e-instalada-em-londrina-no-norte.html>. Acesso em: 10/10/2017.

Figura 17. Vista Panorâmica do Jardim União da Vitória



Fonte da Imagem: Agência de Notícias do Paraná. Foto: Arnaldo Alves / ANPr.

Figura 18. Ocupação do Jardim União da Vitória - Instalação da UPS - 2012



Fonte da Imagem: Agência de Notícias do Paraná. Foto: Arnaldo Alves / ANPr.

4.2. O Residencial Vista Bela

O Residencial Vista Bela, situado nos limites da zona norte de Londrina, é reconhecido como uma “minicidade” por ser um dos maiores empreendimentos imobiliários com casas e apartamentos construídos com recursos do Programa “Minha Casa Minha Vida”, do Governo Federal. São 1.272 casas geminadas de 35 m² de área construída e 125 m² de terreno, e 1.440 apartamentos de 42 m². As unidades habitacionais foram entregues pela Prefeitura e COHAB de Londrina em 2011, por isso o bairro não consta no mapa de distribuição da população negra. Mudaram-se para o residencial cerca de 12 mil pessoas, sem qualquer infraestrutura para atendê-las, isto é, sem comércios, escolas, unidade básica de saúde, creches, entre outros serviços fundamentais. Hoje, com uma população de mais de 18 mil habitantes, apesar de alguns avanços, fruto da reivindicação dos moradores, o território segue desassistido pelo poder público.

Dividem o mesmo espaço famílias provenientes de diversas partes da cidade, algumas que adquiriram a habitação sob os critérios de rendimento de até três salários mínimos e financiamento com direito a subsídio do governo; outras foram lá realocadas após remoção de fundos de vale e outros tipos de ocupações irregulares. Destas últimas, algumas resistiram à mudança para o Vista Bela, pois, embora morassem em ocupações precárias, estas, muitas vezes, eram maiores do que as casas que lhes eram ofertadas.

A ausência de políticas públicas, infraestrutura e planejamento demandam significativos gastos para o município, porque, como medida emergencial, firmou-se um contrato com uma empresa de ônibus que diariamente recolhe cerca de mil crianças e as distribui em 23 escolas, medida vigente ainda hoje¹⁰³. Apesar da residência em ocupações irregulares, tais como favelas e assentamentos urbanos, seja, nitidamente, um fator de identidade social negativa, habitações formais, adquiridas através de programas estatais, também podem ser fortemente estigmatizadas (SABATINE e SIERRALTA, 2006: 72). De modo semelhante ao União da Vitória, o Vista Bela é uma localidade estigmatizada e demarcada pela marginalização social, onde os moradores enfrentam dificuldades diversas, dentre as quais se destacam as representações sociais depreciativas, intensificadas pela mídia local, referente à violência e à criminalidade.

¹⁰³ Cf. *Folha de São Paulo*. Minha Casa, Minha Vida ergue 'minicidade' isolada, São Paulo, 21 de out. de 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/73175-minha-casa-minha-vida-ergue-minicidade-isolada.shtml>. Acesso em: 10/10/2017.

Figura 19. Vista Panorâmica do Residencial Vista Bela



Fonte da Imagem: Gazeta do Povo, 12/06/2011.

Figura 20. Residencial Vista Bela



Fonte da Imagem: Folha de Londrina, 09/11/2014.

4.3. Trajetórias, Experiências e Perspectivas no Jardim União da Vitória

❖ Anderson

As pessoas que moram no União da Vitória hoje, são pessoas que já sofreram muito na vida, pessoas que não têm condições financeiras de morar num lugar melhor ou de ter uma condição melhor pra se viver. Tem pessoas que lutam pra criar seus filhos, tem pessoas que moram em rancho, mas são pessoas honestas. [...]. São pessoas trabalhadoras, são pessoas que lutam pra ter algo em sua vida, mas, infelizmente, pelos rendimentos serem muito poucos, não conseguem. Mas são pessoas que respeitam o próximo, são pessoas que fazem de tudo pra ajudar também o próximo, aquele que precisa. São pessoas assim, são seres humanos, são gente (Anderson, 22 anos, 2017).

As narrativas que seguem me foram transmitidas por Anderson, um jovem de 22 anos, solteiro, cuja mãe é oriunda de Assaí, Paraná, e o pai - que estava presente no momento da entrevista, realizada na residência da família - de Paraguaçu, Minas Gerais. Como muitos migrantes negros, os avós paternos de Anderson são naturais de Minas Gerais e migraram para o Norte do Paraná no auge da produção cafeeira em busca de melhores oportunidades. Residiram, no primeiro momento, em Guairacá, distrito de Londrina, e, posteriormente, em Ivaiporã, cidade do norte paranaense. Com os ganhos obtidos através do trabalho nas lavouras, chegaram a comprar um sítio numa área de densa mata. A família empreendeu a derrubada de mata e transformou a área em terra produtiva, onde passou a cultivar o café. Contudo, essa família integra aquele grupo que teve grandes prejuízos após a geada que devastou os cafezais de toda a região, na década de 1970, que eram seu meio de vida. Deixaram, então, a vida no campo e se deslocaram para Londrina em 1973, passando a residir no Parque das Indústrias, zona sul, que hoje está entre os territórios de maior presença negra da cidade.

Anderson nasceu em Londrina, nesse período, seus pais moravam no Parque das Indústrias. Mais tarde a família se mudou para o Jd. das Palmeiras, na zona norte.

Sem condições de se manter pagando aluguel, voltou para o Parque das Indústrias, passando a residir na mesma casa que os avós de Anderson. Sem possibilidades de continuar a morar com os familiares, eles tiveram como única alternativa se mudar para o Jd. União da Vitória 6, que ainda hoje é uma das áreas mais precárias do bairro, permanece irregular, sem asfalto e outros serviços públicos essenciais. Após muitos anos residindo no Jd. União da Vitória, quando a família melhorou um pouco sua situação financeira, se retirou do bairro e voltou a morar no Parque das Indústrias, desta vez, para uma moradia própria. Apesar da mudança de bairro, como Anderson viveu a maior parte de sua trajetória no União da Vitória, preservamos a sua entrevista por compreender que ela nos fornece elementos importantes para a compreensão da realidade local. Segue o seu depoimento sobre a mudança da família para o Jd. União da Vitória:

Eu já nasci morando aqui mesmo, no Parque das Indústrias. Depois a família mudou lá pra zona norte, Jardim das Palmeiras. Ficamos lá cerca de um ano, aproximadamente, um ano e pouquinho. Eu lembro que eu tinha uns três anos de idade, por volta de três anos de idade. E depois a gente voltou pra cá, pro Parque das Indústrias. Inclusive nessa casa, que morava a minha avó e duas famílias, dois tios meus moravam aqui. Aí depois, saindo daqui a gente foi pra casa dos meus outros avós, a gente não tinha casa, então a gente foi morando junto com os meus avós, pais do meu pai. De lá a gente... Aconteceu um contratempo ali e a gente teve que sair da casa, porque não tava tendo mais condições. Era eu, meu pai, minha mãe e a minha irmã, mais o meu vô com a minha vó, então não tinha mais condições. Eu me lembro que a gente precisou sair de lá e a gente não tinha pra onde ir. Eu me recordo, eu era ainda um menino, muito menino, meu pai tinha apenas uma belina, uma belina branca e eu lembro deles, do meu pai e da minha mãe conversando: “E agora, o que é que a gente vai fazer?”. O meu pai falou assim: “Eu vou dar uma volta lá pros lado do União da Vitória. Eu vou ver se eu consigo dar esse carro numa casa lá pra gente sair daqui. Eu vou ver o que eu consigo fazer”. E aí ele saiu, saiu, foi andando, procurando casa, vendo se alguém queria fazer negócio, até que encontrou, lá no União da Vitória 6, lá pra cima, onde não é asfaltado ainda, não é nada, bem lá na invasão, bem lá em cima. Aí eu lembro que ele trocou, trocou a Belina numa data, a data era grande até. Porém, a casa lá era de um cômodo, super apertado. Eu me lembro que tinha a pia do lado esquerdo, uma geladeira, um fogão e um balcão pra fazer divisória de um cômodo. E aí tinha a cama do outro lado, a cama do meu pai, a minha cama, que era, bem

dizer, junta, assim, e a minha irmã dormia com os meus pais. A gente não tinha guarda-roupa, não tinha nada, uma situação bem difícil, as nossas roupas eram guardadas em caixas de papelão, caixas grandes. A casa, quando a gente foi pra lá, não tinha nem banheiro, a gente tinha que fazer as necessidades pra fora de casa. Aí depois, com o passar do tempo, foi construído um banheiro do lado de fora. Quando chovia na casa era bem constrangedor, porque chovia na casa e como lá não tinha asfalto, não tinha cerca, não tinha nada, barro, quando chovia então entrava por baixo a lama e corria na casa, assim. Aí a gente foi vivendo, vivendo lá e aí foi onde eu comecei a crescer. Foi onde eu comecei a estudar, lá no União da Vitória.

Anderson comenta também sobre as expectativas de membros de sua família acerca de seu futuro e de sua irmã, por serem criados num bairro como o União da Vitória, marcado pela violência e criminalidade:

Aí começou um grande preconceito entre alguns da minha família, que diziam assim, que eu não teria futuro morando no União da Vitória, diziam que eu e a minha irmã iam virar marginais, que a gente não ia ter futuro. Porque onde já se viu, morar num lugar onde a criminalidade na época estava em alta. Eu me recordo que tava uma chacina semanal, a gente foi pra lá em 2000, aproximadamente, então tava assim. Então foi muito difícil e o povo sempre falando que a gente não ia conseguir ter nada, ser alguém lá no União da Vitória. Moramos 5 anos, aproximadamente, no União da Vitória 6, se eu me recordo, não me recordo muito bem, depois, os outros anos, no União da Vitória 5. Depois a gente veio pra cá.

Anderson relata que, de fato, situações de violência, inclusive letais, eram frequentes no Jd. União da Vitória, além das atividades relativas ao tráfico de drogas, que ocorriam bem próximas a sua casa. Segue o seu depoimento:

Com sete anos de idade eu presenciei um homicídio na minha frente, lá mesmo, no bairro, presenciei um homicídio na minha frente. E eu me lembro assim que a hora que eu vi a cena na minha frente eu travei, paralisei assim, não sabia o que fazer, entrei pra dentro de casa: “pai, pai, pai”. Apavorado. E ele: “O que é que foi, o que é que foi?”. Aí eu apontando o dedo ele viu a situação, aí tentou me tranquilizar. Mas é assim, uma cena que não sai da minha mente, não sai, não sai da minha mente aquela cena lá. Eu vi tudinho como é que foi. Mas o União da Vitória ensinou muita coisa pra mim, o bairro ensinou muita coisa pra mim. Eu via

muita coisa, eu cresci num meio, eu não tenho vergonha de falar, eu cresci no meio de bandidos, eu cresci no meio de ladrão, cresci no meio de traficante. Onde a gente morava, no União da Vitória 6, era em frente a uma biqueira e meu pai e a minha mãe trabalhavam e, assim, eu estudava de manhã, mas a tarde eu ficava a esmo. E aí quantas vezes eu não cansei de ficar no meio dos traficantes, no meio dos bandidos e até eles cuidando de mim. Só que eles respeitavam a gente, quando eles iam usar droga ou iam mexer com alguma coisa, com arma, eles falavam pra gente, não era só eu, tinha mais gente que ficava, mais meninos: “Oh, molecada, vai brincar no campinho, vai jogar bola, da uma licença agora pra gente e não vem aqui agora não”. Aí a gente já saía de perto porque já sabia que eles iam mexer com alguma coisa. Então assim, cresci vendo sempre isso daí, cresci vendo amigos meus de lá morrerem, alguns estão presos até hoje, outros se deram bem na vida, alguns são até empresários hoje e eu fico muito feliz com isso. Então o União da Vitória foi pra mim uma escola, um exemplo de vida pra mim. Então diziam pra mim que eu não seria nada e hoje eu vejo a pessoa que eu sou, eu vejo que hoje eu sou esse Anderson aqui graças, primeiramente, a Deus, e depois também pela convivência num bairro aonde ninguém dava nada. Inclusive até hoje ainda é discriminado perante a sociedade. Se você disser que mora lá, eu tenho amigas que trabalham na mesma empresa que eu, que quando falam que moram lá, as pessoas já discriminam, já deixam de canto, pelo fato de morar num lugar não tão visto pela sociedade.

Perguntei ao Anderson se ele, como alguém que morou no Jd. União da Vitória a maior parte da vida, observava alguma, ou muita diferença, entre o que é disseminado sobre o bairro, sob o prisma daqueles que estão fora dele, e a realidade cotidiana, como de fato é. Anderson afirma:

Tem, tem sim. As pessoas que moram no União da Vitória hoje, são pessoas que já sofreram muito na vida, pessoas que não têm condições financeiras de morar num lugar melhor ou de ter uma condição melhor pra se viver. Tem pessoas que lutam pra criar seus filhos, tem pessoas que moram em rancho, mas são pessoas honestas. Eu acho assim, que a criminalidade hoje, a bandidagem, está em todo lugar. A gente tá vendo o caos que tá o nosso país, a gente tá vendo o caos que tá e a verdadeira bandidagem começa lá de cima, lá dos colarinhos brancos e isso daí ninguém vê. Mas assim, como tem em todo lugar, são pessoas trabalhadoras, são pessoas que lutam pra ter algo em sua vida, mas, infelizmente, pelos rendimentos serem muito poucos, não conseguem. Mas são pessoas que respeitam o próximo,

são pessoas que fazem de tudo pra ajudar também o próximo, aquele que precisa. São pessoas assim, são seres humanos, são gente. São seres humanos. Agora, partindo para o outro lado, as pessoas que estão fora do bairro vêem as pessoas moradoras do bairro como... A primeira coisa que vê é como marginais e bandidos, essa é a primeira coisa que vê. Quantas vezes o meu pai, que está aqui de prova, já perdeu emprego por falar: “Aonde o senhor mora?”. “Eu moro no União da Vitória”. “Ah, então tá bom, muito obrigado. Vamos deixar para uma próxima ocasião”. Ele anunciava prestando o serviço dele, que é pedreiro e carpinteiro, na rádio Paiquerê, anunciava por aí. E aí as pessoas ligavam: “ah, eu tenho um serviço pra fazer na minha casa, é aqui no centro, vamos fazer o orçamento?”. Ia fazer o orçamento, ficava tudo certo. “Viu, mas aonde o senhor mora?”. “Eu moro no Jardim União da Vitória”. “Ah, então vamos deixar quieto”. Quantas vezes eu tive que ver o meu pai dizer que morava aqui no Parque das Indústrias pra pegar serviço, porque se não, não pegava serviço.

O depoimento de Anderson evidencia quão intensos são os impactos dos estigmas territoriais sobre os moradores de periferias pobres, sobretudo dos territórios iniciados de forma irregular e marcados pelas mais diversas formas de violência. Além de todo o sofrimento vivenciado, derivado do processo de segregação, propriamente dito, eles têm ainda de lidar com as discriminações permanentes que, como mencionado em sua narrativa, afeta diretamente umas das principais esferas da vida social, que é o trabalho. Nessa perspectiva, embora Anderson seja o sujeito dessa entrevista, convém explicitar um breve relato de seu pai, que acompanhou todo o meu diálogo com o seu filho. Ele afirma que, apesar de ser muito dolorosa para ele tal situação, em determinadas ocasiões se viu obrigado a mentir sobre o seu local de moradia com o intento de assegurar a oferta de trabalho:

Eu falava sem querer, com dor no coração porque eu não queria mentir, mas eu precisava do emprego pra assumir a família, pra cuidar da família, tava muito difícil naquele tempo e então eu precisava falar que morava aqui [no Parque das Indústrias]. As pessoas ligavam toda alegre: “O senhor pode vir fazer o orçamento? O senhor mora no Parque das Indústrias, tal e tal, aí na zona sul?”. Então o serviço tá aqui, o senhor pode vir. Mas depois, mesmo trabalhando ali eu ficava com aquele peso de saber que eu tava trabalhando ali e eu usei de mentira, como se diz. Mas eu não tinha escolha, ou eu falava isso, ou ficava desempregado e eu precisava trabalhar.

É interessante observar que o Parque das Indústrias é um bairro periférico da zona sul, um loteamento popular que, apesar de ter sido construído legalmente, é circundado por diversas ocupações iniciadas de forma irregular, portanto, não deixa de ser discriminado. Os estigmas atribuídos ao Jd, União da Vitória, todavia, são muito mais intensos. Além da estigmatização dos moradores pela ocupação irregular do solo, pobreza, moradias autoconstruídas, criminalidade, suas dimensões são bem mais amplas e sua densidade populacional a mais expressiva da zona sul.

Anderson relatou alguns dos dilemas que permeiam a vida de jovens moradores de territórios segregados, pobres, estigmatizados e desassistidos pelo poder público, sobretudo no que diz respeito à vulnerabilidade e dúvidas sobre qual caminho seguir. Mas, alegou também que a vivência que teve no União da Vitória lhe ensinou muito:

Me senti vulnerável sim, porque era muita proposta que vinha. É muita proposta a caminho da escola, muita gente vindo oferecer droga, oferecer pra vender, até mesmo no colégio, guardar arma na mochila, pra esconder coisas dentro de casa. E assim, eu me via sendo alvo ali de uma coisa que eu sei que não é certo, de uma coisa que eu sabia que iria prejudicar eu e a minha família. Então eu me via vulnerável perante aquela situação. Mas hoje, assim, graças a Deus, foi uma experiência na minha vida. Então eu gosto muito, eu sempre to por perto, tenho amigos, muita gente conhecida lá. Inclusive hoje a noite vou tá lá. Sempre tô lá por perto. Mas eu me via sim vulnerável mediante aquela situação.

Eu aprendi lá a viver com pouco. Aprendi lá a conviver sem ter luxo. Aprendi lá que se tiver só arroz e feijão vamos comer dando graças a Deus por ter o alimento. Eu aprendi lá a não ter um tênis de marca. Eu aprendi lá a ser diferente mediante a outras pessoas de demais localidades. Os pontos negativos que eu vejo de lá é que passamos muitas necessidades pela falta de asfalto, saneamento básico, que não tinha, rede de esgoto. Onde nós morávamos continua da mesma maneira e quando chovia a rua virava... Tinha que colocar sacolinha pra ir a escola pra não sujar o sapato, mas mesmo assim ainda sujava. Eu acho assim, o bairro precisava de uma atenção em relação ao saneamento básico e em relação à falta de asfalto, que também não tem.

Apesar de todos os percalços e difíceis situações enfrentadas, com o incentivo da família, Anderson concluiu o ensino fundamental e médio cursados em escolas

públicas do próprio bairro e de bairros vizinhos. Ainda na infância, passou a integrar o projeto Viva Vida, sede União da Vitória, que realiza atividades socioeducativas com crianças e adolescentes no turno em que eles não estão na escola, evitando que fiquem ociosos enquanto os pais trabalham. Aos 14 anos, Anderson foi encaminhado para um curso profissionalizante de panificação e confeitaria, área que atua profissionalmente e continua se aprimorando. Segue o seu depoimento:

Sou confeitoiro. A minha profissão desde quatorze anos, registrado, é confeitoiro, sempre me envolvi nessa área de panificação e confeitaria. Antes de trabalhar com isso eu ajudava o meu pai, era o servente dele, trabalhava em obra. Na profissão de confeitoiro eu tô desde o quatorze anos. Tudo começou no Viva Vida do União da Vitória. Eu fiquei lá, tinha uma atividade com o nome de economia doméstica e aí foi selecionado alguns alunos pra participar dessa atividade. E assim, a gente copiava algumas receitas as quais deram um caderninho pra nós e a gente passava nesse caderno algumas receitas que a gente mais gostava, que a gente gostou, que chamava mais a nossa atenção. Toda semana era escolhido um aluno pra ficar na cozinha ajudando as senhoras do lanche. Eu sempre queria tá lá ajudando, eu sempre queria, então eu sempre era escolhido. Então foi lá onde começou tudo. Isso daí eu tinha por volta de uns 11 ou 12 anos, aproximadamente, quando eu comecei a fazer a atividade lá. Aí eu comecei a fazer atividade lá, aprendi outras coisas, tanto é que quando eu fazia bolo em casa, as amigas da minha mãe chegavam e provavam: “Nossa, que delícia, como é que você fez?”. E minha mãe: “Não fui eu, foi o meu filho quem fez”. “Ah, não acredito!”. Eu tinha doze anos. E elas falavam: “Nossa, não pode ser. Como que um menino vai fazer isso? Não, não pode ser”. Então tudo começou lá. Aí, de quatorze pra quinze eu entrei no SENAI [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial]. Tinham aberto as inscrições pro curso lá de aprendizagem industrial, aí eu peguei e fui lá, fiz a inscrição, passei na prova, tudo e aí eu comecei a fazer o curso lá, seis meses panificação e seis meses confeitaria. Então lá foi onde eu ampliei mais o meu conhecimento. Então sou formado em panificação e confeitaria pelo SENAI e em um curso de aprendizagem industrial que eu fiz lá, no ano de 2010 e 2011. Duração de um ano. Depois eu fiz uma qualificação mesmo em confeitaria, mais seis meses, lá mesmo, no SENAI. Eu trabalho de segunda a sábado. Pelo fato de ser uma panificadora eu preciso entrar cedo. Fica cerca de seis quilômetros e meio daqui até lá. Eu vou de moto. Hoje eu tenho moto, mas, a princípio, quando eu não tinha, eu ia de ônibus. Pretendo me qualificar, pretendo até me formar daqui a alguns anos. Ir a fundo no ramo da panificação, não só da panificação,

mas da gastronomia. Eu quero ir fundo mesmo na gastronomia. Eu pretendo uma graduação em gastronomia e me especializar.

Além dos depoimentos relacionados aos estigmas territoriais e violências, explicitados previamente, cernes da nossa discussão nesse capítulo, a narrativa de Anderson evidencia a importância de serviços socioeducativos nessas localidades, bem como de direcionamento a cursos profissionalizantes, bolsas de estudo, entre outros projetos, programas, sobretudo políticas públicas eficazes que visem ampliar as possibilidades de melhoria de vida aos jovens moradores de territórios segregados.

No que diz respeito à questão racial, Anderson alega nunca ter vivenciado uma situação explícita de racismo, como alguma ofensa proferida contra ele que fosse de cunho racial. Revelou, todavia, que já chegou a se sentir constrangido por ser o único negro em sala de aula:

Eu me lembro que na sexta série eu era o único aluno negro da sala de aula, estudando no Colégio Rina, e isso eu tinha um constrangimento comigo mesmo. Eu olhava e pensava assim: “Mas porque não tem mais nenhuma pessoa negra, só eu?”. Eu me sentia diferente. Mas depois eu fui conhecendo o pessoal, fui me familiarizando com eles e foi mais tranquilo.

Mas, caso viesse a sofrer algum tipo de discriminação baseada na raça, alega que a sua forma de reação seria buscar o respaldo da lei:

Acho que eu nunca passei por uma situação assim. Mas eu, assim, a lei está aí e eu acho que a lei é pra todos, né? Eu procuraria os meus direitos através da lei. Eu acho que não tem coisa melhor assim do que a lei. A gente sabe que a lei é meio difícil, mas se a lei tá aí pra todos, então que todos usufruam dela, né?

Através de sua narrativa, Anderson ilustra ainda uma das características mais peculiares das relações raciais brasileiras, mais especificamente, as contradições que permeiam o interior das famílias inter-raciais e os dilemas dos filhos mestiços:

Meu pai é negro e a minha mãe é branca. Então a família do meu pai é toda negra, meu vô, bem dizendo, é como meu pai. Se você olhar pro meu avô e olhar pro meu pai vai dizer que o meu pai é o xerox do meu vô mais novo. Então assim, da parte do meu pai todos negros, da parte da minha mãe, todos claros. Nós, eu, a minha irmã e meu pai, assim, somos os negros da família. [...]. A minha irmã, ela é um pouco mais clara que eu. Ela não se considera negra, ela se considera parda. Aí

eu falo: “Mas você é negra”. E ela diz: “Não, eu sou parda”. E na verdade o pardo e o preto são a mesma coisa, mas existe essa questão de quem tem a pele um pouquinho mais clara não se identificar.

A tendência em buscar definições que sejam mais próximas da característica dominante, que é a branca, no Brasil, tem raízes sólidas na ideologia do branqueamento. Em termos mais amplos, é também uma das faces da colonialidade, mais especificamente, da colonialidade do ser, tratada por Maldonado Torres (2007). Como analisa Munanga (2008: 84-85), diversamente dos Estados Unidos, onde não existe pessoa intermediária no esquema biológico - ou é negro, ou é branco -, significativa parcela da população brasileira vive numa “zona vaga flutuante”, onde se constata o forte desejo de se passar por branco, fato que tende a enfraquecer o sentimento de solidariedade com os negros indistiguíveis.

❖ **Rafael**

Quando você não tem coisa pra comer dentro de casa, não tem um tênis, é muito difícil lutar contra o traficante. Pra cair é dois pulo. Você piscou, você cai. Mas pra não cair, pra você se manter em pé, aí é que tá a luta (Rafael, 25 anos, 2017).

Rafael, 25 anos, natural de Londrina, concedeu a entrevista em seu ambiente de trabalho, um espaço cedido pela prefeitura para a realização de oficinas de dança. Rafael trabalha como educador social ministrando oficinas de *break*, um dos elementos do Hip Hop. Filho de pais paranaenses, mas criado apenas pela mãe, trabalhadora doméstica e doceira, morou com a família em diversos bairros da periferia da zona sul, sendo o maior período no Jd. União da Vitória, bairro do qual se retirou devido a um episódio de violência ocorrido com seu irmão. Muitos elementos podem ser observados em sua narrativa, entre os mais evidentes, o difícil e crucial papel da mulher em chefiar sozinha a família, trabalhar fora para garantir o sustento dos filhos e, ao mesmo tempo, ter como preocupação central a vulnerabilidade dos mesmos no bairro periférico, sobretudo no que se refere à exposição as mais diversas formas de violência. Atualmente ele mora no Campos Elíseos, bairro vizinho ao União. Segue o seu depoimento:

Meu pai se separou da minha mãe eu tinha três anos de idade, na verdade eu não lembro nem do meu pai quando ele morava com a minha mãe, eu tinha três anos.

Cresci só com a minha mãe. Por isso hoje eu superei isso também, hoje eu tenho um pouquinho só de... Se lá, de raiva, vamos dizer assim, por causa disso. Ele nunca foi um cara presente, certo? Deixou sempre minha mãe na mão quando ela precisava. Aquele cara assim que quando a gente procurava a ajuda dele... Tem uma coisa assim que ele falou pra mim que eu nunca esqueço, que eu carrego pra vida inteira. Fui na casa dele pedir uma bicicleta, pedir uma bicicleta pra ele. Ele falou pra mim: “pô meu, você nem lava o pé pra vir na minha casa?”. Pô cara, eu só tinha um chinelo azul daqueles Havaianas e fui na casa dele, como que ia lavar o pé, pô, eu fui à pé na casa dele, cheguei lá, lógico, com o pé sujo! Eu acabei decidindo por mim que eu ia me distanciar do meu pai, tá certo? Mas assim, vendo hoje, já pulando pros dias de hoje, ele também me ensinou muita coisa. Talvez eu só sou o homem que eu sou hoje por causa que aconteceu tudo isso na minha vida. Eu não sei, talvez, se ele tivesse aí com a gente, eu poderia ser um cara mimado, um filhinho de papai e tal, porque condições ele tem, entendeu? Vai saber o que eu teria sido, porque as coisas teriam vindo muito fácil, talvez, né? Então hoje eu vejo que ele me ensinou bastante também.

Eu fui criado na zona sul. Eu nasci na zona norte, com oito anos de idade eu fui pra zona sul de Londrina e lá morei em vários bairros. Morei no União da Vitória, morei no Jamile Dequech, morei no Ouro Branco, Indústria, nossa! Morei num tanto de bairro. [...]. O União é muito discriminado, até na adolescência, você saía, ia ficar com as menininhas e elas: “Onde você mora?”. “União da Vitória”. “Você mora lá nos sem terra?!”. Perdi vários empregos também por falar que morava no União, nunca escondi. Tinha gente que preferia não falar que morava lá. O União fez a gente passar muita dificuldade, eu passei tanta coisa ali e superei tanta coisa ali também, que você acaba pegando uma afinidade muito grande com o bairro, tá certo? A gente saiu dali assim... Eu saí com o coração apertado mesmo porque foi um bairro que me ensinou muita coisa. A gente chegou a passar necessidade mesmo ali. Questão de até morar em casa que chovia dentro, alimentação bem precária... Só que foi um bairro que me ensinou muito. Eu, assim, sempre tive orgulho de morar ali, no União da Vitória, porque ali eu aprendi um monte, tá certo? Ali eu aprendi um monte, a realidade ali é muito forte. A carência assim das pessoas, o tráfico, nossa! É muito nítido assim as coisas ali. Então você aprende muita coisa ali dentro. E é assim, é um bairro que as pessoas falavam muito mal e as únicas pessoas que conseguiam falar bem eram as pessoas que moravam ali, algumas ainda. Mas foi um bairro que me ensinou muito, e até hoje ensina. Eu não deixei de ir pra lá. Saímos de lá meio que forçado, né? Pelo fato do

meu irmão ter levado dois tiros lá. Então pra gente não acabar fazendo coisas... Perdão da palavra, se fodendo por causa de outras pessoas, decidimos sair, mas foi contra a vontade nossa.

Notam-se, no depoimento de Rafael, os impactos dos estigmas territoriais na obtenção de um trabalho e até mesmo nas interações sociais cotidianas, como no estabelecimento de relações afetivas. Também a vulnerabilidade em relação à violência que fez com que a família se retirasse do bairro. Para Rafael, a discriminação em relação ao Jd. União da Vitória é reforçada pelo fato deste estar sempre em evidência em jornais diários e, sobretudo, em programas destinados ao jornalismo policial, o que fortalece a ideia de que todos que lá habitam são criminosos. Também reconhece a forte atuação do tráfico de drogas na localidade. Seu irmão mais velho chegou a ter uma trajetória mais acidentada devido ao vício em drogas e envolvimento com o crime, fato que, para ele, serviu como um exemplo de um caminho que ele não gostaria de seguir. Segue o seu depoimento:

Quando você não tem coisa pra comer dentro de casa, não tem um tênis, é muito difícil lutar contra o traficante. Pra cair é dois pulo. Você piscou, você cai. Mas pra não cair, pra você se manter em pé, aí é que tá a luta. Eu acho importante frisar que eu não cheguei a entrar nas drogas por focar bastante na minha mãe, sabe? Meu irmão foi um cara desandado uma época. Meu irmão foi um cara que deu bastante trabalho pra minha mãe. Eu nunca me envolvi. Já experimentei [drogas], mas não curti, não foi a minha praia, vamos dizer assim, não foi o que eu tirei onda. E assim, ele passou por várias coisas. E até ele me ensinou muito com isso. Porque eu via a situação que minha mãe ficava quando ele ia preso, quando ele tava drogado, chegava daquele jeito em casa. Eu vi um cara bonito, que é meu irmão, todo desleixado e tal, parecia mais um andarilho. Um cara que tinha casa, tinha minha mãe que trabalhava, que sustentava sozinha a família e tudo. E aquilo me deu força pra não entrar, aquilo me deu força, eu via o estado da minha mãe, falava, não, não é isso que eu quero pra mim.

Assim como declarado por Anderson, Rafael reafirma a atração que o mundo do crime, sobretudo do tráfico de drogas, exerce sobre os jovens nessas localidades. Evidencia também, a importância da família como base para resistir:

Me chamaram, vários convites. Que você mora em periferia, se o cara não tiver assim, com a mente aberta ele cai mesmo, certo? Porque a realidade é muito forte.

Que nem eu falei, às vezes você não tem um tênis pra usar, é muito complicado pra um moleque isso, tá certo? Se baseando por mim, porque eu passei por isso. Mas como eu tô falando, o cara tem que ter a cabeça bem aberta e eu vejo que nessa parte eu tive meio que a cabeça centralizada, meio que virada pra família, porque se não fosse minha mãe, minha irmã... Eu tenho uma irmã, ela engravidou com dezesseis anos. Então ela me ensinou muita coisa também. Covardia o que o cara fez com ela, o que o pai da criança fez com ela. Então ela já me ensinou nessa parte também. Pô, a gente viu que, pô, o cara fez isso com ela, amanhã pode fazer com outra menina. Então ela já me transformou também, não entrei mesmo por questão de família. A família foi e é tudo pra mim, tá certo? E foi tudo pra mim naquela época e até hoje é, acho que sempre vai ser porque eu foco muito minhas coisas na questão da família.

No que se refere aos estudos, Rafael não concluiu o ensino médio e conta ter se inserido muito cedo no mundo do trabalho. Sobre isso ele relata:

Pelo fato da família ser bem carente, bem pobre, a gente muitas vezes estudava e parava, estudava e parava, apesar de sempre trabalhar, eu comecei a trabalhar com treze anos de idade. Estudei até o segundo ano [do ensino médio]. Eu não tenho faculdade, eu não sou formado, certo? Eu sou formado na vida, eu posso dizer assim. Mas eu tô com um propósito desse ano já voltar. Esse ano já não da mais tempo, né? Esse ano eu vou terminar de fazer o que eu tenho pra fazer, que a gente trabalha muito e, muitas vezes, você tem que decidir, ou a escola ou o trabalho. E aí, no meu caso, eu ainda não posso optar... Ainda não.

Hoje Rafael é educador social, realiza oficinas de *break dance* num projeto social vinculado à prefeitura. Seu irmão, que na adolescência havia se envolvido com drogas e com o crime, hoje também trabalha como educador de crianças e adolescentes ministrando oficinas de rima/rap. Rafael e seu irmão são hoje considerados por muitos moradores do bairro, e também em outros espaços, exemplos de superação, sobretudo seu irmão, que deixou a vida do crime e hoje busca dialogar com jovens que se encontram em situações semelhantes as que eles vivenciaram. De acordo com Rafael, além da família, o Hip Hop foi um elemento transformador na vida de ambos. Justamente por isso, eles buscam atingir outros jovens através dessa expressão cultural. Segue o seu depoimento:

O Hip Hop é a minha vida. É um estilo de vida. É reivindicar e mostrar o outro lado da sociedade. Um lado que tá aí nítido, mas as pessoas não querem ver, as

As pessoas tapam os olhos, tapam os ouvidos e não querem ver. E tudo o que eu faço, tudo o que eu tenho, eu devo ao Hip Hop, eu devo a essa cultura maravilhosa que transforma as pessoas, que me transformou. Quando eu não tô trabalhando, eu tô treinando. Dançar é a minha vida. Como educador, eu acho muito fácil chegar num moleque, porque eu entendo muito o que ele tá passando, tá certo? Tem coisas que não passei, mas teve pessoas da minha família que passaram, então eu acho que a conversa já é mais fácil por causa disso. E por ser do movimento Hip Hop, porque eu falo, 100% da molecada que tá presa curte. Eles gostam de rap, gostam de desenhar, então alguma coisa eles curtem. Então a conversa começa por aí, entendeu? E a partir dessa conversa você vai mostrando algumas outras realidades, porque assim, quando você tá no crime é aquele mundo fechado, tá certo? Você só vê ali. É que nem você morar num bairro e não sair daquele bairro.

Então, eu acho que é muito importante até pra mostrar pra eles que existe um outro mundo além daquele ali. Através do Hip Hop você consegue trabalhar várias coisas, às vezes o moleque tem uma capacidade imensa, o moleque tem capacidade pra ser um doutor, um advogado, qualquer coisa, de crescer, e muitas vezes a vivência de bairro não deixa. Então a cultura Hip Hop tem uma facilidade com isso. E não só a cultura, eu acho que qualquer outro tipo de trabalho que vá para a periferia, que vá com o intuito de formação pra mostrar uma outra realidade, um outro mundo pra esse moleque, eu acho que é válido. Então é importante. E muitas vezes a gente só consegue driblar algumas coisinhas aí do mundão por causa desses projetos, tá certo? Por causa do vínculo que essa molecada pega com esses projetos. Acho que o foco maior, um dos focos maiores é esse, de mostrar um mundo que eles não conhecem, entendeu? Através de uma letra de um rap o moleque viaja pra tudo quanto é lugar. Ele viaja, ele viaja! Ele viaja, tá certo? Através da dança ele se expressa como ele nunca conseguiu se expressar verbalmente. Através de um desenho, pô, o moleque pode se expressar, pode contar a história da vida dele. Da discotecagem também, pô meu, dá pra você fazer várias coisas, viajar, fazer uma letra de rap só nas colagens e mostrar, fazer uma realidade sua. Meu, você viaja! E a partir do momento que você viaja você conhece várias outras coisas. É que nem ler, tá certo? Você tá lendo aqui, pô, você vai pros Estados Unidos lendo. Lendo você conhece várias culturas de outros povos.

Assim como no depoimento de Anderson, Rafael evidencia o papel fundamental de projetos e ações voltados aos jovens dos territórios segregados. Mais do

que isso, demonstra a importância de formas de saberes que, de fato, atinjam jovens que vivenciam a dinâmica da segregação urbana e da discriminação racial, como é o caso do Hip Hop. Uma forma de educação não formal que, como ele mesmo afirma, o transformou e hoje lhe serve como instrumento para impactar a vida de outros jovens que vivenciam situações semelhantes as suas.

❖ **Aline**

... Às vezes, amanhã ou depois, vocês vão encontrar dois negros jogados no córrego, mortos, cheios de tiro e vão falar que foi achado dois marginais mortos. Não! Foi achado dois trabalhadores que levantam cedo, faz Guarda Mirim (Aline, 28 anos, 2017).

Aline tem 28 anos, nasceu em Londrina e é mãe de uma menina de nove anos. Foi criada apenas pela mãe, que trabalha como cooperada na reciclagem. A trajetória de Aline abrange várias nuances da vulnerabilidade social de jovens negros moradores de territórios segregados e sua ampla exposição as mais diversas formas de violência, abarcando, ainda, opressões relacionadas ao gênero. Com narrativas mais contínuas e explícitas, tanto acerca do cotidiano no Jd União da Vitória, incluindo a atuação de policiais da Unidade Paraná Seguro (UPS) e do Pelotão de Choque, quanto sobre as suas próprias experiências, ações, conflitos com a lei e mudanças de perspectivas. Faço uso de trechos mais longos por compreender que eles ajudam a elucidar temas importantes debatidos no decorrer do trabalho. Aline mora no Jd. União da Vitória desde os primeiros anos da ocupação, quando sua família enfrentou as maiores precariedades ao viver debaixo de uma lona. Após se casar chegou a morar em outros bairros, mas depois retornou ao Jd. União da Vitória. Tanto a casa que Aline mora com a filha, quanto a que a sua mãe vive com seus irmãos são em áreas do bairro que já passaram pelo processo de regularização fundiária, portanto, as propriedades são reconhecidas legalmente. Segue o seu depoimento:

Eu vim do Jd. Califórnia, a minha mãe tinha acabado de ganhar eu, tanto que eu tenho quase a idade do União. Quando eu vim não tinha nem casa, era só mato, tanto que um dos primeiros barracos aqui foi da minha família, era só quatro pauzinhos com a lona, tinha que colocar papelão pra dormir, essas coisas e tal. Aí a gente morou um tempo ali, onde é o Mercado Tonhão, a data era da minha mãe,

a gente morou um tempo, mas não tinha como sobreviver, era só eu e esse meu irmão, o Flavinho, não tinha como a gente sobreviver ali. Aí voltamos pro Califórnia. Depois de um tempo, com cinco anos, a gente voltou pra cá de novo e estamos até hoje. Aqui é meu, eu que comprei. Já tinha a casa, eu já comprei pronta, eu só levantei esse quartinho e a cozinha. Eu não, os vicentinos da igreja que levantou pra mim essas duas peças. Mas eu já morei em mais lugares. Quando eu casei eu morei na Bratac, eu já morei no Bandeirantes, vixe, já morei em bastante lugar. Mas assim, fixo, foi no União e no Califórnia. Na Bratac eu morei dois anos. Mas nessa casa aqui eu tô faz nove anos. Quando eu vim eu tava de dieta. Foi quando eu ganhei a minha filha, eu comprei aqui, eu tava de dieta quando eu vim pra cá. Tá no meu nome.

Aline estudou até a 5º série do ensino fundamental. Devido à ampla jornada de trabalho de sua mãe, para assegurar o sustento dos filhos, ela assumiu desde cedo a responsabilidade sobre os seus irmãos. No que se refere à esfera do trabalho, ela exerceu atividades diversas, entre as mencionadas: vendedora, cooperada da reciclagem, juntamente com sua mãe, e servente de pedreiro. Atualmente está desempregada, exercendo trabalhos informais, os chamados “bicos”, e tendo como complemento de renda o bolsa família. Aline conta:

Quando eu estudava eu morava com a minha mãe e a minha mãe trabalhava. A minha mãe tinha eu mais os meus irmãos pequenos. Hoje os meninos têm 14 anos e a Amanda tem 20. Então assim, eu sempre fui a chefe da família. A minha mãe trabalhava de noite e de dia, eram dois horário. Então não tinha quem cuidasse das crianças e da casa, porque hoje o salário é bom, mas antigamente não tinha salário, né? Então a minha mãe trabalhava os dois períodos pra gente comer o pouco que ela conseguia. De um a gente tinha quem cuidava, que era a Amanda, menina, delicadinha, branquinha, mas os dois meninos não. Eles eram pequenininhos, mas, como diz a sociedade, o negro agressivo. Os dois já eram negão, já eram mais bravão, então ninguém queria cuidar, sabe assim? Hoje não, hoje aqui todo mundo é de igual, mas no começo aqui, o União da Vitoria não era de igual, o povo era um pouquinho mais chato. Hoje não, hoje é todo mundo igual. Então a gente convivia mais dentro de casa. A mãe saía e a gente não podia sair de dentro de casa, porque se saísse pra rua ia apanhar. Então se eu fosse pra escola, o risco que os meus irmãos corriam era de apanhar. E como eu sempre fui a chefe, eu sempre fui brava, eu sempre falei firme, o tempo que eu tinha que estudar eu tinha que manter eles ali, parados. Então eu não tinha condições de eu

estudar se ela tinha que ir trabalhar e eu tinha que cuidar das crianças. Eu gostava de estudar, eu não tinha do que reclamar não. Parei por falta de opção mesmo. Eu não tive opção de querer ou não querer.

Eu trabalhei na reciclagem, eu era uma cooperada, mas na reciclagem a gente ganha muito pouco, sem contar os riscos das doenças que a gente corre o risco de pegar, é muito lixo, muito bicho. Mas, a partir do momento que a gente arruma filho a gente tem que fechar o olho, não ver nem lixo, nem bicho, né? Então a gente tem que pensar no que vai vir pela frente. Era o pouco que dava pra sustentar a casa. Já trabalhei em loja, já vendi plano de saúde, já fui servente, já fiz de tudo, tudo o que dá pra fazer eu faço, me pagando. Mas prefiro trabalhar por conta, é muito desconto, você trabalha, trabalha, trabalha e não ganha nada. Então a gente faz uns bicos, né? Uns bicos daqui, outros dali, sempre aparece alguma coisa, mais os cem reais do bolsa família, é dois pacotes de arroz, dois de feijão e a gente dá um jeitinho, dá pra viver.

Aline ainda era menor de idade quando deixou a casa da mãe e se mudou para o Jd. Nossa Senhora da Paz, zona leste, mais conhecido como Favela da Bratac¹⁰⁴, motivada por um relacionamento amoroso. Apesar de ser relativamente pequena (cerca de 300 casas), comparado à extensão e densidade populacional do Jd. União da Vitória, a Favela da Bratac é uma das localidades de Londrina de liderança mais potente no que se refere ao narcotráfico. Nesse período, Aline acabou sendo iniciada no consumo e no tráfico de drogas, atividade exercida pelo seu então companheiro, caminho que lhe custou três anos de reclusão numa unidade de internação para adolescentes infratores de Curitiba. Aline tem o perfil dominante de jovens em conflito com a lei: pobre, negra, baixa escolaridade e moradora de território segregado. Outro aspecto que convém mencionar, levando em consideração também a questão de gênero - que tem sido cerne de importantes estudos acadêmicos sobre mulheres no sistema prisional - é a influência dos homens na iniciação de mulheres em atividades criminosas, uma vez constado que, entre as principais motivações para o ingresso de mulheres no mundo do crime, encontram-se: o poder e o *status* experimentados no exercício de atividades criminosas,

¹⁰⁴ Bratac é o nome de uma empresa que se instalou na zona leste na década de 1970. Logo, alguns bairros foram se formando em seus arredores, sendo o mais próximo o Jd. Nossa senhora da paz, que ficou mais conhecido em Londrina como Favela da Bratac.

sobretudo o tráfico; os relacionamentos afetivos¹⁰⁵ ou, nas palavras de Alba Zaluar (1993: 197) “pelo amor por um bandido ou pelo vício”.

Após o cumprimento da medida socioeducativa, no caso, a privação da liberdade pelo período máximo previsto em lei para um adolescente, isto é, três anos, ela voltou para Londrina e, pouco tempo depois, engravidou. Com o nascimento de sua filha, ela relata ter decidido retornar ao Jd. União da Vitória e não prosseguir na vida do crime. Entretanto, nota-se em seu depoimento, uma permanente situação de vulnerabilidade, visto que o seu atual companheiro encontra-se encarcerado e, como ela mesma afirma, as atividades criminosas continuam a ser, para ele, o principal meio de vida fora do cárcere. Segue o seu depoimento:

O meu marido tá preso, ele foi preso faz um ano. Deixa ele lá. Ele vai pro semiaberto em agosto de 2018. Ele tinha acabado de sair pra rua, ele ficou quatro meses na rua e voltou. Eu prefiro ele lá, tá bom assim, tá ótimo. Ele é muito bonzinho pra mim, sabe? Mas ah, não quero que ele sai não, deixa ele lá. Ele não dá trabalho assim, não usa drogas, não bebe álcool, é um amor, mas ele quer viver do crime, sabe? Quer viver de crime e eu não gosto dessas coisas não. Eu já vivi muito nessa vida. Quando eu não tinha ela [a filha], nossa, eu já fiz de tudo, sabe? Eu já roubei, já trafiquei, já fui presa. Mas hoje eu não gosto mais. Hoje eu falo de crime, muito de crime, mas eu falo o que eu vejo. Mas pra mim, eu não vivo mais. Eu convivo com o pessoal que é do crime, mas eu no crime, não. Não quero, não, não vale a pena. Hoje eu não quero, eu não consigo mais. Se eu não tivesse a minha filha, acho que eu já tava até morta. Acho que por isso que Deus me deu ela, pra eu ficar em paz.

Uma característica interessante, observada no depoimento de Aline, é que, apesar dela permanecer casada e atribuir ao companheiro adjetivos como “bonzinho”, “um amor”, ela demonstra preferir que ele permanecesse encarcerado. O mundo do crime reproduz amplamente os padrões tradicionalistas da sociedade mais ampla no que se refere às relações de gênero. As mulheres encarceradas, em sua maioria, são imediatamente abandonadas por seus companheiros e condicionadas a viver na solidão. Todavia, quando a situação é inversa, ou seja, o homem encontra-se privado da

¹⁰⁵ Cf. COSTA, Elaine Cristina Pimentel. *Amor Bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas*. Maceió: Edufal, 2008. Cf. também: BARCINSK, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Revista da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, v. 14, n. 5, p. 1843-1853, 2009.

liberdade, é exigido da mulher submissão e fidelidade. Como afirma Barcinsk (2009: 1848): “A ‘mulher de bandido’, assim como a ‘fiel’ (aquela mulher que deve permanecer fiel ao companheiro encarcerado) são submetidas às regras informais que regem as relações entre homens e mulheres no tráfico de drogas”. Nesse sentido, as mulheres devem se manter fieis a esses homens, mesmo que não desejem mais permanecer com eles. Do contrário, há grandes chances de sofrerem retaliações. É possível que esse seja o caso de Aline.

Quando questionada sobre qual bairro ela mais se identificou, mais gostou de morar ou melhor se sentiu, Aline afirma que foi na Favela da Bratac e atribui essa preferência à forma de atuação da polícia nesse território. Para exemplificar, ela faz uma comparação entre o tempo em que ela foi atuante no tráfico de drogas, mas num território no qual agentes do Estado, policiais, seriam coniventes com a atividade, no caso na Favela da Bratac, e a sua vida No União da Vitória, onde ela não tem nenhum “poder”. Ela ainda descreve um episódio de violência recente ocorrido no União da Vitória, envolvendo os seus irmãos de 14 anos de idade:

Gostei mais de morar na Bratac. Porque lá é assim, os outros falam que lá tem mais crime, tem mais droga, tem mais tal... Lá tem tudo isso e muito mais, mas lá o respeito é maior, a união das pessoas também. Os outros falam que é ruim conviver onde tem droga, onde tem traficante, só que hoje quem respeita a gente é o traficante. Essa semana mesmo aconteceu uma situação com a gente aqui no União. A polícia entrou na casa da minha mãe e arrebitou os meus irmãos menores de idade. Eles moram com a minha mãe, quebraram eles. A gente chamou reportagem, até passou no Barbosa Neto¹⁰⁶ segunda-feira, então foi uma polêmica. Aí, as crianças estão meio lerdas, sabe? Porque eles apanharam bastante. Minha mãe não tava, tava só os dois, eles tinham acabado de chegar da escola, eles estavam uniformizados, eles têm 14 anos, eles são do seu tamanho, mas pra mim eles são duas crianças. Então eu tava deitada, quando eles chegaram chorando, a gente foi na UPS, nossa, a gente fez um inferno. A gente foi na delegacia, a gente foi na televisão. Eu falei até na entrevista com o Barbosa, eu falei: “Barbosa, às vezes, amanhã ou depois, vocês vão encontrar dois negros jogados no córrego, mortos, cheios de tiro e vão falar que foi achado dois marginais mortos. Não! Foi

¹⁰⁶ Barbosa Neto é ex-prefeito de Londrina e apresentador de um programa policial, entre os vários transmitidos diariamente pelas emissoras locais, principalmente entre as 12h00min e as 14h00min.

achado dois trabalhadores, que levantam cedo, faz guarda-mirim¹⁰⁷. O Guilherme teve uma redação na escola e ele não sabia que quem ia ler a redação era um bombeiro. Ele contou o sonho dele de ser bombeiro. Faz nove meses que um tio meu, criado com a gente, faleceu e o sonho dele era ser bombeiro, então o meu irmão adaptou isso pra ele. E ele contou toda a nossa trajetória de vida no papel e o bombeiro tá patrocinando o curso de bombeiro pra ele, sabe? Então assim, as crianças com o boletim na mão, com as bolsas de escola e a polícia batendo, sabe? Eu achei horrorizante! Então lá na Bratac não tem isso, lá na Bratac já não tem isso porque lá o crime manda na polícia. Lá o crime manda na polícia, lá a polícia não faz isso. Eu, quando o meu ex-marido foi preso, a polícia entrou na minha casa, a polícia entrou, a Choque entrou na minha casa, ela pediu licença. Eu falei: “Poxa, mas lá no União não tem isso”. Eles acharam uma granada e tal, meu ex-marido foi preso, ficou sete dias na cadeia, por que? Porque a gente tinha dinheiro pra comprar eles. Aqui a gente não tem, lá na Bratac a gente era a frente. Então a gente tinha dinheiro pra comprar a polícia, pra comprar qualquer um. Aqui a gente não tem, então aqui os irmãos da gente apanham na cara, a gente tem que aplaudir e falar que tá tudo bonito. Por isso que eu gosto de lá. Lá a gente vive em paz, a gente deita, dorme, acorda em paz. O morador tem mais tranquilidade. Aqui o medo não é do bandido, aqui o medo é da polícia. Poxa, eles [os irmãos] são o nosso exemplo. O Guilherme ainda tá com muita dor no pé do estômago, o Marcelo não porque o Marcelo apanhou mais na cara, porque o Marcelo é bravo, então bravo apanha na cara. O Marcelo tomou muito tapa. Ele fala pra mim assim: “De mão aberta não se bate na cara dos outros”. Nossa, mas isso traumatizou muito eles. Aí eu falei pro Barbosa: Por que bateram nele? Porque eles são pobres e negros? Será que é isso?”. Eu ainda falei pra ele: “Se tiver uma choque passando, se passa um branco correndo, não dá nada, mas se passa um preto, toma tiro porque é ladrão”. Eu falei pro Barbosa: “Faça o teste, me liga e me fala”. Eu falei: “Eu sei o que eu tô te falando”. Então a gente fala o que a gente vive no dia-a-dia da gente, faz parte do dia-a-dia, a gente sabe do que a gente tá falando.

Após o referido episódio de violência, Aline revela que sempre busca se comunicar com os irmãos e avisá-los sobre a presença da polícia com o intuito de protegê-los:

¹⁰⁷ A Associação Guarda Mirim de Londrina é uma instituição, sem fins lucrativos, que oferta dois tipos de serviços a adolescentes em situação de vulnerabilidade social: Aprendizagem Profissional e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Quem vê já avisa, se tá aqui a gente manda daqui, se tá lá a gente avisa lá. Então assim, podem até falar: “Tão avisando por quê? Tá caguetando que a polícia tá chegando?”. Eu falo: “Não, é uma precaução”. Por quê? Podem falar assim: “a polícia tá vindo pra prender bandido, pegar droga e arma”. Não, a polícia tá vindo pra bater nos menor, bater nas mulher, você tá entendendo? Então antigamente a gente via a polícia e não avisava ninguém. Hoje a gente avisa. Eu vejo a polícia eu ligo pros meus irmãos. Se ela passa aqui na rua, eu ligo: “Marcelo, onde você tá? Guilherme, onde você tá?”. “Ah, eu tô em casa”... Nem todos os policiais são pilantras, porque eu tenho amigo que é policial, tanto que era pra ser padrinho da minha filha, que eu tenho pena de ver ele trabalhando na polícia. Tanto que os amigos dele, policial, judiam dele, porque ele é muito certo, muito correto, então ele sofre muito! Porque aí querem que ele mate, eles querem que ele entre na casa da gente pra pegar droga, revólver e não pra levar preso, é só pra levar a droga e o revólver. Então é errado. Entende? E ele não quer isso, ele quer pegar e levar preso. Ele não quer cobrar propina de ninguém, entende? E nossa, eles judiam muito dele por isso.

Aqui a gente não sai pra rua a noite, essa nossa rua não tem luz, quebraram tudo as luzes. Então a Choque vem com a luz apagada. Então na rua a gente não vê a Choque vindo, ela vem com a luz apagada e ela vem bem devagarzinho. Então quem ela pega apanha e ninguém nem vê quem bateu, porque não pode fazer barulho, você tem que apanhar quietinho. Não tem barulho. Aí a gente vai sair pra fora, aí assim, todo mundo tem o contato de todo mundo. Aí você manda: “Como que tá aí na esquina?”. Ah, tá bom”. Aí o da esquina manda pro meio. Então assim, eu to na ponta daqui, tem o da ponta de lá e do meio. Aí a gente olha pela janela, vê que aqui tá bom, aí sim. Mas sair assim, de cara, ninguém sai. Escureceu, acabou. Escureceu acabou, os filhos da gente brincam assim, de dia, mas escureceu, cada um na sua casa. Todo mundo apagou as luzes, polícia na favela, acabou, pode ser trabalhador, pode ser mulher, pode ser criança, todo mundo pra dentro de casa.

No que se refere à Unidade Paraná Seguro (UPS), instalada no União da Vitória em dezembro de 2012, esta inicialmente se constituiu como uma proposta importante, inclusive aclamada por muitos moradores, pois estavam a ocorrer muitas mortes violentas no local. Diversamente do modelo de domínio do tráfico na Favela da Bratac, por exemplo, onde o poder é centralizado em uma liderança, o Jd. União da Vitória enfrentava um processo de disputa territorial por grupos distintos. Então, nos

primeiros meses, o trabalho da polícia foi recebido e avaliado positivamente por muitos moradores. Todavia, um projeto de segurança pública de viés comunitário que atua, a maior parte do tempo, de portas fechadas, instaurado desprovido de outras políticas públicas fundamentais, capazes de permitir que aqueles que lá residem exerçam a sua cidadania em plenitude, não poderia ter uma avaliação positiva duradoura, visto que não é, de fato, eficiente. Muitos moradores encheram-se de esperança, expectativas de que a presença do Estado no bairro fosse reduzir o tráfico e mortes violentas. Mais do que isso, que junto com a UPS viriam outros serviços públicos como asfaltamento de ruas que ainda não são asfaltadas, saneamento básico, infraestrutura, saúde e educação, o que não ocorreu. Em reportagem exibida no Paraná TV no dia 11 de dezembro de 2015, três anos após a implantação da UPS no União da Vitória, o presidente da associação de moradores, Sidney Castro, deu a seguinte declaração:

Só foi promessa mesmo, revitalização nada, infraestrutura nada, estamos no zero. No começo [a atuação da polícia] era ótima. Agora, não tá valendo mais nada. A UPS não está fazendo mais o que era pra fazer, que era a ronda diariamente. É difícil a gente ver uma viatura da polícia no bairro. Quando precisam de ajuda, a gente vem aqui pedir socorro, eles não fornecem socorro, falam que tem que vir de lá de cima [a ordem] para eles poderem fazer alguma coisa¹⁰⁸.

Convém mencionar também a matéria de José Marcos Lopes, publicada no jornal Folha de Londrina no dia 16 de março de 2018, intitulada: “Segurança Pública: bairros que receberam UPS mantêm índices de criminalidade”. A matéria evidencia que a UPS, inspirada na UPP do Rio de Janeiro, após quase cinco anos de funcionamento, não alcançou seus principais objetivos, isto é, não contribuiu, de modo significativo, para a redução da violência nas localidades que apresentam os maiores índices, isso em todo o Paraná. Em alguns casos, como o do bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC), o mais populoso da capital paranaense, observou-se justamente o inverso, ou seja, um aumento no número de homicídios. Também não se firmaram parcerias efetivas com as prefeituras que levassem aos locais onde foram instaladas as UPS outras políticas públicas, como previa o projeto original. A matéria traz ainda a avaliação do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz - coordenador da área de Estudos sobre Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e autor do Mapa da Violência, publicado anualmente -, sobre a UPS. Para Waiselfisz, este é um modelo de segurança pública que

¹⁰⁸ Cf. Paraná TV. *UPS completa 3 anos no União da Vitória na zona sul de Londrina*. Edição 11, dez., 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/paranatv-1edicao/videos/t/edicoes/v/ups-completa-3-anos-no-uniao-da-vitoria-na-zona-sul-de-londrina/4669653/>. Acesso em: 08, jun., 2018.

não funciona. Ele afirma: “Dizia-se que as unidades não seriam apenas postos de polícia, que haveria polícia comunitária e que junto com isso viriam programas sociais. Mas foram só instalações de casernas e nada mais foi feito”. Waiselfisz critica ainda o modo como são divulgados os dados pelas secretarias estaduais de segurança pública: “Algumas secretarias divulgam de 10% a 15% menos homicídios dos que consta nas certidões de óbito. Parece que alguns estados gostam aparentar um nível menor de violência do que realmente têm”. Nesse sentido, o sociólogo afirma que não vê vantagens nesse tipo de projeto, iniciado com grande apoio da população, mas que hoje se encontra desiludida.

Aline compartilha da ideia de ineficácia da atuação da UPS no Jd. União da Vitória, relatando casos de mortes violentas ocorridas próximas a UPS, algumas das quais circularam em noticiários locais. Segue o seu depoimento:

Tem a UPS, mas não vale nada, já morreu três, quatro na porta da UPS. Você pode passar lá agora que você vai ver uma viatura parada e a porta da UPS tudo fechada, porque eles deixam a viatura e vão embora com o carro particular e a viatura fica lá como se tivesse alguém trabalhando. Só tem nome, não funciona pra nada. Você pode passar ali agora, a hora que você for embora, você passa e presta atenção, vai ter uma viatura parada e tudo fechado, o portão trancado pelo lado de fora e tudo fechado. Quando implantou foi tudo muito lindo, nossa, foi coisa linda. Foi um mês de polícia no União, foi virado no inferno, precisava de ver. Teve um impacto completamente positivo, porque quando implantou a UPS, foi na época em que o bairro tava em guerra. A gente até falava assim que estavam matando todos os corintianos, porque foi quando mataram cinco, seis corintianos. Aí eu ainda falava pro meu marido assim: “Nossa, nós não vai morrer porque nós é santista e tal”. Porque morreu seis corintianos, um atrás do outro. Então assim, foi bem na época. Mas, não resolveu nada, acabou de implantar, uma semana depois mataram um amigo nosso, o Jeferson, a paulada na rua de cima¹⁰⁹. Você pode até puxar na internet, você vai ver o horror, a mãe dele gritando na porta da UPS, os policiais falando que não podiam fazer nada, que tinha que ligar no IML e não pra polícia. Isso eu falo porque eu tava perto. Por que eu acho assim, a gente não tem que falar o que a gente ouve, a gente fala aquilo que a gente vê. Então assim, o menino tava agonizando ali no chão, os meninos que matou já tinha

¹⁰⁹ Cf. CRUZ, Lúcio Flávio. União da Vitória tem o 1º homicídio após UPS. *Folha de Londrina*, 08, fev. 2013. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/uniao-da-vitoria-tem-1-homicidio-apos-ups-832655.html>. Acesso em 08 de jun. de 2018.

corrido, tanto que quem morreu era amigo nosso e quem matou mais ainda, e, sabe assim, a mãe do menino gritando: “Pelo amor de Deus, ajuda o meu filho!”. E o policial falava assim: “Senhora, mas a gente vai fazer o que? A gente é polícia, a gente não é nem SIATE nem IML”. Mas, às vezes, ela não queria que tirasse o filho dela do chão, ela queria que prendesse quem matou o filho dela. Justiça, isso que ela queria. Então isso revolta a população, é por isso que muita gente vai lá, a gente sempre ouve, daqui da minha casa mesmo eu vivo ouvindo, é tiro na UPS¹¹⁰. Esses dias mesmo mataram um agente penitenciário aqui na rua de cima¹¹¹. Então a população inteira sofre com isso. Mataram um agente, pelo fato do agente ter morrido os meninos que deu tiro no agente um morreu, o outro ficou na cadeira de rodas, não sei informar bem. Então pelo fato de um errar, a população inteira paga, você tá entendendo? E aí quem errou muitas vezes tá lindo na rua, tá tranquilo, de cabeça erguida, balançando a cabeça pra polícia, tipo assim... E quem não errou, tá pagando o preço, que são duas crianças de 14 anos, que estudam, faz guarda-mirim e curso [se referindo aos irmãos que foram agredidos].

Aline afirma que só continua a morar no Jd. União da Vitória por não ter condições de se manter pagando aluguel em outro lugar. Relatou que tem familiares em Santa Catarina e que gostaria de se mudar para lá. Contudo, sua mãe não tem pretensões de se retirar do União da Vitória, tampouco de deixar o trabalho na reciclagem, que exerce há muitos anos. Aline diz que a mãe é o único motivo que a prende no União da Vitória, pois se ela decidisse mudar de cidade, de Estado, os irmãos a acompanhariam. Segue a sua narrativa:

Eu moro porque eu não tenho opção. Eu, se eu pudesse, eu já tinha mudado daqui. Eu não mudei porque eu não posso viver de aluguel. O que me segura muito aqui é a minha família, que é a minha mãe e os meus irmãos. Os meus vizinhos, eu nem ligo pros meus vizinhos não. Porque a minha família, a maioria foi pra Santa Catarina e tal e a minha mãe não quer ir por nada. Só a minha mãe não quer ir,

¹¹⁰ Cf. algumas notícias sobre atentados à UPS: Bonde News. Londrina: UPS do União da Vitória é alvo de atentado a tiros. 05, dez., 2013. Disponível em: <https://www.bonde.com.br/bondenews/policia/londrina-ups-do-uniao-da-vitoria-e-alvo-de-atentado-a-tiros-303054.html>. Acesso em: 08 de jun., 2018. Gazeta do Povo. Base da UPS sofre ataque no Jardim União da Vitória, em Londrina, 03, fev., 2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/base-da-ups-sofre-ataque-no-jardim-uniao-da-vitoria-em-londrina-ehzjw7iicpiyg4a4kh9ft60y6>. Acesso em 08, jun., 2018.

¹¹¹ Cf. Bonde News. Agente penitenciário morre e mais dois ficam feridos após serem baleados em emboscada em Londrina, 20, dez. 2016. Disponível em: <https://www.bonde.com.br/bondenews/policia/agente-penitenciario-morre-e-mais-dois-ficam-feridos-apos-serem-baleados-em-emboscada-em-londrina-430215.html>. Acesso em: 08, jun. 2018.

minha mãe acho que plantou o umbigo dela no serviço que ela não abandona por nada, um horror! Eu iria, só não fui ainda pela minha mãe. A minha mãe trabalha com reciclagem, a minha mãe vai ser dona da reciclagem, porque faz muitos anos. A minha mãe vai doente, deu enfarto na minha mãe esses dias, minha mãe ficou três dias em casa, no quarto dia a minha mãe foi trabalhar. Hoje mesmo eu ia pra Ibitiporã, só não fui porque ela ligou aqui e pediu pra eu não ir. Então às vezes eu fico presa aqui. E se eu for os meninos [os irmãos] vão tudo atrás de mim e ela fica sozinha, meus irmãos tão louco pra eu ir, porque eles vivem mais atrás de mim, tanto que a minha mãe fala que eu sou mãe deles. Tudo o que acontece é eu. Mas minha mãe também é doente, sabe? Minha mãe tem problema de pressão, minha mãe tem problema de coração. Então as coisas mais fortes, assim, é eu que tomo a frente, escola é eu, tudo eu. Mas enquanto ela não resolver ir atrás de mim tenho que viver aqui. Sou mais do que mãe deles, porque o trabalho da escola do dia das mães é meu, o trabalho do dia dos pais é meu. Então assim, eu me sinto no lugar da mãe deles, de todos eles, dos meus quatro irmãos.

Aline afirma que se ela decidisse se retirar do União da Vitória, os irmãos a acompanhariam, pois eles enxergam que o bairro não oferece perspectivas para uma vida melhor:

Eles não gostam daqui. Eles falam assim, que aqui as pessoas não têm opção de vida. Porque eles são muito estudiosos, graças a Deus. Um é bravo e o outro é calmo. Um fala igual eu e o outro não fala nada. E a escola ali onde ele tá estudando, que é o Thiago Terra, entra muita gente, todo mundo entra, o portão fica aberto. Então eles falam assim que acham errado. Porque eles acham que na escola, os alunos entrou não tem que ficar aberto pra fumar maconha na escola, sabe? E chega aqui eles falam: “Poxa, Aline! Você fala que a gente não pode fumar maconha, que a gente tem que estudar, mas todo mundo fuma maconha na minha escola”. Tipo assim: “Eles estão fumando maconha na escola, Aline, então maconha não faz mal”. Então eles jogam isso na minha cara. E eu falo pra eles assim: “O dia que eu pegar eu quebro a cara dos dois”. Aí eles falam assim: “Mas você fica falando que a gente não pode fazer isso, mas tem na escola”. Sabe assim? E eu não tiro a razão deles. Eles falam: “Aline, entrou pra escola, não estuda, não tem que entrar”. Eles estão certos, eles não estão errados mesmo. Eles não gostam daqui.

No que se refere aos estigmas territoriais, Aline fala sobre as amizades que possui em outras localidades de Londrina que não frequentam a sua casa por medo da

violência. Em seu depoimento é interessante observar que, se, por um lado, há exacerbação de estigmas e certa dose de exagero na imagem do União pelo olhar de quem é de fora, por outro, o cotidiano de violência existe e é concreto. Segue a sua narrativa:

A minha fia, ninguém gosta do União não, quem gosta é só eu. Ninguém gosta do União, quem mora fora, porque você assiste uma reportagem, todo dia tem União, todo dia tem. Hoje o União não é feio igual tem fama. O União tem fama de ser um dos piores bairros de Londrina, de ser o bairro que tem mais criminoso. Mas não é igual os outros de fora falam, sabe? Eu tenho amigos meus, de classe mais alta, que não vem no União. Esses dias mesmo a gente fez uma social na casa da ex-patroa da minha mãe, que eu sou muito amiga das filhas dela, aí elas mandou me buscar. Eu falei: “Poxa, Fer, você não vai vir pra cá?”. Ela falou: “Nega do céu, cê é louca?!”. Ela falou: “Cê é louca, se eu chegar aí eles me matam”. Aí eu falei: “Mas matar você porque menina, você nem tem dinheiro, você mora na Fernando de Noronha [centro de Londrina] de aluguel! (risos). É, é um exagero, sabe? Eu falo: “pode vir, ninguém vai te matar não”. Mas é pela fama, né? Pelo que os outros falam. É muita fama. O União, coitado.... É isso que acontece, o União é essa paz aqui, o negócio fumega mais a noite. Que nem hoje, é final de semana, mas pra gente, a gente já tem costume, três, quatro horas da manhã a gente vai escutar uns tiros, vai escutar viatura descendo pra fazer pressão, a polícia dá uns sete tiros aqui na esquina, todo final de semana, e sete ali embaixo. Então é rotina, a gente já acostumou com isso. Só que quem é de fora e posa aqui, os tiro é bem aqui na esquina, mas parece que é aqui dentro. Se você vem de fora e dorme aqui em casa, meu Deus, se você escutar sete tiros você fica louca. Até a Caroline [filha] escuta e fala assim: “Oh, mãe, já chegaram”. A gente já tá acostumado. Então pra gente assim: “Ah, deram tiro”. Eu falo: “Ah, nunca mais mataram ninguém, só faz gastar bala”.

É tipo assim, eles dão tiro aqui, eles revidam lá no União 6, aí não dá tempo da polícia chegar, que eles também não é burro, né? Aí, eles revidam lá no 6 e a polícia sobe correndo pro 6. Aí os meninos do 5 revidam. Aí a polícia desce. Enquanto a polícia desce pro 5, os outros já estão revidando lá no 4. Então assim, a polícia fica igual louco. Menina, você precisa de ver. E eu moro aqui em cima, eu apago as luzes, eu vejo todo mundo e ninguém me vê, você fica olhando, é uma loucura

Ao ser questionado sobre como é, para ela, criar uma filha no Jd União da Vitória, Aline relata:

Ela mesma sabe. Ela tem medo próprio, então ela sabe a hora de tudo, porque ela faz tudo sozinha, eu não levo pra escola, eu não levo pro projeto [Viva Vida]. Olha a distância que eu moro do Viva Vida, pois ela vai sozinha. Às vezes a Ellen [coordenadora do Viva Vida] me chama e fala assim: “Poxa, mas ela é criança”. Eu Falo: “Ellen, e se eu morrer hoje? A minha mãe trabalha, os bebês [os irmãos de 14 anos] fazem curso e estudam, o que que vai ser da minha filha? Então se eu não ensinar a minha filha a sobreviver, se eu morrer hoje ela vai vegetar”. Ela tem que saber. Então ela sai, ela brinca, mas tem um horário, minha fia, tem hora que ela passa dez minutos, ela chega aqui até com o zoio branco: “mãe do céu! Eu vi a polícia passando!”. Porque escurece a polícia começa a andar, né? Mas é normal.

No que se refere ao consumo de drogas e envolvimento o crime, Aline afirma não realizar mais nenhuma dessas práticas e atribui essa “recuperação” à preocupação e amor pela família, que a tem como base, como alicerce. E, se por ventura, esse alicerce venha a enfraquecer, a família toda esmorece:

A gente fala sobre tudo! Quando eu usava droga, eu mostrava pra eles eu usando. Eu falava: “Vocês sabem o que é que é isso aqui? Isso aqui é uma coisa que desgraça a vida da gente”. Eu falava pra eles: “Vocês sabem o porquê que eu tenho essa casa velha? Vocês sabem por que na minha geladeira não tem nada? É porque eu uso droga! Vocês sabem por que eu não tenho respeito, eu não tenho amigos? É porque eu uso droga”. Então assim, eu nunca escondi de ninguém, só que quando eu parei também eu fui lá, chamei todos eles e falei: “Vocês sabem porque eu não uso mais drogas? Por vocês! É porque eu tenho vocês. Hoje eu tô saindo do crime por vocês. Só que o dia que vocês me derem um pé, eu volto pro crime”. Aí, quando eles veem alguém aqui, eles já ficam: “Poxa, será que ela vai voltar?”. Sabe? Eles têm medo. Então assim, isso é o que incentiva e eles também. Eu acho até que eles nunca vão cair na droga, com medo de eu cair. Porque se eu cair a minha família desmorona. Eu sou a chefe da minha família. Se eu cair, todo mundo cai. A nossa família é um jogo de dominó, você tem que derrubar a primeira peça, então se eu cair, cai todo mundo, então eles ficam muito seguros em mim. Às vezes eu vou em alguma festinha, eles falam pra mim assim: “Ah, Aline, por favor, não usa nada não”. Eu falo, “fio, eu juro por Deus, eu não vou usar”. Eu falo pra eles: “O dia que eu fizer alguma coisa, vocês vão ser os primeiros a saber”. Porque eu não minto pra eles. Então assim, o que segura eles

mais também é isso, é o fato de eu já ter usado drogas, é o fato de eu já ter caído nas drogas fortemente. Eles focam tudo em mim, então tudo o que eu faço eles querem fazer. Tudo que eu falo pra eles, se eu falar pra eles assim: “Não pode usar droga”. “Poxa, Aline, não pode, mas você usa”. Eu parei por causa deles, meu medo foi o que, deles caírem... Tem hora que me dá a louca de ir pra igreja. Eu to aqui me arrumando quietinha, eu saio quietinha. Ah, eles olham lá da frente, aí sempre o Marcelo que cuida da minha vida, o Marcelo fala: “Vitor, a Aline tá indo pra igreja”. Não dá dois minutos tá os dois sentados no banco do meu lado. Aonde eu vou eles estão atrás. Então assim, se eu cair, eles caem. E se eu tivesse continuado na droga, hoje tava todo mundo usando, a família inteira, tudo drogado. Eu agradeço muito a Deus por eles.

Hoje eu tenho amigos. Antigamente não, eu não tinha amigos, eu tinha respeito. Então assim, eu prefiro o meu momento hoje, eu prefiro os meus amigos. Hoje, quem tá comigo, é porque gosta de mim, porque pra ser meu amigo, cara, tem que ser amigo, porque eu sou chata, eu sou chata. Então assim, antes não, antes eu tinha todo mundo porque eu tinha dinheiro, eu tinha a droga. Então final de semana era churrasco, era monte de droga, então eu tinha muitas pessoas ao meu redor. Hoje não, hoje quem tá comigo é porque gosta de mim, porque hoje eu não tenho nada, hoje eu não tenho nada. Então assim, eu conto nos dedos as minhas amizades, sabe? Mas eu vivo bem assim.

No que se refere à questão racial, ela aparece em vários dos depoimentos de Aline, sobretudo no que se refere à vulnerabilidade de seus irmãos em relação à violência policial. Também afirma ter vivenciado situações de discriminação no tempo da escola, mas nunca com pessoas mais próximas, até porque, nas palavras da própria Aline, ela sempre foi brava:

Na escola já passei por discriminação, mas a minha relação com os meus colegas sempre foi normal, porque assim, tinha discriminação da parte dos outros, deles pra mim não, porque eu sempre fui a brava, eu sempre fui a chata. Então assim, se eles tinham alguma coisa contra, eles falavam pros outros, mas a hora que eu chegava era todo mundo meus amigos. Por mais que fosse mentira, se mostravam meus amigos. Talvez não era questão de gostar. Era questão de: “Nossa, ela é brava! Nossa ela é chata!”... Mas a minha mãe sempre ensinou a gente que quem é de verdade sabe quem é de mentira. Então hoje a gente conhece as pessoas pelo olhar, então às vezes sinto uma coisa assim... mais distante, mas eu sei o que é.

Diversas pesquisas mostram que o ambiente escolar é um espaço repleto de práticas discriminatórias empreendidas tanto pelas crianças, quanto pelos profissionais da educação, principalmente em forma de “brincadeiras”, apelidos alusivos à cor/raça ou mesmo de expectativas do professor em relação ao rendimento do aluno negro (BASTIDE, 1959; CAVELLEIRO, 2005; SANT’ANA, 2005; JORGE, 2016). É também bastante comum no Brasil àquela forma de racismo implícito, como mencionado por Aline, que pode ser percebido apenas pelo olhar. Um tipo de racismo silencioso, mas igualmente violento para quem é vítima.

❖ **Fernando**

Cada lugar tem algo especial, tem uma história que a gente ajudou a construir (Fernando, 35 anos, 2017).

Fernando tem 35 anos de idade e é natural de São Paulo (SP). Criado apenas pela mãe, nascida em Porecatu (PR), ele chegou a Londrina ainda criança, com apenas um ano de idade. Morou a maior parte da vida no Jd. União da Vitória, mais precisamente, 28 anos. Foi um dos idealizadores da Casa do Hip Hop de Londrina, vinculado ao Programa Vilas Culturais da Rede Cidadania, com recursos do Ministério da Cultura. Atualmente mora numa casa alugada num bairro da zona oeste de Londrina com a esposa e os dois filhos, entretanto, nunca deixou de frequentar o União da Vitória, pois além do forte vínculo que possui com o bairro, sua mãe, irmã e sobrinhos continuam a habitar o local. Fernando tem o ensino médio completo e já exerceu diversas atividades, trabalhando a maior parte do tempo em empresas como profissional terceirizado. Chegou a trabalhar também como educador, ministrando oficinas de rima/rap, um dos elementos do Hip Hop, no CIAADI - Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator. Atualmente trabalha como autônomo, é proprietário de uma loja de artigos de Hip Hop numa galeria de comércio populares de Londrina, local onde me concedeu a entrevista.

Antes de se estabelecer no União da Vitória, sua família morou de aluguel em alguns bairros da periferia da zona sul. Quando permanecer arcando com as despesas do aluguel, tendo três filhos para criar sozinha, tornou-se insustentável, sua mãe participou da primeira ocupação no União da Vitória, ocorrida na década de 1980. O primeiro abrigo da família foi uma barraca de lona. Segue o seu depoimento:

A minha mãe se separou do meu pai quando eu tinha um ano. A minha mãe veio embora, a gente morava em São Paulo e aí veio embora pra cá. Morei no São Lourenço, no Cafetal, que é tudo bairro ali da zona sul. Quem paga aluguel vive mudando, vida de cigano. A minha mãe, até então, morava de aluguel e ela era mãe solteira. Aí tinha eu, mais um irmão e mais uma irmã, aí quando começou o União eles pegaram um terreno lá pra sair do aluguel. E aí a gente foi pra lá, a gente foi pra lá desde o início. Acho que hoje o União é até o 6, se eu não me engano, mas na época era só o 1, eram duas ruas quando a gente foi pra lá, tava começando a abrir as ruas ali, até as datas só tinha marcação. Quando a gente foi pro União a minha mãe morava num barraquinho, tipo uma barraca de camping, só que de lona preta, pequenininha. Era só uma barraquinha pequena que cabia um colchão de casal. E aí as coisas ficavam pra fora, né? Até porque nem tinha muita coisa. Era só uma barraquinha, só entrava dentro pra dormir a noite e de dia passava o dia inteiro pra fora. Ela foi pro União pra ter casa própria, mulher sozinha, ter que pagar aluguel, sustentar três crianças, mais as outras responsabilidades que ela tinha.

Torna-se evidente o papel central da mulher, mãe, no enfrentamento de todas as dificuldades para assegurar um terreno para abrigar a família. No que se refere à infância no União da Vitória, Fernando relembra:

Eu me lembro de quando eu era criança a gente tinha que estudar sempre, sempre não, mas quase sempre, em horários diferentes, eu e o meu irmão. Então quando ele chegava da escola, vinha rapidinho pra tirar o tênis pra eu ir, porque só tinha um tênis, a minha mãe não tinha condições de dar tênis pra mim e pra ele. E bolsa, a gente não tinha bolsa, levava um saquinho de arroz quando tava chovendo, sacolinha de mercado. E é uma realidade, às vezes eu comento com a molecada: “hoje vocês tem tudo”. E eles dão risada: “Tá louco, para de mentir!”. Mas não era, foi uma realidade que eu vivi. E isso meus filhos não passam. Chegava o Natal, o único presente que eu ganhava no Natal era quando os patrões da minha mãe iam trocar de carrinhos pros filhos deles, aí enchiam aquela sacola, davam pra minha mãe e ela trazia pra nós. E, nossa, era a alegria! Aí tinha aqueles brinquedos que você só via na TV. Hoje não, a molecada entra aqui tem Play 4 de 1.100, 1.600, 1.800 reais ali e a mãe compra. Criança com dez anos tá com um iPhone, isso, aquilo, não tem nem necessidade de usar, mas tem. Eu acho assim, o que não tem e é necessária é a educação, a saúde, a cultura, que eu acho que é melhor do que dinheiro.

Sobre viver no União da Vitória, Fernando afirma que, apesar de todas as adversidades enfrentadas cotidianamente pelos que lá residem, existe uma rede de solidariedade muito mais sólida entre os moradores do que a realidade por ele observada em bairros mais consolidados economicamente, onde as pessoas, muitas vezes, nem se conhecem. A apreciação de Fernando, compartilhada também por Anderson e Rafael, mesmo tratando de contextos muito distintos, fez lembrar um estudo desenvolvido por Robert Park, que analisou, desde os seus primeiros estudos desenvolvidos sobre segregação no âmbito da Escola de Chicago, que o confinamento de indivíduos e grupos em territórios segregados tende a fortalecer a intimidade e solidariedade entre vizinhos (PARK, 1979: 34). Segue a narrativa de Fernando:

Cada lugar tem algo especial, tem uma história que a gente ajudou a construir. Quando você cresce em bairro pobre você aprende a sobreviver em meio à dificuldade, em meio à guerra, em meio a várias coisas. Você tá ali e você tá exposto. Mas no bairro pobre eu acho que o amor também é diferente. Mesmo com tantas dificuldades as pessoas se amam mais. As pessoas, querendo ou não, se respeitam e se ajudam mais, a relação é mais próxima. No União, se eu falar pra você, eu conheço gente do União inteiro. Agora tem amigos meus que moram em prédios e não conhecem ninguém, não conhece nem o vizinho, quando dá bom dia. Então eu acho assim, uma parte positiva que tem é isso, você cresce na dificuldade, mas você é feliz, você brinca, você tem saúde, porque só corre. Você cria anticorpos, que, hoje em dia a criança não pode relar na terra que: “Fulano, você tá pegando na terra!”.

Não obstante os aspectos positivos ressaltados por Fernando, assim como por outros entrevistados, ele reafirma que a visão daqueles que estão de fora do bairro é diferente, é discriminatória. Em seu depoimento pode ser observado o impacto dos estigmas territoriais desde o pleiteio de um trabalho até o estabelecimento de relações afetivas. As abordagens policiais de conduta abusiva sofridas na região central, certamente decorriam, num primeiro momento, pela questão da raça - visto que já é conhecida a seletividade policial na revista de “suspeitos”, a chamada cor padrão para a criminalidade - e se intensificava com a descoberta do lugar de moradia do abordado, ou seja, devido aos estigmas territoriais do União da Vitória. A tendência a incriminar o abordado a qualquer custo está fundamentalmente relacionada ao, nas palavras de Abdias Nascimento, “delito de ser negro”, e aquilo que Sabatini e Sierralta denomina

de face subjetiva da segregação, que são os estigmas territoriais. Segue a narrativa de Fernando:

O que é ruim é a dificuldade, é a discriminação, porque o União, principalmente na época que começou o União, todo mundo tinha medo, pra arrumar uma namorada era difícil, se você falasse que era do União, meu Deus do céu! E trabalho nessa época? Eu era novo, então trabalhava assim, no centro, né? O pessoal que vinha procurar trabalho, se colocasse que morava no União já tava descartado. Polícia, você levava um enquadro aqui no centro e o policial: “Onde você mora?”. “Eu moro no União”. Ai já: “Você mexe com que? O que você faz? Já foi preso?”. “Não”. “Já foi sim rapaz, pode falar que eu vou puxar”. Então assim, as pessoas já te veem com outros olhos. Antigamente era “sem terra” que o pessoal falava. Eu falava: “Eu moro no União”. “Mora aonde?”. “No União”. “Ah, lá nos sem terra, lá?”. Ai eu falava: “É, lá mesmo”. Ai o povo falava: “Vixe! Lá é não sei o que...”. “Ah, aconteceu não sei o que, não era lá do União? Não era lá dos sem terra?”. “Ah, mataram uma pessoa lá na zona sul”. “Lá nos sem terra?”. Tudo era no União, mesmo que não fosse, o primeiro bairro que era citado era o União. Então as dificuldades que eu penso são essas daí, né?

Para Fernando, o que reforça não apenas os estigmas territoriais, mas a própria dinâmica de violência, no União da Vitória e em outros bairros segregados, como é o caso também do Res. Vista Bela, é o jornalismo policial. Esses programas, ao explorarem a violência sem empreender qualquer discussão sólida sobre o fenômeno, restringindo-se a clamar por mais policiamento e repressão, e a colocar em evidencia não apenas criminosos ou “pessoas de má índole”, mas os territórios aos quais eles estão vinculados, estimulam uma qualificação depreciativa dos moradores desses territórios em conjunto. Fernando afirma:

Eu acho que o que conduz, o que instiga, não é nem o bairro. Eu acho que o que conduz, o que instiga, uma das coisas que mais atrapalha a periferia hoje em dia, eu acho que são os programas policiais, porque quando você multiplica muito uma ideia ela vira verdade e vira atração. Eu sou de uma época que tinha só o Carlos Alborguetti, o Cadeia [jornalista policial]. Agora, hoje em dia, se você vai ligar a televisão todos os canais, em todos os momentos tá passando só notícias ruins. Ai o que acontece? “Ah, fulano matou não sei quem”. “Vixe! Aquele bairro lá tá feio, porque os piores bandidos estão lá”. Ai a outra favela fala: “Que? Tá lá, é nós que tem que comandar”. Ai quer mostrar que os piores bandidos estão lá. Ai vira

uma disputa. Então, por causa de programa policial, eu creio que aumenta muito mais a criminalidade. “Ah, passou o nome de fulano lá”. “Mas da onde que é o cara?”. Isso daí existe, porque no União mesmo um monte de cara falava: “Se eu passar no Camargo [jornalista policial] tem que ser com um bagulho muito louco, bagulho pá mesmo, derrubei fulano. Vai passar lá que eu roubei não sei o que? Não mano, se eu passar lá vai ser porque eu tombei [matei] fulano”.

A narrativa de Fernando abarca elementos importantes, uma vez que o reforço da ideia de que o bairro é violento fortalece os estigmas sobre todos aqueles que lá vivem. A mácula, derivada do processo de estigmatização, pode exercer ainda um papel degradante na autoimagem do grupo estigmatizado levando alguns a internalizarem as desqualificações como verdadeiras. No caso dos jovens mencionados por Fernando, torna-se evidente que as desqualificações depreciativas a eles atribuídas pelos meios de comunicação e por aqueles que detêm um olhar de fora sobre o bairro, induzem muitos deles não apenas a internalizem, mas também a se alinharem a essa imagem estereotipada socialmente construída, agindo em sua correspondência. Pode, ainda, entre tantos outros problemas, restringir as interações sociais cotidianas, a sociabilidade dos próprios moradores ao fortificar a desconfiança e o medo da violência. Fernando afirma: *Tem gente lá dentro do União que pensa da mesma maneira que as pessoas de fora, tem a mesma visão do pessoal de fora, sobre o pessoal de lá.* Tal fato pode levar ao enfraquecimento da união de indivíduos pertencentes ao grupo estigmatizado, minando suas possibilidades de luta coletiva.

Sobre as vulnerabilidades as quais uma pessoa está exposta ao viver num território pobre, segregado e estigmatizado, Fernando faz uma interessante exposição. Refere-se ao Residencial Vista Bela como “o União da Vitória de antigamente”. Isso porque, apesar de todo histórico de discriminação no qual o União da Vitória sempre esteve imerso, o Vista Bela, hoje, está permanentemente em evidência em noticiários locais, sobretudo relativos ao jornalismo policial. Fernando afirma:

Cada pessoa tem a sua dificuldade e cada pessoa tem a sua resposta pra essa dificuldade. E cada pessoa vai agir de uma maneira. Hoje, se você for ver, o Vista Bela é o União da Vitória de antigamente e aí quem tá ali dentro vai agir conforme a sua necessidade. O cara tem três filhos, não consegue emprego e foi roubar. É desculpa? Não é, mas chega num momento da vida, tem pessoa que fala que rouba, que comete crime de sem-vergonhice, ou pelo reforço dessa ideia por

programas policiais, mas tem gente que vai por desespero. Eu conheço pessoas que foram pelo desespero. Era a última opção, sem alternativa, bate aqui, bate lá, bate lá, bate lá, não acha e tá lá: “E aí, o que é que eu vou fazer? Fulano tá morrendo, eu preciso de um remédio”. Mas tem uma parcela que é na sem-vergonhice. Mas hoje em dia também, isso era mais antigamente, hoje em dia se você for ver, o crime, a violência, ela não tá instaurada só na periferia. Nos outros bairros, se você for pesquisar certinho, tá pior. A molecada aí de classe média, de classe média e alta tá pior do que os moleques da favela, sem a necessidade, sem ser a última opção, tem um monte de opção. Quando eu dava oficina mesmo, eu dei oficina no CIAADI [Centro Integrado Atendimento ao Adolescente Infrator] uma época e tinha uma menina lá que tinha tudo. Ela falou pra mim: “Nossa, Fernando, eu tô aqui de sem vergonha, eu tenho tudo, tudo o que eu quiser meu pai me dá, tudo que eu quiser minha mãe me dá. Meu pai ganha bem, minha mãe ganha bem, eu tenho uma casa assim, o meu pai tem um carro. Só que eu gosto, eu gosto de estar no meio da molecada da favela, eu gosto de roubar com os moleques, eu gosto. E que nem ela tem um monte.

No que diz respeito à instalação da UPS no Jd. União da Vitória, com base em relatos de amigos e familiares que habitam o território e sua própria percepção, Fernando compartilha da visão de Aline, ou seja, de que nada mudou. Mais do que isso, assim como Aline, levanta a questão de ilegalidades na prática policial:

Na verdade assim, o que eu tô sabendo agora é que os policia tá roubando os caras lá, o pessoal de lá. Quando dá geral, quando eles têm oportunidade, eles tão roubando telefone, o que eles conseguirem roubar, eles tão roubando. Mas, na minha opinião, não funciona, não muda nada. Não mudou nada, continua a mesma coisa.

Para Fernando o que o União da Vitória necessita é de investimento público de viés educacional, mais precisamente, investimento em programas e projetos sociais. Embora haja projetos importantes, como o Viva Vida, gerido pelo PROVOPAR, com apoio da Prefeitura de Londrina, e o “Passos para o Futuro”, fruto da iniciativa individual de Vasco Roverall¹¹², educador social, esses não têm condições de abranger todas as crianças e adolescentes do complexo de bairros que formam o União da Vitória e vivem a mercê da falta de recursos. Segue o depoimento de Fernando:

¹¹² Para informações sobre o projeto Passos para o futuro, cf. AVANSINI, Carolina. Fazer o bem: a dança como isca. *Folha de Londrina* – Folha Especial, 22, nov., 2017.

Abre-se muito “prédio” e pouca mão-de-obra, pouca infraestrutura, tem muito “prédio”: “Ah, aqui é uma praça”. Isso aqui é uma praça, tá lá a praça, e aí? Tem alguém pra instruir? Tem alguma atividade que vai seduzir o olho da molecada? Porque se você constrói uma praça e deixa ela lá, daqui a pouco ela tá cheia de mato e não vai nem carpir o mato, quem vai usar ela vai ser o traficante, vira o ponto de referência. E aí a molecada vai fazer o que? Vai tudo estar junto com o traficante. O que falta, eu acho, são programas sociais, projetos sociais. Eu sei, tem um projeto. Tem o Vasco que dá aula de C. Walk [estilo de dança] lá e que eu acho que não tem uma ajuda do governo. Falta investimento. O Vasco mesmo faz o trampo dele lá, ajuda muita criança, incentiva muita criança, mas faz isso praticamente sozinho.

Fernando falou também sobre as suas estratégias para lidar com as discriminações, sobretudo aquelas relacionadas ao seu lugar de moradia, quando ele residia no União da Vitória. Assim como Rafael, ele ressalta o importante papel do Hip Hop em sua trajetória, tanto na construção de sua autoestima, relacionada à negritude, tendo como referência seus primos mais velhos que se arrumavam para frequentar os bailes, quanto na formação de seu pensamento crítico. Teceu ainda algumas críticas sobre o cenário atual do *rap*, um dos elementos do Hip Hop hoje e o enfraquecimento de seu papel central, visto que a preocupação maior de muitos adeptos, hoje, é mais com a diversão, a levada do som e a ostentação do que com a qualidade das letras e comprometimento com as causas sociais. Segue a sua narrativa:

Eu cresci a minha vida na cultura Hip Hop e eu sempre busquei estudar sobre a cultura. Então se a pessoa fala pra mim que o União é desse jeito, eu tento mostrar pra ela que não é, de alguma forma. Porque eu sempre pensei assim, se você não concorda com o que o seu amigo fala, você não discorda também. Tenta mostrar pra ele que não é daquele jeito, mas sem discordar verbalmente porque aí acaba dando em nada e só gera conflito. Que nem a minha tia mesmo, no comecinho tinha uma tia minha que ficava meio que horrorizada, ela falava: “Nossa, mas vocês não têm medo? E os meninos? Vocês tem que tomar cuidado, hein!”. Aí o que é que eu procurei fazer, eu procurava ir na casa dela, nós ia a pé, lá do União até a casa dela no Cafezal, e eu procurava levar dois, três colegas meus, porque eles não faziam mal pra ninguém, eram como eu. Procurava ir na casa dela. Aí chegava lá na casa dela via que não era nada daquilo que ela pensava. Eu vim de uma família em que os meus primos mais velhos, eles já vinham do funk, do break e eu cresci vendo eles se arrumarem pra ir pra som, eles compravam roupa de

dança lá, tinham um monte de troféu. Isso aí que me seduziu, comecei a gostar e a me envolver com o pessoal. Aí o pessoal ia pra danceteria, antigamente tinha som no centro comunitário, essas coisas, e aí eu via os caras tudo se arrumar pra ir [e pensava:] eu quero isso daí também. Foi através disso e o resto foi evolução, porque o rap é a evolução do funk, do samba, desses ritmos.

É o que eu falo, né? O Hip Hop antigo, os caras acham que eu sou velho, mas o Hip Hop antigo ele resgatou muita gente, ao contrário do rap atual, porque o rap atual, hoje em dia ele já perdeu a essência dele. Aí os caras vem: “Mas porque você não gosta do que eu to falando?”. Antigamente a gente tinha um objetivo, a gente buscava conservar uma essência que já vinha de antigamente. A gente tinha uma ideia que era resgatar os moleques das drogas, desviar o caminho. Se os moleques estão indo para as drogas, arrumar um jeito dele não ir para aquele caminho, porque isso vai fazer com que a periferia se fortaleça. Esse moleque que você desvia da droga hoje vai ser um líder comunitário, vai estudar, vai ser um doutor amanhã e vai mostrar para a sociedade que as pessoas da periferia têm jeito, elas tem chance, é só dar oportunidade. Ao invés de você jogar para o crime, resgatar. A ideia do Hip Hop é essa, resgatar as pessoas do mundo do crime, dessa margem, né? E hoje em dia não, hoje em dia conseguiram deturpar toda a ideia. Hoje é só droga, mulher, ostentação, você não vê nada social. Esses dias uma colega nossa fez um post falando: “Tanto se fala aí que os caras tão arrebrandando hoje, tão fazendo show, um monte de gente aí tá curtindo, um monte de views no Youtube, um monte disso, um monte daquilo e todo mundo arrebrandando. Só que aí a manifestação que teve aí, porque que do movimento Hip Hop não tinha ninguém lá?”. Porque o rap, o Hip Hop foi criado pra isso, pra lutar lado a lado com os movimentos sociais, em prol da sociedade, dos mais excluídos da sociedade, em prol das periferias. E aí tem uma briga lá pra ganhar algo benéfico para o povo e o movimento não tá, não tem ninguém dos moleques aí. Não sou contra, mas tem 300 mil cara que tão presentes nas batalhas [de rima] da Concha, nessas batalhas que tá tendo na cidade aí, tudo quanto é ponto de batalha você vai lá e tá lotado, mas até onde o rap é por uma causa social ou não é? Vão querer ver quem canta melhor, quem rima melhor, mas a ideologia do rap se foi. Letra, não tem história. Eu sou do tempo em que eu gostava de escutar a minha história. Os caras hoje tem flow, só flow, só rima.

No que se refere à questão racial, Fernando relata ter vivenciado situações de discriminação, contudo, essas eram implícitas, ou seja, derivadas daquele tipo de

racismo à brasileira, velado, que Florestan Fernandes chamou de “preconceito de não ter preconceito” (BASTIDE; FERNANDES, 1971: 148). Alegou, também, já ter encontrado dificuldades de conseguir trabalho, porém, que não se deixou se abater pelas adversidades. Quando as coisas não se encaminhavam por uma via, ele buscava por outras:

Não sofri discriminação abertamente. Mas a gente sabe que tem, a gente sabe que existe em tudo quanto é tipo de lugar, em tudo quanto é meio, existe. Camuflado, mas existe e a gente percebe isso, eu já senti isso. Eu nunca fui fazer uma entrevista de emprego, porque os trabalhos que eu passei foi tudo por indicação. Mas por amigos, assim, a gente pode dizer que a dificuldade é maior para a pessoa negra encontrar... Ser contratada é parte de entrevista, né? Porque a gente tá em 2017 e ainda tem aquele lance da boa aparência e o negro não ser visto como boa aparência. Então eu acho que tem uma injustiça muito grande assim, na classificação das pessoas, por conta de uma pessoa ser negra e a outra pessoa ser branca. Eu acho que uma das dificuldades maiores é essa. Mas eu não abaixo a cabeça, porque se não der certo em uma coisa, eu tento em outra, e se não der certo em empresa, eu vou correr atrás por conta própria. Então assim, eu sei que existe dificuldade, mas pra quem tá disponível a vencer, eu acho que a dificuldade é só um detalhe.

Fernando está sempre em busca de melhorias para sua vida e de sua família. Disse que já pensou em cursar uma graduação, mas ainda não consolidou essa ideia pelo medo da frustração:

Já pensei em fazer uma faculdade, mas no momento o que complica mais é a família, trabalho, família, as responsabilidades do dia a dia que não te dá um tempo. Porque eu não gosto de começar nada e parar no meio do caminho. Porque às vezes: “ Ah, eu vou fazer uma faculdade”, mas aí você começa a fazer e chega na metade do caminho você tem que parar. Então é difícil, é um sonho que fica bloqueado. E eu acho que a pior coisa que tem não é a pessoa sonhar e não realizar o sonho, é ela ser bloqueada no meio do caminho, aí a frustração é maior. Eu falo, até comento com uns colegas meus, sempre quando eles vão fazer alguma coisa eu falo: “Pensa bem pra não se frustrar, porque a frustração ela derruba muito a pessoa”. Tem muita gente que tá morando na rua por frustração. Então se você acha que vai ter uma frustração forte, não é o momento certo. Então dá uma

brecada, porque se a gente não tiver estrutura a frustração ela derruba a pessoa e derruba feio.

Relatou, todavia, que recentemente prestou concursos públicos, fez o uso da reserva de vagas para negros e está aguardando a convocação. Questionado sobre a sua visão acerca do sistema de cotas para negros, tanto em universidades, quanto em concursos públicos, Fernando afirma que esta é uma política necessária:

Eu prestei concurso pelas cotas, até tô esperando ser chamado, tem dois concursos que eu prestei. Eu acredito, assim, que as cotas são válidas porque a gente não tem as mesmas oportunidades. Isso daí é um assunto que é muito delicado, porque muitas pessoas são a favor, muitas pessoas não são a favor. E eu penso assim, que se nós tivéssemos as mesmas oportunidades, não seria necessário haver essas cotas, mas como a gente tá meio milhão de anos atrás em várias situações, entendeu? Porque foi negado muita coisa, foi tirado o direito de muita coisa. A gente tava conversando ontem, eu e um colega meu aqui, a gente foi instruído a viver de uma maneira que não é a maneira correta pra gente viver. Então foi passada muita coisa pra gente que não era o correto e muita coisa que era pra ter sido passada pra gente foi escondida. Então só vai descobrir quem corre atrás e aí já é muito tarde também, não tem muita coisa a se fazer. Então tem que ter as cotas, tem que ter essas coisas que vão facilitando. Porque eu acho que a luta do negro brasileiro, particularmente, foi muito diferente da do negro americano, porque o negro americano ele foi livre porque ele teve o seu tanto de terra pra ele começar a trabalhar e nós não, nós fomos jogados na rua a mercê da sorte e até hoje continua a mesma coisa. A pessoa não tá na rua, mas tá na favela, não tem estudo, não tem cultura, só é passado o que interessa pro sistema. Então o sistema não quer que nós sejamos pessoas inteligentes, não quer que a gente cresça de uma maneira inteligente. Porque se os negros e a periferia se tornar inteligente, aí é complicado pro sistema. É uma ameaça.

Com sua visão, Fernando corrobora com os principais estudos brasileiros acerca da necessidade de políticas de ações afirmativas, que visem amenizar as injustiças sociais nas quais os negros historicamente estão imersos.

❖ **Isabeli**

... Quando eu mudei do Parque das Indústrias pro União, eu chorava muito, eu queria voltar pro Indústria, ficar lá, as amizades tudo lá. Eu nem

saía de dentro de casa, eu ficava sempre em casa. Nem na escola eu me adaptei... (Isabeli, 18 anos, 2017).

Isabeli tem 18 anos, solteira, nasceu em Londrina e, assim como Rafael, Aline e Fernando, foi criada apenas pela mãe, trabalhadora doméstica, também nascida em Londrina. É estudante, no período de realização da entrevista, março de 2017, estava matriculada no segundo ano do ensino médio e em busca do primeiro emprego. Ela morou parte da infância no Jd. União da Vitória e parte no Parque das Indústrias, zona sul, onde ela, a mãe e a irmã mais nova residiam em dois cômodos nos fundos da casa do avô materno. Devido a questões familiares, a família precisou se retirar da casa na qual morava no Parque das Indústrias e retornou ao Jd. União da Vitória 5, residindo em uma área bastante precária do bairro, a qual muitos chamam de invasão. A família estava a morar nessa área irregular, quando foi contemplada pela COHAB com uma casa própria no Jd. Nova Esperança, bairro vizinho, quase uma extensão do Jd. União da Vitória, pois além da proximidade, é dependente desse em relação aos principais serviços públicos e comércio. A família mora no Nova Esperança há pouco mais de um ano.

A entrevista foi realizada na casa de Isabeli na presença de sua mãe, que chegou a participar de alguns diálogos. A entrevista de Isabeli, assim como a de Anderson, evidencia o caráter dinâmico de chegada e retirada de famílias do União da Vitória quando se trata de áreas de ocupação irregular. Diversamente das áreas mais antigas do União da Vitória, onde houve o processo de regularização fundiária e a implementação de alguns serviços públicos básicos, as ocupações mais recentes (nem tão recentes) são extremamente precárias, tornando-se abrigo temporário de famílias que, em determinado momento, têm a oportunidade de se mudar para um lugar pouco mais estruturado. Entretanto, esta não é a realidade da maioria, há pessoas que residem em áreas irregulares há mais de 20 anos, sem qualquer perspectiva sólida de regularização, pelo poder público, e sem nenhuma condição de se retirar do local.

A entrevista de Isabeli apresenta uma característica peculiar em relação às demais entrevistas. Ao contrário dos outros entrevistados que, por um motivo ou por outro, se retiraram do União da Vitória, mas possuem fortes laços com o bairro, como é o caso de Anderson, Rafael e Fernando, com narrativas mais curtas e diretas, Isabeli

demonstra não ter qualquer sentimento de pertença em relação ao União da Vitória, tampouco em relação ao Nova Esperança, bairro no qual a família assegurou a casa própria, embora reconheça, nesse último, a importância da propriedade para a família e as melhorias alcançadas em comparação à situação anterior. Todavia, a saída do Parque das Indústrias para instalação no União da Vitória foi, para ela, um processo forçado, portanto, violento. Nesse sentido, essa entrevista foi a que menos consegui extrair informações sobre a relação entre sujeito e território, no que se refere ao Jd. União da Vitória. Contudo, foi importante no sentido de evidenciar que nem todos que moram num determinado território, de fato, o habitam, ou seja, se sentem pertencentes, e esse também é um aspecto importante.

Quando questionada sobre em qual bairro da zona sul, entre os três que sua família havia morado, Parque das Indústrias, União da Vitória e Nova Esperança (atual), ela melhor se sentia, sua resposta imediata foi: Parque das Indústrias:

O que eu gostei mais foi do Indústria, porque a minha infância foi lá, gostei muito de lá, por mim eu nem morava aqui, mas, como nós tem casa aqui[no Jd. Nova Esperança], se for mudar pra lá tem que morar no fundo da casa do vô, então não tem jeito, tem que morar aqui, porque aqui é nosso. Se não fosse isso eu morava lá, porque aqui é muito deserto. Até quando eu mudei do Parque das Indústrias pro União, eu chorava muito, eu queria voltar pro Indústria, ficar lá, as amizades tudo lá. Eu nem saía de dentro de casa, eu ficava sempre em casa. Nem na escola eu me adaptei, tem o Thiago Terra, no União, mas eu não me adapto não. Eu acho que o Indústria é mais tranquilo do que o União. Lá parece família, sabe? Todo mundo em família.

Mesmo com a mudança para o Jd. União da Vitória e, posteriormente, para o Jd. Nova Esperança, Isabeli não aceitou a ideia de mudar de escola. Estudou apenas um ano no Colégio Estadual Thiago Terra, no União da Vitória, mas não se adaptou. Esse mesmo colégio é a opção mais próxima do Jd. Nova Esperança, entretanto, ela retomou os seus estudos no Colégio Albino Feijó Sanches, no Parque das Indústrias, onde possui os mais fortes vínculos de amizade.

A mãe de Isabeli complementou o diálogo afirmando que, tanto quando a família se mudou para o União da Vitória, quanto para o Nova Esperança, sua presença no Parque das Indústrias prosseguiu constante a ponto de voltar para casa apenas para dormir. Torna-se evidente que, para indivíduos e grupos pobres, a falta de opção na

escolha do lugar de moradia impacta diversas esferas da vida social, a começar pelas relações de amizade e sociabilidade. Essa é uma das faces da segregação urbana involuntária, isto é, quando não há possibilidade de escolha. Segue o seu depoimento:

A gente saía cedo daqui pra ficar lá no meu pai. Aí o meu pai falava: “Gente, vocês tem casa, vai pra casa de vocês!”. E nós ficava lá. Nós só vinha aqui pra casa pra tomar banho e dormir. Na mesma casa que eu nasci, eu criei as meninas até uma certa idade. As amizades lá nunca morrem. De final de semana aqui não tem movimento, deu dez horas da noite você não vê vizinho na rua, criança brincando. Lá no Indústria dava uma hora da manhã nós tava na frente de casa, as crianças brincando. E até hoje é assim, a gente vai pra lá final de semana, a gente fica até uma, duas horas da manhã sentados na frente da calçada com cadeira, tomando refrigerante, tomando cerveja, é vizinho olhando um pro outro, conversando um com o outro. Aqui é diferente. Só falo quando precisa mesmo: “Oh, vizinha, eu vou dar uma saidinha, você dá uma olhadinha aqui e tal?”. Mas não tem nada. Quando tem algum barulho diferente tem alguns que já acham estranho. Mas tá bom, eu nunca imaginava que um dia eu poderia sair da casa do meu pai, depois, da invasão [no União da Vitória]. Eu, com 36 anos, nunca imaginei ter uma casa. A gente trabalha, trabalha, trabalha, mas conseguir comprar uma casa sozinha é muito difícil. Por isso gosto daqui, porque a casa do meu pai não tinha como aumentar pra lugar nenhum. Eu não tinha a liberdade de levar ninguém em casa que o meu pai implicava. Aí as meninas começaram a pegar uma certa idade e começou a querer levar a amiguinha pra casa. E o pai tá com uma certa idade, 64 anos, que qualquer coisa implica.

Sobre o Jd. União da Vitória, a mãe de Isabeli, assim como a filha, demonstrou não ter estabelecido fortes vínculos com o bairro no qual residiu em ocasiões distintas, mais precisamente, quando estava grávida de Isabeli e, posteriormente, quando deixou a casa do pai e se dirigiu a uma área de ocupação. Ela afirma ter vivenciado momentos muito difíceis no União da Vitória, desde o abandono pelo então companheiro, ainda no período de gestação, quando ela tinha apenas 17 anos, até o retorno mais recente, devido às precariedades e privações vivenciadas. Outro fator negativo, mencionado por ela, é o envolvimento de seu irmão em atividades criminosas, motivo de constantes brigas. Ela fala ainda sobre os avanços alcançados após a mudança para a nova moradia:

O União pra mim foi meio complicado, porque o meu marido me abandonou grávida dela lá, eu tive ela lá sozinha. E o meu irmão, como se diz, virou uma má

pessoa naquele lugar. E ele continua lá ainda, fincou raiz ali e não sai por nada. Então eu e o meu irmão brigava todos os dias. Depois eu morei no União 5, bem lá na invasão, e foi muito difícil também. A gente só fazia pra comer, pagar água e luz. Não tinha nada. Era só aquilo e pronto, isso porque eu tinha ajuda, tinha o pessoal do CRAS [Centro de Referência de Assistência Social] que me ajudava, aí entrou o Bolsa-Família no meu orçamento e ajudou muito. Aí eu mudei pra cá, eu comecei a trabalhar em dois empregos, eu consegui comprar os meus móveis, consegui comprar coisas para as meninas, comprar colchão. Poder trabalhar e falar: “Esse mês da pra eu comprar uma calça jeans pra você”. Então são melhorias. Mas assim, às vezes Isabeli fala: “Ah, mãe, eu queria fazer um curso de informática”. E eu falo: “Isabeli, eu não tenho condições de pagar!”. Então quer dizer, você tem que arranjar um primeiro emprego pra você poder avançar.

A narrativa da mãe de Isabeli, entre muitos aspectos, deixa evidente que, ainda que haja a intenção, por parte da jovem, de se qualificar através de cursos, ou mesmo de ingressar no ensino superior, anseio também expresso por ela, o caminho para consolidar essas pretensões deve vir, primeiramente, através do trabalho e não o inverso. Em outros termos, enquanto que para os grupos de maior renda a tendência predominante é jovem estudar, se qualificar, se formar e, posteriormente, se inserir no mundo do trabalho, para os grupos de menor renda priorizar o ingresso no trabalho menos qualificado é quase uma regra. Nesse contexto o trabalho é fundamental, uma questão de sobrevivência e o estudo é secundário.

Isabeli afirma que as desvantagens de morar no Jd. Nova Esperança, para além da questão dos vínculos de amizade, é que o bairro não oferece uma infraestrutura básica, sendo amplamente dependente do União da Vitória no que se refere aos serviços públicos essenciais e comércio. Por outro lado, é no Nova Esperança que a família teve o direito à casa própria e onde, pela primeira vez ela pôde ter uma cama para dormir:

Mercado, farmácia, tudo tem que ir no União. Aqui tem um mercadinho, só que não é a mesma coisa de lá de cima. Lá tem promoção e aqui tem sempre os piores preços. Ele é muito mais caro. Mas aqui e no União as pessoas são tranquilas, são de boa, só que seria mais de boa se nós estivesse no Indústria (risos). Mas também tem coisa boa aqui. Hoje eu tenho uma cama pra dormir, antes eu não tinha, e isso é muito bom.

Isabeli, baseando-se na experiência de amigas e de sua própria mãe, toca ainda numa questão importante, a gravidez na adolescência, que impacta a vida de milhares de jovens em todo o país, principalmente as que residem em territórios pobres e que possuem baixo grau de escolaridade, caminho que pretende se desviar. Apesar das dificuldades enfrentadas, sobretudo relativas às mudanças forçadas, Isabeli tem importantes expectativas para o futuro.

Vou ter filhos só depois da faculdade, eu sonho em fazer agronomia. Eu não quero fazer confusão na minha vida. Eu não quero sofrer igual a minha mãe sofreu, eu não quero ter filho nova igual a minha mãe teve. Eu não quero isso pra mim. Eu quero arranjar um emprego, ganhar o meu dinheiro e ajudar a minha mãe, sabe? Aqui no Nova Esperança eu tenho uma amiga, é a que eu tenho mais assim amizade. Eu conheço ela desde quando ela morava na favela, bem na favela mesmo, a do Vila Feliz [zona sul], a gente acompanhou ela assim, dos sete anos pra frente, até hoje. Só que ela passou por tanta coisa e não usou a inteligência. Ela tem filho, ela tem 17 anos. A prima dela que tem 15 anos agora, também tem filho. Mas eu sou amiga delas, das duas. Mas eu não quero isso pra mim.

No que se refere à questão racial, Isabeli afirma já ter sido alvo de discriminação no ambiente escolar, tanto proveniente da prática de alunos, sobretudo referente ao cabelo, que, como afirma Gomes (2008), é um dos mais importantes símbolos da identidade negra¹¹³, quanto proveniente de ações de um professor. Segue o seu depoimento:

Na escola, no começo, não gostavam de mim, mexiam comigo e sempre dava confusão porque eu saía na porrada. Depois que deu uma parada, de 2013 pra frente nunca mais teve. Mas era sempre por causa de bobagem, cabelo, bobeira de racismo mesmo, me chamavam de cabelo duro. Mas isso me incomodava muito, nossa! Então eu batia. Hoje parou porque tá na moda, então não brigo mais.

Na escola onde eu estudo, o professor parece que não gosta da gente. É assim, eu e a minha irmã, nós temos aula com o mesmo professor de inglês. Ele chega na sala e já começa: “foco em mim, foco em mim, foco em mim”. Eu abaixo a cabeça, eu não tenho o que fazer, né? Aí qualquer coisa que a gente fala ele: “Fora”. Com

¹¹³ Cf. GOMES, Nilma. *Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. Cf. Também: GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n° 21, pp.40-51, Set/Out/Nov/Dez, 2002.

a minha irmã a mesma coisa: “Fora”. Lá tem mais três negros. E é sempre as mesmas pessoas que ele manda. Duas aulas eu fiquei pra fora. Ele disse: “Não trouxe livro, boneca? Então vai pra fora”. E as outras duas eram brancas, emprestaram o livro e ficaram na sala. Então a gente sente esse negócio de racismo, a gente sente forte demais. Já falei com a direção, mas elas dizem: “Ah, ele é assim mesmo”. A direção fala isso.

No primeiro dia de aula que eu tive com ele, ele já: “Por favor, se retire da minha sala”. Eu falei: “Por quê?”. “Porque você olhou para o lado, eu não quero que você olhe pro lado, é pra mim!”. Porque comigo? Eu fiquei pra fora e são duas aulas na sexta feira. Cheguei em casa eu falei: “Mãe, esse professor, começamos hoje, foi desse jeito e esse”. Semana passado eu fiquei numa boa com ele, eu sentei bem no fundo, bem isolada pra ficar longe, pra ver se ele esquecia um pouco de mim. Fiz a prova, abaixei a cabeça, fiquei de boa. Ele ainda falou assim: “Por que você tá dormindo?”. “Eu falei: “Eu não tô dormindo, eu só tô de cabeça baixa. “Tudo bem então”. Eu fico de cabeça baixa pra evitar de conflitar dentro da sala. Hoje mesmo, como eu falei, eu fiquei duas aulas pra fora da sala, porque esqueci o livro. Duas meninas esqueceram e pegaram emprestado e eu não pude pegar emprestado, fiquei pra fora. Então tem uma diferença, porque as duas meninas puderam pegar livro emprestado, por que eu não pude? Mas a direção sempre diz: “Tem que ter paciência, Isabeli”. Tá bom, paciência, a minha paciência está se esgotando, começar a se esgotar e eu vou começar a falar coisa que ele não quer ouvir e eu vou ouvir o que ele não queria me falar. Então eu sempre saio como errada. E tem gente na sala que faz bagunça, conversa, mexe no celular, e ele não faz nada. E aí elas falam: “Não, o professor é suave! É da hora, ele nunca brigou comigo nem nada”. Essa é a diferença.

Um estudo publicado por Cavelleiro (2005), após ampla pesquisa de viés qualitativo envolvendo práticas educativas e o cotidiano de algumas escolas da região urbana do município de São Paulo, revela que os alunos brigam, verbalmente e fisicamente, por questões relacionadas à cor/raça. No entanto, essas questões são tidas como de pouca importância para a maioria dos profissionais da educação, que tendem a tratar a situação como “coisa de crianças”. As ofensas, agressões verbais e físicas, são “solucionadas” com um mero pedido de desculpas ou apenas com a recomendação de um adulto. Há também práticas discriminatórias derivadas de ações de profissionais da educação, que geralmente não se referem à ofensas abertamente racistas, mas sim ao descaso, tratamento diferenciado, menosprezo, menosprezo, ou mesmo baixas

expectativas em relação ao estudante negro. Na maioria dos casos, a criança ou adolescente discriminado silencia o seu sofrimento e Cavalleiro sugere dois motivos principais para este silenciamento: o primeiro refere-se ao fato da discriminação ser tão violenta que imobiliza a vítima; o segundo identifica a ausência de uma ação positiva ou encorajadora por parte dos profissionais da escola, que normalmente negligenciam e não dão importância ao racismo sofrido pelo estudante. Há ainda aqueles que sequer acreditam na existência de discriminação racial no cotidiano escolar (CAVALLEIRO, 2005: 78, 81).

A mãe de Isabeli afirma já ter ido à escola, conversado com a direção, mas como o problema não foi solucionado irá retornar:

Hoje mesmo ela reclamou, a outra menina também ligou reclamando desse professor e eu falei: “Não, eu vou lá conversar com ele, porque se tem só vocês quatro e ele tá implicando só com vocês quatro, então tem que se reunir e conversar com ele pra ver o que é que tá acontecendo, né?”. E eu vou na escola de novo.

Por fim, convém mencionar mais uma situação de discriminação racial relatada por Isabeli, que tem causado intenso sofrimento a sua mãe. O irmão mais novo de Isabeli, de um ano de idade, fruto do relacionamento de sua mãe com um homem branco, diferentemente delas, que têm a pele escura, nasceu fenotipicamente branco. Em determinados espaços, elas relatam perceber diversos olhares de desconfiança pelo fato de serem mulheres negras carregando uma criança branca. Sua mãe é frequentemente alvo de perguntas do tipo: “O que essa criança é sua? Ele é seu!? Nossa, mas ele é branco, você é tão morena!”. A última situação ocorreu numa consulta médica:

A gente já passou esse negócio de racismo por estar andando com essa criança branca [apontou para o bebê que, de fato, tem a pele bem clara]. A minha mãe já chegou em casa chorando já, porque ela foi no médico levar o bebê, aí o médico fez os exames no bebê e falou assim: “Você tá entendendo pra você explicar pra mãezinha dele?”. A minha mãe subiu o sangue lá em cima e falou: “Eu sou a mãe da criança, você pode explicar pra mim de novo então”. Aí ele pra dar uma desculpa falou: “Nossa, mas você é tão jovem!”.

A suspeita da maternidade é uma, entre tantas outras faces do racismo cotidianamente enfrentado por pessoas negras no Brasil. A mulher negra, mãe de uma

criança de fenótipo branco, é frequentemente vista como babá, empregada, isso na melhor das hipóteses. Não raramente são lançados sobre elas olhares de suspeita, quando não a humilhação de ter de comprovar a maternidade. Provavelmente, se fosse uma situação contrária, uma mulher, ou uma família branca com uma criança negra, a leitura seria diferente, presumivelmente encarada como um ato de solidariedade e benevolência. Nessa perspectiva, convém retomar um dos eixos debatidos no capítulo II, referente ao papel da raça para cada grupo social. Se se para o negro a raça se traduz como um mecanismo de opressão, para o branco ela se revela como um mecanismo de obtenção de privilégio social.

4.4. Trajetórias, Experiências e Perspectivas no Residencial Vista Bela

❖ Everton

A maior violência é institucional, é você construir um bairro do tamanho do Vista Bela, sem construir uma escola, sem construir um projeto. A escola era pra estar associada a um projeto. Essas crianças eram pra estar estudando, pra estar fazendo uma aula de música, mexendo num computador. [...]. O Vista Bela foi feito pra quê? Pra que a gente fique longe do centro, longe de tudo, os caras jogou a gente aqui por causa disso, fez essa higienização. O Vista Bela é uma “cidade”, é maior do que muitas cidades, tem mais 18 mil habitantes esse lugar aqui (Everton, 35 anos, 2017).

Everton tem 35 anos e é natural de Londrina. Filho de pai pedreiro e de mãe doméstica, ambos londrinenses, ele é casado e pai de dois filhos. No decorrer de sua trajetória exerceu diversas ocupações, tais como servente de pedreiro, entregador de panfletos e *office-boy*. De uns anos para cá decidiu trabalhar para si, nas suas palavras, “ser seu próprio patrão”, exercendo as atividades de empreendedor social e produtor cultural. Desenvolve importantes ações no Residencial Vista Bela, bairro que habita desde a entrega do conjunto habitacional pela Prefeitura e COHAB de Londrina, sobretudo de cunho cultural e educacional. Após muitos anos afastado dos bancos escolares, com o incentivo de sua esposa - que ingressou na Universidade Estadual de

Londrina (UEL) pelo sistema de cotas para negros e formou-se em Pedagogia - Everton concluiu o ensino médio e hoje está a cursar Biblioteconomia na UEL, instituição na qual ingressou através do ENEM.

Everton me concedeu a entrevista em seu apartamento, no Vista Bela. A escolha por abrir a seção com a sua entrevista, sem minimizar a importância das outras, deve-se ao fato de suas narrativas serem mais completas e contínuas, o que possibilita uma compreensão mais ampla sobre a vida nesse território. Antes de se mudar para o Vista Bela, ele morou em diferentes bairros, quase sempre no Cinco Conjuntos, complexo de bairros populares da zona norte. Teve uma trajetória familiar repleta de dificuldades, morou com os pais, com tios e outros parentes até adquirir a casa própria no Vista Bela. Segue o seu depoimento:

Meu pai é pedreiro e a minha mãe trabalha em casa, é do lar mesmo. Ela sempre foi empregada doméstica, mas teve uma época em que ela teve que parar porque já não tava aguentando mais. Eu morava no bairro José Giordano, aqui perto, próximo. Sempre fui criado aqui nos Cinco Conjuntos. Eu fiquei um tempo no Jardim do Sol, uns dois anos na casa da minha tia, eu fui criado com ela também, depois eu voltei pra zona norte de novo. Enquanto eu tava morando na casa da minha tia eu segui o caminho reto, aí na hora que eu vim pra zona norte, que eu fui morar com a minha mãe, com o meu pai, uma família bem desestruturada... Meu pai era, é alcoólatra ainda, até hoje, e minha mãe é analfabeta. Então a gente ficava mais disperso, a gente não tinha foco, eu e os meus irmãos. Eu fui criado na rua, preto criado na rua. Quando eu morava com a minha mãe, a gente tinha muito problema assim, o meu pai bebia, bebia muito, né? E aí ele sofreu um acidente, um acidente grave, quebrou a bacia, quebrou perna, então ele ficou dois anos sem trabalhar. E aí o meu tio falou: “Vem morar comigo pra você não passar dificuldade”. A gente sofreu pra caramba com isso. Aí eu fui morar com o meu tio, me dei bem pra caramba lá com eles. Eles me tratavam bem, eu estudava, nessa época eu estudei. Aí depois que eu saí de lá, que eu voltei pra casa da minha mãe eu já voltei... Saí dos trilhos mesmo. Aí eu saí da escola, fiquei muito tempo fora da escola, não tinha objetivo nenhum de vida. Eu só voltei assim a ter alguma coisa de compromisso depois que eu tive o primeiro filho. Aí eu tive que entrar pra linha, eu tinha que trabalhar e eu trabalhava de tudo que eu via pela frente: servente de pedreiro, entregar panfleto na rua, carpir data, fazia tudo, tudo que aparecia na frente eu fazia.

Hoje, como eu tenho 35 anos, eu já tenho uma experiência de vida. É diferente do menino que tem 18 ou 19 anos que tá começando a despontar para o mundo. E nessa época eu sofri muito, mas muito mesmo! Porque na época eu tinha o menino já e eu não conseguia arrumar emprego. Então eu passei fome, praticamente morei na rua, porque na minha família aconteciam brigas por eu não conseguir arrumar emprego e tal. Fui pra rua com o meu filho, morei na casa de outros parentes, então passei muita dificuldade. Trabalhei e não recebi, trabalhei em rádios e não conseguia receber. Então foi muito difícil mesmo, mas muito mesmo! Fui pai com 23 anos, e eu acho que foi tarde ainda porque hoje, aqui tem meninas de 12 anos que já são mães e meninos de 15 que são pais.

Após enfrentar diversos desafios, referentes às mais diversas esferas da vida, Everton se casou e logo veio o segundo filho. Em 2011, através do programa federal “Minha Casa, Minha Vida”, a família conseguiu, com subsídio do Governo Federal, financiar um apartamento no Vista Bela a um preço muito abaixo daqueles comumente praticados pelo mercado imobiliário, o que se configurou como uma importante oportunidade de aquisição da casa própria. Segue o seu depoimento:

Eu mudei aqui em 2011, foi no final de 2011, no dia 3 de dezembro. Foi financiamento, “Minha Casa, Minha Vida”. Igual esse aqui eu acho que vai ser difícil de acontecer, porque eu pago R\$ 50,00 de prestação e mais R\$ 150,00, R\$ 200,00 de condomínio. Então eu acho que igual a esse daqui não vai ter mais, sem chance, porque a gente pagava R\$ 80,00 e a Dilma [então presidenta] diminuiu pra R\$ 50,00. Pra você ver. Mas isso aqui a gente usa como trampolim, eu não vou falar pra você que eu vou morar o resto da minha vida aqui porque eu pretendo, eu já tenho um projeto de sair daqui, porque o apartamento não é tão grande, dois quartos pra mim é perfeito. Mas como a gente tem um projeto de ter mais um filho, de preferência uma menina, aí já não vai dar mais espaço. Mas é perfeito, um espaço perfeito.

Entretanto, o sonho da casa própria veio acompanhado de grandes frustrações, dificuldades, precariedades e desafios, muitos decorrentes das racionalidades segregacionistas e, porque não dizer, racistas intrínsecas às políticas urbanas, que afasta para longe os grupos indesejados, sem nem sequer proporcionar-lhes condições mínimas para uma vida digna. O Vista Bela, bairro iniciado com 12 mil habitantes, foi inaugurado completamente destituído de serviços públicos fundamentais, como escolas, creches, posto de saúde e projetos sociais, sem contar a lonjura de estabelecimentos

comerciais. Um sério problema enfrentado pelas famílias, sobretudo por aquelas destituídas de meio de transporte próprio, ou seja, a maioria. A primeira escola foi inaugurada recentemente, em 2018, e não atende a demanda populacional do local, ou seja, a maioria dos alunos continua a estudar em escolas de outros bairros por falta de vaga. Além disso, o Vista Bela recebeu de uma só vez, moradores de todos os lugares da cidade, entre eles, aqueles que financiaram suas moradias através do programa “Minha Casa, Minha Vida” e famílias retiradas de fundos de vale, áreas de risco e de outras ocupações irregulares. Um aglomerado que foi criado sem planejamento, sem serviços e sem políticas públicas específicas, o que, evidentemente, desencadeou uma dinâmica de intensa violência no território. Segue o depoimento de Everton:

Em todos os aspectos eu acho que, de todos os lugares que morei, aqui é o mais difícil. Quando a gente chegou aqui a gente não tinha nem um lugar pra gente ir comprar um pão, se você quisesse tomar um refrigerante você não conseguia achar. Então já era trash. [...]. Mil crianças, mais de mil. Só os ônibus que vem buscar aqui, são 900 crianças, que vem buscar as crianças no busão da escola municipal. Todos os dias, 30 ônibus. E tem mais jovens ainda do que criança. É muito grande. Em qualquer lugar que você for, em qualquer espaço que você for você vai ver mais jovens, porque o jovem hoje ele tá espalhado, é muito grande a população de jovem. Tanto é que eles falam que a violência hoje é maior entre os jovens. Oh, mataram um menino ali, é jovem. Outro dia, antes de ontem eu tava vendo outro que morreu, passou na televisão, é jovem. Tá morrendo jovens demais, a violência afeta o jovem, são os mais vulneráveis.

A gente não conhecia ninguém e a violência aqui era muito grande. O bairro é muito violento, era muito violento no começo e, cara, a gente chegou a ficar três dias sem dormir assim, sabe? Porque a galera ficava fazendo festa até de madrugada. Então a gente não dormia. Teve muita gente que foi embora, no começo assim, porque não conseguiu aguentar, não conseguiu segurar a bronca. Aí pegou, vendeu o apartamento e foi embora, vazou. Tem alguns que estão voltando. E quando eu mudei pra cá, eu estava desempregado também, eu e a minha mulher tava desempregados. E a gente mudou eu tinha acabado de ser mandado embora, eu fui dispensado, foi a primeira vez que eu tinha sido dispensado de um emprego. Então eu já vim mal assim, bem triste, eu não sabia o que seria do nosso futuro. Mas aí a minha mulher conseguiu passar nuns concursos, ela passou em dois concursos e na sequência eu também já consegui um projeto do PROMIC [Programa Municipal de Incentivo à Cultura], aprovei um

projeto. E a gente foi levando, né? Mas foi difícil porque a gente não sabia o dia de amanhã.

Segue a narrativa de Everton que ilustra um pouco do cotidiano de violências experimentadas no Vista Bela:

Hoje a gente faz alguns trabalhos com a comunidade, então a gente conhece já bastante gente. Então eu nunca sofri nenhum tipo de ameaça assim, sabe? Só que a gente vê bastante gente sofrendo aí fora aí, sabe? A gente também tem os problemas que acabam sobrecarregando a gente, porque você vê muita coisa ruim, mas também acontece muita coisa boa. Mas você tem que ter um filtro pra você não perder a... Pra você não endoidar. Teve uma vez que, teve um rapaz, aqui na frente aqui, que eu conhecia ele muito bem, ele trabalhava pra mim em alguns projetos, a gente pagava pra ele, pra gente da comunidade quando a gente fazia as festas. Ameaçaram ele, acusaram ele de ter roubado maconha dos caras. Aí, o que aconteceu? O traficante, lá da cadeia, ligou e falou: “Pode matar, pode matar o cara”. Aí, eu faço caminhada aqui, eu faço caminhada aqui de sábado e domingo com a minha mulher e aí o cara tava correndo com a mala na mão pedindo pelo amor de Deus pra eu levar ele embora do bairro porque os caras iam matar ele. E aí eu não tava sabendo o que tava acontecendo. Como que eu vou pegar um cara desses, colocar dentro do meu carro e vou levar o cara, né? E aí? E aí, se eu faço isso o negócio vai cair pra cima de mim. E aí eu fiquei... Nessa hora eu falei pra ele: “Mano, não tem como eu fazer nada”. Mas acabou que eu acabei levando o cara, eu acabei levando ele e não deu nada, graças a Deus. Mas sabe, a criança chorando, pedindo pelo amor de Deus pra eu levar o cara. Ele e a mulher dele foram tudo embora, graças a Deus. Mas os caras iam matar ele aqui na minha frente. E se eu não levo o cara e os caras matam o cara aqui na frente? E o peso na consciência? Então eu tive muitos momentos aqui em que eu não tinha nada a ver com a situação, mas como a gente faz esse trabalho de tá sempre ali, ajudando, então...

No Vista Bela, o cotidiano de violências sempre se revelou como a maior preocupação de Everton e sua esposa, principalmente por causa do filho do casal, de 12 anos, imerso nesse contexto. Everton relata um episódio de violência letal ocorrido com um adolescente de 14 anos, colega de seu filho, assassinado por uma policial no próprio bairro. Segue a sua narrativa:

O meu menino ele tá crescendo. A gente não costuma deixar ele muito lá fora, a noite principalmente, mas ele já viu muita coisa aqui, sabe? Eu me lembro de algumas vezes que ele entra aqui, dele me contar que teve briga aqui, que os moleques saíram na porrada e arreventaram o menino na porrada. Da polícia enquadrando todo mundo ali na esquina, toda hora a polícia pega, bate, atira. Teve um dia que a polícia matou um menino aqui na rua aqui, de 14 anos, que era amigo do meu filho, que estudou com o meu filho. O menino foi assassinado por uma policial militar, foi uma mulher que matou, deu um tiro nas costas do moleque. E veio aqui pra conferir depois. O moleque foi velado aqui, o velório foi aqui no salão de festas... Então a gente ficou bastante chocada com isso, a gente ficou com muito medo mesmo. Tipo, eu que sou acostumado ver. Mas a gente vai ficando velho, a gente começa a ficar com medo, a gente tem mais medo. Quando você vai amadurecendo, você vai ficando com mais medo das coisas, sabe? Você começa a enxergar de uma outra maneira, não é como quando você tinha 16, 17 anos que você sai na rua vida louca, sai nos rolês de madrugada, eu não tenho mais essa disposição. Eu olho muito pra eles e vejo que eles veem muito essa violência. E não é só a violência do cara tá batendo, espancando. Uma criança não ter um prato de comida pra comer, isso já é uma violência enorme. Ou ela mesma vê o pai chegando bêbado, espancando a mãe. A polícia chegar aqui, e já chega atropelando, já chega... Sabe? E essa morte foi um assassinato, ela [a policial] atirou nas costas. E não deu nada, como sempre. E eu vi o meu filho ali.

Quando perguntei a Everton se ele observava alguma, ou muita diferença, entre o que é disseminado sobre o bairro, sobretudo no se refere à questão da violência, sob o prisma daqueles que estão fora dele, e a realidade cotidiana, como realmente é, sua resposta foi peculiar. Praticamente todas as respostas que eu havia ouvido a esta indagação, até então, apontavam para uma exacerbação, até exagero da visão daqueles que estão de fora. Se, por um lado, Everton concorda que o jornalismo policial contribui para o reforço do estigma local, visto que só expõem o lado prejudicial, danoso ao território, por outro, a violência cotidiana vai muito além do que aquela retratada pelo jornalismo policial, uma vez que esse tipo de jornalismo tende a retratar apenas a “ponta” do problema, ou seja, geralmente os casos que culminam em encarceramento e morte. Nesse sentido, tão danosa quanto à morte violenta, foco primordial do jornalismo policial, é as crianças diante do corpo que está sendo exibido na TV, numa cena que, para elas, tornam-se cada vez mais comum, fazem parte do seu cotidiano; é a violência sofrida pelas mulheres, frequentemente agredidas verbal e fisicamente pelos próprios

companheiros; gravidez cada vez mais precoce, que faz com que inúmeras meninas abandonem os estudos, expectativas e sonhos. Essas, e tantas outras formas de violência, como a própria discriminação, é o que Everton chama de “violência invisível”, que não é foco do jornalismo policial, mas está sempre presente afligindo a vida dos moradores de territórios segregados. Segue a sua narrativa:

Eu, particularmente, a gente tem uma visão que a gente consegue ver muita coisa, a gente vê além porque a gente lê, a gente estuda, a gente debate muito, principalmente quando a gente tá na UEL a gente faz roda de prosa pra fazer debates sobre violência. Então a gente consegue enxergar muito mais do que as pessoas que estão aqui dentro. As pessoas que estão aqui dentro, às vezes vê um cara, igual aqui mesmo, tem uns meninos que, de vez em quando, batem nas mulheres deles. Então são coisas que pra eles são normais, xingar a mulher de tudo quanto é nome. Tipo, um “bom dia” é a mesma coisa que um “puta que pariu”. Um “vai tomar naquele lugar” e um “boa tarde pra eles é a mesma coisa”. Então é difícil da gente discutir essas coisas. Eu vejo muita coisa ruim, mas também a gente consegue ver as coisas boas. As pessoas de fora elas só veem as coisas ruins que acontecem aqui, só vê ruim, principalmente quando assiste a televisão, entendeu? Esses dias mesmo mataram um rapaz aqui, anteontem, mataram na frente da casa de um colega meu, tinha vinte criança assistindo na hora que o cara matou. Mostrou até na televisão as crianças tudo assim em fileirinha olhando o corpo lá no chão, sabe? A criança já cresce com essa coisa na cabeça. Então pra eles isso é normal, morreu um ali tal, já era, pegou o corpo, já levou e já era. Já tão preparado pra daqui dois, três dias matar mais um, entendeu? E a gente vai se preparando. Então a pessoa vai se... Fica engessada, porque a gente vê todo dia, acostuma ver todo dia. Eu, particularmente, não consigo me acostumar com isso, sabe? Eu não consigo ver o cara espancando a mina ali, eu vejo às vezes na janela assim e eu fico: “Mano, o que é isso gente!”. Sabe? A gente fica inconformado, meninas de 12 anos grávidas, menina de 11 anos grávida, aqui uma de 14. Então é complicado. E isso as pessoas que estão lá fora nem vê. É um outro tipo de violência que quase ninguém vê, é uma violência invisível, entendeu? Veem o que dá para ser contado como estatística. A vivência mesmo diária, não vê. Quando você vai no posto de saúde você vê uma fila de dez meninas tudo grávida, de 13, 14, 15, 16 anos. Ninguém ali vai ter perspectiva de vida, não vai estudar, não vai ter porra nenhuma. Vai continuar a mesma coisa. Daqui a dez anos, a próxima geração vai ser pior ainda do que essa. E as pessoas

que estão lá fora, isso aí eles nem enxergam. Se eles vissem isso aí, aí que eles falar de nós mesmo, aí que eles iam falar.

A ausência do poder público no Vista Bela é gritante. Unidades do projeto social Viva Vida, por exemplo, ficam em bairros da região, porém, distantes do Vista Bela, sendo inviável o deslocamento diário de crianças, além de, evidentemente, não abarcar a demanda de crianças que necessitariam do projeto. Esse “esquecimento” por parte do poder público, e a imersão num contexto de pobreza, discriminações, violências, muitas vezes acarreta nos moradores desses territórios, principalmente nos jovens, a desesperança que mina suas expectativas de um futuro melhor, sobretudo através da educação. Segue o depoimento de Everton:

A polícia só vem aqui para prender. É um bairro que, eu não vou falar carente porque carência é uma coisa que até os ricos tem né? É um bairro que necessita de muita coisa, é um bairro desassistido. Aqui tem a Biblioteca Solidária. Tem o Viva Vida, lá em cima, o Viva Vida é lá em cima. É um projeto invisível, ninguém vai lá porque é longe. E tem no São Jorge também, mas o pessoal daqui não tem nenhum acesso.

Se você andar aqui, aqui é um lugar onde são poucos os jovens que tem essa consciência de: “Eu vou terminar o ensino médio e vou cursar uma faculdade”. Não existe isso aqui na quebrada. A pessoa já pensa em terminar o ensino médio e, quando ela consegue terminar, se conseguir, ela já tem um filho, a menina já tá grávida, o cara já virou pai e tem que tramar. É aquilo que o MV Bill fala, que você chegar com um troco em casa e ajudar na despesa é muito melhor do que você chegar com um boletim com notas altas. Eu tenho dois filhos e a gente preza muito pra eles estudarem, embora a gente não tenha uma estrutura, eu não tenho condições de pagar um curso de inglês pra ele, e também foge da nossa realidade, eu moro num bairro popular, a gente sofre muito, não pela minha casa, a gente vive uma condição social até legal, eu e a minha mulher, a gente tem um carro, eu tenho a minha moto, tal, mas as pessoas que estão em volta, a gente sofre muito vendo as pessoas sofrer. A violência contra a mulher, que tem muito aqui. As crianças que estão na rua, três biqueiras na frente de casa, entendeu? Então é um sofrimento que a gente vê, mas a gente não pode fazer muita coisa.

Nesse sentido aí eu sempre troco ideia com a galera. A gente vê muita dificuldade assim, do pessoal para ir para a escola. Porque aqui não tem escola no bairro, não tem nenhuma escola, nem municipal nem estadual. As escolas são longe e

agente vê muito jovem aqui fora da escola e os que estavam estudando, na época não tinha passe livre ainda, então perderam o acesso porque não tinham como ir. Então é até difícil você conversar com a galera sobre isso. Por exemplo, tô batendo um papo com você aqui. É difícil eu ter um papo desse aqui, pra falar de universidade, falar sobre curso, por quê? Porque a galera não tem esse interesse de se inserir na universidade pública. Porque isso daí é um sonho quase impossível de ser realizado pra um pobre favelado. Você entrar, prestar um vestibular, pô, mano! Eu nunca imaginei que eu fosse entrar numa sala de aula pra fazer um vestibular, eu! Porque no meu imaginário, e não é só no meu, no imaginário coletivo de quem mora em periferia nós não vamos conseguir chegar, a gente não tem esse incentivo. Você não se imagina, você pensa: “Não, a universidade é pra quem tem dinheiro”.

Apesar das dificuldades enfrentadas, da vulnerabilidade, não apenas dele e da família, mas dos moradores em geral, sobretudo de jovens em relação as mais diversas formas de violência, Everton afirma que o amor, a solidariedade também são características marcantes no Vista Bela. Nesse sentido, ele estabelece uma relação complexa com o território, que lhe acarreta um constante conflito desencadeado pela vontade de se retirar, por todos os motivos previamente expostos, e a necessidade de permanecer e ajudar a construir um caminho mais pavimentado, menos doloroso, para aqueles que lá residem. Ele também conta um pouco do trabalho que desenvolve do Vista Bela. Segue a sua narrativa:

Eu penso o seguinte, em uma época eu pensei assim, que não ia rolar continuar aqui. Eu pensava muito em sair daqui. Como o bairro era muito violento, não tinha escola, não tinha nada, então... Mas esse trabalho que eu venho fazendo, por mais que eu fale que quero sair, eu acho que chega na hora a gente não conseguir ir embora, sabe? Eu adoro trabalhar aqui, embora a gente veja tanta dificuldade, a gente vê crianças aqui passando fome e tal. Mas tem os pontos positivos também, as pessoas são mais sinceras, tem muito amor aqui. A gente chega aqui, o pessoal abre a porta pra gente, chama a gente pra entrar, pra tomar café, coisa que a gente não vê em lugar nenhum. É muito amor, muita simplicidade. Mas a minha mulher tem vontade de sair. Enfim, a gente tá nessa... Pensando.

Como empreendedor social eu trabalho aqui na comunidade. Além de eu abrir espaço para outros jovens, pras pessoas aqui ter o contato com a cultura, eu faço ações dentro do bairro também, com a comunidade. Eu tive dois projetos

aprovados com o PROMIC e um com o pessoal do MAR, Movimento dos Artista de Rua, também que eu participo. Então o primeiro foi em 2017 que eu trouxe eles aqui, até o Vista Bela, pra fazer um trabalho. Aí depois eu resolvi fazer para a comunidade do Vista Bela, que é: “Para além das fronteiras do Hip Hop”, que foi o primeiro. [...]. O nosso projeto, ele foi feito pra fazer oficinas para as crianças e para os jovens, mas também tem os saraus que a gente faz de dois em dois meses pra comunidade. Então essas oficinas, esse trabalho que a gente faz durante as oficinas é para ser executado dentro do sarau, pra eles mostrarem para os adultos o que está acontecendo nas oficinas. Então os adultos acabam participando também, porque, geralmente, quando chega no dia 20 de novembro [Dia da Consciência Negra] a gente faz uma ação cultural para os adultos, para a conscientização dos jovens e os adultos também participam com os filhos, com a literatura, com a capoeira, que a galera vem pra participar.

Everton desenvolve ações importantes no Vista Bela, se empenha para ampliar perspectivas de crianças e jovens pelo viés cultural e educacional, com enfoque na valorização do território e de seus moradores, bem como da cultura negra, até pela presença massiva desse grupo social na localidade. Seus projetos e ações têm propiciado uma visibilidade positiva para o Vista Bela, bem como inspirado a criação de outros projetos, como é o caso da Biblioteca Solidária, espaço que dispõe de cerca de seis mil livros, criado em 2016 por iniciativa individual de uma moradora. Everton afirma:

Essa biblioteca que tá rolando aí agora, que eles construíram, foi praticamente através do nosso projeto, porque eles ouviam falar do meu projeto aqui, eles me procuraram antes de abrir a biblioteca. Então acho que foi uma semente que a gente plantou aqui, né? Inclusive tem muitos jovens que hoje estão fazendo grafite no bairro que começaram a participar nas nossas oficinas. Tem meninos que estão tocando, fazendo funk, que tiveram esse primeiro contato com as nossas oficinas e que hoje estão trabalhando com cultura, estão desenvolvendo também este trabalho.

A Biblioteca Solidária, por exemplo, não se restringe a disponibilização de livros, ela consiste também em atender crianças durante um turno e fornecer uma refeição diária, reforço de português e matemática, inclusão digital (dispõe de cinco computadores), aulas de música, entre outras atividades, portanto, carece de doações¹¹⁴.

¹¹⁴ Cf. Para conhecer o projeto da Biblioteca Solidária do Vista Bela acesse: <https://acevb.com.br/>. Acesso em 02/07/2018.

Embora essas ações, derivadas de iniciativas dos próprios moradores, sejam extremamente importantes, a falta de ações do poder público para fortalecer e ampliar essas iniciativas faz com que muitas delas não sobrevivam muito tempo por falta de recursos.

No que se refere à questão racial, Everton relata já ter vivenciado muitas situações de discriminação e racismo, a começar pelo ambiente de trabalho. Esse foi, segundo seu relato, um dos principais fatores que o levou a almejar trabalhar de forma autônoma e buscou conciliar esse anseio com trabalhos de vieses socioculturais. Everton conta:

Na verdade, quando eu trabalhava como motoqueiro, office-boy, o meu próprio patrão fazia piadinha de preto, que preto era ladrão. Eu era o único preto que tinha no trabalho, então ele falava: “Você é o único preto que tem aqui, então tem que tomar cuidado”. Então ele fazia essas piadinhas, aí eles [os colegas de trabalho] tiravam sarro. Aí tinha pessoas que falavam assim: “Opa! Pera aí, cuidado aí”. Só que como eu não podia falar nada, eu deixava passar batido, porque eu precisava daquele trabalho e eu não queria entrar numa confusão por causa de uma coisa assim. E na época eu não tinha esse conhecimento, se fosse hoje ele ia arrumar pra cabeça. Depois eu resolvi parar com tudo pra começar a trabalhar com projeto social. Então eu era motoqueiro, eu era office-boy de uma empresa. Foi tanta decepção que eu tive com patrão que saí fora e resolvi trabalhar para mim. Os meus patrões eram todos brancos, todos os patrões que eu tive. E quando eu me vejo trabalhando dentro da minha comunidade, ajudando as pessoas e ganhando um troco pra me sustentar, pra sustentar os meus filhos, eu me vejo como um patrão preto, tá ligada? Eu me vejo como uma pessoa negra, um patrão que é preto, coisas que a gente não vê aí fora.

As racionalidades racistas estão presentes em todas as esferas da vida em sociedade e fazem parte do cotidiano de pessoas negras, provocando-lhes marcas profundas. Às vezes nem sequer são percebidas por quem as dissemina, é uma lógica que está internalizada no imaginário social, por exemplo: avistar uma pessoa negra e imediatamente segurar mais forte a bolsa ou desviar o caminho no intento de se proteger denota uma associação quase automática do negro à figura de um criminoso. Os abusos cometidos por policiais em abordagens a pessoas negras também constituem-se como um padrão histórico ainda em curso. Sobre isso, Everton fornece um depoimento acerca

de um fato recente ocorrido com ele e com a esposa, também negra, e ressalta a necessidade de passar para os filhos estratégias de defesa:

A discriminação a gente sofre todo dia. A discriminação racial é algo que está enraizado, sabe? E preconceito, o fato de você tá andando na rua e a pessoa vê você e ela muda de calçada, porque ela não quer trombar com você porque você é preto. E isso é uma coisa que é inevitável, não tem o que fazer. O que eu faço? Eu sou brindado, eu já sei. E eu procuro ensinar para os meus filhos, pra que eles também ensinem os amigos deles pra gente se defender. Porque, quando você consegue se defender fica mais fácil de você viver. O duro é quem não consegue, não tem essa defesa de você, por exemplo, você ta na rua e a pessoa tira sarro, fala do teu cabelo, eu já sofri bastante por causa do meu cabelo. Chegavam tirando sarro, falando que o meu cabelo era juba de leão. E eu ficava bravo, ficava muito bravo. Então a gente passa pra eles pra que eles não tenham vergonha do lugar onde eles moram, do cabelo, da cor deles. Então esse mecanismo de defesa a gente vai criando, a gente vai aprendendo, todo dia a gente aprende alguma coisa. Mas só que o preconceito e a discriminação ela tá no nosso cotidiano. Todo dia você tem que provar que você não é macaco, que você não é ladrão, que você não vai roubar ninguém na rua e ainda você tem que se preparar pro rolê. Porque polícia vai te enquadrar. Igual enquadraram eu e a minha mulher. Eu tava de moto e eles me pararam, colocaram eu e a minha mulher com a mão na parede, minha mulher que tinha acabado de sair da escola, dando aula, o policial colocou ela, gritou com ela. Aí eu falei pra ele: “Vocês colocaram a gente na parede porque vocês estão vendo dois pretos em cima de uma moto”. Isso lá na rua Leste-Oeste ainda, na avenida [região central de Londrina]. Falei, porque eu tô acostumado, mas a minha mulher. Foi porque quis, falaram que ia passar em cima de mim, o policial com o carro. Eu tava indo pra UEL. Vem me parar na rua pra que? E eu tava com uma caixa de sapato, porque a minha mulher foi trocar o sapato na loja, né? Abriu: “O que é isso aí!”. Teve que explicar mesmo, mas por que, porque eu tô de moto, dois pretos em cima de uma moto. Parou porque é preto.

O preto está associado à coisa ruim, infelizmente. E é uma coisa que os caras não querem, não querem que você frequente o mesmo lugar que eles, os ricos. E até os brancos pobres não querem trombar com preto. E aí, o que acontece? Acontece que quando a minha mãe era empregada doméstica, a gente sempre foi pobre, a gente ia no elevador e tinha o elevador de serviço, que até hoje ainda tem. Pra que? Pra separar os empregados do patrão, porque o patrão, quando ele estiver descendo pra ir tramar ele não quer trombar com empregado, ele não quer ver

preto na frente dele, ele quer que o preto suba pelo elevador de serviço. Não quer ocupar o mesmo espaço, não quer. É o que acontece aqui, aqui acontece isso, muito. E aqui foi feito pra isso. O Vista Bela ele foi feito pra quê? Pra que a gente fique longe do centro, longe de tudo, os caras jogou a gente aqui por causa disso, fez essa higienização. O Vista Bela é uma “cidade”, é maior do que muitas cidades, tem mais 18 mil habitantes esse lugar aqui.

Por todas essas questões, com base em suas próprias vivências e de seus pares, Everton enxerga que é preciso mais do que projetos de viés estritamente artísticos e culturais para destinar aos jovens de territórios segregados. Para ele a educação é o principal mecanismo de mudança. Ele revela não estar cursando a graduação que realmente gostaria, no caso, Ciências Sociais, visto que a sua inserção na universidade se deu pela nota do ENEM, permitindo-lhe apenas o ingresso no curso de Biblioteconomia. Ainda assim considera a experiência universitária de suma importância, não apenas para ele, mas também para os filhos e membros do território no qual reside, que o têm como exemplo. Fala também sobre o papel fundamental de sua esposa, sua principal referência no âmbito educacional, e a sua visão sobre as políticas de ações afirmativas, mais precisamente, sobre as cotas raciais. Segue o seu depoimento:

Às vezes a arte não é o suficiente pra levar a pessoa para o caminho certo, pro caminho correto. Tem gente que precisa de mais incentivo, de mais possibilidades. No meu caso, foi quando eu conheci a minha mulher, que ela já tinha terminado o curso lá na UEL e eu peguei ela como referência, ela me ajudou bastante. E foi a partir daí que eu comecei... Eu já tinha o Hip Hop na minha vida e aí eu comecei a estudar e aí eu comecei a usar o Hip Hop dentro da minha vida de verdade, como um objetivo. Foi isso que me fez mudar a trajetória da minha vida.

Na verdade o meu objetivo era fazer Ciências Sociais, aí eu entrei pelo ENEM, eu fiz os dois, o vestibular e o ENEM, quase que eu consegui entrar pra Ciências Sociais pelo vestibular, inclusive eu fui até melhor no vestibular do que no ENEM, mas aí sobrou vaga pra Biblioteconomia, não teve outro jeito, aí eu entrei. Eu não gostei muito do curso, porque o curso é muito técnico, é muito técnico e chega a ser chato às vezes, mas têm matérias boas, a gente aprende muito mesmo. O meu objetivo era fazer Ciências Sociais, mas eu estou fazendo biblioteconomia, é uma experiência que a gente tá vivendo e é super importante a gente estar ali dentro da Universidade, vivenciando, é um exemplo pra minha família, pros meus filhos

também que estão me vendo ali. E o meu objetivo era isso, entrar na universidade e o ano que vem eu vou tentar de novo para Ciências Sociais.

A minha mulher já se formou, ela conseguiu, ela entrou por cotas. E eu, quando voltei a estudar, eu não tinha terminado nem o ensino médio. A minha mulher entrou por cotas na UEL e isso é super importante porque, cara, é totalmente desequilibrado, quando você entra na Universidade você vê que só tem branco, sabe? E quando se tratam de cursos como psicologia, direito, cursos que exigem mais da pessoa, aí é sem chance, quase não tem preto. Então as cotas têm que existir. E não é porque o preto não tem a capacidade de disputar com a pessoa branca, mas é porque existe um desequilíbrio. Depois que conseguir equilibrar as coisas dá pra repensar, entendeu? Mas agora não, agora não dá, é muita injustiça social. Não tem como você trabalhar e pagar pra fazer um cursinho lá no Sigma ou qualquer outro que tem por aí. Eu nunca vi, não vi até hoje um preto fazendo o curso de medicina. Então tem alguma coisa errada, sabe? Eu sou totalmente a favor das cotas.

A trajetória de Everton, entre tantos aspectos, revela que mudanças importantes são possíveis através da educação, mas que é preciso que se fortaleçam estratégias para que esse caminho possa ser trilhado por mais pessoas.

❖ **Diego**

A gente sabe como é a visão da cidade, dos políticos pras periferias de Londrina. É como se fosse um laboratório. Eles veem aqui como um laboratório de ratos: “Vamos ver o que eles fazem do lado de lá, deixa eu tocar neles pra ver se é gente”. Aí vem em mim, toca e fala: “Oh! você sobrevive nesse lugar aqui!” Eles vêm, olham, voltam falando mal e não contribuem com nada (Diego, 34 anos, 2017).

Diego tem 34 anos. Filho de trabalhadores rurais baianos, ele nasceu em Ilhéus-Bahia, de onde se retirou aos 27 anos em busca de melhores oportunidades. Morou, primeiramente, no interior paulista e, em seguida, se mudou para Londrina, onde se casou. Tem o ensino médio completo e formação em Curso Técnico de Edificações. No decorrer da vida exerceu atividades diversas, como: pescador, pedreiro, vendedor, topógrafo, entre outras. Atualmente tem um ponto comercial que funciona

como uma lanchonete no Vista Bela, bairro que habita desde a entrega pela Prefeitura e COHAB de Londrina. A entrevista foi concedida em sua própria residência.

Diego inicia sua narrativa discorrendo sobre a sua experiência no Sudeste e no Sul em relação à raça e origem. Alegou que veio a se reconhecer, de fato, como negro quando se retirou da Bahia, mais precisamente, quando passou a viver no Paraná. Para contextualizar sua explicação, lembrou-se de uma ocasião em que, já residindo no Sul, realizou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o tema da redação foi “o movimento migratório para o Brasil no século XXI”, especialmente de haitianos, e as propostas acolhimento pelo governo brasileiro. Relatou que a primeira questão que lhe veio à mente foi: *Cara, o Brasil não tá preparado nem pra receber baiano em outro Estado, como é que vai receber um imigrante, um refugiado?* Uma indagação pertinente, tendo em vista que, não raramente, migrantes nordestinos alegam sentirem-se estrangeiros em seu próprio país. Segue o depoimento de Diego:

Hoje eu sou preto, antigamente eu achava que eu era indígena (risos). Hoje eu tô sentindo exatamente o que o preto sente, né? No Paraná. Eu posso dizer que existe uma vida antes e uma depois do Paraná. Eu cheguei em São Paulo, no interior de São Paulo, eu cheguei na pior espécie de lugar no interior de São Paulo, que é ali em Assis, Marília, tudo tradicional, pessoal bem preconceituoso. Se eu não sou um cara focado no que eu queria, simplesmente eu ia ter, sei lá, virado qualquer um. Mas em Londrina eu encontrei mais dificuldade, porque o povo é meio que cabeça fechada, não tão nem aí pros seus problemas, não tão nem aí pra vida, acho que nem a própria Londres discrimina igual Londrina. Já que Londrina quer tanto ser igual a Europa, tinha que manter um conceito de Europa então. Porque a Alemanha agora recebeu muitos refugiados, sei lá como é que tá agora. Ah, mas eu esqueci de falar também de Porto Alegre, esse lugar aí é tosco demais, é muito tosco Porto Alegre. Mas é isso aí, esse povo aqui do Sul eles têm que aprender um pouco, né? A gente tem que ensinar um pouquinho de humildade.

Quando Diego afirma que, para ele, existe uma vida antes e outra depois do Paraná, torna-se evidente que as suas experiências sociais em cidades do Sul e do Sudeste são distintas de suas experiências sociais na Bahia. Sob o prisma de classe, nas duas regiões ele ocupa posições semelhantes na estrutura produtiva, contudo, suas experiências em relação à raça diferenciam-se em cada região, em cada contexto. Diego é negro, contudo, não tem a pele retinta. É possível que, ao morar num Estado como a

Bahia, onde a população é predominante negra, a questão racial, no contexto no qual ele estava inserido, tenha sido menos aflitiva. Sansone (1996: 183), ao empreender um estudo sobre relações raciais em Salvador (BA), afirmou que “[...] a cor é vista como importante na orientação das relações de poder e sociais, em algumas áreas e momentos, enquanto é considerada irrelevante em outros”. Nessa perspectiva, o autor indica contextos sociais em que a raça é relevante como elemento prejudicial ao negro, como, por exemplo, o mercado de trabalho e contato com a polícia. Há espaços, porém, em que a raça não se designa como um elemento depreciativo, como na esfera cultural, blocos afro, batucadas, capoeira, terreiros, dimensões nas quais os negros tendem a ter até certo prestígio. No Sudeste e, principalmente, no Sul, certamente sua característica racial se apresentou como importante demarcador de seu “lugar” social nos mais diversos contextos de interação. Soma-se a isso o fato de Diego ser um nordestino no Sul, fator de discriminação recorrente que tem profundas raízes no racismo.

Na esfera do trabalho, Diego relata que, apesar de ter investido numa formação, no caso, em Edificações, não consegue atuar na área devido à falta de oportunidades. Sendo assim, acaba por exercer diversas atividades para se manter, juntamente com sua esposa. Segue o seu depoimento:

Eu estudei um Curso Técnico em Edificação. Mas assim, preto não tem profissão na realidade, né? Se você falar que é pedreiro, carpinteiro, aí tudo bem, agora a área que eu gosto mesmo e que eu já trabalhei é topografia, essas coisas assim. Mas falar: “Qual é a tua profissão hoje?”. Ninguém nem me chama pra trabalhar nessa área. Eu foquei mais na minha especialização que era o que eu queria, projetar casa, fazer projetos. Topografia eu domino também, era uma coisa que eu sonhava e gostava. Mas até agora também, nada, qualquer um pode sair como topógrafo hoje em dia. É que tem esse negócio de QI, né? Quem Indica, entende? Pra você ver, eu sou estudado e eles me deram uma assinatura de auxiliar na carteira. Eu ganhava dinheiro pro cara, fazia todo o serviço, mas saía como auxiliar. Ninguém quer dar uma oportunidade de trabalho pro cara crescer. Então trabalho por minha inteligência, eu sei fazer até coxinha. Eu trabalho com a minha mulher hoje, mas sei fazer de tudo, eu sei fazer telhado, carpintaria, meu bar quem construiu fui eu, casa se me der eu construo. Eu vou batalhando, trabalhando aqui, trabalhando acolá pra ganhar dinheiro. Eu já ganhei dinheiro aqui em Londrina, eu construí piscina, construí telhado, construí o que vinha pela frente. Na topografia tinha um rio lá no inferno pra medir, ninguém queria ir porque era todo

mundo gordo, ninguém queria saber. Eu ia medir rio no final do mundo mesmo. Eu entrava em tudo quanto é lugar do mapa do Brasil. Então eu passei a ganhar um dinheiro com essas coisas. E aí hoje em dia eu vou pra São Paulo, compro roupa pra vender. Eu tenho a minha mulher aqui que faz salgado, eu comprei um pontinho [ponto comercial] pra ela aqui no bairro, comprei a minha casa. Eu vou trabalhando. Hoje só o que eu ganho é da vila, tudo na vila aqui. O meu comércio é ali na esquina, de comida que a gente faz. Fazemos salgados, eu sei fazer e ajudo a vender também. E a minha mulher canta também, eu faço a parte de marketing da carreira dela, já corro atrás de trabalho, que já tá gerando trabalho também. O negócio é entrar dinheiro, eu faço qualquer coisa, eu só não roubo, não mato e não trafico.

Diego trabalhou nas obras de edificação do Vista Bela, fato que lhe despertou a vontade de adquirir uma propriedade no local, até porque ele e a esposa não possuíam casa própria. A unidade habitacional foi obtida através de financiamento:

O Vista Bela quem mediu fui eu, na realidade eu sempre fui apaixonado pelo bairro, por topografia, eu trabalhei aqui e isso daqui não era nada. Era um rio lá embaixo que tinha que atravessar, a maior buraqueira do caramba. Tinha que ir de carro e o carro chegava até numa parte... Mas eu fiz mesmo, eu que peguei os primeiros pontos, jogava um GPS aqui, localizando pelo mapa. E desse bairro eu gosto da arquitetura também, porque foi um dos meus patrões que fez o projeto. Foi planejado por um dos melhores arquitetos de Londrina, o meu patrão, eu trabalhava pra ele, os caras são mestres, mestres mesmo. Aí eu falei: “Não, eu tenho que ter uma casa aqui”. O governo não me deu, então eu comprei. Fui prático, não ganhei, então tamo aí pra ganhar na raça mesmo. E hoje, querendo ou não, é no Vista Bela, ok, mas eu tenho meu patrimônio, né? Porque tem gente que nasce aqui, vive aqui, morre aqui e nunca comprou nem um carrinho. Então a gente batalha duro pra se sustentar, na realidade.

Apesar da análise de Diego sobre Londrina, no que concerne ao racismo, ser bastante incisiva e, por vezes, desalentadora, no Vista Bela, território de elevada presença negra, ele afirma que as pessoas enxergam-se como iguais, sendo esta uma importante característica do território, além da união e solidariedades entre os moradores. Todavia, no que se refere à percepção do Vista Bela sob o prisma daqueles que estão fora do bairro, um olhar homogêneo sobre todos aqueles que lá residem é, para Diego, danoso e prejudicial ao território. Isso porque a imagem transmitida pelos

meios de comunicação, principalmente pelo jornalismo policial - de modo semelhante ao que foi explicitado nas trajetórias do União da Vitória - estritamente pautada em práticas criminosas de uma pequena parcela que reside na localidade, sem qualquer problematização da questão, fortalece os estigmas e a discriminação contra os moradores, em geral:

Aqui no Vista Bela a gente administra a questão racial, porque na realidade todo mundo é igual aqui, pra nós, a gente sente que a gente é igual, na realidade todo mundo se mantém igual. Aí tem a questão de fora, que todo mundo vê nós como igual também, literalmente: “todo mundo lá é igual”, 19 mil pessoas. Ai tem aquele 1% que faz aquele estrago do crime e tal, e a gente também não vai julgar quem está nessa área, porque na realidade, é o seguinte, não é todo mundo que tem a mente igual, né? Tem gente que não estudou, tem gente que tá ali porque precisa mesmo, entendeu? E aí sei lá, nessa parte de discriminação, botando o pé daqui pra ali, Londrina é a pior desgraça do Brasil. De todos os lugares que eu passei, passei pelo Rio de Janeiro, passei por São Paulo, passei por essas praias tudo aí, até lá Recife, Pernambuco, Porto de Galinhas, Fortaleza, Ceará, xixi! Vou falar pra você, eu nunca vi coisa igual pra falar a verdade. A polícia aqui é tudo discriminadora, racista mesmo, sem educação. Mas assim, em termos de população pobre, é a população pobre mais unida, o pessoal ganha as coisas, se ajuda. Aqui todo mundo é igual. Isso que dói no meu coração, porque eles falam muita coisa do bairro que não é verdade. Eu acho um absurdo esses jornalistas de Londrina, tudo sensacionalista.

No que diz respeito à violência no Vista Bela, Diego afirma que este é um problema generalizado e não do bairro e que é preciso levar em consideração as motivações que culminam com morte violenta de determinados pessoas. Ele afirma que muitas execuções decorrem da violação das normas internas que regem os territórios segregados, impostas por indivíduos e grupos vinculados ao mundo do crime, que estabelecem valores e condutas a serem seguidos pelos moradores. Segue o seu depoimento:

O Brasil todo é violento, pra falar a verdade, né? Se for ver mesmo é só olhar pra São Paulo, não precisa nem ir pra outro lugar, Rio de Janeiro. Mas assim, tem que saber viver. Às vezes a gente tá vendo que as pessoas estão morrendo, mas não sabem o porquê que as pessoas estão morrendo, só tá sabendo quando morreu de tiro. Às vezes a pessoa estuprou, roubou, brigou com outro ladrão. É aquilo que eu

tô falando, é aquilo que a sua mãe falou, que a minha mãe falou, aquilo que todo mundo vai falar, né? “Quem se mistura com porcos...”. Essa questão da violência eu acho que Londrina é razoável, os cara aqui são cobrador, pra falar a verdade, eles gostam de cobrar as ideia, né, mas não é tão violento assim não. Já vi lugares bem menores e muito mais violento.

A punição, física ou moral, varia de acordo com a gravidade da infração cometida, podendo resultar em expulsão do território, espancamento ou morte. Sobre as normas internas que regulam a vida dos moradores no Vista Bela, que funcionam como Leis, legitimando práticas violentas para lidar com situações cotidianas dentro do território, Diego afirma que, em sua visão, essas se fazem necessárias para manter um padrão de organização na localidade, sobretudo no que se refere à “pilantragem”, como assediar ou “ficar” com a mulher de outro. Segue a sua narrativa:

Aqui tem União, tem respeito. É um bairro liderado por criminoso, falo até onde quiser, pilantra aqui tá fodido. Diz que me disse, leva e traz, mulher, coisa que eu não senti falta de ver na maldade mesmo. Porque eu vou falar pra você, qualquer lugar que você vai aí, você vai com a sua esposa o povo “fui fui”, não respeita. Se eu viajar aqui, eu deixo a minha mulher aqui de porta aberta, existe respeito, vai tá do mesmo jeito. E isso não é pelas personalidades das pessoas, é porque tem uma lei por trás de tudo isso, na realidade, né? Que eu não sei quem criou, mas... Assim como o povo fala mal pra caramba, eu gosto disso no bairro.

Em sua entrevista completa, Diego expõe amplas e fecundas ideias de projetos que poderiam ser implementados no Vista Bela, sobretudo de viés sustentável, além de diversas propostas de empreendedorismo comunitário com vistas à geração de renda e inovação, que não serão aqui expostas devido à extensão de suas narrativas e, sobretudo, para a preservação de suas formulações. Todavia, assim como Everton, ele enfatiza a ausência do poder público na localidade e a falta de espaço nas agendas públicas, e de interesse, para esse debate. Mais do que isso, tece críticas a iniciativas de implementação de projetos no Vista Bela elaborados sem a participação efetiva dos moradores. Segue o seu depoimento:

Imagina se esse bairro tivesse um projeto que valorizasse mais as pessoas, que as pessoas pudessem montar o seu projeto aqui, por dinheiro pra girar aqui dentro como se fosse uma cidade, como acontece lá na Favela da Rocinha, que a pessoa tem o projeto dela pra poder vender uma camiseta, vender o sorvete, mas os caras

não vêm aqui pra conversar... Eles nem olham pra nós, político nem vem aqui. Um projeto que eu tenho vontade de fazer são projetos sustentáveis, onde a gente estaria buscando, primeiro, captar recursos, captando recursos próprios. “Ah, como?”. A gente vai fazer várias coisas, fazer eventos, fazer jornais, tá na nossa lista isso daí. Mas não adianta a gente sair e não ter um grupo formado pra fazer aquilo, sair metendo os pés pelas mãos. Tem que ter um grupo formado e falando: “agora vamos lutar por isso, isso e aquilo”.

Há uns anos atrás, há uns dois anos atrás, me chamaram pra uma reunião. Aí me levaram numa reunião ali, tal, tal e tal. E não sei o que, o dinheiro do Vista Bela, que construíram o Vista Bela e tal. Começaram a falar assim, né? Que vai vir uma parte pra investir nisso, naquilo... Eu falei: “da hora, tal, tal e tal”. Aí começaram a mostrar os projetos do dinheiro que construíram o Vista Bela. Aí mostrou um projeto do lixo, que iam fazer um barracão, que o barracão ia custar meio milhão de reais e que eles iam distribuir uns vasos no meio do Vista Bela pro povo jogar os lixos dentro dos vasos. Aí tinha um cara da CMTU [Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina] que tava apresentando o projeto, era representante do Kireff [então prefeito], eu acho. Aí eu falei: “oh, parceiro, dá licença aí”, e já fui logo tomando o microfone da mão dele. Eu falei: “Dá licença aí que pra mim. Vocês estão entendendo alguma coisa do que ele tá falando? [perguntou aos que estavam presentes na reunião]”. “Não”. Aí eu falei: “Então por que vocês estão calados?”. Falei bem assim no meio de todo mundo. Eu fui lá, puxei um cadeirante, empurrei ele, cheguei com ele e todo mundo já ficou pra trás assim. Eu falei assim: “Tá vendo esse camarada? Ele é o primeiro morador aqui da vila, o primeiro morador. Então o cara enquanto primeiro morador ele tinha que estar em mais reuniões e decisões”. Aí eu perguntei: “Quantos aqui é do Vista Bela?”. Nenhum. Era todo mundo de cooperativa, quando falou de lixo veio um monte de cooperativa. Eu falei: “Então é o seguinte, parceiro, vocês estão indo tudo pelo caminho errado e esse projeto seu só tá valorizando os fabricantes dessa lixeira aí, eu não tô vendo valorizar ninguém. Tudo lavagem de dinheiro, tudo beneficiário”. Ele não deu mais em nada, não falou mais nada. Quer dizer, mais um projeto foi pro ar, o negócio foi pro ar e o dinheiro certamente foi gasto de qualquer jeito.

Diego ressalta que, a ausência do poder público no Vista Bela, somada a intensa necessidade dos habitantes por políticas públicas e projetos sociais, faz com que alguns moradores busquem alternativas com recursos próprios. Apesar da existência de

iniciativas importantes, Diego avalia que, para além da boa intenção e vontade de mudança dos proponentes, muitas dessas ações tornam-se inviáveis ou não duradouras devido à falta de experiência, planejamento e, principalmente, recursos para a manutenção. Segue o seu depoimento:

Tem um monte de moleque aí oh, tinha que pegar um professor de muay thai “sinistro” mesmo, igual lá na Bahia, boxe pra cima deles, MMA, jiu-jitsu. Botar professor aí, professor de música, de violão, de cavaquinho, de flauta. E nem precisa construir sede não, pode ser igual o projeto que já tem aqui, pode até pegar aquele projeto que já existe, da Biblioteca Solidária, mas tem que haver isso daí, investimento. Aqui uma mulher toca o projeto sozinha com mais de cem crianças e não tem assessoria nenhuma. É um projeto social de crianças carentes que tem ali, a mulher que tá fazendo toca o negócio ali na loucura, você vê, é na loucura! Ela tá pagando aluguel da sede do bolso dela, as contas não fecham com doação, tá deixando de pagar a conta de água e de luz da casa dela. Você chega lá, da uma ideia e ela já bota a ideia. Quer dizer, tá de bom coração? Tá! Mas a partir do momento que o governo viu as pessoas daquele jeito, tudo acumulada, tinha que chegar e falar: “beleza, eu vou botar o SEBRAE [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas], eu vou botar qualquer instituição pra você aprender, porque ela não sabe como fazer. É uma pessoa disponível, mas não dá pra ser assim. É igual o Everton, tá aqui na Vila, é o primeiro cara que desenrolou todos os projetos culturais aqui. Ele passa oito meses sem receber um investimento do governo pra tocar um projeto num bairro de 19 mil pessoas. Cinco, oito meses sem receber um investimento líquido. Não tinha que chegar e montar uma associação não, tinha é que montar um grupo forte que fiscalizasse, que tivesse poder. Botar uma pessoa bem elevada pra poder fazer as nossas reuniões lá em cima, junto aos governantes, entendeu? Uma campanha totalmente voltada pra nós. Alguém que fale a nossa língua. Eu não posso, eu não sou desse tipo de política, eu sou nervoso, se o cara começar a falar o que eu não quero escutar eu deixo até o Presidente falando. Cê acha que eu tenho coração de político pra escutar? Jamais! Comigo é ou vai, ou racha. Por isso que é preciso ter um líder político, um líder político pra falar do Vista Bela e não só do Vista Bela, mas de todas as favelas. Porque se a gente chegar e quiser fazer a revolução, a gente faz, chamar o povo: “Vamos fazer uma revolução”... Onde está a mente dos caras pra um bairro desses?

Na leitura de Diego, o Vista Bela é visto por políticos, autoridades e pela cidade, em geral, como uma espécie de “laboratório de ratos”, ou seja, sob um olhar que os discrimina, que os desumaniza:

Porque a gente sabe como é a visão da cidade, dos políticos, pras periferias de Londrina. É como se fosse um laboratório. Eles veem aqui como um laboratório de ratos: “Vamos ver o que eles fazem do lado de lá, deixa eu tocar neles pra ver se é gente”. Aí vem em mim, toca e fala: “Oh! Você sobrevive nesse lugar aqui! Eles vêm, olham, voltam falando mal e não contribuem com nada.

Eles [governantes] tinham que pegar nós aqui e montar um negócio aqui dentro pra gente entrar mesmo de cabeça. E não tem como você desenvolver projeto sem você ser favelado, sem saber o que é bom pra comunidade, você tem que viver, você tem que comer lá dentro da favela, tem que conhecer. E aqui a gente é um grupo de favelados que mora dentro de um lugar, desse projeto “Minha Casa, Minha Vida”, que nunca mais vai existir. Não vai ter mais “Minha Casa, Minha Vida”. Eu largava até as minhas coisas pra desenvolver isso, pra fazer esse bairro se desenvolver sustentavelmente, entendeu? Eu faria a coisa ficar bonita nesse Vista Bela.

Dentre os diversos aspectos relevantes da entrevista com Diego, convém salientar que, por mais profícuo que tenha sido o diálogo estabelecido acerca da discriminação racial, estigmas territoriais e violências, cernes na discussão desse capítulo, a todo o momento suas narrativas me conduziam a refletir sobre outro viés. O enfoque que ele buscava enfatizar não era de reforço da questão da segregação e das violências, mas sim de estratégias de enfrentamento desses problemas, de superação da invisibilidade, ou visibilidade depreciativa sobre o Vista Bela, e, principalmente de desenvolvimento para o território e seus moradores.

❖ **Andressa e Bruna**

O Vista Bela é bom, tem muitas pessoas que gostam daqui porque, às vezes, onde a pessoa morava era pior. Onde nós morava mesmo, No Jd. Paulista, era muito bom, só que a gente corria risco lá, porque tinha um rio, a represa podia estourar e subir tudo a água. Então as pessoas gostam daqui porque é bem melhor o lugar. A qualidade de vida também mudou pra muita gente,

porque tinha gente que passava muita necessidade e agora não passa mais, porque arrumou um serviço, tem a sua casa própria, não tem aluguel, vem pouca água, vem pouca luz. Então eu acho que nisso as pessoas acham bom. É melhor do que ficar em risco (Bruna, 18 anos, 2017).

Andressa, de 20 anos, e Bruna, de 18, são irmãs. O objetivo inicial era realizar a entrevista somente com a Andressa, entretanto, no decorrer do diálogo estabelecido na residência da família, onde moram com a mãe e mais três irmãos, Bruna fez diversas intervenções, explicitando também seus pontos de vista, o que me levou a considerar as suas narrativas.

No período de realização da entrevista, março de 2017, Andressa estava matriculada no primeiro ano do ensino médio. O atraso no período escolar deve-se a interrupções nos estudos em decorrência da priorização da inserção no mundo do trabalho. Ela decidiu retomar os estudos por considerar importante a conclusão do ensino médio, embora afirme não ter perspectivas de cursar uma faculdade. Sua prioridade sempre foi o trabalho, visto que o retorno financeiro, ainda que baixo, é imediato. Atualmente ela exerce a função de cuidadora de idosos. Antes do atual emprego, ela trabalhou em uma indústria de proteínas, exercendo atividades em câmaras frias, de onde informa ter saído por problemas de saúde acarretados pelo desempenho da função:

Antes de ser cuidadora eu trabalhei numa firma de frango granjeiro, lá em Rolândia. Eu morava em Londrina mesmo e o transporte da firma levava a gente. Entrava às oito horas da noite e saía de lá às três horas da manhã, de segunda à sexta. Mas tive que sair porque era na câmara fria, inchava tudo os meus dedos, ficava tudo inchado. Então eu tive que sair porque a minha mão ficava muito inchada. E também eu não dormia, dormia de dia pra ir trabalhar a noite. O dia era pra dormir e eu não me acostumei em trocar o dia pela noite. Por isso eu acho que eu tenho que estudar, terminar tudo pra eu arranjar um serviço melhor, porque sem estudo a gente não consegue nada, pelo menos o ensino médio completo tem que ter.

Bruna, por sua vez, no período de realização da entrevista, encontrava-se matriculada na oitava série, ensino fundamental. Também abandonou os estudos por um

período, porém, diferentemente da irmã, ela nunca esteve inserida no mercado de trabalho. Afirma que retomou os estudos por reconhecer sua importância e que tem pretensões de cursar uma faculdade de Administração.

Filhas de mãe londrinense, solteiras, sem filhos, as irmãs relatam que, durante a infância, residiram no Jardim Santa Fé, assentamento urbano iniciado de forma irregular em 1992 na zona leste de Londrina. Na época, integrado à família estava o padrasto. Em decorrência de um cotidiano de violência doméstica por ele praticada, principalmente contra a mãe de Andressa e Bruna, elas contam que a família se retirou do bairro e buscou abrigo junto à avó materna, que cedeu um cômodo para que os seis familiares se realocassem. Segue o depoimento de Andressa:

Nós morava no Santa Fé, lá era casa própria, morava eu, meu padrasto, a minha mãe, duas irmãs e dois irmãos. Mas a minha mãe sofria muito lá, a minha mãe só ficava trancada, tinha depressão por causa do meu padrasto, ele agredia ela, sabe? Aí nós sofreu bastante porque nós era pequeno. Aí a gente ia de lá do Santa Fé até lá no Paulista, tudo a pé, de madrugada, porque ele bebia todo dia, tudo que a minha mãe comprava ele quebrava, quebrava a casa inteira. Aí a gente vinha de lá do Santa Fé até o Paulista. A gente sofreu bastante lá. Aí a minha mãe teve a iniciativa de largar, né? Mas aí depois ela voltou de novo. Aí nesse vai e volta, que ela brigava e voltava, ela resolveu ir morar na minha avó de vez, porque lá onde a gente morava a gente sofria muito. E lá no Santa Fé tinha só a família do meu padrasto, a minha mãe não tinha ninguém lá. Aí quando a gente mudou pro Paulista, tinha gente pela a minha mãe, pra defender ela.

A casa da avó situa-se no Jardim Paulista, antiga Vila Paulista, hoje composto por pouco mais de cem famílias, considerando também os moradores da favela anexa ao bairro (LOPES, 2010: 558). A mãe, chefe da família, fez a inscrição na COHAB e logo foi contemplada, visto que se enquadrava nos critérios de prioridade: família chefiada por mulher, precariedade habitacional e habitação em área de risco. Foi então que houve a mudança para o Vista Bela. Andressa relata:

Nós não tinha casa, nós tava morando de favor na minha avó. Aí, como ela tinha um cômodo debaixo, era tipo duas casas no mesmo terreno, aí ela deu a parte debaixo pra nós. Aí quando nós mudou pra lá e começaram a fazer as inscrições, a minha mãe fez a inscrição pra essa data, pra essa casa, e ela conseguiu aqui. E lá

também nós corria risco porque tinha um rio, a represa podia estourar e subir tudo a água. Então logo em seguida a gente já conseguiu a casa aqui.

Andressa e Bruna relatam que, apesar da importante conquista da casa própria pela família, o começo no Vista Bela foi muito difícil, principalmente pelos fortes vínculos de amizade que haviam estabelecido no antigo bairro. Apesar das difíceis condições em que a família vivia, seis pessoas aglomeradas num único cômodo, elas alegam que preferiam a vida no Jd. Paulista e revelam dificuldades em estabelecer relações de amizade no Vista Bela. Segue o depoimento de Bruna:

É porque assim, o povo lá no Paulista, todo mundo se conhecia, quando tinha festa, era todo mundo reunido, né? Não tinha confusão, a gente brigava, mas no outro dia já tava tudo conversando. Era mais unido e não era assim tanta gente, como é aqui no Vista Bela, era só um pouco, como é que eu posso dizer, era tipo um conjunto, um ajudava o outro, era assim. E as meninas daqui são mais briguintas, falsas, eu não converso com ninguém. Eu só ando com a minha irmã. É só nós de amiga e a vizinha, que também morava no Paulista. Eu saio pra rua, mas eu fico na minha, fico mais na minha, tipo assim, sem caçar confusão com ninguém pra evitar, né?

As irmãs afirmam que suas relações de amizade no Vista Bela se restringem ao âmbito familiar. Há também a vizinha com a qual compartilham a parede da casa geminada, também proveniente do Jd. Paulista. Para elas é difícil consolidar relações de amizade num território marcado pela violência. Andressa diz que acredita que, pouco a pouco, o bairro irá melhorar em termos de infraestrutura, porém, não acredita que haverá melhorias no que se refere à dinâmica de violência. Segue o depoimento de Andressa:

A vida aqui é tranquila. Eu gosto daqui, é legal também. Mas não tenho amigas, só a minha vizinha e a minha irmã. Eu não tenho mais amigas. Aqui acontece confusão quase todo dia, mas é no final de semana, sexta, sábado e domingo que é pior. Esses dias mesmo um morreu de tanto apanhar dos moleques aí. Jovens, tudo loucos. Aí deu infarto nele, porque eles bateram bastante, sabe? Mas é confusão deles aí, desse povo doido. E isso acontece bastante, é frequente, acontece bastante, bastante, bastante. De uns tempos pra cá, de uns dois anos, morreu bastante gente assim. E nem tem motivo, são por coisas nada a ver. Cada um fala uma coisa, cada um fica falando um pouco da história, cada um fala uma versão.

Pra falar a verdade assim, essas partes de construir escola, coisas assim, eu acho que vai melhorar, mas de violência eu acho que não melhora não hein! Então aqui eu sou mais caseira, fico muito dentro de casa, eu fico só dentro de casa, trabalho, durmo e a noite eu vou pra escola.

Bruna reafirma a perspectiva da irmã e exemplifica com um episódio recente de violência que presenciou:

Eu também acho que não vai melhorar na questão da violência, porque, às vezes, é coisa nada a ver e eles querem bater, brigar, tipo, por qualquer coisa. Esses tempos mesmo aqui, um moleque que vende droga aqui na rua de cima, ele perdeu a pipa, porque pipa é assim, cortou, já era, quem pegar é sua. Ele veio brigar com um pau na mão. Ele veio com um pedaço de pau na mão pra bater no outro cara por causa da pipa sendo que a regra é essa, cortou, quem pegar, pegou. Nada ver os motivos.

Embora a dinâmica de violências seja uma realidade, as irmãs afirmam que é possível levar uma vida tranquila no Vista Bela, desde que sejam seguidos alguns princípios. Segue o depoimento de Bruna:

Aqui não é um bairro ruim de morar, se você ficar na sua, viver a sua vida do jeito que você vive, você não caça confusão com ninguém, não se mete em confusão. Mas tipo assim, se ficar o dia inteiro na rua inventando isso ou aquilo, sempre caça bastante. Se você viver na sua, é um lugar tranquilo.

Apesar da sociabilidade limitada, Andressa e Bruna afirmam que houve melhorias importantes no Vista Bela em comparação com as difíceis condições do início. Andressa conta:

Foi bem difícil quando a gente mudou, não tinha bar, não tinha mercado, não tinha nada, nada, nada. Tinha que ir lá na Saul Elkind [principal Avenida da Zona Norte], no mercado de lá, porque aqui não tinha nada. O único que tinha aqui era um bar ali pra cima, que era um barzinho que tinha as coisas necessárias de higiene. Mas de mistura, arroz, feijão, essas coisas, não tinha. Mas hoje tá melhor, tem várias coisas, abriu vários mercados, fizeram uma creche, começaram a construir uma escola lá em cima, um postinho de saúde. Mas falta terminar a escola, porque a escola tá construindo ainda, pararam a construção faz tempo. Ainda não tem escola, então os ônibus da Grande Londrina que vem buscar e levar pras escolas.

Bruna complementa:

Verdade, melhorou bastante. O posto de saúde não tinha e agora tem. O mercado é um pouco longe, mas tem. A quadra de esporte ali dia de domingo fica pras crianças brincar. Fizeram uma academia ao ar livre, que precisa cortar o mato, mas tem coisas positivas também aqui. Mas o que eu não acho legal aqui é esses moleques que vendem droga, né? Fuma droga na frente das crianças, em qualquer lugar, tipo não respeita, não tem respeito. Tipo, quer fumar, vai num lugar assim onde, por exemplo, lá pra cima não tem criança, não tem ninguém, tá vazio, vai pra lá. Agora ficar ali na esquina, fuma, não tá nem aí com nada, não tem respeito por ninguém, na verdade, às vezes nem pela própria mãe. Aí a polícia vem aqui, mas passa por passar, só pra falar que tá trabalhando.

O Vista Bela é bom, tem muitas pessoas que gostam daqui porque, às vezes, onde a pessoa morava era pior. Onde nós morava mesmo, No Jd. Paulista, era muito bom, só que a gente corria risco lá, porque tinha um rio, a represa podia estourar e subir tudo a água. Então as pessoas gostam daqui porque é bem melhor o lugar. A qualidade de vida também mudou pra muita gente, porque tinha gente que passava muita necessidade e agora não passa mais, porque arrumou um serviço, tem a sua casa própria, não tem aluguel, vem pouca água, vem pouca luz. Então eu acho que nisso as pessoas acham bom. É melhor do que ficar em risco.

Dentre os diversos aspectos evidenciados a partir das experiências de Andressa e Bruna, destaca-se a imersão das irmãs num percurso de violências, desde a violência doméstica, experimentada por meio das práticas do padrasto, quando ainda moravam no Jd. Santa Fé, até os processos de sociabilidade violenta¹¹⁵ que constituem as interações sociais cotidianas no Vista Bela, restringindo, para elas, as possibilidades de estabelecimento de relações de confiança e amizade fora do âmbito familiar. Assim como observado na trajetória de Isabeli, relacionada ao Jd. União da Vitória, Andressa e Bruna moram no Vista Bela, mas não habitam, de fato, o território.

No que se refere aos estigmas territoriais Andressa e Bruna afirmam que nunca foram discriminadas por morar no Vista Bela, nem em outras periferias pobres. Em relação à questão racial, ambas afirmam que nunca sofreram nenhuma situação de racismo, nem se sentiram discriminadas por serem negras.

¹¹⁵ O conceito de sociabilidade violenta é empregado por Machado da Silva (2010), para designar o princípio que orienta a ação e a relação entre sujeitos em territórios segregados.

❖ Nicole

No começo foi muito difícil aqui. É por causa que, quando nós mudou aqui, não tinha mercado, era tudo longe, não tinha nada e nós não têm carro, não tinha ônibus direito aqui. Então foi bem difícil no começo, bem complicado mesmo. Fizeram o bairro no meio do nada, longe de tudo, não tinha creche pras crianças, não tinha nada, nada, nada, só tinha as casas, só as casas mesmo (Nicole, 30 anos, 2017).

A entrevista com Nicole foi realizada em sua própria residência, no Vista Bela. Ela tem 30 anos de idade e nasceu em Londrina. Foi criada apenas pela mãe, também natural de Londrina, com quem morou até o 15 anos, idade em que engravidou pela primeira vez e teve que se casar contra a sua vontade. Atualmente é solteira e mãe de dois filhos, sendo um menino de 14 anos, fruto do primeiro casamento, e uma menina de 12 anos, de outro relacionamento. Nicole é vizinha das entrevistadas, Andressa e Bruna, mais precisamente, divide a parede da casa geminada com a família dessas irmãs, com a qual já tinha vínculo, visto que também residiu no Jd. Paulista antes de se mudar para o Vista Bela. A COHAB realiza um trabalho de acompanhamento de famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social e, quando possível, no processo de seleção para aquisição da unidade habitacional, busca manter próximos moradores que já eram vizinhos em outras localidades, principalmente quando se trata de famílias retiradas de áreas de risco e ocupações irregulares. Foi o que aconteceu com Nicole, que pôde escolher dividir a casa geminada com pessoas de sua confiança.

Nicole afirma já ter exercido diversas ocupações, todas de baixo *status* e remuneração, como camareira, doméstica e garçomete, entretanto, encontra-se desempregada há quatro meses, obstáculo que atribui à falta de estudos, visto que sua trajetória escolar se limita à 5ª série, ou seja, ao ensino fundamental incompleto. Segue o seu depoimento:

Eu sempre fui independente, graças a Deus! Eu trabalhei bastante tempo como camareira num hotel, trabalhei de atendente, garçomete, doméstica. Mas no momento tô parada, tô desempregada há quatro meses, tô no seguro desemprego. Não foi fácil pra mim esse último serviço, o de camareira, era muita falsidade,

fococaiada e uma pessoa fazia mais as coisas que as outras. Que nem eu, fazia três funções e ganhava o mesmo tanto que uma pessoa que fazia uma função só. Então pra mim não dava, era injusto comigo. Eu não arranjei nada melhor por causa do estudo né? Porque eu não tenho estudo, estudei até a quinta. Quando a gente não tem estudo é muito mais difícil.

Quando questionada sobre os motivos que a levam a não retomar os estudos, seja através do ensino regular ou supletivo, com vistas a ampliar suas possibilidades de trabalho, Nicole, certamente em decorrência de sua trajetória de vida extremamente acidentada, nas mais diversas esferas, reproduz concepções negativas sobre si e sobre suas potencialidades:

Eu não tenho paciência mais pra estudar. Eu não tenho cabeça boa pra estudo, nunca tive. Todo mundo fala pra mim voltar, que ainda dá tempo, mas eu não tenho paciência porque eu não aprendo nada, não consigo aprender. Sempre é difícil encontrar trabalho por causa do estudo. Eu sei que é importante, já pensei em voltar, mas eu não consigo, não consigo não.

Antes de morar no Vista Bela, Nicole morou em diferentes bairros de Londrina. Permaneceu mais tempo na Vila Marízia, bairro marcado pela pobreza e violência. A trajetória de Nicole é amplamente permeada por situações de violência, somente em seu âmbito familiar três pessoas morreram vítimas de homicídio:

Antes eu já tinha morado na Vila Casone, no Alto da Boa Vista, morei na Vila Nova também, na casa da minha tia, na Vila Marizia e, por último, no Jardim Paulista. A minha mãe faleceu faz cinco anos, ela morreu assassinada na Vila Marizia. É muito difícil, já perdi três pessoas da minha família matada, dois irmãos e a minha mãe, primeiro os meus irmãos, depois a minha mãe. Tenho duas irmãs, mas depois que mataram a minha mãe as minhas duas irmãs foram embora pra Santa Catarina. Eu tenho contato com elas, uma tem 25 anos e a outra 18. E tenho um irmão que tá preso agora, que morava na rua.

Após o assassinato de sua mãe, Nicole deixou a Vila Marízia e foi morar com seu então companheiro em São Jerônimo da Serra, município situado no Norte do Paraná, onde passou a sofrer violência doméstica. Por causa das constantes agressões, a fim de livrar-se do companheiro ela retornou a Londrina, passando a morar no Jd. Paulista e, algum tempo depois, foi contemplada pela COHAB com uma unidade habitacional no Vista Bela:

Quando consegui casa aqui eu tinha terminado um relacionamento. Eu peguei e fui embora, fui morar com um rapaz em São Jerônimo da Serra, eu queria recomeçar. Mas sofri bastante, porque o rapaz me batia, judiou bastante de mim lá. Aí quando eu voltei pra cá, eu morei lá no Jd. Paulista. Aí tava fazendo as inscrições pras casinhas aqui. Aí eu fui lá na COHAB e fiz a inscrição. Falei que eu tinha dois filhos, mas que os filhos não moravam comigo no Paulista porque eu não tinha onde morar, morava de favor na casa dos outros. Então antes deles sofrerem comigo na casa dos outros eu preferi deixar com a família dos pais. Eles acolheram, fizeram a minha ficha lá. Aí saiu a reunião, foi sorteado o meu nome e falaram pra mim ir lá na COHAB pra escolher a casa.

Nicole afirma que a COHAB propiciou-lhe a escolha da família com a qual ela gostaria de dividir a casa geminada, medida que tem como finalidade diminuir os impactos da mudança para um bairro nas dimensões do Vista Bela, onde a maioria das pessoas tiveram de reestabelecer suas relações partindo do zero. Nicole relata:

Nós foi sorteada [Nicole e a família das irmãs Andressa e Bruna], daí no dia a mãe das meninas falou: “Nicole, vamos pegar parede meia?”. E eu falei: “Vamos”. Porque eu já conhecia a mãe delas e eles tudo, né? Aí escolhi parede meia com a mãe delas e porta com porta com a outra menina que eu conheço também. Porque é melhor dividir com pessoas que a gente conhece.

Quando questionada sobre qual bairro ela mais se identificou, mais gostou de morar ou melhor se sentiu, assim como Andressa e Bruna, Nicole afirmou preferência pelo Jd. Paulista e os principais motivos são, novamente, os fortes vínculos de amizade estabelecidos no antigo bairro e a maior vulnerabilidade à violência no Vista Bela:

O que eu mais gostei foi o Jardim Paulista. Lá era muito bom porque nós era todo mundo conhecido lá, não tinha ninguém estranho. Agora aqui é todo mundo estranho, tem bastante pessoa encenqueira aqui. E lá no Paulista não, batia boca ali, mas daqui a pouco tava todo mundo na paz, de boa conversando, ninguém tinha coragem de enfiar a faca um no outro, dar um tiro um no outro, era assim. Dava uns tapas, lá era nos tapas, não era igual aqui, aqui é mais violência, é mais perigoso do que lá. Então é por isso que eu preferia mais lá do que aqui. Mas assim, agora tá mais sossegado aqui, tá bem mais tranquilo que no começo. Esses dias mataram um aí, mas fazia um tempo que não acontecia isso. Mas isso geralmente acontece com quem tem algum envolvimento assim [com o crime], quem se envolve acontece isso. Mas, assim, agora que eu não tô trabalhando, eu

não vou pra lugar nenhum, eu só fico em casa mesmo, curto na minha casa mesmo. Se eu quero tomar uma cervejinha, eu compro e tomo em casa, fico aqui na frente conversando com o pessoal aqui da rua. Aqui eu gosto dos vizinhos que estão ao redor, mas não tenho muita amizade no bairro, é mais aqui na rua mesmo, as meninas aqui do lado [Andressa e Bruna], a mãe delas, a minha vizinha aqui do outro lado, é mais eles aqui mesmo. Eu só fico aqui nessa rua, eu não saio pra lá e pra cá. Eu não fico andando, eu fico mais aqui na minha rua mesmo.

Nicole também relembrou o difícil começo no Vista Bela, devido à falta de infraestrutura, serviços públicos essenciais e isolamento do bairro:

No começo foi muito difícil aqui. É por causa que, quando nós mudou aqui, não tinha mercado, era tudo longe, não tinha nada e nós não têm carro, não tinha ônibus direito aqui. Então foi bem difícil no começo, bem complicado mesmo. Fizeram o bairro no meio do nada, longe de tudo, não tinha creche pras crianças, não tinha nada, nada, nada, só tinha as casas, só as casas mesmo. Não tinha nada mesmo. Aí algumas pessoas que tinham alguma coisinha onde morava, igual o senhor ali, ele tinha um barzinho lá, aí que foi que já montou uma mercearia aqui. Aí foi melhorando as coisas, mas não tinha nada aqui, foi um bairro feito no meio do nada. Ainda falta muita coisa aqui. As crianças não têm escola, o ônibus vem buscar elas pra levar, e a escola que tava construindo parou de construir, tá faltando verba. A coisa tá feia.

Por fim, Nicole afirma nunca ter sido discriminada por morar num bairro pobre e periférico, mesmo porque, como ela mesma afirma, quando não está trabalhando, sua vida praticamente se restringe a permanecer em casa. No que se refere à questão racial, limitou-se a dizer:

Discriminação, assim, eu acho que só senti no meu trabalho, esse de quando eu era camareira. A cor das pessoas lá era tudo misturada, mas a mais escura lá era eu, e eu que tava na faxina, né? Tem gente que tem preconceito ainda, querendo ou não, mas tem e a gente sente, né?

No que diz respeito à questão da violência, como explicitado, na trajetória de Nicole o fenômeno se revelou das mais diversas formas, como através do casamento forçado na adolescência devido à gravidez precoce; perda da mãe e de dois irmãos assassinados; violência doméstica praticada pelo antigo companheiro e a sociabilidade violenta que permeia o cotidiano no Vista Bela.

Sintetizando Ideias

A partir das trajetórias explicitadas, foi possível apreender importantes interfaces da segregação e o modo como estas impactam pessoas negras no que diz respeito às suas subjetividades, modos de interpretar o mundo e de agir, condições sociais estas que, não raramente, intensificam a posição de subalternidade desses sujeitos já tão prejudicados por fatores estruturais como o racismo, o capitalismo e a colonialidade em suas complexas articulações.

Compreendemos os estigmas territoriais como uma face subjetiva da segregação, que, como analisam Sabatini e Sierralta (2006: 190), se constituem como uma versão intensificada dos estigmas sociais; estão relacionados à identidade e ao valor atribuído a bairros ou áreas da cidade. São eles que designam os territórios como “ruins” e, simultaneamente, classificam do mesmo modo aqueles que neles residem. Nessa perspectiva, morar em territórios segregados e demarcados pela pobreza é, terminantemente, um elemento relevante na constituição de uma identidade negativa, “rótulos” e estereótipos depreciativos (SABATINI e SIERRALTA, 2006: 172), ou seja, corresponde a um *status* social “inferior”.

O Jardim União da Vitória e o Residencial Vista Bela, como se pôde observar, nasceram de formas distintas: o primeiro decorre de uma ocupação irregular do solo; o segundo, de um grande projeto do poder público articulado pelas esferas federais e municipais. Apesar das especificidades de cada território, eles enfrentam problemas semelhantes, entre os principais: o intenso processo de estigmatização do território e de seus moradores, a falta de serviços públicos fundamentais, a ausência de políticas públicas, as dinâmicas de violências, em suas múltiplas configurações, entre outros infortúnios.

Dentre as narrativas recorrentes, no que se refere aos estigmas territoriais, destacam-se: frustrações decorrentes das barreiras impostas a sujeitos segregados na obtenção de um trabalho, quando seu empregador descobre onde residem; o sentimento de humilhação e constrangimento do sujeito que, frequentemente, se vê obrigado a omitir ou a mentir seu endereço para não perder a chance do emprego; ser desacreditado, até mesmo por familiares, quanto às possibilidades de ser bem-sucedido através do trabalho e, principalmente, através da escolarização; ter relações de amizade

abaladas devido à hesitação do amigo, que reside numa área de melhor infraestrutura, em realizar uma visita àquele que mora no território segregado, cuja violência a ele associado é pauta constante de noticiários; ter frustradas as chances de estabelecer relações afetivas, um namoro ou mesmo uma “ficada”, no linguajar da juventude, com pessoas residentes em outras localidades, por causa da discriminação. Esses foram alguns dos problemas mencionados neste capítulo no que concerne aos estigmas territoriais, mas há também importantes depoimentos referentes à discriminação racial e ao racismo nas relações interpessoais, que revelam subjetividades que impactam os negros cotidianamente.

Além da dimensão estrutural do racismo, que acarreta profundas desigualdades materiais e injustiças sociais institucionalizadas, há também as consequências derivadas de ações, práticas e atitudes, que permeiam as interações sociais cotidianas, capazes de deixar marcas profundas nos sujeitos atravessados por esta forma de opressão. Os depoimentos referentes à questão racial evidenciam sofrimentos como: a) o de uma criança negra que sofre pela primeira vez racismo no ambiente escolar e começa a entender que o estigma decorrente da raça a acompanhará durante toda vida; não por acaso a história se repete no ensino médio, tendo como agente da ação discriminatória um profissional da educação; b) o de um jovem negro que é condicionado a viver permanentemente em estado de alerta pela maior vulnerabilidade a sofrer uma violência letal; que tem de lidar cotidianamente com a desconfiança das pessoas que, frequentemente, o associa a figura de bandido, assim como com a seletividade policial na abordagem de “suspeitos”, tendo ciência sobre os motivos que o levaram a ser enquadrado de forma violenta. Até mesmo sua condição de ser humano é menosprezada. A narrativa de um dos entrevistados (Everton) sintetiza esse tormento: *“você tem que provar diariamente que você não é macaco, que você não é ladrão, que você não vai roubar ninguém na rua e ainda você tem que se preparar pro rolê. Porque polícia vai te enquadrar.* Embora a experiência individual desse jovem com o racismo institucional (do Estado por ação da polícia) seja única, as formas de constrangimento e violência que permeiam seu cotidiano na cidade constituem a realidade do negro como grupo; c) as agruras de enfrentar piadas racistas no ambiente de trabalho; d) as expectativas de não saber se será bem recebido em determinados espaços; os olhares de desconfiança ou desaprovação; o tratamento diferenciado dado ao negro, mas sem que a raça apareça explicitamente como motivo da discriminação. Sofrimento dilacerante para

a vítima que sabe a razão pela qual está sendo discriminada, mas, como nada foi dito abertamente, se vê impotente diante da situação. E, quando decide reagir, é constantemente acusada de complexada, ou alertada de que o racismo provém da sua imaginação. Como bem analisou Munanga, o racismo no Brasil é um crime perfeito:

Quando a Folha de S. Paulo fez aquela pesquisa de opinião em 1995, perguntaram para muitos brasileiros se existe racismo no Brasil. Mais de 80% disseram que sim. Perguntaram para as mesmas pessoas: “você já discriminou alguém?”. A maioria disse que não. Significa que há racismo, mas sem racistas. Ele está no ar... Como você vai combater isso? Muitas vezes o brasileiro chega a dizer ao negro que reage: “você que é complexado, o problema está na sua cabeça”. Ele rejeita a culpa e coloca na própria vítima. Já ouviu falar de crime perfeito? Nosso racismo é um crime perfeito, porque a própria vítima é que é responsável pelo seu racismo, quem comentou não tem nenhum problema (MUNANGA, 2012 in: RAMOS e FARIA, 2012)¹¹⁶.

A articulação entre racismo e estigmas territoriais intensifica discriminações e estigmatizações. Nessa perspectiva, do mesmo modo que os territórios predominantemente negros podem ser desqualificados devido à acentuada presença de um grupo social historicamente inferiorizado, a discriminação contra o negro pode ser potencializada em razão das representações depreciativas em relação aos territórios nos quais ele está presente em maiores proporções. Essa dinâmica representa aquilo que Santos descreve como “entrelaçamento de princípios de hierarquização social”, em que a soma de tais princípios intensifica a posição subalternizada de indivíduos e grupos (SANTOS, 2012: 48). Conforme discutido nos capítulos anteriores, o racismo estrutural, tal como constituído no Brasil, e a colonialidade do poder que o sustenta, preservando hierarquias raciais estabelecidas desde o sistema escravocrata, atuam condicionando e fazendo perdurar a posição de subalternidade do negro, independentemente de sua própria percepção. Todavia, ao considerarmos também os impactos do racismo no âmbito das relações interpessoais, deflagrador de experiências dolorosas que podem impactar, por exemplo, a saúde psíquica¹¹⁷, o desencadeamento de traumas, depressão, crises de ansiedade, entre tantos outros problemas, compreendemos que estes que também cerceiam, e muito, suas possibilidades de desenvolvimento.

¹¹⁶ Cf. RAMOS, Camila Souza; FARIA, Glauco. Nosso racismo é um crime perfeito – Entrevista com Kabengele Munanga. *Revista Fórum*, 09, fev., 2012.

¹¹⁷ Cf. FANON, Frantz. *Pele Negra, Mascaras Brancas*. Salvador, Edufba, 2008. KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (Orgs.). *O Racismo e o Negro no Brasil: Questões Para a Psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

Esses exemplos nos ajudam a compreender que dimensões estruturais e vivências cotidianas, aspectos objetivos e subjetivos, se conectam intensificando opressões. Jovens negros, moradores de territórios pobres e estigmatizados são também mais vulneráveis à violência, em seus diversos modos de manifestação; estas permeiam as trajetórias de todos os entrevistados. Diversas são as narrativas que explicitam elevado grau de sofrimento acumulado no decorrer da existência, como: a) a violência do próprio Estado, que os segrega e os invisibiliza: se, por um lado, o Estado é omissos nos territórios marginalizados, no que concerne à aplicação de recursos e benfeitorias urbanas e políticas públicas, por outro, é assíduo na vida dos moradores dotado de dispositivos de controle social perverso¹¹⁸ e de repressão que intensificam a lógica da segregação; b) a sociabilidade violenta na qual os moradores estão imersos nesses territórios, que inclui o “silêncio” imposto por aqueles associados a atividades criminosas, como critério de preservação da própria vida. Essa dinâmica, muitas vezes, leva ao enfraquecimento de vínculos sociais entre moradores que dividem o mesmo espaço por causa do medo da violência; c) a ampla exposição dos moradores ao mundo do crime que, por vezes, tende a cooptá-los, sobretudo os mais jovens. Ademais, mencionamos algumas especificidades da trajetória de mulheres negras entrevistadas: maior vulnerabilidade à gravidez precoce, que faz parte do contexto no qual elas estão inseridas; abandono pelo companheiro durante a gravidez; violência doméstica; envolvimento no mundo do crime, geralmente induzidas pelos próprios companheiros, entre outras formas de violência. Tal quadro demonstra que as racionalidades inerentes à branquitude e a masculinidade colocam as mulheres negras numa posição inferior em relação a todos os outros grupos (homens brancos, mulheres brancas e homens negros).

Como pôde ser observado, cada sujeito percebe e responde de uma maneira peculiar às discriminações e às violências que perpassam suas trajetórias. Nesse sentido, há diferenciações em relação a perspectivas, expectativas e atitudes. O enfrentamento dessas agruras pode se dar de diversas formas, como: através da busca de apoio na família ou devido ao amor pela família; aproveitamento de oportunidades e direcionamentos obtidos por meio de políticas e projetos sociais; participação em

¹¹⁸ O controle social perverso busca, através de mecanismos adotados pelo Estado, colocar em prática medidas de enfrentamento da criminalidade a partir de dinâmicas de estigmatização de uma categoria social específica: em geral, pobres, em especial, negros. Desse modo, busca-se controlar os grupos tidos como “perigosos” através da segregação e da violência. O conceito de controle social perverso é discutido de modo aprofundado em: MORAES, Pedro Rodolfo Bodê. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2003.

movimentos socioculturais, a exemplo do Hip Hop, mencionado em diferentes depoimentos como importante forma de sociabilidade de jovens da periferia, obtenção de conhecimento e ressignificação da própria trajetória; escolarização, cursos técnicos, faculdade; e busca por melhoria nas condições de vida através do trabalho. Para esses que buscam ser bem-sucedidos, observa-se amplo empenho para superar as discriminações e estigmatizações, além de um esforço quase heroico para conquistar aquilo que deveria ser direito de toda gente.

Há também aqueles que, diante de tantas barreiras, sofrimentos, violências, experiências discriminatórias e estigmatizantes, interiorizam concepções depreciativas sobre si e assumem o papel que lhe é atribuído pela sociedade, em geral. São eles: os que tiveram suas trajetórias depreciadas no que se refere à escolarização, conseqüentemente, ocupam postos de trabalho de baixo prestígio e remuneração; os que adentraram ao mundo do crime; ou, ainda, aqueles que se encontram imersos na falta de perspectivas em relação à possibilidade de melhoria nas condições de vida, o que contribui para a perduração do ciclo vicioso da pobreza e dos diversos problemas dela decorrentes, além de todas as agruras provocadas pelo racismo.

A análise de todas essas trajetórias, que se configuram como uma pequena amostra de uma realidade social muito mais complexa, trouxe à mente alguns versos proferidos por Mano Brown, líder do grupo de *rap* Racionais MCs, que retratam de modo contundente esta realidade:

Desde cedo a mãe da gente fala assim: “Filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor”. Aí passado alguns anos eu pensei: Como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses... por tudo que aconteceu? Duas vezes melhor como? Ou melhora, ou ser o melhor ou o pior de uma vez. E sempre foi assim. Você vai escolher o que tiver mais perto de você, o que tiver dentro da sua realidade. Você vai ser duas vezes melhor como? Quem inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí? Acorda pra vida rapaz! (A Vida é Desafio - Racionais MCs).

Independentemente da leitura que se possa fazer sobre cada trajetória explicitada nesse capítulo, das quais algumas podem ser interpretadas como trajetórias de sucesso e outras de desventuras, convêm sublinhar que, num país edificado sobre

uma estrutura eminentemente racista, no qual a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado¹¹⁹, manterem-se vivos é, por si só, uma tarefa de grande envergadura.

* * *

¹¹⁹ Cf. ESCÓSSIA, Fernanda. *A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI*. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/brasil-. acesso em 20, jun, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi analisar características dos processos de segregação urbana da população negra em Londrina, Paraná, assim como algumas de suas interfaces, sobretudo aquelas relacionadas aos estigmas territoriais, à discriminação racial e às violências. Centramo-nos nas seguintes questões: Quais os principais mecanismos que operam na produção da segregação urbana da população negra em Londrina? De que modo residir em territórios estigmatizados e marcados por incessantes designações depreciativas impacta pessoas negras no que diz respeito às suas subjetividades?

A interpretação desse fenômeno social observável - a segregação da população negra em Londrina - exigiu referenciais teóricos específicos, por meio dos quais empreendemos um esforço de construção de um diálogo entre especificidades das relações raciais brasileiras e aspectos mais amplos, referentes à raça e ao racismo, debatidos por teóricos decoloniais; também a utilização de amplo material empírico, constituído por entrevistas qualitativas realizadas com pessoas negras moradoras de territórios segregados e estigmatizados da cidade. Além das discussões que perpassam todo este trabalho, ao final de cada capítulo, rememoramos e delineamos uma breve análise sobre os pontos principais de cada seção, buscando, simultaneamente, responder às indagações as quais nos propomos. Portanto, para não sermos redundantes, recapitularemos nessas considerações finais apenas as questões centrais.

Ao buscarmos respaldo na produção teórica de estudiosos vinculados à corrente de pensamento modernidade-colonialidade-decolonialidade, tendo como um dos principais referenciais o conceito de *colonialidade do poder*, disseminado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano - padrão de poder concebido com o capitalismo moderno/colonial/eurocentrado iniciado com a conquista da América, em 1492, fundamentado na ideia de raça como princípio e instrumento de dominação - foi possível compreender, de modo mais amplo, a forma como a construção de categorias raciais e o racismo permeiam todas as esferas do poder, ainda hoje. Como afirma Grosfoguel (2018): “Na perspectiva decolonial, o racismo organiza as relações de dominação da modernidade, mantendo a existência de cada hierarquia de dominação sem reduzir uma às outras, porém, ao mesmo tempo, sem poder entender uma sem as outras”.

O colonialismo engendrou em nossa mentalidade a ideia de superioridade europeia e inferioridade indígena, africana e de seus respectivos descendentes. O racismo - como um fenômeno complexo que assume diferentes configurações conforme o contexto, do biológico ao cultural, e que coexiste numa mesma conjuntura em níveis estruturais/institucionais e nas relações interpessoais cotidianas - se mantém como instrumento-chave na estrutura de dominação dos grupos dominantes. No Brasil, constituiu-se uma forma de racismo que, não obstante aos seus efeitos devastadores, em todas as esferas da vida em sociedade, se sustenta pela sua negação, isto é, ancorado numa falsa ideia de democracia racial.

A colonialidade atinge todos os grupos étnico-raciais numa sociedade capitalista. O racismo, todavia, atinge violentamente os grupos considerados inferiores, sobretudo os negros. Trata-se de um fenômeno complexo, multifacetado e multidimensional estudado sob diversas abordagens, campos de conhecimento, enfoques, vieses e mesmo assim não se esgota.

O Brasil possui especificidades no que diz respeito à constituição e formatação do racismo e das desigualdades raciais, por isso as análises sobre a condição social do negro precisam ser contextualizadas, com pesquisas aprofundadas no âmbito das Ciências Sociais, no campo de estudos das relações raciais, principalmente a partir do Projeto Unesco, da produção de intelectuais negros e do ativismo negro. É importante lembrar que os africanos foram trazidos para o Brasil para serem escravizados e não colonizados, uma vez que a colonização, compreendida como a instauração de uma soberania estrangeira num território invadido já estava instaurada. Nessa conjuntura, a raça negra, considerada inferior, não deveria ser fisicamente exterminada, como ocorreu com os judeus durante o nazismo. Na ótica colonialista, os inferiormente racializados precisavam ser preservados para servir como mercadoria humana, mão-de-obra gratuita dos tidos como superiores. Após a abolição, todavia, a vida dos negros foi considerada dispensável. Não houve qualquer política com vistas à integração do negro na sociedade de classes, restando-lhe a segregação, exclusão, miséria, marginalização e o ciclo cumulativo de desvantagens que alcançam os dias atuais.

Partindo da ideia de que o colonialismo persiste estruturalmente na forma de colonialidade, estabelecendo hierarquias sociais e mantendo entranhado na estrutura social o racismo, como instrumento fundamental de dominação dos grupos detentores

do poder, a tese que defendemos é de que a segregação da população negra em Londrina não se configura como mero reflexo da concentração desse grupo social na base da estrutura de classes, mas sim como uma dimensão do racismo estrutural brasileiro; este, por sua vez, encontra importante suporte na colonialidade, padrão de poder no qual a raça é cerne como princípio e instrumento de dominação. A segregação racial na cidade é, portanto, símbolo da continuidade das racionalidades colonialistas, racistas, que preserva praticamente intactas hierarquias raciais estabelecidas no sistema escravocrata.

No Capítulo I, ao empreendemos a revisão teórica focalizando pesquisas urbanas que considerassem a raça como categoria analítica, no estudo da segregação, foi possível averiguar que o papel da classe é evidente nesse processo, porém, não é exclusivo. Além da questão econômica, esses estudos mostram que, principalmente após a abolição da escravatura, houve a implementação de políticas urbanas alicerçadas no pensamento racista, eugênico e higienista e no ideário do branqueamento, que levaram os negros a serem banidos das áreas urbanas mais valorizadas das principais cidades brasileiras, através do intenso empenho de deslocamento forçado desse grupo social para as periferias, padrão que permanece até hoje. Londrina encontra-se inscrita nessa realidade.

No segundo capítulo, ao situarmos Londrina no cenário nacional, evidenciamos que a cidade foi fundada numa conjuntura de grande vigor do pensamento racista e eugenista no Brasil, cujas racionalidades ainda encontram-se arraigadas no tecido social ajudando a respaldar o exercício da colonialidade. Sublinhamos algumas especificidades do Sul, como uma região brasileira embranquecida pela imigração europeia, e do Paraná, como um Estado que buscou forjar uma identidade sociocultural específica atrelada aos padrões civilizatórios europeus, que foge à sua realidade. Londrina, por sua vez, não escapou ao artificialismo da história construída, vinculada não apenas aos ingleses, mas a branquidade, que se contrapõe à memória e experiências dos migrantes negros invisibilizados. Vimos, também, que, além das injustiças econômicas, desencadeadoras e mantenedoras das desigualdades raciais, existe ainda uma estrutura cultural-valorativa que intensifica e faz perdurar as posições de desvantagens do negro. E essa estrutura cultural-valorativa encontra-se intrinsecamente vinculada às lógicas inerentes à ideologia do branqueamento, um dos alicerces do racismo no Brasil, e à colonialidade, um dos alicerces do sistema capitalista, que mantém a raça e o racismo como cerne da divisão de privilégios sociais e como dispositivo de opressões.

No terceiro capítulo demonstramos que, desde o primórdio de Londrina, os grupos sociais dominantes, numa estreita articulação com o poder público, delineiam a constituição de diferentes formas de confinamento negro em espaços segregados que emergem, primeiramente, no formato de vilas populares e prosseguem com a formação de favelas, conjuntos habitacionais periféricos, loteamentos populares e assentamentos urbanos precários situados nas extremidades da cidade. Os grupos dominantes, posicionados nos mais altos estratos de renda, intervêm vigorosamente na elaboração de políticas urbanas estabelecendo os lugares a serem ocupados por cada grupo social, desencadeando um problema brutal de distribuição espacial, que, quando não confina “os indesejados” nos conjuntos habitacionais e loteamentos populares periféricos, condiciona-os a iniciar ocupações irregulares, que nascem e se expandem em condições subnormais. Desse modo, Londrina, com suas políticas urbanas, contribui para a persistência de padrões segregacionistas que têm como resultado a divisão racial do espaço, caracterizado pela conglomeração dos negros em espaços de invisibilidade (ou de visibilidade hostil), onde cidadania é cerceada.

Como característica marcante do processo de segregação da população negra em Londrina, evidenciamos a dinâmica da *evolução inversa* (SANTOS, 1987), designada pelo deslocamento de famílias negras para territórios cada vez mais precários. As entrevistas qualitativas do LEAFRO nos auxiliaram numa interpretação da segregação urbana que não fosse universalista, ou seja, que reconhecesse que a realidade de negros pobres não é a mesma que a de brancos pobres, considerando o entrecruzamento de estruturas de opressão. Nessa perspectiva, a compreensão das desigualdades sociais e econômicas, bem como da estrutura cultural valorativa que estigmatiza fortemente determinados grupos sociais, como é o caso do negro, induzindo e fazendo perdurar a segregação desse grupo social na cidade, só poderia ser compreendida levando-se em consideração um dos seus elementos fundamentais: o racismo, que coloca o negro numa posição de subalternidade muito mais difícil de ser superada.

Por fim, no quarto capítulo nossa atenção se voltou à dimensão subjetiva da segregação, alicerçada nos estigmas territoriais e nas subjetividades dos sujeitos, pautadas em suas percepções sobre as discriminações referentes à raça e ao território ocupado. Ao demonstrar o modo como residir em territórios periféricos pode impactar pessoas negras no que diz respeito às suas subjetividades, evidenciamos que as

articulações entre o racismo e os estigmas territoriais as tornam mais vulneráveis às violências, que atravessam suas trajetórias das mais variadas formas, além de influenciar suas perspectivas, expectativas e atitudes, que, não raramente, reforçam suas posições de subalternidade.

Os depoimentos de sujeitos negros, moradoras de territórios segregados de Londrina reunidos nesse trabalho acabaram assumindo um caráter de denúncia, que requer a atenção de pesquisadores comprometidos com as lutas sociais, de governantes, de movimentos sociais e da sociedade civil. A implementação de políticas públicas específicas é imprescindível para que haja melhorias nas condições de vida de indivíduos e grupos que, historicamente, enfrentam as adversidades decorrentes de longos processos de marginalização social. Das desigualdades e injustiças sociais institucionalizadas, ao sofrimento no âmbito individual, a trajetória da população negra no Brasil é permeada por vulnerabilidades, violências, iniquidades e injustiças nas mais diversas esferas da vida social. Mas é, acima de tudo, uma trajetória marcada por lutas e resistências, e é esse o sentido que atribuímos às “trajetórias negras na cidade”.

* * *

REFERÊNCIAS

ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do Progresso: Civilização e Barbárie em Londrina - 1930/1960**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

ALCOFF, Linda Martín. Uma Epistemologia Para a Próxima Revolução. **Sociedade e Estado**. UNB, v. 31, n.1, p. 129-143, jan./abr., 2016.

ALVES, Jolinda de Moraes. **História da Assistência Social aos Pobres em Londrina: 1940-1980**. 2002. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

ARANTES, Pedro Fiori. Em Busca do Urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 83, p. 103-127, mar., 2009.

ARAÚJO, Marta; MAESO, Sílvia. **Os Contornos do Eurocentrismo: raça, história e textos políticos**. Coleção CES-Coimbra: Edições Almedina, 2016.

ARCHELA, Rosely Sampaio *et al.* **Conjuntos Habitacionais**. Londrina, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/EXPANSAO/CONJUNTOS.htm>. Acesso em 20, mai., 2018.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná - 1930/1975**. 1993. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

AZEVEDO, Cecília Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais Entre Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

BATISTA, Robin. Estética Negra Empodera, Sim. Porque não dá para enfrentar o racismo quando você ainda se odeia. **Geledés - Instituto da Mulher Negra**. São Paulo, 13 jun. 2016.

BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a Invenção da Identidade Paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**. UFGD, vol. 6, n. 11, p. 1-13, jan./jun., 2012.

BEM PARANÁ. **População Branca Encolhe no Paraná; Negros e Pardos Aumentam, diz o IBGE**. Curitiba, 24, nov., 2017. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/populacao-branca-encolhe-no-parana-negros-e-pardos-aumentam-diz-o-ibge->. Acesso em: 05, fev., 2018.

BENATTI, Antonio Paulo. **O Centro e as Margens: boemia e prostituição na "capital mundial do café" (Londrina: 1930-1970)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher Negra no Mercado de Trabalho. **Estudos Feministas**. UFSC, v. 3, n. 2, p. 479-488, 2º semestre, 1995.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo**, 1945. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

BONI, Paulo César. **Fincando Estacas! A história de Londrina (década de 30) em textos e imagens**. Londrina: Edição do Autor, 2004.

BARCINSK, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. **Ciência & Saúde Coletiva** - Revista da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, v. 14, n. 5, p. 1843-1853, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAMPOS, Andreino de Oliveira. As Questões Étnico-Raciais no Contexto de Segregação Socioespacial na Produção do Espaço Urbano Brasileiro: algumas considerações teórico-metodológicas. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Questões Urbanas e Racismo**. Brasília, DF: ABPN, 2012, p. 68-103.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013.

CARNEIRO, Sueli. O Negro Errado, por Sueli Carneiro. **Geledés - Instituto da Mulher Negra**. São Paulo, 14, fev., 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-negro-errado-por-sueli-carneiro/>. Acesso em: 20, fev., 2018.

CARVALHO, Tatiane Valéria Rogério. O Discurso Fundador da Construção da Identidade Curitibana e a Invisibilidade Sobre o Negro. **Interfaces**. UNICENTRO, vol. 8, n. 1, p. 7-17, mar., 2017.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Educação Anti-Racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP, 2017.

CHOMA, Daniel. **Café Passado Agora: Narrativas em torno de fotografias de Armínio Kaiser, produzidas entre 1957 e 1970, sobre a cafeicultura no norte do Paraná**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

COHAB, Companhia de Habitação de Londrina. **História da COHAB**, 2015. Disponível em: <http://cohabld.londrina.pr.gov.br/index.php/historia-da-cohab>. Acesso em: 25/05/2018.

CÔRTEZ, Geraldo de Menezes. **Migração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.

COSTA, Elaine Cristina Pimentel. **Amor Bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas**. Maceió: Edufal, 2008.

COSTA, Fabiano. Pará tem maior percentual dos que se declaram pretos ou pardos, diz IBGE. G1. In: **Acervo do Combate ao Racismo Ambiental**, 6, nov., 2013.

COSTA, Joaze Bernardino; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e Perspectiva Negra. **Revista Sociedade e Estado**. UNB, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr., 2016.

COSTA, Paulo Afonso Bracarense. Introdução: “Alguém Sabe Alguma Coisa Sobre Quilombos no Paraná?!?”. In: GOMES Júnior, Jackson; SILVA, Luís Geraldo; COSTA, Paulo Afonso Bracarense (Orgs). **Paraná Negro**. Fotografia e pesquisa histórica: Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008.

COSTA PINTO, Luiz Aguiar. **O Negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COSTA, Silvana; GORINI, Victória; GUILHEM, Vinícius; LOPES, Arifrances. **Documentário Vila Matos de Londrina**. Universidade Norte do Paraná, 2011.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papyrus, 1995.

DANTAS, Luís Thiago Freire; PANTA, Mariana (Orgs.). **Pesquisas de Acadêmicos/as do Afirmação na Pós: contranarrativas e descolonização**. Curitiba: NEAB-UFPR, 2018.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação. **Estudo e Pesquisa**. Ano II, n. 14, nov. 2005.

DINIZ, Larissa Mattos; BORGHI, Eduardo Baroni. A População Negra em Londrina: uma Luta por Reconhecimento. In: **XIV Encontro Regional da ANPUH Rio: Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276743030_ARQUIVO_AN_PUH_AROL.pdf. Acesso em 03, mar., 2018.

DIWAN, Pietra: **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online]. UFF, vol.12, n.23, p. 100-122, 2007.

DORES, Júlia Luciana Pereira das. **Exclusão Social, Políticas Públicas e Representações Sociais na Cidade de Londrina - PR: um olhar sobre o Assentamento Urbano Jardim Maracanã**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

- ENGELS, Friedrich. **A Questão da Habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.
- ESCÓSSIA, Fernanda. **A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI**. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/brasil-. Acesso em 20, jun, 2018.
- EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Mascaras Brancas**. Salvador, Edufba, 2008.
- FEITOSA, Flávia Fonseca. **Índices Espaciais para Mensurar a Segregação Residencial: o caso de São José dos Campos (SP)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro à Sociedade de Classes**. São Paulo, 1964.
- FONSECA, Marcus Vinicius. **A Educação dos Negros: uma nova face do processo de abolição de escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Raça, Classe e Segregação Residencial no Município de São Paulo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. Segregação Residencial e Relações Raciais no Brasil: em busca de uma problemática sociológica. In: **II Simpósio Nacional Sobre Democracia e Desigualdades**. Brasília, 2014.
- FRANCO, Marielle. **UPP - A Redução da Favela a Três Letras: uma análise aa Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da justiça num era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**. USP, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FRESCA, Tania Maria et al. **Ocupações Irregulares**. Atlas Ambiental da Cidade de Londrina, 2008.
- FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. O Urbano em Questão na Antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**. USP, v.48 n.1, p. 133-165, jan./jun., 2005.
- _____. **Sociabilidade Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- GINSBERG, Aniela. Pesquisas Sobre as Atitudes de Um Grupo de Escolares de São Paulo em Relação às Crianças de Cor. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais Entre Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.
- GOES, Emanuelle; NASCIMENTO, Enilda. Mulheres Negras e Brancas, as Desigualdades no Acesso e Utilização de Serviços de Saúde no Estado da Bahia, PNAD

-2008. In: BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda (Orgs). **Saúde da População Negra**. Brasília, DF: ABPN, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**, 2004.

GOMES Júnior, Jackson; SILVA, Luís Geraldo; COSTA, Paulo Afonso Bracarense (Orgs). **Paraná Negro**. Fotografia e pesquisa histórica: Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: MALDONADO-TORRES, Nelson; BERNARDINO-COSTA, Joaze. GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**, Editôra Autêntica, 2018.

GTCM, Grupo de Trabalho Clóvis Moura. **Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010**. Curitiba, 2010: 16.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUTIÉRREZ, Horácio. Donos de Terras e Escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História (São Paulo)**. UNESP, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HOFBAUER, Andreas. **Branqueamento e Democracia Racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil**, 2011.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo, Ed. 34, 2003.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**. UFSC, v. 3, n. 2, p. 464-478, 2º semestre, 1995

HUGHES, Pedro Javier Aguerre. Segregação Socioespacial e Violência na Cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**. Fundação Seade, vol.18 n.4, p. 93-102, oct./dec., 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico - 2010**. IBGE Cidades. Londrina, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>. Acesso em: 20, mai., 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População Estimada – 2017. IBGE Cidades. Londrina, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>. Acesso em: 20, mai., 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Mapa da Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça - Pretos e Pardos**, 2013. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2013/11/06/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-ibge/>. Acesso em: 01, mai., 2018.

INFRAERO, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. **Histórico Aeroporto de Londrina - Governador José Richa - PR**. Disponível em: <http://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-de-londrina-governador-jose-richa/sobre-o-aeroporto/historico/>. Acesso em: 01/06/2018.

INQUÉRITO, Renan. **Poesia Pra Encher A Laje**. São Paulo: LiteraRUA, 2016.

_____. **Poucas Palavras**. São Paulo, 2011.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JORGE, Marcos. Ação Pedagógica de Prevenção às Práticas Racistas na Escola: a percepção sobre racismo entre estudantes do sexto ano do ensino fundamental. Educação, Artes e Inclusão, UDESC, v. 12, n. 3, p. 86-100, 2016.

KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (Orgs.). **O Racismo e o Negro no Brasil: Questões Para a Psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro, 2005.

LANZA, Fabio et al. **Yá Mukumby: A vida de Vilma Santos de Oliveira**. Londrina: UEL, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LIMA, Juliana Domingos de. Entrevista-Conceição Evaristo: “Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra”. **Nexo Jornal LTDA**, 26, mai., 2017.

LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando Gênero e Raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In:

MARCONDES, Mariana Mazzin et al (Orgs.). **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.

LOBO, Glauco Souza. O Paraná que se Mostra Negro e Quilombola. In: GOMES Júnior, Jackson; SILVA, Luís Geraldo; COSTA, Paulo Afonso Bracarense (Orgs.). **Paraná Negro**. Fotografia e pesquisa histórica: Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008.

LONDRINA, Prefeitura. **História da Cidade**. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=5. Acesso em: 10, nov., 2017.

LONDRINA, Prefeitura. **Londrina ganha mais duas cabines telefônicas inglesas**. Qui, 14 de Outubro de 2010. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9190:londrina-ganha-mais-duas-cabines-telefonicas-inglesas-&catid=108:destaques. Acesso em: 14, jan., 2018.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANPOCS, v. 14, n. 41, p. 141-158, out. 1999.

MAIO, Marcos Chor; LOPES, Thiago da Costa. Entre Chicago e Salvador: Donald Pierson e o estudo das relações raciais. **Estudos Históricos**. FGV, v.30 n. 60, p.115-140 jan./abr., 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la Colonialidad del Ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (Orgs.) **El Giro Decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

_____. A Topologia do Ser e a Geopolítica do Conhecimento: modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. CES/UC, n. 80, p. 71-114, mar., 2008.

MARCUSE, Peter. Enclaves, Sim; Guetos, Não: a segregação e o Estado. In: **Espaço e Debates**. NERU, v. 24, n. 45, p. 24-33, jun./jul., 2017.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS; Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Victor Hugo Teixeira. **Habitação, Infra-Estrutura e Serviços Públicos**: conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina-Pr. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná, São Paulo: T. A. Queiroz, 2ª ed., 1989.

MASSEY, Douglas; DENTON, Nancy. **American Apartheid**: segregation and the making of the underclass, Cambridge: Harvard University Press, 1993.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico** - 2ª Edição - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

MENDOZA, Edgar S.G. Donald Pierson e a Escola Sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologias**. UFGS, n.14, p. 440-470, jul./dez., 2005.

MENEGHEL, Stella. Praça recém-inaugurada já é alvo de vandalismo em Londrina. **Jornal de Londrina**. Londrina, 23 out., 2008. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/praca-recem-inaugurada-ja-e-alvo-de-vandalismo-em-londrina-b8nmfdwcj7cbrcfslzc6fh3ke>. Acesso em: 02, fev., 2018.

MIGNOLO, Walter. Os Esplendores e as Misérias da “Ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente Para uma Vida Descente**: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê. **Punição, Encarceramento e Construção de Identidade Profissional Entre Agentes Penitenciários**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang**: a História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2ª ed. revisada e ampliada. Maringá: EDUEM, 2009.

MOURA, Gabriela. Eu, ex-cotista, “vagabunda”. **Diário do Centro do Mundo**. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/eu-ex-cotista-vagabunda/>. Acesso em 02, ago., 2015.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Quilombo**: vida, problemas e aspirações do negro, 1948-1959. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2003.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**. UFMT, v. VII, n. 8, p. 129-153, 2008.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de Marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. Relações Raciais no Município de Itapetininga. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais Entre Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

NUCCI, Priscila. O Perigo Japonês. **História Social**. UNICAMP, n. 12, p. 133-149, 2006.

OGAWA, Vitor. Consciência Negra: a AROL e o Movimento Negro em Londrina. **Folha de Londrina: O Jornal do Paraná**. Folha Cidades. 23, nov., 2016. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/consciencia-negra-a-arol-e-o-movimento-negro-em-londrina-963744.html>. Acesso em: 15, abr., 2018.

OLIVEIRA, Denise Rodrigues. **A inserção do Patrimônio Heimtal na cidade de Londrina-PR pela mobilidade de suas fronteiras rur-urbanas**. 2006. Monografia (Graduação em Geografia – Bacharelado) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

OLIVEIRA, José Donizetti B. de. **O Mito da Democracia Racial: um olhar sobre os movimentos negros em Londrina - 1940-1990**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. **Educação em Revista**. UFMG, v.26, n.1, p.15-40, abr., 2010.

OLIVEIRA, Ney dos Santos. Direito das/dos negras/os: distribuição racial, pobreza e moradia na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Anais XXI Encontro e VI Congresso Arquisur** Salvador, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 2002.

OLIVEIRA, Vilma Santos de. **Entrevista Concedida à Mariana Panta**, 15 de maio, 2009.

_____. **Mãe Mukumby na Praça Japonesa**. Vídeos da Canivete Digital Prod., 2008.

PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (Orgs). **O Negro na Universidade: o direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PANTA, Mariana. **População Negra em Londrina: Processos Migratórios, Deslocamentos Espaciais Intra-Urbanos e Segregação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

PANTA, Mariana; IZAÚ, Vitória Régia; DOMINGOS, Cintia. **Reflexões Decoloniais Sobre as Cidades Contemporâneas na Ótica de Pesquisadoras Negras Brasileiras**. Seminário realizado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível no Canal CES: <http://saladeimprensa.ces.uc.pt/index.php?col=canalces&id=18913#.W2yAhdJKjIV>. Acesso em: 20, jan., 2018.

PARANÁ, Governo do Estado – Agência de Notícias. **Governo inaugura, em Londrina, passarela com torres que lembram o Big Ben**, 31 de mar., 2014. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=79730>. Acesso em: 14, jan., 2018.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 [1916].

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo**: cultura e imaginário no Paraná da I República. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo**: O Paraná Inventado. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PIERSON, Donald. **Negroes in Brazil**: A Study of Race Contact at Bahia. Carbondale and Edwardsville. IL: Southern Illinois University Press, 1967 [1942].

POSTALI, Valéria Barreiro; MENDES, César Miranda. A Importância do Circuito Inferior na (Auto) Produção da Casa Própria em Londrina/Pr/Br: estudo de duas ocupações urbanas irregulares. **Revista Geográfica de América Central**. EGAL, p. 1-17, II sem., 2011.

PRÉTECEILLE, Edmond. A Construção Social da Segregação Urbana: convergências e divergências. In: **Espaço e Debates**. NERU, v. 24, n. 45, p. 87-109, 2004.

QUEIRÓS FILHO, Alfredo Pereira de. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**. PUC-PR, v. 7, p. 340-353, set.- dez., 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro, 2005, p. 227- 278.

_____. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Novos Rumos**. UNESP, v. 17, n. 37, p. 4-25, mai./ ago. 2002.

_____. O Que é Essa Tal de Raça? In: SANTOS, Renato Emerson. **Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais**: O negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RAEDERS, Georges. **O Conde Gobineau no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAIMUNDO, Valdenice José. **Juventude Negra e Violência Urbana**. Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP, 2012.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Redução Sociológica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

RAMOS, Camila Souza; FARIA, Glauco. Nosso racismo é um crime perfeito – Entrevista com Kabengele Munanga. **Revista Fórum**, 09, fev., 2012.

RAZENDE, Nestor. Segregação Socioespacial nas Cidades da Região Metropolitana de Londrina – Paraná - Brasil. **Arquitextos - Vitruvius**, n. 137, out., 2011.

ROSEVICS, Larissa. Do Pós-Colonial à Decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber; ROSEVICS, Larissa (Orgs.). **Diálogos Internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

REZENDE, Maria José. Guerreiro Ramos e a Sociologia em “Mangas de Camisa”: uma proposta de intervenção nos processos de mudança social. **Cadernos Ceru**. USP n.17, 2006.

_____. Prefácio. In: SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana (Orgs.). **Território e Segregação Urbana: O “lugar” da população negra na cidade**. Londrina: UEL, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/>. Acesso em 11, out., 2017.

RIBEIRO, René. **Religião e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

ROCHA, Zeferino. **Paixão, Violência e Solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII**. Recife: UFPE, 1996.

ROLIM, Rivail Carvalho. **O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina: 1948-1962**. Londrina : Eduel, 2013.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997.

_____. **Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro**, 1989.

SABATINI, Francisco; SIERRALTA, Carlos. Medição da Segregação Residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas - População, Vulnerabilidade e Segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006.

SANT'ANA, Antônio Olímpio. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**. CEBRAP, n.79, p. 71-94, nov., 2007.

_____. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Para Uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. CES/UC, n. 63, p.237-280, out., 2002.

_____. **Reconhecer Para Libertar:** os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Um Discurso Sobre as Ciências na Transição para uma Ciência Pós-Moderna. **Estudos Avançados**. USP, vol.2 n.2, p. 46-71, may/aug., 1988.

SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SANTOS, Renato Emerson. O Movimento Negro Brasileiro e sua Luta Anti-Racismo: por uma Perspectiva Descolonial. **Yuyaykusun**, 6, URP, Lima, Perú, 2013.

_____. Sobre Espacialidades das Relações Raciais: Raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Questões Urbanas e Racismo**. Brasília, DF: ABPN, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "Encardido", o "Branco" e o "Branquíssimo":** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo da USP, São Paulo.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. O Brasil de Sílvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX. **Projeto História**. PUCSP, v. 42, p. 163-183, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da Miscigenação. **Estudos Avançados**. USP, v. 8, n. 20, p. 137-152, abr., 1994.

SENNA, Dulce Maria; LIMA, Thais Fonseca. Questão da Violência na Atenção Primária à Saúde da População Negra. In: BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda (Orgs). **Saúde da População Negra**. Brasília, DF: ABPN, 2012.

SILVA, Carolina Camilo; SANTOS, Jaqueline Zuin. **Aproximação ao Conceito de Território Usado:** Jardim União da Vitória e Bela Suíça, 2015.

SILVA, Geraldo Luiz; JESUS, Jayro Pereira. Contextualização e Perspectiva. In: GOMES Júnior, Jackson; SILVA, Luís Geraldo; COSTA, Paulo Afonso Bracarense. **Paraná Negro**. Fotografia e pesquisa histórica: Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Afinal, Qual é a das UPPs? **Observatório das Metrópoles**. Mar., 2010. Disponível em: www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br. Acesso em: 07, set., 2017.

SILVA, Maria Nilza da et al. **Dona Izolina e a Venda dos Pretos:** Solidariedade e resistência, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/>. Acesso em 11, out., 2017.

SILVA, Maria Nilza. **Nem Para Todos é a Cidade:** segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília, DF: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.

SILVA, Maria Nilza; PACHECO, Jairo Queiroz (Orgs.). **Dona Vilma: Cultura Negra como Expressão de Luta e Vida**. Londrina: UEL, 2014.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana. **O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina**. Londrina: UEL, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/>. Acesso em 11, out., 2017.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana; SOUZA, Alessandro Eleotério de Souza. **Negro em Movimento: a trajetória de Doutor Oscar do Nascimento**. Londrina: UEL, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/>. Acesso em 11 nov., 2017.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana (Orgs.). **Território e Segregação Urbana: O “lugar” da população negra na cidade**. Londrina: UEL, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/>. Acesso em 11, out., 2017.

SILVA, Nelson do Valle. Extensão e Natureza das Desigualdades Raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio S. A; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, Alessandro Eleotério. Sociabilidade e Racismo: os limites socialmente impostos ao bem-estar dos negros em Londrina. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

SOUZA, Perci Coelho. Uma Crítica Francesa Acerca do Espaço Urbano. **Ser Social**. UNB, n.17, p. 59-112, jul./dez., 2005.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no Acesso ao Ensino Superior Brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: MARCONDES, Mariana Mazzin et al (Orgs). **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005.

TADDEO, Eduardo. **Mulheres Negras**. In: Yzalú, DVD Promo, 2012.

TELLES, Edward. Cor da Pele e Segregação Residencial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 24, p. 5-22, 1993.

_____. **O Significado da Raça na Sociedade Brasileira**. Trad. Ana Arruda Callado. Versão divulgada na internet em agosto de 2012.

_____. **Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMMASINO, Kimiye. **A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em Movimento**. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo.

- VALLADARES, Lícia do Prado; KANT DE LIMA, Roberto. A Escola de Chicago: entrevista com Isaac Joseph. In: **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. ANPOCS, n. 49, p. 3-13, 1º sem, 2000.
- VARGAS, João H. Costa. Apartheid Brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia**. USP, v.48 n. 1, p.75-131, 2005.
- VELHO, Gilberto. Becker, Goffman e a Antropologia no Brasil. **Ilha**. UFSC, v. 4. n. 1, p. 5-16, jul., 2002.
- VÉRAS, Maura. Pardini Bicudo. **Trocando Olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade**. São Paulo: Educ Studio Nobel, 2000.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.
- VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**. USP, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.
- WACQUANT, Loïc. A Ascensão do Estado Penal nos EUA. In: BORDIEU, Pierre (Org.). De l'État social à l'État penal. **Discursos Seditiosos: crime, direito e sociedade**. Rio de Janeiro: Revan, ano 7, n. 11, 2002.
- WAGLEY, Charles; AZEVEDO, Thales; COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **Uma Pesquisa Sobre a Vida Social no Estado da Bahia**. Publicações do Museu do Estado, n. 11. Salvador: Secretaria da Educação e Saúde, 1950.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil**. FLACSO: Brasil, 2016.
- WIEVIORKA, Michel. **O Racismo: uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- YOUNG, Iris Marion. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- ZALUAR, Alba. Mulher de Bandido: crônica de uma cidade menos musical. **Estudos Feministas**, UFSC, n. 1, p. 135-142, 1993.
- ZANI, Antonio Carlos. **Repertório Arquitetônico e Sistema Construtivo das Casas de Madeira de Londrina, PR**. 1989. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Carlos.